editora unesp DIGITAL

Thiago Godoi Calil

As drogas, as pessoas e as cidades

Consumo do espaço e efeitos sociais em cidades latino-americanas – aproximações entre São Paulo, Bogotá e Medellín

As drogas, as pessoas e as cidades

THIAGO GODOI CALIL

AS DROGAS, AS PESSOAS E AS CIDADES

CONSUMO DO ESPAÇO E EFEITOS SOCIAIS EM CIDADES LATINO-AMERICANAS – APROXIMAÇÕES ENTRE SÃO PAULO, BOGOTÁ E MEDELLÍN

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

C153d Calil, Thiago Godoi

As drogas, as pessoas e as cidades: consumo do espaço e efeitos sociais em cidades latinas – Aproximações entre São Paulo, Bogotá e Medellín / Thiago Godoi Calil. – São Paulo : Editora Unesp Digital, 2022.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5714-300-1 (eBook)

1. Drogas. 2. Pessoas. 3. Cidades. 4. Efeitos sociais. 5. São Paulo. 6. Bogotá. 7. Medellín. I. Título.

CDD 362.29
2022-2005 CDU 613.83

Índice para catálogo sistemático:

1. Drogas 362.29
2. Drogas 613.83

Este livro é publicado pelo projeto Edição de Textos de Docentes e Pós-Graduados da Unesp – Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Unesp (PROPG) / Fundação Editora da Unesp (FEU)

Editora afiliada:

A palavra experiência vem do latim experiri*, provar (experimentar). A experiência é em primeiro lugar um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova. O radical é* periri*, que se encontra também em* periculum*, perigo. A raiz indo-europeia é* per*, com a qual se relaciona antes de tudo a ideia de travessia, e secundariamente a ideia de prova. Em grego há numerosos derivados dessa raiz que marcam a travessia, o percorrido, a passagem:* peirô*, atravessar;* pera*, mais além;* peraô*, passar através,* perainô*, ir até o fim;* peras*, limite. Em nossas línguas há uma bela palavra que tem esse* per *grego de travessia: a palavra* peiratês*, pirata. O sujeito da experiência tem algo desse ser fascinante que se expõe atravessando um espaço indeterminado e perigoso, pondo-se nele à prova e buscando nele sua oportunidade, sua ocasião. A palavra experiência tem o* ex *de exterior, de estrangeiro, de exílio, de estranho e também o ex de existência. A experiência é a passagem da existência, a passagem de um ser que não tem essência ou razão ou fundamento, mas que simplesmente "*ex-iste*" de uma forma sempre singular, finita, imanente, contingente. Em alemão, experiência é* Erfahrung*, que contém o* fahren *de viajar. E do antigo alto-alemão fara também deriva* Gefahr*, perigo, e* gefährden*, pôr em perigo. Tanto nas línguas germânicas como nas latinas, a palavra experiência contém inseparavelmente a dimensão de travessia e perigo*

Jorge Larrosa Bondía

"Cultive o vão, o espaço das possibilidades"

Grafite em muro no bairro paulistano do
Pacaembu, autor desconhecido

Agradecimentos

Agradeço a todos que fizeram parte deste processo.

Aos professores Amália Lemos, Gabriela Di Giulio, Vivian Urquidi, Regina Lins, Raquel Rolnik, Dani de Lucca, Oliver Tabares e Juan Camilo que acompanharam e colaboraram com o desenvolvimento do estudo.

Ao professor, orientador e amigo Rubens de Camargo Ferreira Adorno pela parceria e pelas ótimas reflexões e aprendizados.

Um especial agradecimento aos coorientadores Hilderman Cardona Rodas da Universidade de Medellín e Amy Ritterbush da UCLA por confiarem na minha proposta de pesquisa e me apresentarem ideias, espaços, textos e experiências em Bogotá e Medellín.

Agradeço à Universidad de Medellín pela confiança, acolhimento e calorosa recepção que me proporcionou durante minha estadia na cidade.

Aos interlocutores na rua pelo acolhimento e confiança. Torço para que essa troca e esse respeito sempre permaneçam e ecoem nas práticas de cuidado.

A minha mãe e meu pai, por desde pequeno me estimularem e criarem oportunidades para que eu entrasse em contato com o diferente. Ao meu irmão pela indescritível parceria. Também agradeço a todos os demais da família pelo imenso apoio. À Maria e à Rosa

pela energia sempre leve e positiva quando o bicho pega. A Pirata e Tófi pelas brincadeiras, e à entidade Calu por ser sempre incondicionalmente parceira.

Um enorme salve aos parceiros do É de Lei, Fórum Aberto Mundaréu da Luz e demais parcerias na luta.

Aos grandes amigos e amigas em Medellín: professor Hilderman, Camilo, Fernando e Fernando (MEX), Carlos, Marisol, Vanessa e Marlene.

À Ellenzita pela cuidadosíssima revisão, paciência e carinho.

Agradeço à Capes pelo amparo à pesquisa e por viabilizar o estágio na Colômbia, apoiando a concepção e a produção deste texto.

Por fim, mais uma vez agradeço os espaços que me acolheram e me fizeram ler, pensar, estudar, criar, escrever e desenhar: a paz de Itu; o sossego da chácara em Mairiporã; a Biblioteca Virgilio Barco e Archivo Público (Bogotá); Parque Biblioteca Belén (Medellín); La terraza de Camilo (Caravanda).

Sumário

ANTES DE ZARPAR

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. [...] perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas.

"Pai contra a mãe", Machado de Assis

O conto da epígrafe, de Machado de Assis, foi escrito dezoito anos após o fim da escravidão no Brasil. O trecho aponta como as relações sociais expressam um jogo de poder econômico e racial

histórico, e desde aquela época se mostra carregado de moralismo em relação ao uso de drogas. O resgate desse trecho inspira o desenvolvimento deste estudo, que apesar das diferenças do tempo, da conjuntura política e das substâncias psicoativas em questão, se depara atualmente com resquícios do processo colonialista de exploração no Brasil e na região latino-americana.

O interesse na escrita deste livro é fruto de uma trajetória de atuação. Como psicólogo, atuei entre 2004 e 2018 como redutor de danos junto a pessoas que fazem uso de crack na região da Luz, conhecida como Cracolândia, no centro da cidade de São Paulo, Brasil. Essa prática, junto à equipe do Centro de Convivência É de Lei,[1] possibilitou a compreensão de diferentes formas de cuidado e atenção às pessoas que fazem uso de drogas em determinados territórios. A Redução de Riscos e Danos (RRD) é uma proposta de atenção e cuidado que não atua sob o imperativo da abstinência do uso de drogas como única alternativa de cuidado e parte do princípio de que o processo é construído conjuntamente com as pessoas que fazem uso de drogas. A RRD se destaca por apresentar um olhar mais realista sobre o fenômeno das drogas e por considerar a singularidade dos sujeitos e seus modos de vida atrelados ao contexto de uso. Na perspectiva da RRD, a escuta, o respeito e a aproximação junto às pessoas que usam drogas tornam-se fundamentais para a construção dos processos de cuidado.

Por atuar na rua, próximo às pessoas e aos espaços públicos que concentram consumo de drogas, a partir de 2013 passei a estudar mais a fundo os elementos que atravessam a interface saúde-ambiente, e essa aproximação apresentou questões que extrapolam as compreensões e noções tradicionais de perigo e cuidado. As drogas estão presentes em territórios como a Cracolândia, porém é necessário abrir o foco para além do uso de crack em si e considerar as variáveis contextuais na produção de determinados territórios. Estar atento às especificidades do contexto possibilitou compreensões mais amplas

1 Para mais informações sobre o Centro de Convivência É de Lei, ver: www.edelei.org.

sobre os processos históricos, políticos e econômicos que delineiam as condições de formação e transformação de território e dos modos de vida em determinados espaços que concentram o uso de drogas no espaço público, principalmente em centros urbanos latinos.

Este texto deriva da pesquisa de doutorado (Calil, 2021)[2] que realizei entre 2016 e 2021, e configura-se como uma exploração que coloca em diálogo áreas da saúde com as drogas, as pessoas e as cidades. Com olhar atento para além das drogas como temática central de análise, o que se busca é compreender as relações entre o espaço urbano e as pessoas que o habitam, com foco em territórios que apresentam uso público de crack (cocaína fumada). Esse tempero adicional é fundamental, pois a presença de substâncias psicoativas, por vezes ilícitas, torna-se elemento decisivo nas trajetórias dos lugares e nos processos de produzir, viver, pensar e repensar a cidade.

Assim, cenas públicas de uso de drogas são territórios específicos que apresentam negociações e dinâmicas particulares. Alinhado com Santos (2002) e segundo Martins (2016, p.27), vale apresentar a ideia de território "como um lugar dinamicamente ocupado, em configuração pelo uso que dele fazem os homens e mulheres em cada momento histórico [...] como um complexo de relações econômico-sociais no qual os indivíduos constituem seu viver cotidiano".

É importante sinalizar que as políticas de drogas vigentes nos países da América Latina se apresentam majoritariamente proibicionistas, criminalizando os sujeitos que fazem uso de drogas ilícitas, colocando-os como alvo do preconceito e do estigma no imaginário social. Espaços de consumo público de drogas geralmente possuem a característica de concentrar grande número de pessoas em situação de rua, de menor poder aquisitivo e composto em sua maioria por afrodescendentes. No Brasil, pesquisas recentes (Boiteux; Pádua, 2012) apontam como a política de drogas nacional é uma das

---

2 Pesquisa desenvolvida com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) sob orientação do professor Rubens de Camargo Ferreira Adorno, na Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP).

responsáveis pelo aumento significativo no número de pessoas encarceradas no país, também em sua maioria composto por pessoas afrodescendentes.

A interface entre a cidade, as pessoas e as drogas atualmente se apresenta em destaque em cidades por todo o globo quando se busca revitalizar zonas centrais reconhecidas como degradadas, nas quais frequentemente as práticas ilegais, incluindo o uso de drogas ilícitas, sustentam as justificativas para a intervenção urbana. Muitos desses projetos urbanísticos pautam a revitalização sobre o argumento de viabilizarem moradias de melhor qualidade para a população. Mas como veremos ao longo do livro, essa não é a realidade vivida por muitos moradores das cidades apresentadas. A intenção de colocar em contato a realidade da Cracolândia paulistana com a de outras cidades surgiu em outubro de 2017. O local foi o Container da Cia de Teatro Mungunzá, em evento promovido pelo Fórum Aberto Mundaréu da Luz,[3] justamente para discutir os avanços avassaladores de projetos urbanísticos de "requalificação" urbana em contexto latino.

Ali me percebi escutando e dialogando com David Villanueva e Alejandro Lanz acerca do que havia passado no território do Bronx, uma cena de consumo público de crack/*basuco* no centro de Bogotá, Colômbia. Após leitura prévia do informe (Tovar et al., 2017) publicado pelos pesquisadores colombianos, escutá-los me deixava estarrecido. Apesar de intuir diferenças significativas entre nossas realidades, surpreendentemente os processos urbanos soavam similares, e as primeiras palavras que digo são as seguintes: "me parece que uma das grandes diferenças é que nós estamos em São Paulo, e vocês, em Bogotá". Os pontos de contato nas trajetórias do Bronx e da Cracolândia

3 O Fórum Aberto Mundaréu da Luz é uma experiência para construção de sentidos e propósitos coletivos e comunitários na região da Luz e de Campos Elíseos. É um dispositivo para compartilhar visões e saberes, formular propostas, construir futuros possíveis para o bairro e a cidade, que deseja construir novos e antigos conhecimentos, políticas públicas, direitos. Composto por pessoas e organizações que moram, trabalham, sonham, cuidam e se preocupam com a rua, com os comércios, pensões, ocupações, teatros, com tudo aquilo que compõe o fluxo vivo dessa região (ver mais em: https://mundareudaluz.org/).

eram assustadores, e assim se deu a ponte com outros contextos latino-americanos. Em 2016, o Bronx sofreu diversas intervenções do Estado colombiano com o objetivo de extirpar a maior dinâmica em torno do uso de crack (*basuco*) no espaço público do centro de Bogotá. Na Cracolândia, em São Paulo, uma grande ação ocorreu em 2017. Não por acaso, a trajetória histórica dos bairros e as recentes intervenções estatais apresentam semelhanças em São Paulo e Bogotá. Além disso, investigar cenas públicas de uso de cocaína fumada em cidades brasileiras e colombianas me fez pensar nas aproximações entre estes dois países na rota global da cocaína, considerando a Colômbia como país produtor e o Brasil como segundo maior consumidor, e certamente intermediário no trânsito global dessa mercadoria.

Reitero outros estudos etnográficos (Rui et al., 2015; Adorno et al., 2013; Calil, 2015), que apresentam como as pessoas que frequentam a região conhecida por Cracolândia em São Paulo relatam terem vivenciado inúmeras rupturas e decepções em suas vidas, e que a partir desse marco iniciaram ou intensificaram o uso de drogas. A constante violência física e simbólica associada às recorrentes fragmentações pessoais agregam-se às fortes consequências da desigualdade política evidente nas classes de menor poder aquisitivo. Nesses contextos de uso de drogas no espaço público, convivemos com sujeitos que se agrupam sob a comunhão do isolamento, o que evidencia a indiferença e descaso da sociedade. São espaços preenchidos por vidas marcadas pela desigualdade social, econômica e política, além de submetidas cotidianamente à violência policial sob o discurso de acabar com o tráfico de drogas e "devolver a cidade para a comunidade".

As realidades da Cracolândia paulistana e do Bronx bogotano apresentam similaridades inquietantes e disparam reflexões sobre as condições de vida das pessoas e o papel do Estado, além de nos questionar o que de fato se torna ameaça à vida nesses contextos. Nesses espaços, onde para além da precariedade estrutural, sanitária e social as vidas são atravessadas por violências físicas e simbólicas por parte da sociedade e poder público, qual a magnitude das possibilidades de risco?

Foi aí que a inquietude sobre os pontos em comum entre Bogotá e São Paulo me fizeram decidir pelo desenvolvimento deste texto. A proposta é discutir as relações entre as drogas, as pessoas e a cidade em contextos de consumo de drogas em espaços públicos urbanos a partir dos desdobramentos históricos, geográficos, econômicos e políticos. Assim, somam-se nesta discussão outros territórios na América Latina, mais especificamente por meio de aproximações com a realidade colombiana. Em São Paulo, Brasil, o espaço de estudo é a região da Luz conhecida como Cracolândia, no bairro dos Campos Elíseos/Luz. Na Colômbia, os focos de discussão são dois: Bogotá e Medellín. Apesar de este texto ter São Paulo, Bogotá e Medellín como eixo, a trajetória exploratória e compreensiva transitará também por outros territórios latinos.

Busco narrar vivências e trazer reflexões sobre as experiências vividas durante minhas estadias e passagens pelas cidades colombianas. Em Bogotá, parcerias com trabalhadores e instituições locais me colocaram em contato com os espaços e a realidade de consumo de crack na cidade. Em Medellín, a inserção em campo é mais complexa. Viver a atmosfera da cidade despertou um inesperado e denso apreço que resultou, acredito eu, em inovadora reflexão sobre "narcoestética" na academia brasileira. Muito deste apetite surgiu pela convivência e parceria com o professor Hilderman Cardona Rodas, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Medellín.

Este livro é um giro pela América Latina. Um giro emaranhado entre experiências vividas em territórios entre o Brasil e a Colômbia em constante contato com referenciais teóricos que permeiam drogas, saúde pública, cuidado, risco, cidade, mercado, poder e, certamente, política. É um escrito na busca por traçar uma linha de raciocínio sobre o percorrer da coca desde o cultivo até os fluxos e forças que incidem na economia da cocaína fumada ao desembocar em contextos urbanos. Falar sobre o ciclo da coca-cocaína é falar sobre exploração, poder, tráfico, esperança, miséria, dor, violência, crack, prazer, cidade e dinheiro. Como veremos, na Cracolândia de São Paulo, no Bronx de Bogotá e na Calle Cúcuta de Medellín, o caminho traçado pela folha de coca até transformar-se em cocaína

fumada consumida nesses centros urbanos é associado a fatores sociais, históricos, políticos e subjetivos que aqui serão levantados.

A jornada é narrada em quatro paradas. Cada parada percorre uma série de pontos que se interligam e pendulam entre teorias e narrativas que se utilizam da abordagem etnográfica na interface entre o neoliberalismo, a produção das cidades, as drogas e a América Latina. A primeira parada consiste em uma breve reflexão sobre as condições e modos de vida na realidade sul-americana, e paulatinamente adentramos o ciclo da coca-cocaína, passando desde as origens tradicionais da coca até as características e consequências do mercado internacional da substância e a produção de cenas de uso em contexto urbano. O objetivo da primeira etapa é situar a leitura com elementos importantes para a contextualização do tema que será desenvolvido ao longo do livro.

A segunda parada ilustra as realidades das cidades estudadas: Bogotá, São Paulo e Medellín. Essa parte inclui breves históricos de cada território e suas transformações urbanísticas atreladas às representações sociais da coca-cocaína. Entre São Paulo e Bogotá, as trajetórias urbanas se aproximam na consolidação local de espaços que concentram o consumo de crack/*basuco* no centro da cidade e se tornam alvos de projetos de requalificação urbana. Sobre Medellín, narro a perplexidade vivida sob o céu dessa cidade onde o conceito de narcoestética desavisadamente me provocou até eu de fato decidir encará-lo. Medellín tem um histórico recente fortemente marcado pela atuação do tráfico de drogas, produzindo uma cidade recortada entre representações ambíguas sobre as drogas, o poder, a cidadania e a violência.

A terceira parada visa aportar reflexões sobre as pessoas, as drogas e as cidades. A proposta é utilizar-se de referencial teórico em diálogo direto com os estudos de caso apresentados. A partir de uma análise crítica sobre o contexto neoliberal e a produção de territórios urbanos onde se territorializa a dinâmica em torno das drogas, problematizo a condução de projetos urbanísticos de requalificação urbana justificados pelas políticas de drogas e os limites e as possibilidades na garantia de direitos humanos nesses contextos.

Finalmente, a quarta parada arrisca-se a apresentar experiências que suscitam reflexões sobre a percepção do ambiente construído à nossa volta, com atenção especial para um leque de ideias que podem acolher situações de extrema vulnerabilidade em que o uso de drogas agrega especificidades significativas. Nessa parada, a proposta é vislumbrar possibilidades de interseção entre a perspectiva da redução de danos e a cidade, apresentando alternativas para a questão das drogas e o ambiente urbano. O objetivo é colocar a indagação sobre a possibilidade de uma cidade de fato cuidadora.

É esse o trajeto aqui apresentado, percorrendo alguns caminhos que entrelaçam a cocaína, o mercado, o consumo e as cidades. A utilização de narrativas no decorrer do texto é uma escolha consciente devido à inserção que tenho no campo da redução de danos na cidade de São Paulo e à oportunidade da bolsa sanduíche para permanecer seis meses estudando na Colômbia. A constante conexão com as experiências vividas é elemento importante na percepção e construção do raciocínio sobre o tema abordado. É um texto narrativo, acadêmico, etnográfico, autoetnográfico. As narrativas destacam acontecimentos relacionados aos temas abordados, e assim não seguem necessariamente uma cronologia.

Entretanto, debater sobre o efeito desse processo nestas cidades da América do Sul não nos torna – latinos – os únicos que somam os ônus da ideia de colonialismo. Essa relação de poder apresenta um conjunto de dimensões que interferem na produção das cidades, nas políticas urbanas e na vida de muitos citadinos nas mais variadas partes do globo. Sugiro que um dos elementos que nos diferencia das demais partes do planeta é justamente o ciclo da coca-cocaína. Esse arbusto nativo da região andina foi drasticamente ressignificado ao longo da história, desde seu uso tradicional até seu recente rumo contemporâneo: empurrado para ser fumado, na forma de crack, nas cidades.

Busco uma aproximação entre cenas públicas de uso de drogas em contexto urbano na América Latina, mais especificamente entre Brasil e Colômbia. O objetivo é aprofundar um resgate sócio-histórico-geográfico sobre os processos que produzem esses espaços, assim como as consequências físicas e subjetivas das pessoas que habitam

esses territórios, sejam pessoas que usam drogas, moradores, comerciantes e/ou trabalhadores. Destaco que este estudo não pretende realizar uma comparação entre as cidades, muito menos um paralelo que as coloque lado a lado em suas semelhanças e diferenças, mas sim uma reflexão crítica entre os liames que aproximam essas cidades sob o tema das drogas, do urbanismo e do cuidado. Na intenção de aprofundar as investigações sobre relações de força explícita do Estado sobre esses corpos e subjetividades, lanço algumas questões que transitam ao longo do texto, para assim avançarmos para possíveis alternativas capazes de enfrentar os históricos processos de exploração no contexto latino-americano:

- Qual o lugar social desses sujeitos marcados pelo preconceito racial, econômico e pela opressão estatal agravada pelo uso de drogas?
- Podemos pensar nas políticas de drogas como um modo possível de sustentar uma dominação submersa em prol dos interesses do capital?
- Quais relações estão em jogo no processo de humilhação social de uma população atingida pelo golpe de ser lançada à própria sorte como produto político de projetos urbanísticos, econômicos e imobiliários?
- Em quais tipos de situações e humilhações as existências dessas pessoas são constantemente violentadas?
- Qual o papel do planejamento urbano na produção de situações risco?

Assim, a discussão aqui apresentada busca agregar os debates sobre direitos humanos, cidade, biopolítica, violência, política de drogas, cuidado e resistência, visando colocar sobre a mesa uma rede de relações dinâmicas que marcam corpos e subjetividades. Busco fazer uma análise da cidade e suas políticas a partir do dispositivo metodológico da biopolítica, em que confluem as heterotopias (Foucault, 1986 apud Rodas, Arboleda, 2016) e a heterogeneidade do humano e dos lugares ocupados, transitados e vividos. A aproximação entre territórios latino-americanos tem o objetivo de ampliar as

percepções e as fontes de pesquisa ao nos colocar em contato com outras pessoas e outros espaços, que assim como na Cracolândia paulistana, sofrem as consequências das políticas de drogas e constantes intervenções coercitivas do Estado.

Ao considerarmos os variados modos de existência, seja em contextos rurais, seja em urbanos, as consequências e os possíveis riscos associados ao comércio e ao consumo de substâncias afetam diversas esferas da vida e do cotidiano das pessoas latinas. Dessa forma, abrem-se lacunas que requerem investigações na interface entre as áreas da Saúde e as Ciências Sociais e Humanas. Este texto tem o objetivo de nos aproximar dos elementos que perpassam a produção de contextos de uso de cocaína fumada (crack/*basuco*) nos espaços públicos e suas consequências em cidades latinas.

São modos de vida marcados pelo estigma muitas vezes associado à ilicitude de determinadas substâncias, e consequentemente atravessados por recorrentes episódios de violência por parte do Estado. Espaços que acolhem uma parcela da população que é estigmatizada e desqualificada no mesmo balaio, em que seus sentimentos, percepções e desejos são estancados como se perdessem a condição de cidadania. Intervenções estatais com o objetivo de "requalificar" essas zonas muitas vezes estão associadas a interesses políticos e econômicos justificados pela "guerra às drogas", provocando violência física e simbólica nas subjetividades dos sujeitos.

Os elementos culturais do processo de dominação são fenômenos políticos, exercidos pela sociedade e pelo Estado, e os aspectos psicológicos atrelados à população que os vivencia, como suas percepções e sentimentos, podem apontar caminhos no enfrentamento de estruturas excludentes. A partir desses elementos, busca-se pensar em novos arranjos nas políticas de drogas, nas políticas urbanas e nas políticas de cuidado relacionadas ao uso de substâncias psicoativas. As drogas comumente pautam justificativas urgentes de intervenção, mascarando as reais questões que perpetuam modos de dominação, além de evidenciar consequências negativas na perspectiva de garantia de direitos humanos. Segundo Rodrigues e Labate (apud Labate; Rodrigues, 2015, p.30, tradução minha),

> as drogas não são um problema em si, mas um problema construído como tal a partir de julgamentos morais, estratégias políticas para o governo das populações, interesses médico-sanitários, econômicos e geopolíticos.

Assim, este livro focaliza as pessoas e os vínculos sociais estabelecidos na cidade, pois os territórios que acolhem as cenas de uso de drogas certamente devem estar no centro da reflexão sobre o ambiente urbano. O professor Hilderman Cardona Rodas, com apoio de Juan David Arboleda (Rodas; Arboleda, 2016), aponta que para pensar a cidade deve-se sempre considerar a confluência de aspectos estruturados, geométricos e racionais, com elementos poéticos, de um ambiente livre e profundamente humanos com outras racionalidades que de fato afirmam a existência. Ou seja, nos contextos de uso de drogas em espaços públicos que permeiam esta investigação, é evidente a necessidade de atenção às pessoas e às formas de resistências dos corpos e dos lugares submetidos à aplicação de planos e projetos urbanísticos que giram em torno da vigilância e do controle de facetas da vida. Ainda segundo os autores, é necessário "compreender e interpretar as relações entre o humano e o espaço habitado na confluência entre dominação, controle e resistência na esfera socioespacial que a cidade evoca" (Rodas; Arboleda, 2016, p.84, tradução minha).

É necessário, então, debruçar-se sobre a problemática dos vínculos sociais nas metrópoles latino-americanas contemporâneas. As similaridades podem explicitar diferenças e estabelecer trocas frutíferas neste continente de tanta abastança. A produção deste texto pretende aprofundar o olhar e somar ao esforço pela busca de uma maior "compreensão e valorização de sociabilidades que apontam à (re)construção dos vínculos sociais de urbanidade" (Figueiras, 2008, p.187), para assim repensar arranjos para um futuro possível que considere a história, o contexto e a subjetividade das pessoas.

Perseguição de pistas

> *Saíamos pelas ruas [...] vagando a esmo até muito longe e até horas tardias, procurando, entre as luzes e as sombras fantásticas da populosa cidade, as inumeráveis excitações mentais que a observação tranquila pode proporcionar.*
>
> *Os assassinatos da Rua Morgue,*
> Edgard Allan Poe, abril de 1841

Para a elaboração dessa investigação foram realizados trabalhos de campo em São Paulo, onde já atuo profissional e academicamente desde 2004, e também em Bogotá e Medellín na Colômbia. Para além de revisões bibliográficas, a exploração deu-se também a partir da contribuição da abordagem etnográfica. Nessa abordagem, pretende-se que o pesquisador entre em campo e passe a frequentar o espaço delimitado de investigação por um período de tempo.

A escolha pela contribuição etnográfica visa ampliar o contato com a cultura local, extravasando o simples acompanhamento dos movimentos de personagens do cotidiano, e também tornar aparentes as especificidades locais invisíveis (Magnani, Torres,1996). Essa forma de condução da investigação tem como premissa um desenraizamento pessoal, que busca em contato com o outro a construção de um diálogo legítimo por meio de um "mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desses outros que queremos apreender e compreender" (Uriarte, 2012). É importante ressaltar que o trabalho etnográfico desenvolvido, composto por texto e desenhos, não se caracteriza apenas como "método" de investigação, mas como uma categoria que dialoga com outros campos, inclusive com o campo teórico (Peirano, 2014).

Ainda segundo o antropólogo José Guilherme Cantor Magnani, "o que importa ao olhar antropológico não é apenas o reconhecimento e registro da diversidade cultural, nesse e em outros domínios das práticas culturais, mas também a busca do significado de tais comportamentos" (Magnani, Torres, 1996, p.18). Já

Raikhel e Garriott (2013) apontam que o olhar etnográfico é mais que somente a experiência vivida, mas também todo o material produzido pela experiência, como "as relações, conhecimentos, tecnologias e afetos, como também os impactos recursivos da subjetividade". Nesse sentido, as diferentes inserções temporais e institucionais realizadas em cada uma das cidades durante o desenvolvimento desta escrita resultaram em um material etnográfico bastante diverso. Assim, como destacado, não se trata de comparações, mas sim de análises a partir do que foi vivido e experimentado em cada território. O trabalho etnográfico realizado resultou em amplo diário de campo das experiências vividas, que ao longo do texto conversam, nem sempre amistosamente, com distintos referenciais teóricos.

A proposta é uma etnografia dos lugares, que busca fazer com que quem está longe da situação exposta possa sentir e refletir sobre os lugares experimentados. Nessa linha, o também antropólogo Rubens de Camargo Ferreira Adorno e colaboradores (2013, p.11) destacam como as etnografias são capazes de alimentar pesquisas que buscam, ao "reconhecer nos vínculos, dinâmicas e nos modos pelos quais processos macrossociais, políticos e econômicos se fazem presentes no cotidiano dos setores populares, e dessa forma alargar e complexificar a análise e a compreensão que toma aspecto central e problemático o uso de drogas".

Além da intenção de aprofundar as compreensões sobre a justaposição entre as drogas e as pessoas em ambiente urbano, almejei experimentar as superficialidades cotidianas das cidades. Fazer ciência não é estar neutro, mas sim viver a realidade, e a escolha pelo caminho etnográfico se dá justamente por possibilitar percorrer o trivial, o dia a dia, o cotidiano. Para isso, o trabalho etnográfico de leitura das cidades de Bogotá e Medellín, enquanto estive na Colômbia por seis meses, também foi registrado e contabilizado em quilômetros em um aplicativo de dispositivo móvel. As saídas para os trabalhos de campo foram registradas pelos trajetos percorridos a pé. Em ambas as cidades, inicialmente houve percursos originários de informações disponibilizadas pela mídia ou por indicações

de pessoas que residem e atuam nos respectivos contextos para localização das cenas de uso de crack no espaço público.

Nos dois meses que estive em Bogotá, entre novembro e dezembro de 2018, o estudo da urbe se deu por diferentes trajetos e territórios, somando 393 km. Em Medellín estive por quatro meses, de janeiro a início de maio, com alguns poucos dias na cidade de Quibdó. A ótima recepção na Universidade de Medellín, em Medellín, propiciou um cotidiano acadêmico bastante ativo, mas ainda assim foi possível percorrer 437km. Em São Paulo o vínculo com o território é mais duradouro e constante, o que inviabilizou esta atenção pelo detalhe de quilômetros percorridos em campo.

Em diálogo com o propósito apurador deste texto, compartilho a inteligente descrição no conto de Edgard Allan Poe intitulado "Os crimes da Rua Morgue". O conto marca os primórdios do gênero policial na literatura moderna e narra a obstinada investigação de um duplo assassinato em uma suburbana rua de Paris. Poe nos brinda a brilhante perspectiva sobre a sagacidade e acuidade do olhar investigativo do detetive Auguste Dupin. Revela o conto:

> Vidocq, por exemplo, era um excelente adivinhador, além de ser um homem persistente. Mas, não dispondo de uma inteligência educada, errava continuamente, devido à própria intensidade de suas investigações. Sua visão era prejudicada, por olhar muito de perto o objeto. Podia ver, talvez, dois ou três pontas com extraordinária clareza, mas, ao fazê-lo, perdia, necessariamente, a visão total do assunto. Aí está o defeito de se ser demasiado profundo. A verdade nem sempre se encontra no fundo de um poço. Na realidade, creio que aquilo que mais importa conhecer é, invariavelmente, superficial. A profundidade se encontra nos vales em que a procuramos, e não no cume das montanhas onde ela se acha. As maneiras e as fontes dessa espécie de erro têm um bom exemplo na contemplação dos corpos celestes. Dirigir a uma estrela um rápido olhar, examiná-la obliquamente, voltando para ela as partes exteriores da retina (mais suscetíveis às ligeiras impressões da luz que aos interiores), é contemplar a estrela de maneira diferente, é a apreciar melhor o

> seu brilho, brilho que diminui à medida que voltamos nossa visão em cheio para ela. Um número muito maior de raios incide sobre os olhos neste último caso, mas, no primeiro, se obtém uma receptividade mais apurada. Por meio de uma profundidade indevida, perturbamos e debilitamos os nossos pensamentos – e é possível fazer-se com que a própria Vênus se desvaneça no firmamento, se a fitarmos de maneira muito demorada, muito concentrada ou muito direta. (Poe, 2006, 29)

Utilizarei também desenhos como material coletado em campo. A proposta é articular o conhecimento acadêmico com o universo das histórias em quadrinhos por meio de metáforas visuais sobre as percepções e sensações do campo. Considero importante ressaltar o que compreendo por histórias em quadrinhos: apesar de sempre serem constituídas da composição entre texto e imagem, é importante que sempre apresentem uma narrativa, sem exceção (Chinen, 2011). É contar uma história a partir da mistura entre texto e desenho, uma "hibridação bem-sucedida da ilustração e prosa" (Eisner, 2010, p.2). Segundo Will Eisner (2010, p.1), um dos pioneiros da prática e teoria no tema,

> as histórias em quadrinhos comunicam numa "linguagem" que se vale da experiência visual comum ao criador e ao público. É de esperar dos leitores modernos uma compreensão fácil da mistura imagem-palavra e da tradicional decodificação de texto. A história em quadrinhos pode ser chamada "leitura" num sentido mais amplo que o comumente aplicado ao termo.

O autor acrescenta a ampliação do ato de ler proposto por Tom Wolf em 1977. Wolf pensa a leitura de um modo mais genérico, como "uma forma de atividade de percepção. A leitura de palavras é uma manifestação dessa atividade; mas existem muitas outras leituras – de figuras, mapas, diagramas, circuitos, notas musicais [...]" (Wolf, 1977 apud Eisner, 2010, p.2). Portanto, para a leitura de histórias em quadrinhos (HQ), é preciso habilidades interpretativas

visuais e verbais, uma superposição mútua entre arte e literatura, o que faz com que Eisner (2010, p.2) considere que "a leitura da história em quadrinhos é um ato de percepção estética e de esforço intelectual". Vale ressaltar que a proposta não é que os desenhos se tornem meras ilustrações que adornem o texto, mas que sejam, como diz a antropóloga Lilia Moriz Schwarcz (2014, p.393),

> como documentos que, assim como os demais, constroem modelos e concepções. Não como reflexo, mas como produção de representações, costumes, percepções, e não como imagens fixas e presas a determinados temas ou contextos, mas como elementos que circulam, interpelam, negociam.

A antropóloga Karina Kuschnir realiza experiências inovadoras na ponte entre pesquisa e desenho e aponta que a utilização de desenhos como linguagem de investigação é capaz de contribuir na representação e produção de um conhecimento novo. Segundo Manfredo Massironi, o desenho é uma anotação gráfica capaz de descrever ou explicar um mundo de fenômenos, um "instrumento tão simples, mas, ao mesmo tempo, tão intrinsecamente elástico que permite a narração, dos mais diversos modos, da complexidade, e cada vez mais dilatável para cobrir a possibilidade expressiva" (Massironi, 2010, p.17 apud Kuschnir, 2014, p.28). Assim, a proposta da utilização de desenhos como registros de campo tem o objetivo de exercitar outros modos e temporalidades de reflexão, observação e absorção dos espaços, e assim fazer emergir novas camadas de informação, produzindo um material alimentado por imagens e significados na interação entre pesquisador e contexto (Kuschnir, 2014; Calil, 2016).

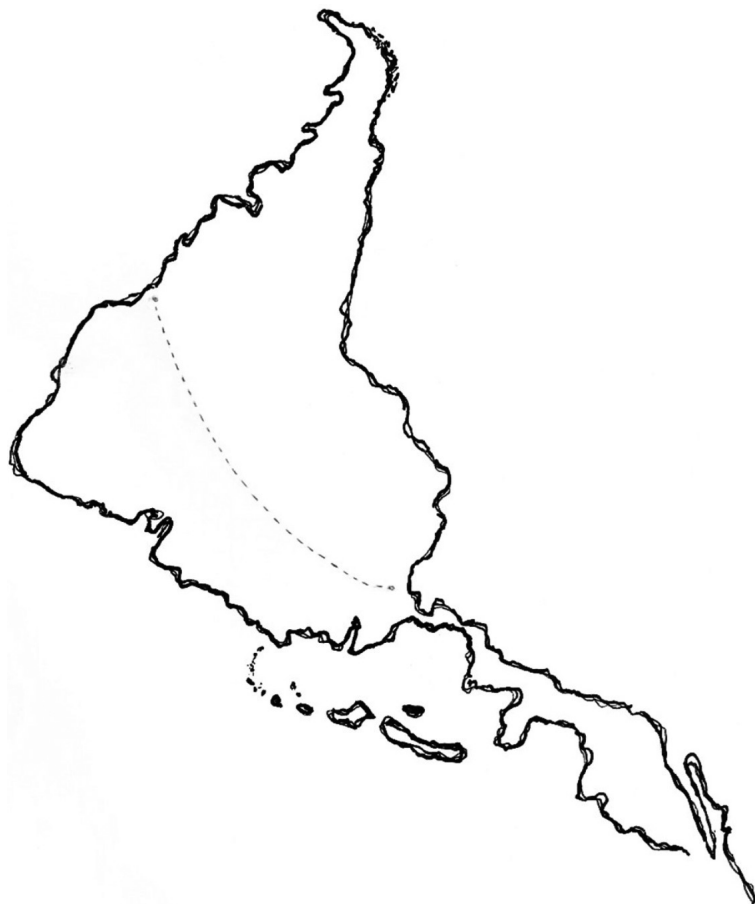
Em sua tese de doutorado que explora a produção de imagens sobre a Guerra do Paraguai, o pesquisador André Toral (2001, p.25) afirma: "a imagem plástica vai direto ao cérebro sem exigir intermediário verbal. Ou seja: nunca uma descrição vai poder dar conta de uma imagem. Completando o provérbio, eu diria que uma imagem não vale só por mil palavras, vale muitas outras coisas que as palavras não transmitem".

O desenho valoriza as situações do cotidiano, e segundo Kamel (2006 apud Cabello et al., 2010, p.230), mais que ilustrações, a intenção é que as ilustrações estimulem o imaginário, permitam a abstração e auxiliem nas análises possibilitando uma maior combinação de interpretações dependendo de quem os observa, e a imagem "se comportar como uma privilegiada instância formadora de representações" (Schwarcz, 2014, p.393). Existe a necessidade de colocarmos os diferentes campos de pesquisa em diálogo com os desenhos e as narrativas gráficas, para assim garantirmos "soluções visuais inovadoras", como colocou o professor Paulo Ramos (apud Chinen, 2011), e assim contribuir didaticamente para uma melhor formação deles.

A proposta deste livro é produzir uma contranarrativa sobre as relações entre as pessoas, as drogas e as cidades na região latina, e assim ocupar o espaço de embate frente às "monoculturas" do saber e das escalas pautadas por um modelo eurocêntrico íntimo das violências praticadas e reproduzidas historicamente no continente. Ampliar as possibilidades de aproximação, interpretação e análise das realidades latinas a partir de trocas e olhares internos ao continente é necessidade urgente para uma reinvenção da noção de Saúde Pública que considere e respeite as diferenças (Nunes; Louvison, 2020) (Figura 1).

Com a apresentação e processos para o desenvolvimento deste texto devidamente enunciados, atrevo-me a dizer que este livro é mais que um documento acadêmico. O texto narra o que foi viver e sentir o tema de investigação em torno das drogas e do urbano na América Latina. É um testemunho construído por um compilado de situações que foram experenciadas, sentidas e percebidas pelo autor, e assim interpretadas e conectadas ao texto como análise de pesquisa – eu diria que este texto é um registro científico bastante pessoal.

A seguir, uma breve contextualização da América Latina e a utilização do termo. Em seguida, como exercício dessa aproximação entre realidades de São Paulo, Bogotá e Medellín, apresento panorama histórico dos territórios estudados, para assim iniciar o processo de análise sócio-histórica-geográfica, e posteriormente o desenvolvimento de reflexões e novas indagações sobre o tema.

Figura 1 – Mapa da América Latina invertido – provocação à produção de uma contranarrativa, com sinalização da aproximação Brasil-Colômbia

Fonte: desenho elaborado pelo autor.

Primeira parada
O contexto latino-americano

O que é a América Latina?

Esta definição é pauta de constantes debates que historicamente apresentam divergências quanto às possíveis categorias que abarcam o termo. Nesses debates, destacam-se polos que situam o termo ora de origem colonizadora, fazendo referência à condição de dominada e atribuindo certa incapacidade e atraso em relação às nações dominantes, e outrora como singular a partir da riqueza de suas diferenças culturais apontadas por teóricos e pensadores regionalistas (Souza, 2011).

A primeira aparição do termo gera controvérsias. Segundo Souza, o termo é francês, *Amérique Latine*, e foi utilizado para justificar o imperialismo francês na região do México em meados do século XIX. Ainda segundo o autor, esta terminologia foi parte de um "discurso "geoideológico" para uma suposta unidade linguística, cultural e racial dos povos latinos em contraposição aos germânicos, anglo-saxões e eslavos" (Souza, 2011, p.31). Porém, apesar da ênfase na origem francesa, o colombiano José Maria Torres de Caicedo (apud ibidem) utilizou o termo pela primeira vez em 1856 em poema intitulado "Las dos Américas", em que na nona estrofe aparece:

Más aislados se encuentran, desunidos,
Esos pueblos nacidos para aliarse:
La unión es su deber, su ley amarse:
Igual origen tienen y misión;
La raza de la América Latina,
Al frente tiene la sajona raza,
Enemiga mortal que ya amenaza
Su libertad destruir y su pendón.

Em dados concretos, e de modo significativamente simplista, podemos situar a América Latina como o agrupamento de 33 nações (doze na América do Sul, sete na América Central e catorze no Caribe), somando cerca de 600 milhões de habitantes. Porém, apesar da enorme abrangência territorial e do leque de diversidade cultural e racial que abrange a região, os países da América Latina apresentam algumas características em comum no que tange ao processo histórico, político, econômico e social (Souza, 2011). Podemos apontar como uma dessas semelhanças o longo processo de colonização pautado por modos de exploração em relação às pessoas e ao solo, inicialmente pela relação metrópole colônia e posteriormente perpetuado como um rastro por meio de um colonialismo interno. Existem também posicionamentos que enaltecem a força local em defesa da região.

O fato é que desde a chegada dos europeus a região sofre influências políticas e econômicas diretas de outros países. A fim de exemplo, cito o curioso Tratado Vásquez-Saccio de 1972 entre Colômbia e Estados Unidos da América do Norte. No acordo, os Estados Unidos renunciam suas pretensões em relação ao arquipélago de San Andrés e Providencia no Mar do Caribe colombiano, cedendo as ilhas ao Governo Colombiano. Porém, em contrapartida, o acordo permite a pesca de empresas norte-americanas nessas águas agora colombianas. O saldo: lucro para capitalistas norte-americanos e a supressão do modo de vida tradicional local (Abello Vives, 2005). Como veremos, tal processo de dominação e espoliação em nada difere ao tocar os efeitos das políticas de drogas na América Latina.

Segundo Juan Gabriel Tokatlian, o debate internacional sobre as políticas de drogas restritivas iniciou em 1909, com a Comissão Internacional do Ópio de Shangai, Convenção do Ópio de Haya em 1912 e a Convenção do Ópio de Genebra em 1925. De acordo com o autor, nesse momento as decisões couberam aos países com posições econômicas centrais, e assim "a voz da periferia era insignificante e se entendia que as nações produtoras de substâncias psicoativas declaradas ilegais deveriam se adaptar às incipientes 'regras do jogo' em termos de luta contra o narcotráfico" (Tokatlian, 2017, p.17).

A primeira metade do século XX foi marcada pelos prejuízos decorrentes das duas grandes Guerras Mundiais, e as consequências das políticas de drogas coercitivas nos países chamados "subdesenvolvidos" não eram uma preocupação para as grandes potências mundiais. Segundo Tokatlian, na segunda metade do século XX, o momento pós-guerra evidenciou a hegemonia da influência dos Estados Unidos, que protagonizou diversos marcos internacionais: convenção única de 1961 sobre entorpecentes, convenção de 1971 sobre substâncias psicotrópicas e posteriormente a convenção de 1988 contra tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas. Ainda segundo Tokatlian (ibidem, p.19, tradução minha), "instalou-se e começou a estender-se assim a prática de 'narcodiplomacia', entendida como um tipo de relação em que o ator mais poderoso e influente (os Estados Unidos) logra exportar sua concepção de uma guerra contra as drogas a nações mais fracas ou subordinadas".

Em 1971, a declaração do presidente dos Estado Unidos Richard Nixon colocou as drogas como "inimigo número 1" dos Estados Unidos. Seu argumento dividiu o mundo em dois lados: países produtores e países consumidores. Essa divisão oportunamente alocava a população consumidora norte-americana como vítima dos países produtores, como a Colômbia, por exemplo. Para os Estados Unidos, era preciso exterminar a produção estrangeira, extirpando a ameaça que vinha de fora. Com a criação do Drug Enforcement Administration (DEA) em 1974, essa pressão avançou rapidamente para o México, Caribe e Colômbia (Rodrigues; Labate apud Labate; Rodrigues, 2015). Adiante aprofundaremos algumas

questões que ampliam o olhar sobre a jornada de guerra às drogas pautada pelos Estados Unidos e seus interesses submersos durante todo o século XX.

Confirma-se assim o início e validação de influência e sucessivas intervenções internacionais com múltiplas violações de direitos humanos em territórios latinos, pois as expectativas em relação ao modelo de cidade e a expansão econômica na região viam-se frustradas diante das condições desiguais da formação histórica local como consequência do colonialismo tão determinantes em toda América Latina (Carneiro apud Labate; Rodrigues, 2015, p.17). Cresciam as cidades e aumentava a pobreza, e intrínseca a isto a necessidade de se moldar a um padrão de comportamento adequado aos valores produtivos do sistema capitalista. As drogas em si não eram um problema, mas justificavam um problema criado a partir de juízos morais e estratégias de controle para interesses econômicos e geopolíticos. Labate e Rodrigues (2015, p.20, tradução minha) apontam: "A produção de leis respondeu a dinâmicas complexas construídas por níveis de discursos e práticas sociais que combinavam, por exemplo, sentimentos xenófobos, racismo, moralismo, preconceitos sociais, políticas de controle das populações urbanas e camponesas, interesses econômicos e regulação da atividade médica".

Mas por que tanto interesse e ganância pelo controle do continente latino? As riquezas culturais e naturais certamente entram na conta, mas a conta não fecha sem a consideração de outras dinâmicas de mercado. Como veremos, produtos como o ouro e a cocaína são decisivos para essa dinâmica de comércio, e no mercado de drogas ilícitas a América Latina tem significativa participação, pois Colômbia, Peru e Bolívia historicamente despontam como maiores e únicos produtores globais de cocaína. O Paraguai, além de intermediar grande parte da cocaína de passagem para o Brasil, é o maior produtor de maconha da América do Sul (Garat, 2016). Segundo Guillermo Garat (2016), a soma de movimentações pelo mercado de maconha e cocaína do Paraguai em 2016 equipara-se às transações financeiras de seu principal produto exportado legalmente, a soja, no mesmo ano.

Os valores dos produtos geram interesses diversos. A economia ilegal das drogas se mistura com a legal em circuitos de corrupção por todo o continente, que vive permanentes ondas de violência e conflito, contando com alianças entre Estados e organizações criminosas. Nesse emaranhado, as ligações entre empresas multinacionais, latifundiários, drogas, traficantes, corrupção e violência irrigam as estruturas sociais e de poder de muitos países da região (ibidem).

As cidades e as pessoas latinas

Assim como definir o que configura a América Latina por sua vasta heterogeneidade cultural, é difícil também dizer o que são e como são suas cidades, mas é possível aferir que muitas delas cresceram demasiadamente entre os séculos XIX e XX sob o domínio de uma elite de imigrantes europeus, que com políticas importadas referenciavam modos de vida e planos urbanísticos das metrópoles europeias. Entretanto, esse ideal de cidade não considerou as especificidades locais de desigualdade carimbadas pela colonização de cunho escravocrata. Segundo o arquiteto e historiador Adrián Gorelik (2005, p.113),

> assim como o balanço do processo imigratório, realizado pelos grupos dirigentes – diante de uma realidade que não parecia satisfazer aos anseios raciais, políticos e culturais daquele programa intelectual –, foi desolador, e também as cidades e as regiões afetadas por esse processo mudaram por completo, introduzindo novos problemas e novos programas. De modo que a consciência, muitas vezes trágica, dessa defasagem entre projeto e realidade é outra constante na história intelectual latino-americana.

Esta tensão entre vontade projetiva e existência real das cidades latinas em suas origens (ibidem) produziu uma ideia de desenvolvimento bastante duvidoso. De um lado, a elite preocupada com a perpetuação de sua condição de poder atribuído pelo capital e pela

áurea simbólica de conquistadores; de outro, o surgimento de uma sociedade díspar em oportunidades e acessos. Essa distância obscureceu qualquer possibilidade de convivência com o diferente e com a vida comum que surgia no dia a dia das cidades latinas.

Contudo, esse abismo social não parecia relevante na época, pois o importante era acompanhar o movimento de mercado de exportações impulsionado pelas economias colonizadoras. Assim, durante todo o século XIX, muitas cidades latinas lançaram processos de ressignificação de suas imagens de "cidades coloniais", iniciando ambiciosos planos de modernização em suas estruturas urbanas e sociais. A marca desse movimento foi a expansão de redes ferroviárias; afinal, naquela época a presença de imigrantes e de estações de trem cheias representava as veias do progresso industrial (Almandoz, 2002).

O filósofo e urbanista venezuelano, Arturo Almandoz, porém, aponta a desconexão da política urbana com a vida cotidiana na cidade. Mesmo após a independência da maioria dos países sul-americanos entre 1810 e 1825, as cidades latinas foram fortemente influenciadas pelas urbes europeias ocasionando transformações urbanas significativas no final do século XIX. Somente após a primeira Guerra Mundial, já no século XX, ocorreu uma mudança de eixo, quando as cidades dos Estados Unidos despontaram como principal referencial urbano a ser perseguido. Seguia assim a adaptação compulsória aos referenciais forasteiros. Segundo Almandoz (ibidem), a dependência econômica e cultural atrelada à aplicação de um urbanismo europeu na América persistiu com fortes transformações na cidade e no espaço urbano, que criaram desafios econômicos e sociais, submetendo a população latina às imposições de modelos culturais estrangeiros.

No início do século XX as cidades latinas passaram por processos de branqueamento da população com a chegada de muitos imigrantes italianos, espanhóis, portugueses e alemães, entre outros. Nessa época, as propostas de reurbanização baseavam-se na introdução de planos urbanísticos que inspirassem cidades modernas seguidas por grandes ações de saúde pública como as campanhas de vacinação em

massa – um conjunto de práticas que criava contextos de radical exclusão. Segundo Labate e Rodrigues (2015, p.40, tradução minha), "esses programas modernizadores foram conduzidos de forma autoritária, deslocando os mais pobres das áreas valorizadas das cidades. Ao mesmo tempo, intensificaram-se as políticas de repressão seletiva dirigidas a negros, mestiços e pobres, acompanhando o ritmo da crescente urbanização do país".

Portanto, paralelamente ao crescimento explosivo das cidades latinas, explodiram também processos de segregação e estigmatização na tentativa de delimitar contornos de uma cultura original e pura, negligenciando dinâmicas populares e ilícitas de sobrevivência, além de responsabilizar essas minorias pela deterioração urbana e consequente sentimento de insegurança (Figueiras, 2008). Foi assim que o desenvolvimento sob efeito do capitalismo globalizado trouxe consigo desde seu início, como parte intrínseca ao seu crescimento a qualquer custo, os fenômenos de grande desigualdade, miséria e pobreza.

Os desenhos das cidades capitalistas apresentaram uma cidade homogênea, higiênica, biológica, a partir do que pode ser lido como saudável sob determinado referencial, e assim naturalmente oprimiram qualquer tipo de diferença que poderia ser considerada uma ameaça. Para eliminar os incômodos para o ideal da máquina capitalista, são adotadas estratégias que podem ser facilmente relacionadas às formas de controle da população. Segundo Rodas e Arboleda (2016, p.86, tradução minha), "para alcançar esse controle, são criadas socialmente derivações sociolinguísticas, que permeiam constantemente as pessoas e criam nelas estigmas e categorias sob substantivos para nomear um lugar ou uma pessoa".

No Brasil, na cidade de São Paulo por exemplo, podemos destacar como a figura do "noia" atribuída às pessoas em situação de rua que fazem uso de crack expressa uma síntese deliberada de um inimigo político criado, capaz de vulnerabilizar a relação entre os corpos e os espaços públicos, as subjetividades e os territórios. Em espaços em que ocorre uso de drogas, esse inimigo fabricado politicamente cria uma atmosfera parasitária que justifica intervenções

do poder público para a perpetuação do controle e processos de exploração estrutural de parte da população.

Em contextos que concentram o uso de drogas ilícitas, como a Cracolândia em São Paulo, o antigo Cartucho/Bronx em Bogotá e a Calle Cúcuta em Medellín, a criação de imaginários sociais está associada ao papel da mídia que alastra um pânico generalizado, sendo capaz de antecipar a "violência vivida" para a noção de "violência presumida". Como efeito, tal presunção torna-se justificativa para a intensificação de ações repressivas por parte das instituições de segurança e o fomento de grandes projetos urbanísticos de requalificação. Nesse processo, a cidade entra em uma atmosfera de "sociabilidade violenta", produzindo instabilidade do vínculo civil entre as pessoas. Essa noção de "sociabilidade violenta", segundo Luiz Antonio Machado da Silva na leitura de Beatriz Figueiras (2008, p.181), é um "contexto de exacerbação do individualismo, de transformação da força em mecanismo regulador das relações sociais, organizador de um complexo orgânico de práticas e rotinas cotidianas que transbordam a violência em forma de vida".

Porém, nas cidades e nas ruas o que encontramos são as pessoas. Pessoas em situação de subordinação social, atravessadas por forças e estratégias totalitárias de controle e dominação impostas por parte da sociedade e administração "pública". Coloco o público entre aspas pois é preciso destacar a condução de tal administração pautada por interesses particulares e movimentações financeiras em direção a lucros exponenciais. A cidade gira em torno de números, e os sujeitos que vivem a desigualdade experimentam condições de vida extremamente adversas.

Historicamente, parcelas da população de cidades da América do Sul sofrem pressões inconscientes de controle que atravessam a vida, a subjetividade e os sentimentos das pessoas. O psicólogo José Moura Gonçalves Filho (1998) aponta as "mensagens enigmáticas de rebaixamento" como elemento importante na execução da biopolítica das populações. Segundo o autor, por meio de processos históricos de subordinação e consequente opressão subjetiva, os sujeitos são invadidos por uma força que dificulta as chances

de transformação da realidade. Podemos sinalizar esse processo de desigualdade nas relações como consequência da desigualdade de classes, resultado de desigualdade política – desigualdade que, com naturalidade, seleciona quem manda e quem obedece. Acompanho o professor Gonçalves Filho (ibidem, p.41), entendendo a desigualdade das relações quando "[...] o sentimento e a imaginação estão fincados numa situação real de rebaixamento. A situação imediata é sempre a situação mediada pela longa história de rebaixamento, submissão que se torna espontânea. Diríamos melhor: torna-se automática".

Vale ressaltar que a desigualdade se apresenta como um dos problemas humanos mais enigmáticos, pois é "aquele cuja solução precede a de todos os outros" (ibidem, p.48). Há uma desigualdade que produz e reproduz relações de poder nas sobreposições das subjetividades, em que uma literalmente monta em cima da outra, apertando os sujeitos à submissão de uma realidade imposta por interesses oligárquicos. É uma humilhação que tem caráter devastador pela complexidade com que atua, e ainda segundo Gonçalves Filho (ibidem, p.44), o processo de violência e humilhação

> [...] age destrutivamente pelos dois extremos do psiquismo. Comparece pelo lado dos enigmas que nos vem ferir, que infestam a subjetividade e nela se inscrevem como fonte de processos inconscientes, processos primários, pulsão e angústia. E comparece pelo lado da alavanca que vem em companhia dos outros, desmontando-a, roubando do humilhado o reconhecimento do outro, o reconhecimento de sua dignidade. Estes fatos externos-internos caracterizam assiduamente a psicologia do oprimido: desencadeiam afetos vertiginosos, "despencadores", afetos sem nome – como qualificá-los? um susto? o medo? o pavor? tristeza? ódio? culpa? solidão? As formas deste desencadeamento podem variar: as lágrimas, o emudecimento, o endurecimento, o protesto confuso, a ação violenta e até o crime.

O Estado, formado por indivíduos que negam o reconhecimento da diferença do outro como riqueza da diversidade humana, é

capturado pela lógica do capital e do poder, submetendo parte da população a "despencamentos" subjetivos. Assim, destina a essa parte da população considerada parasita – ou os "sem valor" – golpes e violações de direitos, justificados moralmente pela pobreza, pela cor da pele ou pelo uso de substâncias psicoativas. É uma violência arbitrária que amassa as pessoas pela angústia, reproduzindo essa marca para ou outros, para a comunidade e para si mesmos.

Estamos falando de experiências pessoais que se configuram como vítimas de um distante, porém paradoxalmente imbricado, mundo globalizado, no qual os ganhos das diversas movimentações financeiras internacionais estão nas mãos de poucos. Na América Latina, após a relação de exploração colonial, estende-se ao longo da história um colonialismo interno em que forças políticas e de mercado regionais, nacionais e internacionais apresentam a nítida pretensão de explorar e subtrair riquezas, sejam elas lícitas ou ilícitas, naturais ou não, atuando como engrenagens produtoras das mais variadas formas de desigualdade – em alguns países mais, em outros menos, mas podemos inferir esse padrão como característica do modo de exploração latina.

Este livro focaliza as realidades brasileira e colombiana, mas vale destacar experiências vividas em outros territórios latinos que foram atravessadas por sensações e compreensões que auxiliam o desenvolvimento da linha de raciocínio proposta. No final de 2018 a Venezuela apareceu no meio do percurso. Logo que cheguei na Colômbia com apoio do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) como etapa de desenvolvimento do projeto de doutorado, tive dificuldade para acessar o restante do apoio financeiro disponibilizado pela instituição. Depois de desgastante e inócua troca de e-mails com um banco no Brasil, questões burocráticas impuseram que para acessar a parte restante do auxílio financeiro, seria necessário ir até uma agência bancária em solo brasileiro. Avião? Preços exorbitantes impediam essa estratégia. A saída era ir por terra. Partindo de Bogotá, uma rápida olhada no mapa mostrava a cidade brasileira mais próxima: Pacaraima, noroeste de

Roraima (RR), zona fronteiriça entre o Brasil e a província de Bolívar na Venezuela. Era para lá que eu tinha que ir.

A alternativa foi cruzar a Venezuela.

"Corazón de seda"

Mi dios, cuánta gente saliendo de ese país... Este hombre no se da cuenta de que ya no lo queremos más.

Sulia, 55 anos, em referência ao presidente Nicolás Maduro. Moradora do estado de Sucre, Venezuela, na fronteira indo visitar filho que migrou ao Peru

Na Venezuela a situação está complicada há tempos. A fala de dona Sulia retrata a ingenuidade de parte da população em relação às intenções do governo de Nicolás Maduro. As frentes oposicionistas com apoio da política internacional também parecem não apresentar uma saída saudável para o país. Nesta disputa, a Venezuela amarga cada vez mais a desigualdade, o autoritarismo e a violência endereçada aos mais pobres. Podemos dizer ser uma radicalização da exploração contemporânea de forças do capital revestidas em jalecos de uma ideia de Estado totalmente equivocada e perversa. As complexas questões históricas, políticas e de dependência econômica que precedem o momento venezuelano não caberiam no foco deste estudo, mas o fato é que atualmente, a condição de vida das pessoas nesse pedaço da América Latina segue submetida às pressões colonialistas internas e externas.

Em meus primeiros minutos em território Venezuelano, na fila da imigração, fui duplamente alertado sobre os rumos da democracia do Estado autoritário agora governado por Nicolás Maduro. O primeiro alerta, metafórico: preso à parede do guichê da Polícia Nacional de imigração Venezuelana, uma placa com os dizeres "Aqui não se fala mal de Chávez". O segundo, bastante concreto, me

deixou em estado de alerta e apreensão durante os nove dias que estive no país: um rapaz da periferia de Caracas, chamado Rubén – um dos venezuelanos que tentava ganhar a vida na Colômbia e regressava para visita à sua terra natal –, me transmitiu a valiosa informação de que é "proibido" ter dólares na Venezuela. O "proibido" entre aspas de Rubén queria dizer que se a Guarda Nacional encontrasse dólares, ela extorquiria, principalmente de figuras estrangeiras como eu. Com alguns dólares na mochila, minha ingênua precaução de levá-los para alguma emergência ironicamente acabava de me colocar em risco. Rubén ainda acrescentou: "A Guarda Nacional é extremamente corrupta, são bandidos de uniforme" (Diário de campo, 23 nov. 2018).

Outros detalhes dessa experiência na Venezuela são palavras para outro texto, mas posso afirmar que o país se encontrava destroçado. Em um momento de extrema crise social, e afogado em uma inflação de 9.500% em 2019, foi comum ver muito dinheiro nas mãos das pessoas, mas, ironicamente, muito volume que não valia nada. O paradoxo da abundância insignificante. Infraestrutura básica abaixo do precário, afinal, "se o Estado abandonou, o povo abandona também", me relatou um morador da Charallave, periferia sul de Caracas. O sentimento de insegurança e perigo de estar em uma sociedade desesperada por qualquer tipo de renda, fosse ou não por via legal, parecia ecoar no ar em todo canto da Venezuela. Ônibus velhos, muitas horas em viagens em pleno desconforto, comércios fechados e corrupção e intimidação da Guarda Nacional a todo instante. Trouxe na bagagem até mordida de cachorro na perna de madrugada. Foram nove dias, dez ônibus e um banho para cruzar a Venezuela. A falta de água acompanha o cotidiano. Apesar da insegurança que me asseguravam existir, andei sempre em grupo, e só assim foi possível enfrentar as muitas adversidades e reconhecer a solidariedade do povo venezuelano que pouco a recebe de volta.

Em outro trecho da viagem, em novembro de 2018, dentro do ônibus rumo a Valencia após uma hora de atraso em um sol estupidamente quente, uma confusão devido a uma família que levava muitas bolsas, sacolas de comida e malas no corredor central do

ônibus chamou minha atenção. Curiosamente, o motorista alegava excesso de bagagem. Seria uma tentativa desconectada da realidade de formalização e controle em um sistema totalmente precário e informal? Os minutos seguintes me responderam quando o motorista cobrou uma quantia em dinheiro e após a família expressar não ter o valor exigido, o motorista confiscou uma sacola com dois sacos de arroz e salgadinhos – triste extorsão declarada; era lastimável como para qualquer lado sentia a ânsia por algum ganho, mesmo que a vítima fosse o próximo em condição parecida.

Ao meu lado sentou-se Ramírez, um rapaz de no máximo 45 anos, careca e com olhar vago. Me contou que antes do nascimento do segundo filho esteve por um tempo na cidade de Cúcuta, divisa com a Colômbia. Lá trabalhou como açougueiro, o ofício que disse dominar e no qual ter experiência, mas também já trabalhou com "pescado", pois era preciso trabalhar e era o que tinha para fazer. Ramírez acrescentou que agora está vindo do "km 88", a região de mineração legal e ilegal conhecida como Las Claritas, no meio da região de preservação repleta de belezas naturais conhecida por Gran Sabana. Ele acrescentou que após o nascimento do segundo filho, tentou a vida na mineração de ouro por ali durante um breve período de quatro meses. Apesar do olhar vago, se dizia animado por estar voltando para Maracay, cidade onde estavam a mulher, os filhos, sua mãe e os demais da família. Ramírez detalhava: "Meu primeiro filho é muito apegado a mim. Já o segundo, não tivemos muito tempo e não estávamos muito próximos. Fui à mina quando ele tinha três meses, vou voltar agora que ele tem sete". Com o marear dos olhos ao dividir sua íntima história comigo em um ônibus velho e quente, Ramírez parecia determinado a querer ficar um tempo junto da família.

Sobre a vida na mineração ele não comemorava vantagens ou facilidades. "Além do cansaço, é um trabalho que se faz com os pés sempre molhados, e há cortes nos pés que só sangram depois de um tempo. É quando a ferida realmente dói.". O rapaz discorreu sobre uma realidade dura e precária, mas que para ele de alguma forma valia a pena, apesar da incerteza de, nas suas palavras: "achar ouro ou não". Na ocasião, suspeitei que o havia encontrado. Seu argumento

de estar voltando para encontrar a família girava em torno de ter feito algum dinheiro durante os quatro meses que esteve na mina. Naquela noite nossa viagem foi interrompida por quatro fiscalizações da Guarda Nacional. Ramírez, com sábia movimentação neutra ao descer do ônibus, conseguiu driblar todas as vezes que os oficiais da Guarda Nacional revistassem suas roupas e mochila. Pela perspicácia, imaginei que poderia estar evitando as fiscalizações da Guarda Nacional. Ambos sabíamos o que aconteceria se encontrassem ouro escondido. Decidi ficar próximo de Ramírez e seguir seus movimentos, e assim também evitei revistas aos meus pertences já que ocultava aqueles dólares suados no sapato. Ao chegarmos a Maracay, ele se despediu de mim com um sorriso no rosto e se foi. Melancolicamente, senti que esse homem venezuelano, em uma dinâmica cíclica de pingar entre possibilidade de sustento para si e para sua família, expressava em seu olhar a certeza de uma vida incerta.

Essa foi uma breve apresentação de uma realidade recorrente na América Latina. Apesar da enorme abrangência territorial e do leque de diversidade cultural e racial que abrange a região, os países latinos apresentam algumas características em comum no que tange aos processos históricos, políticos e sociais de desigualdade e exploração (SOUZA, 2011). Podemos apontar como uma dessas semelhanças a colonização pautada por modos de exploração em relação às pessoas e ao solo. É importante considerar que no contexto venezuelano, a questão da dependência econômica é bastante particular, mas ainda assim, muitos aspectos da realidade venezuelana se mesclam intimamente com a história dos outros países do continente, que juntos enfrentam sistematicamente o ônus hereditário das estruturas políticas e relações de poder instauradas pelo colonialismo.

Os deslocamentos geográficos de Ramírez e Dona Sulia ilustram a busca por oportunidades que acendem a esperança de uma melhor condição de vida. Esse incessante trânsito é provocado por situações de mercado que literalmente avassalam os mais pobres. Nas zonas rurais, são as pessoas que assistem o assalto a suas montanhas e rios na trilha pelo ouro, a suas florestas pelo corte da madeira e a seus campos pela colheita dos arbustos de coca. Nas cidades, são os

pobres desprovidos de acessos e direitos que também se tornam alvos de violência estatal de diferentes formas e sofrem o preconceito e o descaso generalizado da sociedade.

Essas consequências bastante carregadas são condições de vida que podem ser traduzidas pelo termo "humilhação social", que certamente é expressa por um coletivo, por um grupo, pela sociedade. Entretanto, tais situações proporcionam sentimentos e sofrimentos diversos no âmbito individual das pessoas latinas.

Nas próximas páginas avançaremos para territórios colombianos e brasileiros. A trilha pela perseguição ao ouro venezuelano de Ramírez, gerada pela ilusória riqueza repentina, fará contato com outras riquezas latino-americanas.

Porém, antes de deixar a Venezuela, saudosamente narro o momento ao final do longo e desconfortável percurso de quinze horas deitado no piso de uma Encava[1] para cruzar o curto trecho de aproximadamente 325 km entre Puerto de La Cruz-Barcelona e Caracas. Recordo levantar-me para ver de longe a parafernália da maior refinaria de petróleo do país à beira do oceano no mar do Caribe. Assustava imaginar o contraste dos bilhões gerados pelo negócio do petróleo e a condição real de vida que eu observava em grande parte das pessoas. Próxima a mim, uma moça jovem que se despediu dolorosamente da família antes de partirmos de Caracas, ao me assistir deitado no chão, me ofereceu uma pequena almofadinha azul. Aceitei e agradeci. Salvou a viagem. A moça dormiu quase o tempo todo, quando não cantava algum hit de *cumbia* latina que tocava no ônibus, como "Corazón de seda", sucesso nas terras de bandeira amarela, azul e vermelha[2] do sonho de Bolívar. Como dona Sulia, na epígrafe desta parte do texto, que de forma ingênua queria acreditar que Maduro não sabe de suas consequências ao povo, o coração da

---

1 A Encava foi a maior construtora de ônibus da Venezuela. Muitos são ônibus de tamanhos reduzidos. Após 55 anos, a Encava suspendeu a produção até setembro de 2017.

2 Pelo menos ouvi na Colômbia e na Venezuela, imagino que também no Equador. Em algum sentido talvez o sonho de Bolívar tenha unificado esse território em uma grande nação.

moça parecia macio como sua solidariedade para comigo, ao ter me oferecido um pouquinho, que seja, de conforto (Figura 2).

Figura 2 – Deitado no piso da Encava, entre Caracas e Puerto de La Cruz-Barcelona, Venezuela. Novembro de 2018.

Fonte: desenho elaborado pelo autor.

Confluências de rios de pó

Una libra de pescado bocochico puede valer mil pesos. Los gringos quieren comprar cincuenta o más por menos de mil pesos cada una. Mucha gente vende pescado así. Yo no! Si es así prefiero dejar el pez en el río.

Relato de um pescador do rio Atrato, Chocó, Colômbia, abril de 2019

Após cruzar o rio Orinoco, principal curso de água da Venezuela, seguimos para as proximidades de outro rio, o Atrato, já em terras colombianas. Em uma jornada pelos caminhos da coca – que, assim como o ouro, é produto extremamente rentável e naturalmente se alia a dinâmicas de exploração e mercado pautadas pela reprodução de capital –, busquei também me aproximar e experimentar o interior de países latinos, interior que denuncia traços de desesperança econômica nas zonas rurais, que como veremos, desemboca em nítidas consequências sociais em contexto urbano.

Nos meus primeiros dias na Universidade de Medellín em janeiro de 2019, tomava um café enquanto dividia meus interesses de pesquisa com o professor Juan Camilo Vásquez Atehortúa, da Faculdade de Ciências Sociais. Camilo trabalha a temática da coprodução do conhecimento, e ao conversarmos sobre a questão das drogas e a redução de danos, o professor comentou que daria aulas na cidade de Quibdó em parceria com uma Universidade local. Segundo ele, a cidade estava no departamento[3] de Chocó, na Costa Pacífica, "o mais 'esquecido' pelo Estado colombiano", ele dizia. Após minutos de conversa, Camilo me convidou para acompanhá-lo e disse que além de ser um local de natureza fascinante e com a maior concentração de pessoas afrodescendentes da Colômbia, a região apresenta também entre seus problemas sociais a questão das drogas. Situada às margens do rio Atrato, Quibdó tornou-se rota para tráfico de

3 Na Colômbia a divisão de estados é chamada de departamentos.

cocaína com acesso fluvial pela floresta em direção ao norte no mar do Caribe. "Dizem que se pode ver os barcos passando pelo rio de madrugada", comentou o professor Camilo. A breve pesquisa que fiz naquela noite sobre Quibdó e o departamento de Chocó apontou também a presença da mineração de ouro. Infelizmente a agenda do professor Camilo e a minha não possibilitaram irmos juntos, mas felizmente não perdi a oportunidade de sentir Quibdó: fui sozinho.

No dia que cheguei a Quibdó, em abril de 2019, encontrei Chapita, uma mulher que conheci por meio do professor Hilderman Cardona Rodas da Universidade de Medellín. Ela é uma jovem ativista pelos direitos humanos e juventude, além de pautar a valorização da cultura afro na cidade. Antes de encontrá-la, Chapitah me passou por telefone complexas informações do trajeto para sua casa para que eu pudesse explicar aos rapazes de "mototáxi". Ao localizar o endereço no mapa, vi que não era distante do centro, e informei Chapitah que iria caminhando. Ela enfaticamente alertou para não mostrar o celular para ver o mapa enquanto caminhava pelas ruas, pois disse que "o bairro aqui é perigoso". Anotei as informações que ela havia passado e desenhei um pequeno e rústico mapa para me guiar até sua casa. Na varanda de sua casa Chapitah me contou das características afrodescendentes do departamento de Chocó, além de ressaltar que as estatísticas da população negra vêm diminuindo com o passar do tempo, pois além da mistura racial, existe "certa vergonha da população de se autodeclarar negra". De fato, por ser um dos poucos brancos, me senti bastante observado em meio à juventude negra que improvisava incríveis passos de *hip-hop* no fim de tarde na praça da Igreja à beira do rio. Contrapondo o progressivo apagamento das origens culturais e raciais associada à ocupação escrava da região, atualmente em Quibdó existem algumas estratégias de valorização da cultura afro, como o bar-café Motete. Lá pude conhecer ao vivo esta canção da cantora local Marsh Waris:

> *Estoy en proceso de deconstrucción*
> *de la historia que me han vendido,*
> *con ganas de conocer a fondo de dónde he venido...*

De mis ancestras, hombres y mujeres negras
que han luchado por sus familias,
que han luchado por sus tierras,
también mucho que aprender de los indígenas
todo esto para conocerme a mí misma.

Manifestación,
de una fémina, de una negra
Manifestación,
antirracista de una negra
"Manifestación", de Marsh Waris, Quibdó-Chocó, Colômbia

De fato, o departamento de Chocó parece não ser uma prioridade para o Estado colombiano. No café-bar Motete, enquanto apreciava a música "Manifestación" de Marsh, folheei um *zine* local chamado "Norteño", produzido pela Red Juvenil de Mujeres Chocoanas. O informativo abordava a estrutural falta de água encanada nos bairros da zona norte de Quibdó. Apesar da excessiva umidade no ar e dos índices pluviométricos abundantes na região, a luta pelo direito à água afirma-se presente na cidade.

Sobre a questão das drogas, Chapitah me contou que apesar de o departamento de Chocó apresentar algum cultivo de coca, na visão dela, o departamento é vítima principalmente das consequências sociais do narcotráfico, afinal não tem índices significativos de cultivo nem de uso de cocaína. Chapitah também recordava sua infância no povoado de Condoto, em um dos rios afluentes mais ao sul no Atrato. Lembrou que jogavam areia do fundo do rio para cima e brincavam de "chuva de ouro", e dizia que "era uma coisa muito normal para a gente a relação com o ouro". Chapitah lamentava, naquele momento, as trágicas deformações nos cursos dos rios causadas pelas enormes dragas que remexem seu leito e disse que "as comunidades locais já não reconhecem o curso dos rios".

Observando a força do rio do *malecón* de Quibdó e as canoas motorizadas que iam e vinham carregadas de bananas, eu pensava no ouro e imaginava se os barcos que passavam em velocidade estariam

transportando cocaína. Os barcos motorizados parecem conhecer bem o caminho dos rios. Entre esses movimentos e divagações, eu buscava realizar as associações entre a cocaína e o ouro que essa parte do mundo me convidava a fazer. Fui pego de surpresa quando uma menina se aproximou de mim e curiosamente perguntou: "Essas pulseiras no seu braço são de ouro?" Estranho. Nunca haviam me perguntado sobre o material das pulseiras de cobre e latão que carrego uma em cada pulso há mais de uma década. Ali, o ouro de fato permeia o imaginário.

O antropólogo Michael Taussig, atualmente professor da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, esteve parte de sua vida relacionado com a Universidad de Cauca, na cidade de Popayán, Colômbia. Nos anos 1970, e mais assiduamente entre 1990 e 2002, Taussig esteve inúmeras vezes em regiões próximas à Costa Pacífica colombiana com a intenção de escrever um livro sobre as pessoas e a mineração, e percebeu que à medida que a aparição do ouro diminuía, a presença da cocaína aumentava. Unir os mundos do Ouro e da Cocaína é narrar a história de pessoas exploradas que se sustentam em condições precárias de sobrevivência (Taussig, 2013). Há vidas precárias no meio de giros exorbitantes de capital atrelados ao produto final de sua mão de obra, mas os ganhos financeiros e a esperada ascensão social provenientes de sua comercialização certamente passam distantes das mãos e dos olhos.

Falar sobre cocaína pode ser também falar do "ouro branco". Falar do ouro é também imaginar o reluzir amarelo do ouro em pó do fundo dos rios. Na América Latina, ouro é coca e coca é ouro. Taussig faz exuberante narrativa dessa aproximação em seu livro *Mi museo de la cocaína* (versão original em inglês de 2004). Nesse livro, o autor expõe a brilhante aproximação entre ouro e cocaína fazendo alusão ao mundialmente famoso Museo del Oro de Bogotá. Segundo o autor, a exaltação do fetiche pelo ouro do museu nega anos de exploração escrava em terras latino-americanas, assim como a miséria e demais consequências sociais dos tempos atuais relacionadas ainda hoje ao ouro e à cocaína. O autor acrescenta que se o ouro determinou a economia política da colônia no momento do Império, é a cocaína e

a sua proibição imposta pelos Estados Unidos que produziram a Colômbia e seus problemas sociais do presente. Para Taussig, não abrir um debate franco sobre a cocaína atualmente é omitir a perversidade da realidade e perpetuar a hipócrita negação do Museo del Oro em relação à exploração escravocrata do minério dourado.

Quando estive no Museo del Oro de Bogotá no final de 2018, havia uma pequena seção fazendo referência à época da escravidão, que mencionava a desumanização dos povos africanos pela Coroa Espanhola, explicitando como escravos e escravas foram incessantemente trazidos para trabalhar nos recém-formados *"distritos mineros"*. O ouro movimentou a perversa travessia desses corpos pelo Atlântico, chegando a aproximadamente 4 milhões de escravos importados entre 1500 e 1867.[4]

Apesar de o ouro ser legalizado, grande parte de sua movimentação acontece de forma ilegal e clandestina, tanto em sua extração nas minas quanto em sua circulação global pelo contrabando. Entre 2018 e 2019 dados oficiais do Governo Federal brasileiro apontam que o estado de Roraima, no norte do Brasil, exportou 194 quilos de ouro para a Índia sem sequer ter alguma mineradora operando legalmente no estado no período referente às exportações (Fellet, 2019). Curioso. É o tráfico. Com a coca também é assim – outros formatos, mas assim. Os dois produtos possuem seus negócios dominados por grandes e poderosas corporações: sejam os cartéis e organizações criminais do mercado das drogas ou as grandes mineradoras multinacionais como a canadense Gran Colombia Gold, maior mineradora atualmente escavando o subterrâneo colombiano, inclusive na região de Condoto citada por Chapitah.

Ouro e cocaína recebem apelidos derivados do seu brilho reluzente, e de formas distintas causam efeitos de fissura, ambição, excessos e poder. Ambos são disputados e valorizados a partir de sua porcentagem de pureza. Um e outro, desde a forma bruta até a comercializada, passam por processos químicos e térmicos em suas respectivas refinarias. Ambos poluem os rios: seja pelos químicos

4 Segundo exposição del Museo del Oro, Bogotá, Colômbia.

despejados pelos laboratórios de refinamento da cocaína, seja pelo mercúrio na separação e derretimento do ouro. Este e aquela guardam seus pontos e rotas centrais e estratégicas para a distribuição global. A cocaína, devido à origem botânica específica do arbusto de coca, tem como base os países andinos da América Latina. O ouro, espalhado pelo subterrâneo do planeta, possui sua maior movimentação comercial em Dubai, a perfeita localização central para viabilizar efetiva comercialização em todos os continentes. Ambos afirmam suas maiores cifras de exportação em negociações com seu maior comprador, os Estados Unidos da América do Norte (Tierra Digna; Melo, 2015). A dupla gera gigantescas e lucrativas transações financeiras, e atreladas a isso, as dinâmicas em torno da cadeia de produção e venda do ouro e da cocaína submergem-se em ondas de cobiça e corrupção. A busca pelo ouro e pela cocaína certamente envolve ganância e riscos, e a partir do momento de sua posse, ambos desaparecem fugazmente pelas forças do consumo.

Para Taussig, ouro e cocaína são fetiches que se apresentam mais como entidades espirituais do que como simples matéria mineral ou vegetal. É aí que estão suas *"extrañas bellezas"*, e como todo fetiche, podem criar armadilhas para a percepção e a compreensão humanas; afinal, representam aquilo que todos queremos, mas que sabemos profundamente que não devemos ter. Nas palavras de Taussig (2013, p.20, tradução minha), "não é uma filosofia da forma, mas da substância e da força – como o ouro, como a cocaína –, substâncias transgressoras, eu as chamo, cheias de todos os tipos de perigo que não podem fornecer muito ao mundo em termos de uma forma estável, mas muito, na verdade, em termos de exuberância e perturbação.

O pó que cega e as cegueiras do pó

De fato, essas duas substâncias compartilham alguma perturbação. Para Taussig o ouro é a mãe de todas as mercadorias. Será? É de se pensar ao considerarmos o movimento de "globalização" pautado

por comércio e mercado, em que o ouro certamente possui caráter pioneiro junto com as especiarias e os "temperos da alma", como as folhas de coca, por exemplo, que foram também transportadas pelo mundo na época das grandes navegações. Entretanto, temas como a mineração de ouro e o cultivo de coca devem considerar outras cosmologias, principalmente as das pessoas diretamente afetadas pelas transformações causadas no planeta como consequência das atividades humanas decorrentes do apetite capitalista. No caso da mineração do ouro, é de extrema relevância resgatar a visão de mundo de Davi Kopenawa do povo ianomâmi que vive próximo à fronteira da Venezuela.

Para Kopenawa e Albert, os "minérios, como chamam os brancos", são fragmentos e lascas do céu, sol, lua e estrelas que caíram do "primeiro céu", formando assim o esqueleto do planeta, dando sustentação e firmeza para a carne e a pele, que são o solo e as florestas. Na visão de Kopenawa, a parte mais profunda dos metais é maléfica e nociva aos seres humanos, pois é um metal extremamente duro que foi escondido justamente para proteger a humanidade. São substâncias quentes que enterradas nas profundezas regulam a temperatura do planeta e evitam possíveis desertificações: para ele, a desertificação cria solos vazios, locais onde os "brancos" já extraíram todo o minério. Segundo Kopenawa e Albert (2015, p.360), a extração massiva de ouro por meio de multinacionais estrangeiras coloca todos em risco, pois "se forem todas postas a descoberto, incendiarão a terra": "Se os brancos um dia chegassem até o metal de Omama, a poderosa fumaça amarelada e seu sopro se espalharia por toda parte, como um veneno tão mortal quanto o que eles chamam de bomba atômica" (ibidem, p.359).

Está aí mais um elemento para considerar na avaliação de mudanças climáticas. Os autores ainda reforçam que quando Omama escondeu o ouro e os demais minérios nas profundezas da terra, disse aos homens: "tomem esses poucos pedaços para trabalhar em suas roças e não desejem mais! Guardarei o restante, que é perigoso! Ele agora pertencerá aos espíritos!" (ibidem, p.358). Os metais extraídos pela superfície, como o pó de ouro tradicionalmente extraído pelos povos tradicionais no leito dos rios, são inofensivos e garantem

utilidade ao desenvolvimento humano. A preocupação de Kopenawa reside no seguinte:

> Escavando tanto, os brancos vão acabar até arrancando as raízes do céu, que também são sustentadas pelo metal de Omama. Então ele vai se romper novamente e seremos aniquilados, até o último. Esses pensamentos me atormentam muito. Por isso levo em mim as palavras de Omama para defender nossa floresta. Os brancos não pensam nessas coisas. Se o fizessem, não arrancariam da terra tudo o que podem, sem se preocupar. (ibidem, p.361)

Na tradição ianomâmi o ouro deve ser tratado com muito respeito. Os indígenas idosos e mais experientes coletavam o ouro em pó no fundo dos rios e faziam feitiçaria a partir de uma mistura capaz de cegar pessoas com quem tinham desavenças. Para Kopenawa, o poder mágico do ouro permanece ativo nos contextos urbanos. É preciso ter cuidado. Nas palavras do xamã:

> Quando os brancos arrancam os minérios da terra, trituram-os com suas máquinas e depois os aquecem em suas fábricas. Ele então exala uma poeira fina, que se propaga como uma brisa invisível em suas cidades. É uma coisa de feitiçaria perigosa, que entra nos olhos e vai estragando a vista. Por isso tantas crianças dos brancos são obrigadas a prender os olhos atrás de cacos de vidro para ler seus desenhos de escrita. (ibidem, p.362)

A fumaça e a fuligem urbanas decorrente do derretimento do ouro e de combustíveis com base de petróleo nas cidades são chamadas de *xawara*, e certamente retornam para a floresta e contaminam também os indígenas. Especificamente, a retirada do amálgama do ouro por meio de seu derretimento é um processo necessário para seu refinamento. O vapor de mercúrio exalado é denominado por Kopenawa de "epidemia do ouro", chamada de *oru xawara,* quando partículas de mercúrio são liberadas no ar. É representada pela "doença do céu", que nas palavras do indígena, os "brancos chamam

de poluição". O minidocumentário da *Revista VICE* chamado "Envenenados por la fiebre del oro", de 2016, apresenta a dramática consequência ambiental, social e de saúde proporcionada pela extração ilegal do ouro.

O filme retrata a enraizada utilização do mercúrio para separação manual do ouro pelos mineradores clandestinos. A técnica possibilita uma separação mais rápida e barata. Cai como uma luva para os problemas sociais da Colômbia. Quimicamente o veneno é o mercúrio, que mesmo com baixa exposição pode causar danos severos no sistema nervoso central. Os principais sintomas são tremedeira, perda da memória e impotência. Devido ao seu alto índice de contaminação, a técnica de utilização do mercúrio para separar o ouro foi banida nos Estados Unidos há mais de um século.

Na Colômbia é uma técnica comum na mineração ilegal que representa cerca de 80% de todo o ouro extraído no país. Segundo o filme da *VICE*, na floresta, onde não há intervenção humana, o nível de mercúrio é de cinco nanogramas por litro de ar; em cidades como Bogotá e Medellín, chega a 1.820 nanogramas. Nos povoados em que o médico trabalha e também em Quibdó, que possui oficinas fechadas de derretimento do ouro, o vapor de mercúrio chega a 400 mil nanogramas por litro de ar. A exposição é tremenda. Entretanto, apesar dos riscos, para os homens que estão nas minas, a busca pelo ouro pode gerar fissura. Quando iniciam um novo terreno e encontram algo acreditam que conseguirão mais e mais. Com a cocaína, o padrão de uso em determinados contextos apresenta fatores semelhantes. É o jogo da ilusão e a compulsão pela busca. A relação com o ouro também apresenta comportamentos que podemos nomear como "dependência" e que certamente também é determinada pelos contextos em que ocorre. É uma relação densa que por trilhas não tão distintas da cocaína também deve ser debate e preocupação social, ambiental e de saúde. O xamã insiste em alertar: "se continuarem seguindo esse mesmo caminho, é verdade, acabaremos todos morrendo. Isso já aconteceu com muitos outros habitantes da floresta nesta terra do Brasil, mas desta vez creio que nem mesmo os brancos vão sobreviver" (Kopenawa; Albert, 2015, p.372).

O que estamos fazendo com as florestas e as cidades?

O mercado da cocaína, acompanhado pelo cultivo do arbusto de coca, começou a aparecer na Costa Pacífica colombiana a partir de 1999. Durante os quatro dias que estive em Quibdó choveu em todos, e ironicamente os aparatos tecnológicos de controle via imagens de satélite fornecidos pelos Estados Unidos para auxiliar na erradicação dos cultivos ilícitos tornaram-se obsoletos diante da força natural das nuvens, chuva e umidade (Taussig, 2013). Atualmente, os quatro departamentos da Costa Pacífica (Nariño, Cauca, Valle e Chocó), onde se localiza Quibdó, apresentavam cultivos de coca registrados em 2018, que aparece em quase todos os departamentos colombianos (UNODC, 2019a). Apesar de Chocó não possuir extensas zonas de cultivo, as consequências sociais extrapolam as delimitações das plantações e se misturam com o cotidiano e a economia local.

Foi assim que ironicamente o avanço do mercado da coca-cocaína por essas terras trouxe algum progresso para a região historicamente ocupada por descendentes de escravos e colocada às margens das preocupações do governo colombiano. Em Quibdó são nítidas a precariedade e a miséria que o povo enfrenta no cotidiano. É paradoxal ver em todo canto lojas de "compra y venta de oro", ao passo que meus olhos também observavam a vida urbana se apresentar com tantas necessidades e desafios. O Chocó é conhecido pela pouquíssima infraestrutura estatal, porém, paradoxalmente, a melhor oportunidade de trabalho estável na região é justamente trabalhar para o Estado. É uma dependência desonesta ilustrada pelo contrastante edifício de concreto do Banco de la República na praça da igreja de Quibdó, que aparentemente sem constrangimentos exibe seu insuficiente amparo à comunidade.

Observar essa robusta construção de concreto me fez ligar mais alguns pontos dos estudos de Taussig em relação ao ouro e à cocaína. Segundo Taussig (2013, p.182), foram os barcos com motores de duzentos cavalos, aqueles que vi rasgarem o rio Atrato em alta velocidade, que trouxeram algum progresso para a costa do Pacífico: "não haveria motores de duzentos cavalos sem a cocaína, e é a cocaína que permite que o cimento se levante nas ruas dos povoados da

costa". Como disse, a região é praticamente esquecida pelo Estado, e os barcos do narcotráfico colaboraram para que o pó de cimento se pulverizasse entres os povoados na construção de alguns casebres e igrejas nas beiras dos rios, os mesmos barcos que ziguezagueiam os rios transportando ouro e cocaína.

Segundo o relatório *La Minería en Chocó, en clave de derechos*, resultado de uma investigação sobre as alternativas para a crise socioambiental territorial, foram a guerrilha[5] e os grupos paramilitares[6] que injetaram dinamismo econômico na região por meio dos cultivos de coca, colaborando para as comunidades locais investirem em maquinário para a prática da mineração clandestina (Tierra Digna; Melo, 2015). O nó é grande. O texto enfatiza essa junção fundamental para compreender o conflito armado e a mineração ilegal na Costa Pacífica. Essas duas economias, do ouro e da coca, se misturam com o sustento, com o desenvolvimento, com a violência e com o cotidiano dessas zonas pouco atendidas pelas vontades políticas da Casa de Nariño[7] (Figura 3).

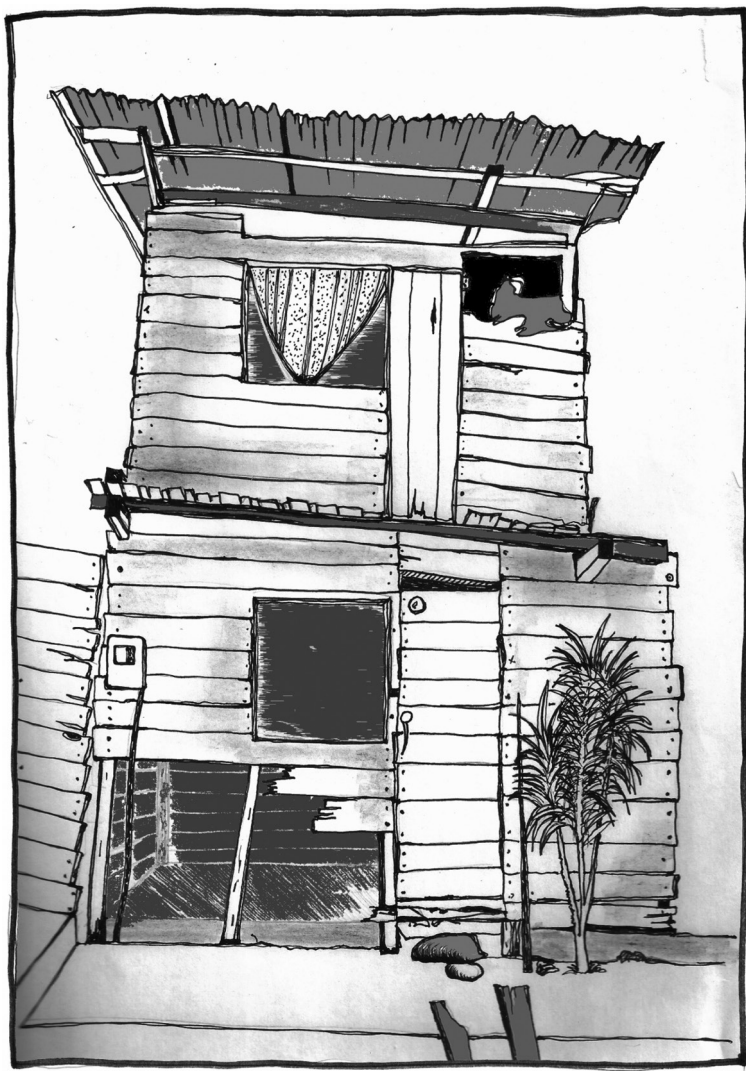
Com as tentativas de erradicação dos cultivos de coca, cresceu o número de minas clandestinas como alternativa de renda para os campesinos. Essas minas ilegais muitas vezes são subordinadas aos grupos de guerrilha e paramilitares, que consequentemente financiam o tráfico de drogas e armas. O ciclo é vicioso: do ouro para a coca e da coca para o ouro. O cenário se complexifica desde o acordo de paz estabelecido com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em 2016. Desde então, muitos campesinos que abandonaram os cultivos ilícitos se encontram com dificuldades de substituir sua fonte de renda, reaparecendo na mineração

---

5 Grupos armados de esquerda bastante comuns na Colômbia.

6 Grupos de direita organizados com estrutura semelhante à estrutura militar. Muitas vezes apresentam envolvimento informal com as forças do Estado. São os responsáveis pela maioria das violações de direitos humanos nas últimas décadas na Colômbia. Na realidade brasileira podemos relacioná-las com as milícias.

7 Sede do governo da República da Colômbia em Bogotá. Funciona também como residência do presidente.

Figura 3 – Apesar de o concreto ter chegado a algumas casas das famílias mais abastadas, a maioria das residências são de precária estrutura de madeira

Fonte: desenho elaborado pelo autor.

clandestina como possibilidade econômica plausível. Além de ser mais barata e menos trabalhosa que o desmatamento e capina da roça para o plantio da coca, a mineração ilegal é mais barata para os patrões do tráfico. As pistas denotam que essas duas substâncias convivem juntas em uma relação pendular. Na brilhante análise de Taussig (2013, p.255):

> O que confere ao ouro e à cocaína seu *status* peculiar e privilegiado [...] é a maneira como eles deslizam pela vida e pela morte através da sedução e graças à transgressão. A morte persegue essas substâncias na mesma medida em que elas animam a vida, encantam e obrigam [...] são o contágio emitido pela quebra de um tabu – um contágio que é material, espiritual e moral. Mas, então, você deve se perguntar: por que o tabu é quebrado tão repetidamente?

A resposta é com provocação subjetiva: as dinâmicas em volta dessas mercadorias, cocaína e ouro, desafiam todo e qualquer significado padrão de mercado, além de debocharem das convencionais leis de oferta e demanda. Elas impõem à economia complexidades "fantasmáticas desconhecidas pela economia convencional. São os luxos pelos quais as pessoas estão preparadas para ser enganadas" (ibidem, p.132, tradução minha), desesperançadas e soltas para colocarem-se em risco e extrapolar os contornos da cautela e do bom senso. Dessa forma, para Taussig (ibidem), não se pode "purificar" ou evitar a atração e repulsão que esses produtos suscitam e encarnam.

Entretanto, apesar de eu ter sentido a "energia do ouro" presente em todo instante em que estive em Quibdó, não foi fácil encontrá-lo. Busquei comprar ouro em estado bruto, mas só o encontrei elaborado, como joias, anéis etc. Com algumas indicações de Chapitah, entrei em mais de doze comércios de *"compra y venta"*, e curiosamente, quase todos automaticamente se precipitaram, concluindo que minha intenção era vender-lhes qualquer quantia irrisória de ouro. Parece que eu os surpreendia querendo na verdade comprar

uma quantia irrisória. A compra de ouro bruto no varejo parece incomum. Segundo anotações de campo,

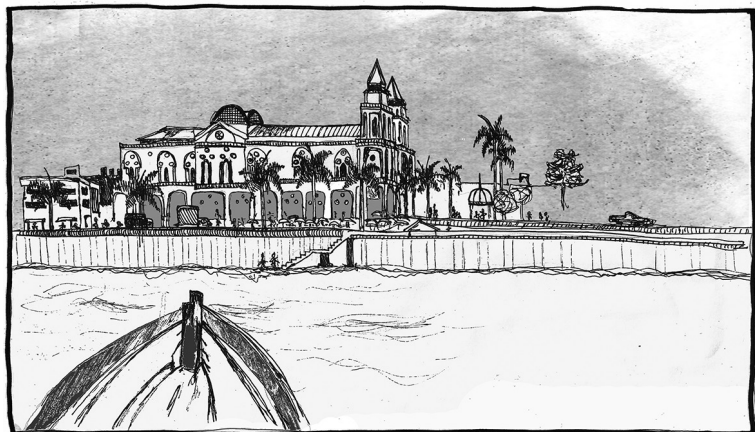
> um fala que não tem e indica o outro. No fundo todos me dizem que não tem. Sinto a impressão de que estão evitando negociar comigo. Sinto uma sensação de risco, como se estivesse indo comprar ouro na "boca". Creio que porque sou estrangeiro... além do mais, a economia por aqui parece girar muito em torno de minerações clandestinas, ilegalidade, suspeitas e receio. (Diário de campo, abr. 2019)

Com paciente insistência consegui comprar uma pequena porção de ouro bruto. Negociei quatro gramas de ouro em pó. Quatro gramas selecionadas pela atração do ímã que o separa dos outros metais. O ouro enfim apareceu. Sim, em pó como a cocaína. O preço? Aproximadamente R$30,00 o grama. Menos valorizado que um grama de cocaína em pó de boa qualidade no Brasil. Entretanto, como estrangeiro comprando ouro provavelmente ilegal, certamente minhas quatro gramas certamente também não são de boa qualidade.

Na noite de sábado saí para caminhar e sentir a noite quente de Quibdó. Onde há ouro, há festa, e nesse momento a cocaína também apareceu. Em pó, ela brilhava entre narizes nos bancos da praça da Zona Rosa, uma pequena concentração de bares e casas noturnas da cidade. Em pedra, na forma crack (*basuco*), observei de longe poucas pessoas fumando no cachimbo atrás da frondosa Catedral San Francisco de Asis à beira do rio. Sentado na praça da Zona Rosa ganhei a companhia de Jairo, um jovem local que se sentou ao meu lado também com sua cerveja nas mãos. Seus amigos, no banco ao lado, cheiravam cocaína sem muita discrição. Um deles me mostrou o recipiente em que a droga é distribuída em Quibdó. Um pequeno vidro delicado e esguio, aparentemente para amostras de perfumes. Enquanto eu conversava genericamente com Jairo sobre a questão das drogas na Colômbia, após alguns minutos percebi que seus amigos terminaram a sessão de uso. Um deles se interessou pela conversa e se juntou a nós, e ao perceber que eu estudo a temática das drogas me ofereceu o pequeno frasco vazio de vidro que estava

a cocaína em pó. Aceitei, pois imediatamente me pareceu um ótimo recipiente para guardar meu recém adquirido ouro em pó.

Falamos um pouco sobre o ouro. Agora, é a coca-cocaína (Figura 4).

Figura 4 – Atravessando o rio Atrato de canoa. Ao fundo, Catedral San Francisco de Asis, Quibdó. Abril de 2019

Fonte: desenho elaborado pelo autor.

Coca: entidade e fetiche sul-americano

> *La coca es buena para el hambre, para la sed, para la fatiga, para el calor, para el frío, para el dolor, para la alegría, para todo es buena. Es buena para la vida. [...] La coca es sabia y benéfica.*
>
> Alegría, 1971 apud Santoni e Torres (2010, p.28)

Para começar, a coca vem do campo, mas são os derivados das folhas de coca, como o cloridrato de cocaína refinado, a pasta-base e o crack/*basuco*, que são consumidos principalmente nos centros

urbanos. A produção dessas substâncias se inicia com o cultivo do arbusto de coca em regiões campesinas de países da América do Sul, como Peru, Equador, Bolívia, norte da Argentina e Colômbia.

Pois bem, estar na Colômbia foi sentir a visceral ligação dessas duas riquezas ancestrais e atuais, o ouro e a coca. Para a cultura indígena dos Kogi, da Sierra Nevada no norte da Colômbia, por exemplo, o ouro representa o sangue menstrual da mãe-terra. Os homens exclusivamente fazem conexões íntimas entre a coca e o precioso metal em seus lendários *poporos* de ouro. Os *poporos* são recipientes utilizados como instrumento para dispor o pó (alcaloide) feito de conchas tostadas e moídas para maior absorção na mascagem das folhas de coca. O acúmulo de cinzas e saliva seca nas bordas dos *poporos* representa o pagamento à Mãe terra pela desonra de extração do profundo metal. A proposta é absorver coca e "escrever pensamentos" calcados em grossas crostas que se juntam em suas bordas. Conexões entre os homens e os *poporos* são capazes de rivalizar com as mulheres do grupo devido à relação inseparável dos homens e esses objetos (Reichel-Dolmatoff, 1985 apud Taussig, 2013), do homem com o ouro e a cocaína. Dessa forma, apesar de o objeto ser útil na utilização da coca, segundo Taussig (2013, p.21, tradução minha), "o poporo é mais uma extensão viva do corpo, ou devo dizer, da mente, que um artefato mecânico".

A utilização das folhas de coca marca culturas milenares, tradicionais e dotadas de considerável valor cultural para distintos povos das regiões amazônica e andina. Segundo uma exaustiva pesquisa arqueológica e revisão de crônicas do período da conquista espanhola, as antropólogas argentinas Mirta Santoni e Graciela Torres (2010) apontam distintos sentidos atribuídos à folha de coca, entre eles os seguintes: oferendas; rituais de iniciação, de sacrifícios humanos e cerimônias fúnebres; medicinal; adivinhatório; também moeda de troca. As estimativas mais antigas do uso e cultivo da coca datam de 3.000 a.C. em peças de cerâmicas da cultura Valdivia encontradas no Equador; entretanto, sua presença alarga-se pelas Américas Central e Sul, onde existem evidências de seu uso desde a Nicarágua até o noroeste da Argentina (Santoni; Torres, 2010).

A forma mais recorrente de uso tradicional da folha de coca é por meio da "insalivação", como nos *poporos* colombianos, que consiste em insalivar um bolo de folhas e manter na bochecha por 2 ou 3 horas. Essa via de administração possibilita que os alcaloides contidos nas folhas atuem no organismo humano de forma benéfica, já que "removem o cansaço, a fome, a sede e o sono, propriedades da folha que os indígenas, sem nenhuma dúvida, já haviam descoberto empiricamente " (Santoni; Torres, 2010, p.10, tradução minha).

O fato é que a coca permaneceu onipresente na cultura andina ao longo do tempo, evidenciando seu profundo enraizamento simbólico, mítico e mágico entre os povos sul-americanos. No início de 2017 estive no norte da Argentina, na cidade de Salta, e era possível comprar folhas de coca em grandes quantidades no mercado central da cidade. Eram sacos enormes cheios de folhas de coca em que homens enfiavam seus braços inteiros enquanto enchiam outros sacos menores para venda a granel no varejo. A venda no mercado acontecia de forma bastante natural, ou seja, relação intrínseca ao cotidiano desse povo aos pés orientais da Cordilheira dos Andes – uma relação entre homem e planta, que muitas vezes associada aos contextos rituais consolidam laços comunitários, constituindo-se como um marcador de identidade étnica do mundo andino, além de oferecer seus benefícios pessoais e coletivos sobre a saúde física, emocional e social de seus povos (Santoni; Torres, 2010). Afirmam as mesmas autoras:

> Poderíamos dizer que a coca – considerada uma planta sagrada –, como a batata, a quinoa, o milho, a abóbora e outras plantas nativas de nosso continente, todas de grande valor econômico, nutricional e simbólico, formam parte importante da história e da cultura dos povos americanos, a ponto de se tornarem um verdadeiro marcador de identidade, especialmente milho, batata e coca. Sua entidade para o imaginário coletivo andino é tal que deram origem à criação de lendas que explicam sua origem, lendas que são transmitidas oralmente entre as gerações e sobreviveram até hoje. (ibidem, 2010, p.3, tradução minha)

Além dos valores simbólicos, em 1975 a Universidade de Harvard publicou um interessante estudo sobre o significativo valor nutricional da folha de coca,[8] afirmando que a ingestão de 100 g da folha poderia mais que satisfazer as necessidades diárias de cálcio, ferro, fósforo, Vitamina E, Vitamina B2 e principalmente Vitamina A, pois apresenta índices surpreendentemente elevados. Quando ingerida em forma de farinha de coca, ou com a possível ingestão das folhas além da mastigação, o informe afirma que "não há essencialmente nenhuma diferença entre o uso da coca e o consumo direto de alimentos, em termos de nutrição" (James; Aulik; Plowman, 1975, p.116).

Contudo, suas propriedades estimulantes despertaram o interesse comercial muito antes da colonização espanhola. Segundo o historiador Hermes Tovar Pinzón (1999), entre 1250 e 1315, o império Inca, em uma das suas ações expansionistas, enviou um contingente de 15 mil guerreiros para conquistar terras propícias para o cultivo da planta. Com a chegada dos espanhóis não foi diferente.

Antes de ser proibida, o economista Andrés López Restrepo (2018) resgata o momento de *bonanza* proporcionado pelo mercado legalizado que a folha de coca e a cocaína experimentaram na segunda metade do século XIX. O desenvolvimento tecnológico promovido pela Revolução Industrial do fim do século XVIII inovou as possibilidades de transporte com ferrovias e barcos a vapor, e a diminuição de custos e a agilidade no deslocamento de mercadorias favoreceu significativamente o comércio internacional (Restrepo, 2018; Bértola; Ocampo, 2010). A circulação global de mercadorias possibilitou a manipulação das folhas de coca para além da região

8 Segundo estudo, os valores nutricionais da folha de coca, quando comparados aos de uma média de cinquenta produtos vegetais da América Latina, apresentam maior concentração de calorias (305 por 100g comparado com 279), proteínas (18,5g: 11,4g), carboidratos (46,2g: 37,1g), fibras (14, g: 3,2g), cálcio (1540mg: 99mg), fósforo (911mg: 270mg), ferro (45,8mg: 3,6mg) e principalmente vitamina A (11,000 IU: 135 IU). Comparada à média dos mesmos cinquenta vegetais, apresenta também menor concentração de gordura (5,0g por 100g comparada com 9,9g).

andina, e em 1855 o químico alemão Friedrich Gaedecke extraiu o princípio ativo da cocaína, um dos 14 alcaloides presentes na folha de coca (Marez, 2018). Entretanto, às margens das economias centrais com maior infraestrutura, mais uma vez a América Latina foi submetida às relações de exploração pelas metrópoles europeias (Bértola; Ocampo, 2010) e por atores internos que também submeteram e submetem as populações locais. Com o avanço da exploração do período colonial, as elites locais nascidas na América Latina também se tornaram empreendedores do mercado de produtos, e assim passaram a proporcionar pressões de submissão e violência internamente no continente. O avanço do mercado e da produção de cocaína possibilitada pelas folhas de coca dos espanhóis estava diretamente relacionado ao regime escravocrata imposto aos indígenas, principalmente peruanos (Marez, 2018).

Entretanto, a descoberta dos efeitos psicofarmacológicos da coca motivou pouco interesse médico na época, não passando de uma curiosidade excêntrica, mais utilizada na produção de tônicos estimulantes e vinhos, como o "Vinho Mariani" (Restrepo, 2018). Além de a mistura com álcool conservar os efeitos do princípio ativo, a repulsa europeia pela mascagem da folha de coca proporcionou maior adesão e reconhecimento desas bebidas no mercado europeu. A mascagem, como hábito indígena, supostamente não era bem aceita nos modos de consumo europeus, marcando mais uma vez as clivagens coloniais que não se expressam somente na exploração econômica, mas também por visões e relações étnicas e eurocentristas de mundo (De Oto; Catelli, 2018). A empresa produtora do vinho Mariani foi a maior importadora mundial folhas de coca bolivianas entre 1863 e 1885. Com grande apelo publicitário como característica da "mercadotecnia" do emergente capitalismo, os vinhos com base de coca foram divulgados e legitimados por diversas celebridades da realeza europeia, como os escritores Julio Verne e H. G. Wells, a atriz Sarah Bernhardt e inclusive o papa León XIII da igreja Católica, que exerceu seu pontificado por 25 anos, de 1878 a 1903 (Marez, 2018) (Figura 5). No anúncio, que inclusive indica o vinho de coca para revigorar a saúde e a força por meio da estimulação do corpo e do

cérebro, o papa reconheceu os efeitos benéficos do preparado premiando seu criador com o mérito de uma medalha de ouro como honra do Vaticano.

Figura 5 – A divulgação do Vinho Mariani em 1878 contou com o apelo do Papa León XIII

Fonte: https://www.propagandashistoricas.com.br/2013/07/vinho-mariani-papa-leao--xiii-1878.html.

A chegada das folhas à Europa logo foi capturada pela emergente indústria farmacêutica do velho mundo. A Empresa Alemã Merck, por exemplo, já despontava como a primeira produtora de morfina, e também protagonizou pioneirismo comercial como maior importadora das folhas de coca e produtora de cocaína da época A Merck iniciou sua produção em 1862 e manteve-se ativa até a década de 1920 (Restrepo, 2018). Restrepo ressalta como o Peru foi o maior exportador para Alemanha, principalmente após a descoberta do farmacêutico franco-peruano Alfredo Bignon, em 1884, de um modo mais barato de processar uma cocaína bruta com qualidade. No mesmo ano de 1884, o jovem médico austríaco, Sigmund Schlomo Freud, que anos depois elaborou a teoria psicanalítica, publicou o texto "Über-coca" ("Sobre a coca" em português). No artigo, Freud traz um pouco do que era o uso de cocaína na época e expõe brevemente o uso tradicional da folha de coca, além de descrever as propriedades da planta e narrar alguns experimentos de seu "breve" contato com a cocaína.

Don Cipión e a "substância mágica"

Freud gostava de espanhol. O professor Curtis Marez resgata o interesse de Freud pela cultura e língua hispânica ao analisar cartas escritas em espanhol trocadas com um amigo de infância como forma de estudos da língua. Nessas cartas, Freud assinava sistematicamente como Don Cipión, e a partir daí, fazemos alusões às suas pretensões científicas assim como às virtudes e possíveis êxitos da cocaína destacados por Freud na época.

Em seu primeiro texto sobre a cocaína, "Über Coca" de 1884, além de apresentar alguns dados botânicos, Freud faz breve referência ao uso tradicional da folha de coca pelos indígenas latino-americanos. O jovem médico menciona que inicialmente o uso da folha de coca foi proibido por espanhóis e crioulos pois era visto como elemento pecaminoso vinculado às práticas religiosas dos nativos. Porém, ao perceberem a baixa produtividade dos

recém-escravizados indígenas nas minas de ouro e prata, permitem o uso com finalidades de estimulá-los e otimizar a produção do Império. Os conquistadores europeus passaram a controlar os indígenas com a racionalização da distribuição e consumo de coca em determinados momentos do dia (Marez, 2018; Freud, 1884 apud Byck, 1989). Essa prática permitiu uma forma mais barata e eficiente de exploração; afinal o uso das folhas de coca diminuiria a fome e a necessidade de alimentação. A relação custo-tempo-benefício parece encaixar na lógica da produção e lucro do capital. Porém, em paralelo, temos já uma transição e ressignificação do uso tradicional indígena da folha de coca para formas de exploração do regime escravocrata imposto pelos espanhóis.

Apesar de alguns dados interessantes, como a data de chegada da planta na Europa em 1749, Freud conteve seu foco nos possíveis benefícios médicos do uso da planta. A partir de análises de estudos experimentais em animais, como coelhos, rãs e cachorros, o jovem médico de Viena também detalhou algumas observações clínicas em humanos. Em suas palavras: "Eu mesmo experimentei cerca de uma dúzia de vezes esse efeito da coca, que afasta a fome, o sono e a fadiga e robustece a pessoa para o esforço intelectual; não tive oportunidade de me ocupar com trabalho físico" (Freud, 1884 apud Byck, 1989, p.76).

Curiosa a forma de uso descrita por ele em 1884 – via oral: beber 0,05g de uma viscosa cocaína líquida. O texto de Freud apresenta uma vasta revisão bibliográfica da época (Byck, 1989), e segundo Curtis Marez (2018), já em 1885 a revista científica *British Medical Journal* havia publicado uma única edição contendo surpreendentes 67 artigos sobre a cocaína. Apesar de estudos apontarem benefícios para determinados casos e situações, as dúvidas em relação à padronização dos recém-preparados da indústria farmacêutica dificultavam análises precisas, plantando assim muitas incertezas sobre possíveis danos e potencial terapêutico da planta (Freud, 1884 apud Byck, 1989). Entretanto, mesmo considerando estudos que sugeriam efeitos negativos de seu uso, Freud parece se entusiasmar mais com a possibilidade de seus benefícios. Para além de estimulante,

afrodisíaco e anestésico local, os argumentos do austríaco relatam o uso de cocaína para o cuidado de diferentes enfermidades da época, como tuberculose, indigestão, asma, melancolia e uso problemático de álcool e morfina. Nessa época já havia alguns indícios de que o uso abusivo poderia resultar em relação problemática com a substância como o álcool e a morfina, e assim já se iniciava a construção do peso moral em torna da coca e da cocaína (Byck, 1989).

Ao ler o escrito do jovem Freud de 27 anos, surpreendi-me com uma das descrições referentes ao revigorante efeito da planta, que ao evitar a fadiga e a fome proporcionava invejável vitalidade vinda do Novo Mundo. Segue a descrição:

> O homem em questão realizou um penoso trabalho de escavação durante cinco dias e cinco noites, sem dormir mais de duas horas por noite, e não consumiu nada além de coca. Depois que o trabalho estava terminado, ele acompanhou Tschudi em uma viagem de dois dias, correndo ao lado de sua mula. Assegurou que de bom grado executaria de novo o mesmo trabalho, se lhe dessem coca suficiente. O homem tinha 62 anos e nunca estivera doente. (Freud, 1884 apud Byck, 1989, p.67)

Minha surpresa é por Freud focar a atenção no prodigioso efeito das folhas de coca e omitir considerações sobre as gritantes formas de exploração escravocrata nas colônias espanholas. Na leitura de Curtis Marez (2018, p.76, tradução minha), segundo Freud, "em vez de converter os europeus em escravos, a cocaína promete a experiência de domínio e controle de si mesmo". Os possíveis ganhos para a medicina com a utilização da cocaína pareciam ser mais fascinantes do que questionar seus métodos desumanos de exploração. Era uma mercadoria que concentrava apostas terapêuticas, de reconhecimento, fama e recompensas econômicas capazes de ocultar trechos significativos da história.

Nas palavras de Marez (ibidem, p.77, tradução minha): "Freud estava disposto a 'cosificar' a exploração da mão de obra indígena da qual dependia seu projeto de ascensão. De fato, Freud generalizou

seu uso da cocaína indígena, sugerindo que o valor extraído do Outro em forma de fármaco permitira aos europeus abstrair os verdadeiros contextos político-econômicos".

É compreensível ao considerarmos o contexto e o parcial acesso à informação nos tempos de Freud. Mas vale acrescentar, segundo Rojas-Jara, que a biografia de Freud indica que nessa época o doutor vislumbrava reconhecimento no meio médico, apostando essa possibilidade na cocaína e dedicando três anos de sua vida a estudos com preparados da planta (Jones, 1963 apud Rojas-Jara, 2018, p.2). Entretanto, é relevante também ponderar que promover o avanço da cocaína como medicamento era também apoiar a exploração escrava indígena no recém-mercado global de coca e cocaína. As inúmeras movimentações de resistência indígenas à exploração espanhola (Marez, 2018) também não são descritas pelo jovem médico. Sugere-se que explicitar esses processos poderia comprometer as pretensões de incluir a substância no leque de medicamentos psicofarmacológico modernos. Nesse processo de ocultamento da história, parece haver alguma similaridade com a problemática do Museo del Oro de Bogotá trazida por Taussig (2013).

Há quem acredite que essa fase tenha sido um breve lapso no trajeto de Freud antes de iniciar a construção da teoria psicanalítica. Entretanto, tendo a acompanhar Marez (2018) ao considerar que a experiência com a coca pode ser um crivo importante na carreira de Freud, atuando como uma "dobradiça" entre obra fisiológica e psicológica. O psicólogo Rodrigo Alencar faz pesquisas contundentes na aproximação entre as drogas e a psicanálise, e em sua tese de doutorado, *A fome da alma*, ele pontua que os três anos de estudos de Freud com a cocaína "nos levam a crer que parte desse aprendizado tem marcas definitivas no trabalho psicanalítico. Dentre elas podemos identificar o conceito de pulsão ganhando fundamento a partir da leitura dos trabalhos de Freud sobre a coca e suas cartas sobre o tabaco" (Alencar, 2016, p.76)

A omissão desses controversos estudos de Freud em suas *Obras completa*s, que apresentam suas reflexões desde 1886, pode colaborar para a consolidação de seu *corpus* teórico, evitando a relação da

moral associada à cocaína ilegal dos tempos atuais à notável compreensão psicanalítica. Todavia, experimento também em minha posição de estudante investigativo a influência dos percursos prévios em produções atuais, e dessa forma, Claudio Rajas-Jara (2018, p.5, tradução minha) destaca que os episódios de Freud com a coca e a cocaína clamam por "reconhecimento e valor toda vez em que sua profunda leitura permite situá-la mais como um prelúdio em sua busca pela cura por meio da palavra do que um mero acidente ou revés em sua trajetória".

O fato é que o olhar minucioso de Freud em seu genuíno interesse pela cocaína, a meu ver, trouxe colaborações significativas para o avanço de ciências médicas como a farmacologia psiquiátrica, pois já intuía que o uso de uma substância, no caso as drogas, poderia ser experimentada não somente com fins de atenuar enfermidades físicas ou biológicas, mas também em situações de dor e sofrimento psíquico (ibidem). Além disso, tais produções certamente despontam avanço científico para alguma compreensão sobre as relações de abuso de uma substância absolutamente proibida nos dias de hoje.

Freud divulgou-a no meio científico; receitou-a para pacientes e amigos; foi acusado e chegou a defendê-la publicamente, até que frustrações pessoais o fizeram abandonar a ênfase nos estudos da cocaína. Para além dos ganhos terapêuticos e científicos, o envolvimento de Freud com a cocaína e seu interesse em propagá-la no meio médico se deu justamente por sua grande capacidade de mercantilização. No final do século XIX, o mercado legal da coca integrou a expansão do comércio latino-americano a nível mundial no momento conhecido como primeira globalização. Hoje a cocaína está proibida, mas a mudança de seu *status* legislativo não impediu sua aptidão por ganância, fetiche, controle e poder.

Farinha genérica de uso global (*informal commodity*)

Com o isolamento do princípio ativo da cocaína na Europa em meados do século XIX, as folhas de coca entraram no rol dos

produtos exportados pela América Latina durante a primeira globalização entre 1870 e 1929. Nesse primeiro auge legal da coca-cocaína, a maior parte da produção era para consumo interno nos países produtores, e consequentemente os preços de exportação eram elevados (Byck, 1989). Após o colapso da economia da prata no Peru no início do século XIX, o país iniciou uma diversificação de seus produtos básicos para exportação a partir dos anos 1840 (Bértola; Ocampo, 2010). As folhas de coca foram uma alternativa, fazendo com que o país se destacasse nessa produção, chegando a exportar 1500 toneladas por ano no início do século XX (Restrepo, 2018).

O valor do produto estimulou a competitividade, e a partir de 1910 a Holanda intensificou seus cultivos de coca em uma de suas colônias na ilha de Java, atual Indonésia. Após a Primeira Guerra Mundial,[9] os holandeses assumiram protagonismo na produção de cocaína, causando rápida curva decrescente na produção peruana. A ilha de Java no sudeste asiático, que não possuía consumo local tradicional da folha, rapidamente produziu 1300 toneladas de folhas de coca anuais já em 1913 e 1914, tornando-se responsável por 78% da produção global de cocaína na segunda década do século XX. A ágil produção holandesa contribuiu para a maior produção de cocaína bruta no período de *bonanza* no início da década de 1920, exportando a matéria-prima para a Suíça, França, Estados Unidos e Japão (ibidem).

Na primeira década do século XX, os Estados Unidos começaram a apresentar excessivo uso recreativo, tornando-se rapidamente um contraponto importante para as economias exportadoras de folha de coca. Ainda segundo Restrepo, entre 1904 e 1910 os laboratórios do país eram responsáveis por 34% da produção mundial de cocaína. No início do século XX, a economia legal da coca-cocaína desfrutava auge em voo pleno em um contexto de globalização moderna.

9 Entre 1914 e 1920, estoques de folhas de coca em Amsterdam, associada a resíduos reciclados de produção anteriores, possibilitaram a fabricação de cocaína bruta durante o período de guerra, certamente em números mais baixos. Muitos países tinham estoques da folha, e nos dois lados da guerra não faltou cocaína, seja para fins médicos ou recreativos (Restrepo, 2018).

Entretanto, por razões sanitárias, morais, políticas, religiosas e provavelmente de mercado, uma sequência de acordos internacionais como a Convenção de Xangai em 1909, e posteriormente a Convenção Internacional do Ópio de 1925, restringiram o comércio de variadas substâncias. Os impactos foram imediatos, e esse fluxo de mercado legal da coca terminou por completo até os anos 1930 (ibidem). Restrepo adiciona que "a saga do boom legal da coca e da cocaína viveu seu auge até os últimos anos da década de 1920. Mas não foi um movimento de oscilação cíclica típica de qualquer produto econômico, mas o fim definitivo da economia legal da coca e da cocaína" (ibidem, p.256, tradução minha). Por sucessiva pressão dos Estados Unidos na escalada do ideal de guerra às drogas, até o uso tradicional da folha de coca foi proibido nos países de uso tradicional, Peru e Bolívia em 1948 e 1961, respectivamente (Bergman, 2016).

O historiador Hermes Tovar Pinzón aponta que após as ações restritivas no começo do século XX até 1975, o uso da folha de coca concentrou-se majoritariamente na região andina. Segundo o autor, mesmo antes da proibição em seu auge legal, as cifras de coca-cocaína exportadas para Europa e Estados Unidos eram menores que o uso interno dos países latinos: "a coca que saía para além do espaço regional andino no início do século XX correspondia a apenas 1% do total produzido, e era realizado por casas comerciais de La Paz diretamente para os Estados Unidos e a Europa" (Pinzón, 1999, p.56, tradução minha). No entanto, neste primeiro momento de *bonanza* da coca legal, a Colômbia manteve tímida participação (Restrepo, 2018), ganhando protagonismo somente na década de 1970, no período da segunda onda de globalização. E nesse momento, o mercado da coca-cocaína aflorou em um contexto distinto, agora de caráter ilícito, mas ainda de circulação global.

A partir de 1975, coincidindo com o fracasso dos Estados Unidos na guerra do Vietnã, aumentou mais uma vez o consumo de cocaína nesse país norte-americano. Porém, a atual ilegalidade desencadeou uma inédita etapa na história do arbusto de uso tradicional, a *Erythroxylum coca*. Mais uma vez, da folha de coca para cocaína, da América Latina para o mundo, porém agora em uma economia

ilícita. Outra vez, esse produto, que por anos circulou regionalmente, passa a ser alvo do interesse comercial internacional (Salgado, 2012; Pinzón, 1999), porém a partir de então com significativa inversão nas cifras entre consumo interno e exportação. Com a ilegalidade atual, a maior parte da produção certamente é para exportação, para suprir a incessante demanda de distribuição global da droga.

O *Relatório Global sobre Drogas de 2019* publicado anualmente pelo United Nations Office of Drugs and Crime Escritório de Drogas e Crime da ONU (UNODC, ou Escritório de Drogas e Crime da ONU), estimou que naquele ano 18,1 milhões de pessoas fizeram uso de cocaína no planeta, cerca de 0,4% da população mundial. Curiosamente, a maior prevalência de uso é na Oceania (2,2 por cento), e logo depois desponta a América do Norte (2,1%), seguida de Europa (1,3%) e América do Sul (1,0%). Na Europa, Estados Unidos e Austrália, o uso cresce a cada ano; já na África e Ásia os números permanecem modestos, com prevalência de 0,04 na Ásia, mas há de se considerar a fraca coleta e produção de dados de determinadas regiões (UNODC, 2019b).

O relatório acrescenta que após uma queda de 45% na produção mundial de cocaína entre 2000 e 2013, o cenário atual é bem distinto, aumentando mais de 100% nos últimos sete anos (ibidem). Diferente dos tempos da coca legal, atualmente o cultivo das folhas de coca se dá exclusivamente nas Américas, ocupando aproximadamente 245.400 hectares de áreas de cultivo, equivalente a 343.137 campos de futebol. Somente no ano de 2017 foi estimado o recorde de todos os tempos na produção global de cocaína: 1.976 toneladas de cloridrato de cocaína com 100% de pureza, lembrando que a produção peruana e holandesa no auge da coca legal passava as 1000 toneladas, mas na ocasião, de folhas brutas de coca. Ainda segundo o relatório da UNODC de 2019, apesar de os três países andinos – Colômbia, Peru e Bolívia – terem apresentado aumento na produção de cocaína, o papel da Colômbia é determinante em tamanha expressividade entre 2013 e 2017. A produção colombiana praticamente quadruplicou, chegando ao total de 1.379 toneladas, ou seja, 70% da manufatura mundial de cocaína.

Em países latinos que apresentam condições sociais complicadas como a Colômbia e o Brasil, com extrema desigualdade e consequente criminalização da pobreza, a cadeia do tráfico de drogas vem modificando a vida de povos tradicionais, como os campesinos da região andina, ou também os experientes *barqueros* da ilha de San Andrés na costa caribenha da Colômbia, que infelizmente utilizam os tradicionais conhecimentos do mar para transportar dezenas de quilos de cocaína para a Costa de los Misquitos no Norte da Nicarágua, para dali seguirem via transporte terrestre rumo aos Estados Unidos (Abello Vives, 2005).

O fato é que a cocaína é ilegal, e esse fator determina o ponto de virada na história dessa planta. A ilegalidade transfaz o caminho das pedras. Para chegar até as cidades é preciso circular, e rotas historicamente estabelecidas pelo contrabando de esmeraldas e eletrônicos via Panamá, Venezuela ou Brasil não dificultaram a rápida expansão do negócio ilícito (Salgado, 2012; Abreu, 2017). A presença de cocaína na Oceania explicita rotas por grandes metrópoles, desde os países andinos às remotas e distantes ilhas do Pacífico.

Em setembro de 2018 as autoridades australianas apreenderem 500 kg de cocaína em um iate de luxo em Honiara, nas ilhas Salomão, mas ainda assim, a região apresenta quantidades ínfimas de apreensão de cocaína em todo o planeta (0,3%). Nas apreensões, a América do Sul figura no topo, com 59% das apreensões, perseguida de longe pela América do Norte, incluindo México, com 19%; Europa e América Central apresentam 11% e 10% respectivamente (UNODC, 2019b). O Brasil como entreposto de trânsito não é novidade. A maior apreensão em solo brasileiro se deu em Tocantins em 1994, em uma fazenda que estocava 7,3 toneladas de cocaína pertencente ao cartel colombiano de Cali, que teria como destino os Estados Unidos. Entretanto, atualmente o interior do estado de São Paulo roubou a cena. Nas apreensões concretizadas na América do Sul, Colômbia e Brasil atuam como protagonistas.

O jornalista Allan de Abreu, autor do livro *Cocaína – a rota caipira*, retrata com detalhes a magnitude do mercado global de cocaína que, depois de abastecer o mercado brasileiro atravessando o interior

do estado de São Paulo, ganha o mundo. O caminho é básico. Após deixar zonas produtoras na Colômbia, Peru e Bolívia, a cocaína entra no Brasil pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, que fazem fronteira com Bolívia e Paraguai. Os pequenos aviões são adaptados com bomba auxiliar de combustível, dois galões de cinquenta litros para aumentar a autonomia de voo e ajustados para acomodar até quinhentos quilos de cloridrato de cocaína ou pasta-base. São essas aeronaves que pousam, praticamente diariamente, em curtas e empoeiradas pistas de pouso clandestinas entre monoculturas de cana que pouco diversificam o verde do interior do estado de São Paulo (Abreu, 2017). Dali, após suprirem as demandas dos grandes centros, incluindo São Paulo e Rio de Janeiro, o produto é despachado pelo porto da cidade de Santos para diversos países da Europa, Leste Europeu e África.

O transporte é variado: cartas, mulas em aviões comerciais ou pelo modo que possibilita o envio de maiores quantidades: navio. Nos navios o *modus operandi* também é múltiplo: em seu interior, escondidas em contêineres dentre os mais diversos produtos, inclusive misturada em óleo para posterior separação, técnica desenvolvida por químicos colombianos que como único contratempo acarreta a perda de 10% da droga; ou ainda em caixas de metais acopladas externamente por imãs gigantes nos cascos de navios cargueiros, como já fez a máfia italiana Ndrangheta (ibidem). Só em 2019, foram apreendidas 57 toneladas de cocaína em solo brasileiro, e somente no Porto de Santos foram 27 (Jornal Nacional, 2020). A Colômbia, a maior produtora. O Brasil, além de rota, figura como o segundo maior consumidor de cocaína no mundo. Atualmente, o cartel de Cali já possui bases em São Paulo por razões de mercado e proteção, enquanto o Primeiro Comando da Capital (PCC) já possui participação e controle de todas as partes da cadeia do tráfico: plantio, transporte internacional e venda no atacado e varejo (ibidem).

Ainda segundo Abreu (ibidem, p.21), nenhum produto proporciona lucro a curto-prazo equivalente aos ganhos da cocaína e sua "liquidez fabulosa". Em zonas de cultivo na Colômbia, um quilo de cocaína pura pode ser adquirido por no máximo US$ 2 mil, já

nas regiões fronteiriças o preço praticamente dobra. Em São Paulo, a mesma quantidade pode chegar aos US$ 10 mil. Ao tocar solo europeu o mesmo quilo pode apresentar valor superior US$ 50 mil. Na longínqua Oceania, o preço chega aos US$ 200 mil, um aumento de aproximadamente 9000% em relação ao ponto de origem (Bergman, 2016; GFI, 2019; Abreu, 2017). No varejo, varia entre os US$ 10,00 o grama na América do Sul para aproximadamente US$ 400 na Oceania. Quanto mais difícil o trajeto, seja pela distância seja pela forte fiscalização, maior o preço – e o lucro é proporcional ao risco da vida. Mais risco, maior lucro. O valor da vida é negociado pelo brilho da cocaína. A relação preço-risco-distância reforça a contradição da política de drogas proibicionista, pois quanto mais investimentos e estrutura de combate ao tráfico, mais altos os preços e consequentemente maiores os lucros dos empresários da produção e distribuição internacional de drogas ilícitas (Bergman, 2016). Além disso, a economia do tráfico paradoxalmente subverte as leis clássicas da economia, pois não apresenta oscilações naturais de mercado. Com a cocaína ilícita a demanda é sempre sólida (Abreu, 2017). O produto capitalista ideal.

Sempre há risco de perda, porém, no caso da cocaína, a inelasticidade da demanda garante o sucesso do negócio, isto é, a demanda pela cocaína se altera muito pouco em relação à variação de preço (ibidem). O caso da Oceania, que apresenta maior prevalência de uso, ilustra bem que o significativo aumento do preço pouco influencia na demanda pelo produto. De fato, é um *commodity* fabuloso na ótica de mercado. Segundo o relatório *Transnational Crime and the Developing World* (crimes transnacionais e o mundo em desenvolvimento) da Global Financial Integrity (GFI, 2017, p.4), o tráfico internacional de drogas é um crime transnacional por excelência – afinal, nenhum país escapa de sua variada e engenhosa cadeia de produção, distribuição, comércio e/ou consumo.

Segundo o relatório, somente em relação à cocaína estimou-se uma movimentação financeira entre US$ 94 e US$ 143 bilhões de dólares em 2014. Na Colômbia, uma estimativa realizada entre 1981 e 2009 aponta um fluxo de capital ilícito com o mercado das

drogas ilegais em 44 bilhões de dólares, apontando uma média de 1,6 bilhões ao ano (ibidem, p.7). Vale ressaltar que esses dados são estimativas calculadas somente a partir do volume apreendido e da desigual disponibilidade de dados de cada região e/ou país. Assim, certamente podemos inferir que a circulação e as cifras financeiras são substancialmente maiores.

Ainda assim, nem todos ganham com o negócio das drogas. Em geral, os benefícios são distribuídos entre poucas pessoas nas etapas intermediárias de comercialização e distribuição global. Nas extremidades da cadeia do tráfico, os riscos são atomizados entre campesinos nas zonas de cultivo e pessoas que fazem uso da substância em condições de vulnerabilidade social, principalmente nos centros urbanos.

Como discutido, o uso tradicional e milenar da folha de coca torna evidente que nem todos os campos de cultivo da planta possuem a cocaína/*basuco* como produto final. Porém, a partir de então, inevitavelmente o fetiche, o dinheiro, a *bonanza*, a criminalização, a violência e o estigma invadem agressivamente o escopo social, imaginário e mercantil relacionado à cocaína e ao crack nas cidades, e consequentemente marcam as pessoas que fazem uso dessas substâncias. Na outra ponta da cadeia, a violência invade também inevitavelmente a matéria-prima da cocaína, a folha de coca, e por consequência, a vida dos campesinos que a respeitam e que dela sobrevivem.

As psicotropias de ciclo curto da coca-cocaína: efeito rebote em territórios urbanos

Apesar de a Colômbia ter se mantido tímida no primeiro auge da cocaína no final do século XIX, a partir dos anos 1970 o país desponta com relevante protagonismo na economia do "ouro branco". Dentre os 32 departamentos do país, 22 apresentam cultivo do arbusto de coca. Também aumentou o número de laboratórios para o refino da substância desmantelados pela força policial no país, de

2.334 em 2013 para 4.820 em 2016. Em relação às apreensões da substância não foi diferente, de 167 toneladas em 2013 para 435 em 2017 (UNODC, 2019b).

O processo do tráfico de cocaína é marcado pela característica da exportação. Inicialmente, comerciantes colombianos importavam a pasta base de coca de países como Peru e Bolívia, e já em território colombiano a processavam para cloridrato de cocaína em laboratórios longínquos na floresta, onde a presença do Estado é extremamente defasada. Os primeiros campos de cultivo surgem no sul e sudeste colombiano, nos departamentos de Caquetá, Guaviare e Guainía, e logo avançaram para outras regiões pelo país (Salgado, 2012). Entre 2006 e 2016, apenas em 2012 e 2013 a Colômbia figurou atrás do Peru como principal país com maiores extensões de campos de cultivo do arbusto de Coca (UNODC, 2018). Nesse cenário, como vimos, a Colômbia desponta simultaneamente como o principal país cultivador de coca e produtor-exportador de cocaína.

Essa transformação substancial no mercado, principalmente pela demanda da folha de coca para produção de pasta-base, mudou o cotidiano de milhares de campesinos e indígenas dos países andinos. Na Colômbia não foi diferente. Entretanto, diferentemente do Peru e da Bolívia, onde a atividade predomina entre povos indígenas, na Colômbia a prática é realizada por campesinos, sejam campesinos historicamente pertencentes a essas terras, sejam imigrantes que chegaram pouco antes ou justamente motivados pelo *boom* de possibilidades do mercado da coca. A partir da década de 1970, muitas zonas de cultivo de milho, mandioca e outras culturas passaram a destinar-se à produção de coca com as oportunidades abertas pelo segundo momento de *bonanza cocalera*, agora ilegal. Para além de motivações e desejos de ascensão social, obviamente a estratégia se apresenta como legítima questão de sobrevivência em um sistema pautado pelo capital.

Na dimensão de mercado, Hermes Pinzón aponta a discrepância aterradora na possibilidade de lucros que surge aos olhos de campesinos historicamente marginalizados. Segundo o autor, no momento do segundo *boom* da cocaína no final dos anos 1970 e início dos 1980,

um produtor rural poderia arrecadar 12 mil pesos colombianos por ano com a produção de milho. No mesmo espaço de terra, era possível produzir cem arrobas de folhas de coca, podendo render até 350 mil pesos colombianos (Pinzón, 1999). Uau! Pinzón (ibidem, p.77, tradução minha) acrescenta: "Não é tentador, então, mudar uma cultura para outra quando os lucros são trinta vezes mais? Mas aqui termina o raciocínio elementar de um camponês envolvido nesse redemoinho de renda nunca imaginado".

Por que elementar? É o gatilho de um raciocínio que aparenta vantagens, mas inevitavelmente cai nas armadilhas de ilusão e esperança proporcionadas pelas economias de ciclo curto. Segundo Álvaro Camacho Guizado (1989), apesar de os lucros referentes à produção de coca superarem facilmente qualquer outro tipo de cultura, as flutuações constantes do mercado podem produzir efeitos devastadores sobre algumas economias familiares e territórios. Nesses contextos de explosão de oportunidades ofertadas pela produção da coca, os preços de alimentos e bens de consumo também são elevados, subtraindo possíveis excedentes de campesinos em momentos de crise, e mantendo ciclos excludentes (ibidem).

A baixa na demanda pelo produto cria pressões para que empresários comprem suas terras. Assim, os grupos guerrilheiros se apresentam como efetiva forma de defesa contra as desapropriações forçadas pelo capital. A guerrilha tenta frear o avanço das engrenagens capitalistas por meio do controle e da violência. Porém, o panorama se complica em algumas regiões devido à relação entre a presença de guerrilheiros e a atividade de produção de coca (ibidem, p.194). Nesse cenário, os grandes traficantes-empresários tornam-se latifundiários, e certamente a súbita injeção de investimentos nas zonas rurais afeta significativamente as economias locais. Guizado aponta como a desapropriação de campesinos – consequência da ampliação das fronteiras de cultivo – proporciona a valorização da terra, pois os novos proprietários entram com altos investimentos em infraestrutura em suas fazendas pecuaristas de fachada, uma das principais formas de justificar riquezas apresentadas pelos traficantes. A valorização da terra e a conformação de grandes latifúndios

acaba por proporcionar uma "contrarreforma" agrária, acentuando desigualdades nas comunidades afetadas.

São dois os principais marcos que diferenciam as dinâmicas de cultivo em solo colombiano. Primeiro, a época da *bonanza,* quando grandes fazendeiros instalaram enormes cultivos até o final dos anos 1990, e segundo, a economia de produção familiar campesina da coca que se instituiu a partir de 2004. Essa mudança ocorreu devido às grandes fumigações ocorridas em 2003, quando muitos produtores e campesinos migraram para diferentes regiões que ainda apresentavam possibilidades e bom valor de comércio da folha coca (González, 2014). As fumigações orquestradas pelos Estados Unidos pulverizaram glifosato de pequenos aviões em amplas regiões de cultivo de coca. Porém, as pulverizações afetaram também outros cultivos além da coca, produzindo vulnerabilidade e fome pelas zonas rurais afetadas. A partir da vaga ideia de *bonanza* que surge a partir dos anos 1980, muitas famílias de campesinos foram atraídas por esse comércio e entraram nesse brilhante redemoinho de incertezas, e após décadas ficou evidente que pouca mobilidade social de fato se concretizou. Lorena González (ibidem, p.207, tradução minha), em estudo sobre as consequências do cultivo de coca no cotidiano campesino, aponta que

> [...] hoje já não há vestígios de tal bonanza e dela há apenas poucas lembranças de "como as pessoas viviam bem", os preços exagerados dos alimentos e algumas manifestações do que muitos líderes camponeses chamam de "cultura da coca": prostituição, álcool, desperdício, e uma ideia de dinheiro fácil. Uma cultura que, segundo um líder camponês de Remolinos del Caguán, é típica de qualquer economia extrativa em que haja dinheiro em circulação: café, petróleo, carvão, palma, mineração etc.

Realmente, entre as *bonanzas* e fumigações, são os campesinos que mais sofreram os golpes dessas mudanças, interesses e conflitos no campo. González explica como são os prejuízos desde questões ambientais e socioculturais até a racionalidade econômica campesina.

As intensas fumigações de glifosato entre 2003 e 2004 dizimaram não apenas os cultivos de coca, mas também inúmeras culturas de milho, arroz, banana, mandioca e cana. Ou seja, como instinto, passou a pairar na mentalidade campesina a decisão de não apostar em outros cultivos, já que a fumigação acabaria com tudo (ibidem).

Há também argumentos de que o cultivo da coca é que fez com que as famílias campesinas perdessem a tradição de produção de outros alimentos. Afinal, com a entrada de dinheiro tudo se comprava, diminuindo a necessidade de cultivo de outros produtos. Porém, segundo Lorena González, o contexto é mais complexo que isso. No momento da *bonanza* da coca, as famílias tiveram que se adaptar a um sistema de produção com caráter empresarial, que "transformou não só a dinâmica da produção, mas também o modo de vida e as dimensões socioculturais das famílias camponesas" (ibidem, p.216, tradução minha).

No caso da coca, a ilegalidade traz instabilidade constante ao mercado. Certamente o valor associado ao risco influencia todos os envolvidos no processo, porém, o camponês que cultiva – a ponta mais frágil e substituível da cadeia – é quem recebe a menor parcela dos lucros, apesar de compartilhar de forma igualitária os riscos da ilegalidade (Salgado, 2012). Inclusive, quando alguma área de cultivo familiar é descoberta com plantações de coca, a família campesina pode ser presa como traficante, além de poder perder sua terra pela legislação de "extinción del dominio" (extinção de domínio) (González, 2014, p.213).

Temos também que considerar que o interior colombiano apresenta zonas de difícil acesso, com pouca infraestrutura viária para escoação de produtos e precárias dinâmicas de comércio regional. Nesse cenário, o cultivo ilícito ganha importância, pois além de os traficantes buscarem a mercadoria na área de cultivo, as famílias campesinas afirmam que mesmo com possíveis três fumigações na mesma zona em um mês e o alto custo de insumos de produção, as entradas proporcionadas pelo cultivo da coca possibilitam pelo menos a cada dois meses cobrir suas necessidades básicas e acrescentar ao cardápio cotidiano alguma proteína (ibidem). Assim, a

coca torna-se o único cultivo de fato rentável para o sustento dessas famílias que de modo algum devem ser consideradas criminosas.

Contudo, a época de *bonanza* da coca não seria eterna, e o modo de erradicação por meio de fumigações prejudicou toda a fauna e a flora local e consequentemente a possibilidade de outros cultivos. Vale reforçar que a geração de condições e oportunidades econômicas para a substituição da coca por cultivos lícitos nessas zonas remotas deveria ser responsabilidade do Estado (ibidem).

Ainda segundo González (ibidem, p.217, tradução minha), "O Estado colombiano está em dívida com aquela região do país, pois a erradicação da coca não resolve o problema subjacente que tem a ver não só com a adequação de cultivos rentáveis, mas também com o fornecimento de estradas de acesso, subsídios e descontos aos altos custos de insumos agrícolas".

Podemos afirmar que as famílias campesinas cultivam coca por necessidade. Isso foi o que Lorena González escutou de diversos produtores durante seu trabalho de campo. Os campesinos afirmavam que essa era a estratégia possível para sobreviver. É uma realidade que criminaliza a pobreza em zonas rurais e que explora por migalhas a mão de obra campesina na produção de uma substância que atrai fetiches e milhões de dólares ao redor do mundo. Em uma dinâmica que apresenta diversas mudanças no contexto rural, González (ibidem, p.216, tradução minha) destaca a valiosa e resistente tradição da cultura andina quando afirma que

> a relação das famílias camponesas com a terra é mantida, seu vínculo com o território não é rompido, por isso a resistência das comunidades camponesas afro-colombianas, como alguns mencionaram, e seu desejo de permanecer em suas terras apesar das duras circunstâncias que enfrentam e o desejo de continuar, e em alguns casos retomar, seus métodos tradicionais de produção camponesa.

Segundo resgate histórico crítico de Pinzón, a partir de 1978, homens brancos interessados em comprar as colheitas de coca chegaram ao vale do Vaupés na região sudeste da Colômbia. Para Pinzón

(1999, p.72, tradução minha), esses "Os empresários da coca atraíam outras pessoas que vinham comprar terras dos índios. Com esse assalto à sua propriedade territorial, os indígenas, envolvidos nesse turbilhão de demanda crescente por coca, acabaram se tornando peões e serventes em seus próprios territórios tradicionais".

Assim, as economias de ciclo curto mais uma vez apresentam o caráter de dominação pelo capitalismo na América Latina ao proporcionar a acumulação de bens para poucos empresários às custas da mão de obra da população, e assim contribuem para a manutenção de uma sociedade industrial e de consumo. No caso da cocaína, para além do comércio ilegal da substância, diversas empresas da indústria química internacional se beneficiam legalmente desse nicho de mercado ao fornecer insumos para o processo de extração do princípio ativo.

A economia da coca-cocaína integra o balaio de outras economias de ciclo curto precedentes na América Latina, como tabaco, borracha, cana, guano, ouro e prata. São economias que se desenvolvem distantes das centralidades das economias capitalistas, e que a partir da sedução pelo enriquecimento fácil e rápido introduzem degradação social e transformações nos padrões culturais locais, mantendo lógicas de exploração alinhadas aos interesses e demandas de países do hemisfério norte (Pinzón, 1999; Bértola; Ocampo, 2010). O cultivo ilegal de coca inicialmente aparenta vantagens, mas inevitavelmente cai nas armadilhas de ilusão e esperança proporcionadas pelas economias de ciclo curto (Pinzón, 1999; Gonzáles, 2014). Nos diversos países latinos que apresentam condições sociais de extrema desigualdade e consequente criminalização da pobreza, a cadeia do tráfico de drogas vem modificando acentuadamente o tecido social.

Como outras economias de ciclo curto do final do século XIX, a cocaína se converteu no novo produto de exploração e exportação mundial. Segundo Pinzón (1999, p.82, tradução minha), "Essa inversão do mundo da riqueza e do poder passageiro confirma como a introdução do capital sem planejamento deforma os centros de produção e gera cenários de violência e ruptura de padrões culturais". Porém, como já apontamos, a cocaína tem um diferencial

determinante: a ilegalidade. A categoria de produto de demanda ilegal traz consigo a criminalidade, a clandestinidade, a violência e consequentemente a instabilidade. Essa combinação coloca a população envolvida com essa dinâmica em condição de dupla marginalização, seja por participarem ativamente em processos de produção, venda ou consumo, seja indiretamente por habitarem os territórios vulnerabilizados que lhes restam. Por um lado, confirmam-se modos de sobrevivência em condições de extrema violação de direitos básicos em contextos indignos, de pobreza, estigmatização e precariedade sanitária/estrutural. Por outro, experimentam a exclusão da ordem cívica cidadã por meio da *ilegalização* e consequentemente criminalização de pessoas e lugares.

Vejamos a seguir alguns elementos importantes apontados por Pinzón (ibidem) sobre a dinâmica das economias de ciclo curto:

- A irrupção de demanda e produção vem acompanhada de capital, com o qual se compram novas terras, se instalam centros de transformação do produto e se proporcionam novas relações de trabalho.
- A acumulação de capital proporciona possibilidade de satisfação de necessidades e frustrações contidas, capazes de deformar o ordenamento social, dando lugar à proliferação de atividades como a prostituição, o jogo e o exagerado consumo de álcool e de bens de luxo. Esse reordenamento da demanda e consumo proporciona excedentes para uma pequena camada de empresários e comerciantes que se beneficiam do auge curto.
- As comunidades envolvidas nessa dinâmica compartilham um clima de violência e apresentam escassez de investimentos em infraestrutura social, apresentando paulatinamente abandono, precariedade e isolamento.
- O fluxo de capital proporciona endividamentos e, como consequência, certa dependência de algumas pessoas com o território.
- A maior parte do capital gerado nesses pontos não permanece no território, é transferido para outras pessoas e regiões.

Essas características aportadas por Pinzón estão agudamente relacionadas a contextos rurais de produção da folha de coca, mas são elementos que denunciam arranjos políticos, econômicos e sociais facilmente encontrados também em ambientes urbanos. A potência de exploração em torno do mercado da folha de coca pode ser aplicada a outras etapas do processo de distribuição e consumo da cocaína. Na cidade, a folha de coca chega transformada em pasta base, cocaína em pó para aspirar ou crack/*basuco*/*paco* para ser fumada.

Perseguindo a linha de raciocínio, podemos pensar como as consequências associadas à folha de coca em ambiente rural podem se relacionar ao mercado dos derivados de cocaína (crack/*basuco*) em ambientes urbanos. A instauração do mercado dessas substâncias ocorre em bairros que acolhem dinâmicas populares e de sobrevivência como a prostituição, a criminalidade e a violência, e que a médio prazo consequentemente se deterioram e se submetem, como veremos a seguir, a interesses de novos empresários e novas colonizações. Porém, segundo Guizado (1989, p.197, tradução minha), a violência física não é o único e nem o principal efeito das atividades do tráfico de drogas em contexto urbano: "Ao seu lado, desenvolveu-se também um fenômeno de notável incidência, tanto no manejo das relações econômicas e políticas na cultura quanto nas dimensões interpessoais".

Um dos aspectos referentes à dimensão interpessoal e social é a ideia de "terrorismo moral" pautada pelos agentes do tráfico em toda Colômbia, mas principalmente pela atuação do Cartel de Medellín, no departamento de Antioquia. Muito da ineficácia de funcionários públicos, sejam eles das polícias ou do Exército, é justificada facilmente pelo temor ou pelo lucro (ibidem). A corrupção e o extermínio são fatores presentes no intuito de aquecer e proteger o negócio da coca.

Soma-se a isso o fato de a imagem atribuída às pessoas envolvidas com o mercado das drogas ilícitas ser particularmente complexa, pois segundo Guizado (ibidem, p.198, tradução minha), "Se considerarmos a opulência, o risco e a violência implícitos nas atividades que lhes proporcionam sua riqueza, não é de surpreender que

provoquem reações que misturam problematicamente repulsa e atração". Existem sentimentos de repulsa escancarados pelo "terrorismo moral" e pela violência, com comportamentos que afrontam costumes tradicionais, mas simultaneamente ponderados por uma atração pela possibilidade de ascensão social e enriquecimento rápido. Por um lado, a repulsa por representar o "mal", a ideia de vício associada a danos morais para toda a sociedade; por outro, a atração por proporcionar oportunidades para muitas outras pessoas que se beneficiam da grande circulação de dinheiro (ibidem, p.198).

Destaco três territórios latino-americanos. Um em São Paulo, Brasil, e outros dois na Colômbia – Bogotá e Medellín –, separados por aproximadamente quatro mil quilômetros de distância em linha reta, e que, surpreendentemente, apresentam aspectos em comum. Os percursos históricos de regiões como a da Luz, em São Paulo, e a de Los Mártires, no centro de Bogotá, confundem-se em curiosidades e determinantes políticos, econômicos e sociais. Medellín segue a mesma trilha. São territórios que acolhem a dinâmica em torno do comércio e uso da cocaína fumada e apontam novos formatos de economias de ciclo curto e exploração contemporânea em contextos urbanos.

A questão das drogas, a economia global e a cooperação internacional

Apesar da rica heterogeneidade cultural, na América Latina certamente compartilhamos uma característica comum: a desigualdade econômica, social e política (Aravena, 2016). É de extrema relevância compreender o processo histórico-econômico que transformou o arbusto de coca de uso tradicional, e agora ilícito, em um grande *commodity* no mercado global. A produção de contextos de vulnerabilidade social e violência como consequência das atuais políticas de drogas nos exige refletir de forma ampla sobre as possibilidades de cooperação internacional para oferecer uma resposta mais humana ao tema hoje, enquanto no fim do século

XIX, no auge da economia legal da coca, seu uso suprimiu a fome e tornou a exploração indígena mais eficiente, na Europa figurou entre estimulante exótico e experimentos científicos (Marez, 2018).

Hoje o cenário não é muito distinto. A violência e o fortalecimento do crime organizado são implicações decorrentes de política de drogas que criminalizam as pessoas que consomem e/ou participam da cadeia de produção e comercialização da substância. Interferências nas soberanias nacionais de países produtores evidenciam tendenciosos interesses políticos e econômicos (Scott; Marshall, 1991). Seguem marcadas as relações de classe, raça e poder entre Europa, Estados Unidos e América do Sul, condicionadas pelas forças do capital, que criam mapas subjetivos das extremas desigualdades econômicas, políticas e sociais (Marez, 2018).

A crise econômica mundial a partir de 2008 rompeu o *boom* da economia latino-americana que crescia desde 2003 (Ocampo, 2015b), e essas mudanças na economia global trouxeram impactos negativos para a realidade social regional, como o "aumento da criminalidade, alimentado pelo encorpamento do crime organizado, este lastreado principalmente na produção e comércio de drogas ilícitas e que já se encontrava em franca progressão desde o final do século passado" (Dallari, 2016, p.93).

As recentes transformações na economia mundial exigem aprendizados e reflexões sobre os processos históricos da economia latino-americana. As relações de poder e a instabilidade política herdadas do regime colonial perpetuam desigualdades econômicas históricas em nosso continente (Bértola; Ocampo, 2010). Como vimos, os números de zonas de cultivo estão em aclive desde 2013, evidenciando crescimento da economia ilegal da cocaína em contraponto à crise da economia global formal. Em muitos países latinos, a taxa de empregos informais chega a 70% da economia (Aravena, 2016), e nessa conjuntura, modos de vida que esbarram em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, tornam-se estratégias viáveis de sobrevivência. Atualmente, os processos de integração regional encontram-se fragmentados e a corrupção crescente é considerável ameaça (ibidem), além de disputas ideológicas e morais que criam

significativos obstáculos na condução da temática das drogas e garantia dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais.

É urgente problematizar quais são as responsabilidades da cooperação internacional nas políticas de drogas que perpetuam as fontes de desigualdades. Quais as possibilidades regionais para transformação de realidades precarizadas e submetidas à violência das economias ilícitas? Qual a força dos movimentos sociais na transformação política, econômica e social latina? (Dallari, 2016; Ocampo, 2015a, 2015b).

Segunda parada
Reflexos da travessia Brasil – Colômbia

Bogotá – recorrente drama da capital colombiana

A implosão do El Cartucho e o nascer do Bronx

> *El Cartucho fue creado por todos, lo hicimos todos como sociedad al cerrar los ojos ante lo que sucedía allí y expresar: "por fortuna lo que sucede en el Cartucho no ocurre frente a mi tranquilo hogar".*
>
> Morris e Garzón

O Cartucho e posteriormente o Bronx são desdobramentos históricos do bairro bogotano de Santa Inés, um bairro que também surgiu em um contexto de devoção de um povo. Segundo o livro *El Cartucho*, publicado pela Secretaría de Integración Social de Bogotá e organizado por Ingrid Morris e Germán Garzón (2010, p.20), "por volta de 1600 essa área era um subúrbio. Em 1645 foi construída a igreja que levaria como brasão o nome da santa e se encarregaria de vigiar esta parte da cidade que foi rapidamente povoada e urbanizada". Assim surgiu a igreja de Santa Inés, que dava nome ao bairro. Em 1663, ao norte da atualmente extinta igreja, em San Victorino, surgiu o primeiro açougue público, e consequentemente a

concentração de venda de outros produtos. O bairro situava-se próximo à *plaza de mercado*, e essa localização estratégica fez com que o lugar se tornasse sinônimo de "confluência de uma grande quantidade de viajantes, comerciantes e migrantes do território nacional" (Morris, 2011 apud Idipron, 2017, p.169, tradução minha).

Na segunda metade do século XVIII, como consequência da política de extermínio em terras indígenas, ocorreu a chegada de muitos imigrantes na cidade de Santa Fe (atual Bogotá). O bairro – que crescia rapidamente e chegou a contar com mais de vinte igrejas, sendo a da Santa Inés a maior – surgiu em uma sociedade "que vivía al borde de la santificación" (ibidem, p.20). De fato, a história de fundação do bairro apresenta lendas que fazem referência a duas santas. A mais famosa, Santa Inés de Montepulciano, nasceu em 1274 e fundou um convento. A outra santa, polêmica, recusou-se a entregar-se a um homem forçadamente, traindo tradições da época. Condenada, foi exposta nua e executada em praça pública. Antes de ser executada disse: "Pereça este corpo que pode ser amado por olhos que eu detesto" (Morris; Garzón, 2010, p.20).

As referências originárias às santas se confluem na realidade local: ao associar a aura de proteção divina ao bairro de uma delas ou pela característica mártir como consequência de opressão e violência expressada pela outra. Em Bogotá, a Plaza Los Mártires exibe monumento em homenagem aos mártires que lutaram por autonomia na Guerra dos Mil Dias, na passagem do século XIX para o XX, em frente à Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Curiosamente, em São Paulo, a Paróquia Sagrado Coração de Jesus também é ponto de referência histórico e cristão no território. Porém, em São Paulo, o largo não simboliza a resistência e a opressão, mas sim a antiga aristocracia que ocupava a região no fim do século XIX.

Em Bogotá, em 1792 já se calculava haver pelo menos quinhentas pessoas em situação de rua na cidade, os chamados, grosseiramente, de "*pordioseros*" (pordeuseiros em português), representando aproximadamente 2,5% da população local da cidade de Santa Fe (ibidem). Com a construção de um hospício (termo utilizado na época) próximo às igrejas, cabia a elas realizar as primeiras estratégias de

"limpeza social", um papel importante na época devido à constante pressão exercida pela elite vinda da Europa.

Como muitas cidades latino-americanas, Bogotá passou por transformações vertiginosas de uma economia colonial-agrária-republicana para uma capitalista-industrial na segunda metade do século XIX e início do século XX (Rodas; Arboleda, 2016). Durante o século XX, Bogotá experimentou estrondosa explosão demográfica. Em 1900, eram 110 mil habitantes; em 1930 já passavam dos 330 mil (Almandoz, 2002). Logo depois, em apenas três décadas, entre 1940 e 1970, Bogotá passou de 360 mil habitantes para 2,54 milhões (Figueiras, 2008).

Assim, durante o século XIX, o bairro de característica colonial passou a vivenciar mudanças substanciais com a chegada de novos e variados comércios (ibidem, p.25). No início do século XIX, alguns meios dos setores de comunicação, como o jornal *El Cachaco* em 1833, já faziam referências negativas às pessoas em situação de rua de Bogotá. As ruas, e certamente a vida nas ruas, eram vistas pela classe dominante e pela população geral como um local perigoso, sujo e repleto de pecados. Ainda nesse período, o poder local implantou uma política de exclusão para os "cidadãos das ruas": fecharam *chicherías* (bares locais), limparam as esquinas e proibiram espetáculos nas ruas e demais locais públicos, uma política da época inevitavelmente marcada pelo classismo e divisão social (Morris; Garzón, 2010, p.25).

Em 1894, a construção da estrada de ferro e da estação de trem La Sabana, consolidou a característica de acolher inúmeros imigrantes que chegavam de outras regiões do país. Esse fluxo definitivamente determinou a transformação do bairro, e a partir dessa época ocorreram muitas reformas urbanas entre 1919 e 1925. Entre as reformas, a construção da Av. Jimenes com a canalização do rio San Francisco que ofereceu um ar de renovação e modernidade para a área, atraindo a acomodação de pessoas com alto poder aquisitivo. Assim, em Santa Inés passou a viver a nata da aristocracia bogotana.

Entretanto, em meados do século XIX, já existia ao sul da plaza de mercado a Calle del Cartucho, onde muitas pessoas já sobreviviam

do trabalho de reciclagem. Nos lixos se buscavam vidros de perfume María Farina, que eram enchidos com perfume adulterado para ser vendidos nos novos bairros ricos ao norte (Chapinero, Teusaquillo etc). Contudo, as garrafas de vidro encontradas nas ruas do Cartucho também tinham outra finalidade:

> As garrafas também eram recicladas para embalar o licor produzido em pequenos alambiques caseiros. O produto ficou famoso pela qualidade, que competia em consumo com a aguardente das receitas da Cundinamarca. Outros preferiam algo mais forte e bebiam "pipo", uma mistura de aguardente de "chiviao" com refrigerante e gasolina, e assim, aqueles que se reuniram em torno deste coquetel, contribuíram com seu hábito ruinoso para mudar a paisagem do bairro de Santa Inês. (ibidem, p.33, tradução minha)

No mesmo período, início do século XX, muitos campesinos continuavam migrando para a capital e se instalando aos arredores da estação de trem e próximos à Calle del Cartucho, marcando as primeiras transformações urbanas. Como vemos, já no século XIX o bairro acolhia dinâmicas de sobrevivência de pessoas marginalizadas do sistema formal da produção de capital. Somando-se a essa dinâmica, entre os novos moradores que chegavam, diversas famílias ricas e poderosas de outras regiões da Colômbia – como as famílias Boyacá, Los Llanos e Santander – também se instalaram na região. Eram famílias que exerciam poder e controle de certos mercados, por vezes à margem de regulações legais. Segundo os registros de Morris e Garzón (ibidem), existem informações de que foi uma dessas famílias que introduziu o *basuco* no bairro, provocando mudanças significativas em sua trajetória.

Nos anos 1940 ocorreu a construção da Avenida Caracas, nos 1950 a Carrera Décima, e assim o bairro foi ficando escondido entre os fluxos intensos das vias rodoviárias. Na perspectiva norte-sul, a Calle 6 e a Av. Jimenez fecham o cerco; no eixo Leste-Oeste, a Av. Caracas e a Carrera Décima circunscrevem os limites, e assim, asfixiam urbanisticamente o bairro de Santa Inés (Figura 6).

Figura 6 – Sinalização de avenidas que isolaram o Cartucho, criando um enclave de informalidade no centro de Bogotá

Fonte: Google, sinalização pelo autor.

A construção da Carrera Décima é vista como responsável por romper em dois o centro da cidade, além de ocasionar a demolição da antiga Igreja de Santa Inés.

Para a paisagem, a demolição da igreja de Santa Inés em fevereiro de 1957 teve impactos relevantes. A proteção do território outorgada à santa e à igreja por mais de trezentos anos desapareceu em pedaços de entulho esquecidos pelo tempo. Porém, segundo relatos populares da época, foi a partir da demolição da igreja que realmente "O bairro começou a se deteriorar. Isso foi como uma maldição pelo sacrilégio cometido" (ibidem, p.38, tradução minha). Urbanisticamente, o sumiço da igreja e a aparição da Carrera Décima como uma fronteira simbólica isolaram o bairro do resto da cidade, desembocando em paulatina deterioração urbana e social. O sufocamento do bairro entre as avenidas permitiu novas formas de sobrevivência, sendo muitas delas associadas às atividades ilegais, como o contrabando, a fabricação de bebidas alcoólicas artesanais, a venda de

objetos roubados e, obviamente, o comércio de drogas. Como veremos a seguir, essa é uma atividade determinante na trajetória do Cartucho (Idipron, 2017).

Na segunda metade do século XX, os avanços tecnológicos impulsionaram progressos nas formas de comunicação, intensificando os meios e as possibilidades de contrabando. O desemprego crescente produziu grupos de pessoas e vendedores ambulantes que se estabeleceram próximos às grandes avenidas nas bordas do Cartucho. Nas décadas de 1960 e 1970 cresceu a presença de jovens em situação de rua, iniciando a formação das primeiras *pandillas* – termo usado para se referir a gangues – formadas pelos *gamines* – pessoas em situação de rua envolvidas com o uso de drogas.

> Desde o século XIX, a separação "voluntária" de vagabundos e bêbados do centro da cidade vem alimentando inexoravelmente o imaginário de uma pequena quadra do bairro de Santa Inês, aquela rua sinuosa apropriada para esconderijo de criminosos ou para atividades ilegais estava levando o nome "El Cartucho" entre os habitantes da capital, um nome que eles evitavam pronunciar para não profanar seus lábios. Era a rua do diabo, e segundo as piedosas senhoras: "Quem sabe o que as coisas que aconteciam lá!" (Morris; Garzón, 2010, p.38, tradução minha).

Complementando a grande movimentação da estação de trem, nos anos 1950 e 1960, o bairro transformou sua identidade residencial para um setor comercial, acolhendo o comércio das empresas de transportes e inclusive o terminal de ônibus da capital colombiana. No bairro de Santa Inés se encontravam 18 das 24 empresas de transporte da cidade. A grande movimentação de migrantes e imigrantes aumentou drasticamente a população dessa zona, e naturalmente o uso do espaço urbano. As casas tornaram-se pensões e diversos outros tipos de comércios surgiram para satisfazer as necessidades desse novo tipo populacional (Rosero, 2013, p.7).

Porém, com a construção do novo Terminal de Transportes Salitre, a aproximadamente dez quilômetros de distância à noroeste do

centro, as empresas de ônibus intermunicipais abandonaram esse setor da cidade, e como consequência os antigos e vazios estabelecimentos comerciais se tornaram pontos de venda de objetos roubados e outras funcionalidades informais. A dinâmica local atuava como um ímã para migrantes e imigrantes, e a chegada e fixação de pessoas do campo para a cidade permanecia a todo vapor. Como produto de uma guerra não declarada nas zonas rurais do país, ocorreu o resultado de ondas de pobreza dentro do contexto urbano bogotano. Novamente segundo Morris e Garzón (2010), grande parte dos migrantes que chegavam era pobre, e quando chegavam buscavam alguma possibilidade de moradia no centro – La favorita, La Estanzuela, Santa Bárbara, Las cruces, enfim, Santa Inés e El Cartucho –, e as drogas passaram a permear o cotidiano. Relatos da época resgatam que "os transeuntes manifestavam certo aborrecimento por ver tantas pessoas estranhas que povoavam as ruas; indesejáveis e crianças vivendo nas ruas foram mudando a aparência e o comportamento social do bairro. O álcool adulterado e a inalação de vapores de gasolina eram remédios para acalmar a fome" (ibidem, p.45).

Na década de 1960 cresceu o comércio de drogas. Existem histórias dessa época de que seis oficiais da Polícia Nacional chegaram das planícies orientais com um carregamento de maconha direto para o Cartucho (ibidem; Idipron, 2017) e que, a partir daí, aos poucos foram criando pontos de venda na região. Esse evento, segundo alguns pesquisadores, foi uma das primeiras experiências de tráfico de drogas na região e pode ser considerado um marco no surgimento da maior "biqueira da Colômbia" (Idipron, 2017). Logo depois, instalaram-se diversos grupos de natureza criminal, que a partir da venda de drogas instauraram regimes locais pautados pela violência. Além disso, coube à gangue Los Llaneros a fama de anos depois ter iniciado a venda de crack/*basuco* na região nos anos 1980 (Morris; Garzón, 2010). Assim, com o aumento do leque de opções de substâncias na boca, a disputa por pontos de venda naturalmente fez a violência aumentar dramaticamente no território.

Nesse ponto, as famílias com maior poder aquisitivo já tinham migrado para bairros nobres da zona norte de Bogotá, principalmente

após a revolta política de 1948, conhecida como *bogotazo*, quando a elite literalmente fugiu da região central (Suárez, 2012). Muitos dos prédios administrativos já haviam mudado para o Centro de Administración Nacional (CAN) na avenida Eldorado. A cidade expandia-se e apresentava diversos pontos centrais em diferentes localidades. O velho centro, em Santa Inés, foi esquecido, passou a ser pouco visitado, ao passo que longe dos olhos sociais, as dinâmicas coloquiais se enraizavam e "parecia que a cidade já não necessitava essa parte de seu corpo e abandonou-a à própria sorte" (ibidem, p.70, tradução minha').

A prática de pequenos crimes como forma de sobrevivência no centro iniciou uma onda de preocupação da sociedade e também política em relação à segurança pública. Nos anos 1970, uma prática bastante peculiar e irresponsável chama a atenção: as "*campañas de higiene*". O poder público determinou que estava proibido dormir nas ruas no centro de Bogotá, e quem fosse encontrado descumprindo a regra era levado para a Calle del Cartucho. O Cartucho tornou-se depósito e sinônimo de delinquência. Sabe-se que essa prática de fato ocorreu, porém permanecem misteriosos os responsáveis legais pela introdução desse método, pois relatos dizem que eram ordens "vinda de cima", sem haver alguma formalidade e muito menos legalidade nessa ação (Tovar et al., 2017).

Assim, a zona de El Cartucho foi se configurando como o espaço urbano que acolheu pessoas que eram vítimas de preconceitos, estigmas e que sofriam com a falta de oportunidades em outros espaços da cidade e do país. Junto com camponeses, chegavam também sujeitos egressos do sistema penitenciário, militares sozinhos e demais personagens que davam contornos a novos formatos de convivência e cotidianidade. Incessantemente chegavam

> [...] os sem família, os sem futuro, os que perderam a esperança de encontrar um trabalho digno, os drogados, os loucos, os fugitivos, os sem-abrigo e os que nunca têm para onde ir. Atrás deles vinham os cafetões, os narcotraficantes, os vendedores de armas, de órgãos, de pessoas, falsificadores, os que cobravam propina dos criminosos

e todos os outros negociantes da ilegalidade. (Morris; Garzón, 2010, p.50, tradução minha)

As ruas estreitas e apertadas favoreciam práticas ilegais. A venda de maconha e medicamentos chamados *pepas* (Valium) tornaram-se extremamente comuns a partir dos anos 1970. Nessa época muitos dos carroceiros que faziam trabalho de reciclagem eram muitas vezes recompensados com pequenas doses de maconha para uso pessoal ou para pequena venda no varejo (Góngora; Suárez, 2008). Com o passar dos anos, as ruas passaram a estar sempre cheias pela consolidação do comércio informal, e os casarões e prédios abandonados convertiam-se em locais propícios para o consumo e venda de drogas, prostituição, tráfico de armas e demais atividades delituosas. A ingestão de gasolina e álcool adulterado tornou-se solução comum para minimizar a fome, e segundo María José Rosero (2013, p.9, tradução minha), é nesse momento que "este setor populacional começava a mudar seu aspecto físico e seu comportamento na sociedade". Agregou-se assim definitivamente um marco moral ao contexto do Cartucho.

Dessa forma, El Cartucho foi se tornando o epicentro e síntese de uma economia subterrânea, apresentando-se como sintoma de uma grave problemática social que se escancarava em Bogotá, mas que também se descortinava em outras partes do país. Nessa época, os meios de comunicação começaram a pautar a realidade do El Cartucho, mas essa visibilidade pouco tinha efeito em transformações sociais reais, pois os protagonistas e mais prejudicados com a dinâmica estavam confinados nesse território, e eram genericamente chamados pela mídia de "descartáveis", fossem carroceiros, pessoas em situação de rua, pessoas que usam drogas, migrantes ou traficantes, entre outros (Morris; Garzón, 2010).

O termo "descartáveis", surge no começo dos anos 1990, quando um acontecimento choca os cidadãos colombianos: vigilantes universitários das cidades de Pereira e Barranquilla assinaram quase quinze pessoas em situação de rua com o objetivo de vender os cadáveres para pesquisas de estudantes de medicina do ensino público.

No julgamento de um dos guardas acusados, ele disse algo como: "Qual é o problema, se essas pessoas eram só 'descartáveis'?" (ibidem, p.56, tradução minha). Como desgraça, o termo se espalhou pela população: em pouco tempo estava na boca do povo. Por meio de uma palavra, o estigma e o preconceito solidificaram-se em fundações largas e espessas, fortalecendo a ideia colonial da necessidade de "limpeza social".

Assim, dentre os fatores que ocasionaram a degradação urbana e social do bairro de Santa Inés, podemos destacar a dinâmica em torno da migração e das empresas de transportes, a construção das grandes avenidas, a introdução do contrabando como forma de obtenção de renda, o uso de drogas e a estigmatização, entre outros. Porém, é a saída de moradores tradicionais e abastados para outros bairros da cidade que se destaca também como um dos motivos disparadores das transformações no território. Com isso, as antigas residências foram se tornando "inquilinatos" e sedimentando modos de moradias populares e informais. O bairro tornou-se um local de trânsito e também possibilidade de "ficar para estabelecer uma vida em torno de muitas pessoas que neste país(Colômbia) tinham em comum a necessidade de sobreviver" (Idipron, 2017, p.170, tradução minha). Iniciou-se a possibilidade de aluguel de quartos por algumas horas, dinâmica característica atrelada ao consumo de drogas, e com isso, uma reconfiguração profunda na vida e no cotidiano local. Como apontam Morris e Garzón (2010, p.71, tradução minha):

> e não foi para menos: a expansão excessiva do basuco mudou radicalmente a percepção e a atmosfera da rua. A dependência obrigava as pessoas a continuar consumindo e fazia com que os cortiços se tornassem residências que vendiam momentos de sonhos, ou ofereciam um serviço coletivo para dormir ou "soprar"[1] basuco entre vários no mesmo cômodo.

1 Termo nativo que representa o trago com cachimbo.

Figura 7 – Metáfora gráfica sobre a trajetória do Cartucho em Bogotá

Fonte: desenho elaborado pelo autor.

Diferentes padrões de vida e moradia são características-chave desses territórios. O crescimento de ambulantes e a venda de materiais roubados consolidaram dinâmicas de informalidade no dia a dia. Os imóveis resistiam abandonados, as pessoas tomavam as calçadas, as ruas aos poucos passaram a estar obstruídas para passagem de veículos, "e a barbárie se apoderava das misérias e pobrezas de toda índole" (ibidem, p.72). Em um dos auges da dinâmica em

torno da informalidade, da violência e de descumprimento de qualquer institucionalidade (Idipron, 2017), surgiu no linguajar popular a referência ao famigerado "contêiner".

A enorme caçamba de ferro que repousava na esquina da Calle Novena era o contêiner e simbolizou a representação da violência no Cartucho. Muito além de sua função inicial original como depósito de lixo, coube também ao contêiner receber os corpos das vítimas da violência no local (ibidem). O temor circulava pelas ruas, e a mensagem que transmitia o poder da informalidade da violência na boca era clara: "exílio ou morte" (ibidem, p.171).

Em 1998, a Estrategia de Intervención Social (EIS) estimou que uma população de aproximadamente 12 mil pessoas habitava o Cartucho (Morris; Garzón, 2010, p.43). Já o *III Censo setorial de habitantes de la calle en Bogotá* de Idipron em 2001 apontou 10.477 pessoas em situação de rua na capital, sendo que 3.312 (31,6%) ainda permaneciam na localidade de Santa Fe, região central onde existia o Cartucho (Góngora; Suárez, 2008, p.110; Rosero, 2013, p.10) (Figura 7).

"La ciudad autoconsumible"[2]

Nos anos 1980, inúmeras famílias originárias do campo continuavam chegando a Bogotá, e o envolvimento com o tráfico de drogas na região do Cartucho apresentava-se como rara e rentável oportunidade. A chegada do crack/*basuco* foi determinante para mudanças rápidas e radicais no território, legitimando as intenções de intervenção por parte do poder público local. Entretanto, apesar da proximidade e do destaque em relação às folhas de coca e à produção de cocaína, o *basuco* não é originário da Colômbia. Relatos apontam que a primeira versão vista pela região foi no Peru, sob o nome de *pistol*, quando misturavam pasta-base de cocaína com tabaco. Ao descobrirem que a base de coca também era psicoativa e mais potente quando fumada, batizou-se o *basuco*. Na Colômbia

2 Ver Morris; Garzón, 2010, p.76.

chegou pelo Sul, pela região de Cauca, e logo se alastrou por todo o país colombiano. Em Bogotá o consumo de *basuco* sedimentou-se, e não somente nos estratos sociais mais baixos da sociedade. Segundo Morris e Garzón (2010, p.78, tradução minha),

> Os clubes de basuqueros cresceram como grama, casas elegantes localizadas em setores discretos, preferencialmente residenciais, que atendiam exclusivamente aos sócios: altos executivos, empresários e outras pessoas que viam nesse *hobby* um passatempo divertido, o que não era diferente de uma típica reunião social de amigos ou empresários. [...] Esta prática se espalhou e em 1985, informou o jornal *El Tiempo*,[3] mais de três milhões de pessoas no país disseram ter consumido basuco, mais de 15% da população, segundo os dados oficiais

Esse curioso registro sobre uso de crack/*basuco* pela elite colombiana em meados dos anos 1980 retrata a amplitude que a substância alcançou dentro da sociedade, mas certamente em um contexto de uso mais seguro, protegido e privado, longe dos olhos desinformados da sociedade e das investidas ávidas da polícia e do estigma reproduzido pelos meios de comunicação. Estes últimos, por sua vez, colocavam em pauta o debate sobre o consumo de *basuco* às vistas do povo, nas ruas, pelos pobres, e assim o Cartucho ganhou protagonismo no imaginário social. O que era o Cartucho nesse cenário?

> Um espaço urbano que prestava serviços necessários a alguns cidadãos. A cidade consumiu Cartucho [...] Bogotá foi se consumindo e também foi construindo El Cartucho, em um tecido histórico de três a quatro séculos. Um território fruto de uma sociedade indiferente, tornou-se uma espécie de hospital que funcionava sem médicos, um muro de Berlim, separando norte e sul; Oeste do Leste, um paraíso de ilegalidade onde nem os próprios criminosos estavam a salvo. (ibidem, p.79, tradução minha)

---

3 Tradicional jornal impresso e digital na Colômbia.

Durante os anos 1980, a região do Cartucho no antigo bairro de Santa Inés se transformou literalmente em um "refúgio de pobres" (Tovar et al., 2017). O cotidiano era permeado de pessoas em situação de rua, recicladores e um ativo comércio ilegal, também fomentado pela histórica venda de substâncias psicoativas, principalmente a maconha. Era um ponto privilegiado para o ancoramento e crescimento do mercado de cocaína e crack. O aumento do comércio de substâncias psicoativas proporcionou uma disputa desse mercado entre grupos rivais, e mais uma vez um aumento significativo nos episódios de violência. Em 1997, um estudo realizado pela Câmara de Comércio de Bogotá teve como foco de atenção o setor do Cartucho e apresentou o território como um *habitat* da população em situação de rua, caracterizada pelo consumo frequente de entorpecentes, especialmente crack, o que colocava esses indivíduos "às margens da estrutura da sociedade formal" (Suárez, 2012, p.148, tradução minha). Como vemos, os resultados dessa pesquisa colocavam o uso de *basuco* como elemento que proporcionava unidade e certa identidade à população do Cartucho.

Outro estudo realizado nesse período pela Prefeitura de Bogotá produziu um mapa cartográfico do medo na capital colombiana. Novecentas pessoas de diferentes estratos sociais e de distintos bairros de Bogotá foram entrevistadas, e os contornos da zona que apresentava maior destaque no "*ranking* do medo" eram quatro grandes avenidas do centro da cidade que demarcavam as fronteiras do Cartucho: a Avenida Caracas, a Carrera 7ª, a Avenida 6ª e a Calle 13 (Figura 5). Segundo o antropólogo Carlos José Suárez (ibidem, p.150), durante a década de 1990, ultrapassar essas fronteiras implicava "adentrar-se no mundo do medo e do terror, do incontrolável e do caótico no coração de Bogotá". Assim, o discurso sobre Bogotá passou a construir um imaginário como umas das cidades mais perigosas do mundo no final do século XX.

De fato, em 1998, a região do Cartucho foi reconhecida pelo Organização Mundial da Saúde (OMS) como um dos lugares mais perigosos da América Latina (Morris Rincón, 2011 apud Tovar et al., 2017). Entretanto, vale problematizarmos essas concepções

sobre esse território: são visões reducionistas de todo um espectro de diferentes momentos e histórias de vida dentro de um contexto como o Cartucho, além de incutir na sociedade a noção de que esses espaços devem ser de qualquer maneira extirpados. Segundo Suárez (2012), podemos analisar a apresentação desses dados e diagnósticos concomitantes à execução de um plano de renovação urbana no local como estratégia disciplinar exercida pelo poder público, que prioriza a movimentação de capital e anula a complexidade do contexto e as trajetórias e características individuais das pessoas. Assim, a cidade foi se autoconsumindo por diferentes vias. No início do século XX, a informalidade pautou a constituição do Cartucho; já na transição para o século XXI, a capital colombiana se engasga e se engole com sabor de lucratividade. Em 1998, deu-se o pontapé inicial nas intervenções estatais para acabar com o Cartucho.

A rota legislativa: realização do projeto de intervenção urbana

Ainda em 1998, o então prefeito Enrique Peñalosa anunciou o Decreto 880 (Bogotá, 1998) que redigia o programa de renovação urbana para os bairros San Bernardo, Santa Inês e arredores como solução ao problema da violência e da presença dos moradores de rua no centro histórico de Bogotá. O objetivo era claro: acabar com o Cartucho – e para isso a renovação do centro apresentava como argumentos a necessidade de recuperar o valor comercial da região e do espaço público, além de acabar com a presença de vendedores informais nas ruas. O decreto se justificou na ideia da "deterioração urbana" e apresentava como objetivo melhorar a imagem da cidade internacionalmente (Suárez, 2012).

Apesar das pesquisas e da constatação evidente da presença de milhares de pessoas, inclusive de pessoas em situação de rua, curiosamente o decreto afirmava que a região se apresentava como "vazio humano", além de estar "fora de uso", ou melhor, "fora dos circuitos legais de mercado" (ibidem, p.153). Em 1999, o poder local

anunciou o Acordo 33, viabilizando o início das demolições das primeiras 28 casas do Cartucho. Em seguida, com o Decreto 619 de 2000 (Bogotá, 2000) foi promulgado o Plano de Ordenamento Territorial (POT) para a cidade de Bogotá, que vigora até os dias atuais. O POT foi o movimento final para colocar o Cartucho em xeque e, nas palavras de Suárez (ibidem, p.154), efetivar a "consolidação legal e projetiva dos pressupostos contidos anteriormente no Decreto 880 para a renovação do centro histórico da cidade de Bogotá". O plano evidenciava claramente que seu principal objetivo era econômico, pois apresentava a intenção de criar um arranjo adequadamente organizado do território para aproveitar as vantagens de sua localização e assim atrair investidores na presumida competitividade internacional das cidades (ibidem).

Um aspecto interessante de ressaltarmos sobre o POT é sua curiosa flexibilidade. Segundo o Decreto 619 de 2000, o plano previa o desenvolvimento urbano "superando as regulamentações urbanísticas como único instrumento orientador para a construção do território" (Decreto 619 de 2000, tradução minha), ou seja, as mudanças no espaço também estavam pautadas pela lógica de possíveis oportunidades que surgissem, explicitando a alta capacidade de adequação às forças globais de mercado. Assim, como na região da Luz em São Paulo, o projeto iniciou sua execução estando aberto e incompleto, permitindo constante revisões, avaliações e oportunas adaptações. A empresa responsável pela transformação concreta e física em Bogotá foi a Empresa de Renovación Urbana (ERU), que rapidamente começou intervenções de infraestrutura, serviços, vias e espaços públicos estimulada por investimentos de capitais privados (ibidem).

Em entrevista de Enrique Peñalosa cedida à Angel Beccassino (2000) no fim de seu primeiro mandato, entre 1998 e 2000, Peñalosa indicou algumas diretrizes do plano de renovação com o discurso de "*desencartuchar el Cartucho*". Ele evocava explicitamente a extinção e a intenção de atrair novos investimentos e negócios para o setor. Para isso, os investimentos se concentrariam na criação e renovação de espaços públicos (Parque Tercer

Milenio)[4] e estabelecimento de polos de comércio e escritórios de órgãos públicos ao redor do parque, com todo o setor interligado por grandes eixos rodoviários com sistemas de transporte de massa à disposição (Suárez, 2012; Beccassino, 2000). Paralelamente ao discurso executivo sobre as obras e transformações urbanas, o projeto apresentava diretrizes de intervenção social para a população afetada, alegando "promover a equidade territorial para garantir plenamente a oferta de bens e serviços para todos os cidadãos" (Suárez, 2012, p.155). Peñalosa reproduzia publicamente tais argumentos apresentando o cinismo da gestão pública, pois discursava sobre ideais de integrar a cidade, e segundo suas próprias palavras, era necessário fazer com que

> [...] as pessoas voltam para o centro e espero que um dia isso se torne a zona rosa da cidade, o lugar onde os restaurantes, cafés, o que você diz sobre Madrid... É preciso que pessoas de todos os estratos venham ao centro e permaneçam, que vivam o entorno, que se misturem com outras pessoas, porque isso é como uma sociedade de gueto. (Becassino, 2000, p.221, tradução minha)

Entretanto, a referência à cidade de Madri, situada no contexto europeu, aponta pouco conhecimento e legitimação da realidade local de Bogotá. Nas ruas, a ideia obtusa de integração se mostrava mais próxima a episódios de segregação e violência, e consequentemente diversas violações de direitos humanos praticadas pelo poder público. Os objetivos do programa de renovação urbana não incluíram a população que frequentava o bairro, excluindo residentes, comerciantes e também a população em situação de rua local.

Nesse cenário de ampla e radical transformação do tecido urbano, salta aos olhos a ausência de alternativas sólidas de atenção e moradia para as mais de uma dezena de milhares de pessoas removidas do Cartucho, sejam as que viviam de modo informal em imóveis

---

4 Detalhes sobre a concepção e construção do Parque Tercer Milenio (PTM) mais adiante no texto.

em ruínas ou as que estavam em situação de rua. Quando questionado sobre a população em situação de rua, Peñalosa desconsiderou o respeito aos direitos humanos e categoricamente apresentou disposição ao uso da coerção e da força repressiva "*de manera avasaladora*" no trato à essa população. Tal estratégia foi justificada para intimidar qualquer margem de resistência ou reação por parte das forças locais, fossem ou não elas criminosas (ibidem). Nas palavras do próprio prefeito:

> [...] penso que para resolver isso de uma vez por todas seria preciso poder levar essas pessoas à força para alguns lugares, para algumas fazendas nas planicies, por ali, desintoxica-las, tratá-las bem e ajudá-las, ensiná-las a plantar mandioca , algo. Mas não podemos, porque direitos humanos e tal. Isso é muito complicado. Podemos pressioná-los, apertá-los... mas só isso. (Peñalosa apud Beccassino, 2000, p.196, tradução minha)

No início dos anos 2000, com as demolições já em curso, o cotidiano do Cartucho se tornava cada vez mais denso, inclusive entre as pessoas em situação de rua e as equipes de demolição. Com o contínuo processo de sumiço do território, grandes grupos de pessoas se diluíram em grupos menores e se dispersaram pela cidade, enquanto atravessavam a sensação de perda de identidade e de pertencimento à algum lugar (Idipron, 2017). Segundo registro do Idipron (2017, p.190), "os sujeitos que construíram um reconhecimento naquele espaço, ainda que baseado na violência, perderam seu papel e seu 'nome', pois se configuravam apenas dentro das dinâmicas particulares daquele contexto". Dessa forma, podemos assinalar esse fenômeno como ato de violência simbólica, ao passo que esses cidadãos são desconsiderados em sua trajetória, e na gestão, administração e transformação de seu *habitat* de existência e pertencimento.

O Decreto 880 argumentava abertamente sobre parâmetros de desenvolvimento econômico, renovação urbana, utilização do solo, espaços públicos, setorização pública e privada, além de apontar

possíveis benefícios e ganhos para a cidade, porém muito pouco (ou quase nada) sobre as questões sociais e sobre as estratégias e ações destinadas à população frequentadora e residente do bairro. Em transformações urbanas em que a população local é objeto de extrema precariedade, considerar as condições sociais, econômicas e de saúde dela deveria ser prioridade estatal com o objetivo de equiparar ou diminuir desigualdades. Entretanto, a única menção do Decreto sobre estratégias de intervenção social apontava a "atenção das pessoas no grau mais alto de emergência social, em condições de indigência, drogadição, doentes, crianças, mulheres e idosos, que por suas características particulares necessitam de uma intervenção assistencial" (Decreto 880 de 1998, tradução minha). Ou seja, não se estruturaram políticas públicas de habitação, saúde e assistenciais suficientes para atender essa população (Rosero, 2013, p.3). As pessoas em situação de rua acompanhadas de diversos outros personagens do cotidiano do Cartucho foram lançadas à própria sorte, ou melhor dizendo, penalizadas pelo azar que lhes foi imposto. Estima-se que no início dos anos 2000, aproximadamente 3 mil pessoas em situação de rua que habitavam o setor espalharam-se pelos bairros vizinhos do centro de Bogotá (Suárez, 2012).

As demolições seguiam, o projeto avançava, e permanecia a inquietação: para renovar o centro era necessário apagar a história e derrubar completamente aqueles dezesseis quarteirões históricos que formavam o Cartucho no centro de Bogotá? As justificativas para a estratégia de "terra arrasada" foram basicamente duas: que a deterioração dos imóveis era tanta que a demolição de um implicaria a estrutura dos demais ao redor, e que havia uma necessidade de espaços públicos no centro. A decisão estética pela destruição total era justificada pelo discurso de dupla degradação, arquitetônica e moral, e embasava conjuntamente a intervenção (ibidem).

Assim como as pessoas que habitavam aquele lugar foram consideradas "descartáveis", lamentavelmente a memória do bairro de Santa Inés também foi sujeita a descarte. Como resultado, foram removidas 1.350 famílias, das quais 73% viviam em um único quarto; 1.240 empreendedores individuais ou familiares; 4 mil moradores,

grande parte inquilinos de baixa renda; 2.248 pessoas em situação de rua e 3.600 empregados e comerciantes (Morris; Garzón, 2010). Assim, como saldo do decreto 880, houve demolições de 680 imóveis e a desapropriação de mais de 12 mil pessoas que habitavam a região do Cartucho. E no espaço extirpado pela demolição das dezesseis quadras da região, consumou-se a construção do Parque Tercer Milenio (PTM).

Fato: o que houve de "concreto" e a ilusão do Parque Tercer Milenio

Como vimos, por considerar a região como um fator de risco, o plano de renovação urbana visou eliminar completamente a zona do Cartucho e no local criar o Parque Tercer Milenio (PTM). O parque era a estratégia para recuperação urbana, social e de segurança, visando gerar uma mudança profunda na forma de ocupação do espaço.

Inaugurado no ano 2005, a Prefeitura de Bogotá apresentou seu novo espaço público com nome otimista e prometedor. De fato, o parque é enorme, repousa em uma área total de 16,5 hectares que acomodaria aproximadamente dezoito campos de futebol (Suárez, 2012). Apesar de se propor como uma área verde de tamanho considerável no centro da cidade, vale a reflexão dos objetivos e métodos empregados em sua realização.

A advogada Maria José Rosero faz uma interessante reflexão sobre a proporcionalidade das ações do plano de renovação urbana no âmbito da garantia de direitos. Ela investiga especificamente a garantia (ou falta dela) da segurança humana, analisando a proporção e a necessidade da adoção dessa medida por parte do poder público local. Para compreendê-la, levantaremos brevemente as bases desse conceito que passou a ser difundido a partir de 1994 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seu informe sobre desenvolvimento humano. O Estado, como forma de governo das cidades latinas atuais, deveria ser a instituição

dotada de estratégias para alcançar a garantia de direitos de todos seus cidadãos, assim como protegê-los de possíveis ameaças (Rosero, 2013, p.12).

O quesito de "segurança" da população é então responsabilidade do Estado, mas vale considerar que a ideia de "segurança" não é um conceito universal, muito menos estático, e "varia segundo o objeto que é a causa de proteção, de acordo com o desenvolvimento das sociedades e corresponde ao avanço ideológico de cada povo" (ibidem, p.12, tradução minha). O conceito amplia-se de acordo com cada contexto, mas em termos gerais, podemos chegar a uma direção, e a ideia de prezar pela segurança das pessoas pode ser descrita assim:

> Um conceito verdadeiramente amplo e abrangente de segurança para os habitantes deve incluir não apenas a tranquilidade de não ser vítima de atos criminosos, mas também a de viver em um Estado de Direito constitucional e de participar dos benefícios do desenvolvimento em termos saúde. , educação, habitação, lazer e todas as áreas de bem-estar social. O conceito é o de desenvolvimento humano sustentável, que tem como princípio a equidade. (González Pacheco, 2010, p.6 apud Rosero, 2013, p.13, tradução minha)

Essa definição sobre a noção de segurança, mesmo ampla, abre caminho para a promoção do conceito de segurança humana promovido a partir de 1994, que busca proteger os sujeitos e grupos sociais de possíveis intervenções e forças coercitivas de caráter estatal em locais que apresentam problemáticas sociais e econômicas de pobreza extrema, a proliferação de doenças, o comércio ilegal ou o uso de drogas, entre outros fatores (Rosero, 2013, p.13). Somado a essa diretriz geral, destacamos o propósito do conceito de segurança humana ao visar garantir proteção "contra alterações súbitas e dolorosas da vida cotidiana, seja em casa, no trabalho ou na comunidade" (PNUD, 1994, p.3, tradução minha). Nesses termos, a devastação do Cartucho soa criminosa.

A aplicação do conceito de segurança humana visa à promoção de equilíbrio social em que todos possam gozar dos elementos

mínimos de qualidade de vida, e consequentemente, de participação política. Na perseguição desse ideal, o PNUD aponta sete categorias que seriam obstáculo ou ameaça ao seu alcance: inseguranças econômicas, alimentar, de saúde, do meio ambiente, pessoal, comunitária e política (ibidem, p.28). Porém, se a insegurança econômica está prejudicada, como em uma reação em cadeia todas as outras categorias são afetadas, podendo inclusive desencadear a autoconservação por meio de atividades delinquentes. A Organização dos Estados Americanos (OEA) estabelece a miséria como ameaça à seguridade humana, reforçando que a pobreza e a exclusão social de amplos segmentos populacionais comprometem o exercício da democracia e fragilizam a segurança dos Estados nacionais (Organización de los Estados Americanos, 2003 apud Rosero, 2013, p.17).

Como descrito, a zona do Cartucho passou a ser um local que representava o medo, a marginalidade e a insegurança. Nesse sentido, dentre as sete categorias visadas pelo conceito de segurança humana, o plano de renovação urbana claramente visava reestruturar a região, acabar com dinâmicas produtoras de medo, dissipar o sentimento de perigo e promover a reocupação desse espaço, assim garantindo "segurança comunitária" (Rosero, 2013, p.18). Para analisar a proporcionalidade da introdução do Parque Tercer Milenio, Maria José Rosero (ibidem) faz uma interessante reflexão sobre as interposições e limites de cada direito, assim como da viabilidade de intromissão entre eles sem ferir o núcleo essencial de cada um: a ideia não é sobrepor um direito sobre outro, mas buscar convivência harmônica entre diferentes tipos de garantias.

Assim, surge a questão: a proteção do direito à "segurança comunitária", respaldada legalmente pelo Decreto 880 de 1998 e outros documentos normativos,[5] com o estabelecimento do Parque Tercer Milenio, é maior ou menor que os direitos das pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social que ocupavam o setor? Na arena

5 Carta Magna, artigos 63, 70 e 72, com argumentos de proteção do espaço público; preservação de patrimônio histórico, cultural, social e econômico; proteção da identidade nacional (Rosero, 2013).

formada pela intervenção urbana vemos que as estratégias adotadas colocam em conflito de interesses a proteção de múltiplos e diversificados direitos. Vale ressaltar que o estabelecimento do Parque Tercer Milenio fere o princípio de "vida digna", que, como direito fundamental, visa "garantir que a pessoa não se converta em um instrumento de outros fins, objetivos, propósitos ou interesses", um direito que "protege a pessoa, contra toda forma de degradação que comprometa não só a condição física mas sobretudo seu valor intrínseco" (Guzmán Gaviria; Hoyos Patiño; Cuervo Martínez, 2009, p.27 apud Rosero, 2013, p.21, tradução minha).

Um fator determinante para a análise desse conflito de interesses na proteção de diferentes direitos é o subprincípio da "necessidade" na linguagem jurídica. Acredito haver consenso acerca da necessidade de uma transformação na realidade do Cartucho, mas isso não exime a problematização da forma como esse projeto foi e tem sido realizado. Havia outras opções de intervenção ou essa era a única possível? Esse é o ponto-chave dessa análise nos argumentos de Rosero. No Cartucho, a ausência de políticas sociais, habitacionais e de saúde dignas que acompanhassem o processo fez com que tragicamente o cenário se configurasse como um campo de incessantes violações de direitos humanos fundamentais, inclusive a intromissão e violência ao princípio de "vida digna". Segundo Rosero (2013, p.22, tradução minha),

> [...] na medida em que os direitos mencionados para a população em situação de indigência são prejudicados não de forma parcial, mas completamente, continuando e perpetuando as condições deploráveis em que se encontravam, e a isso devemos acrescentar mais uma circunstância agravante, eles foram evacuados e deslocados do lugar que construíram para si, fugiram para lugares incertos, sem nenhum tipo de abrigo ou proteção, "mais de um ficou sem família", sem lar, sem sua sociabilidade.

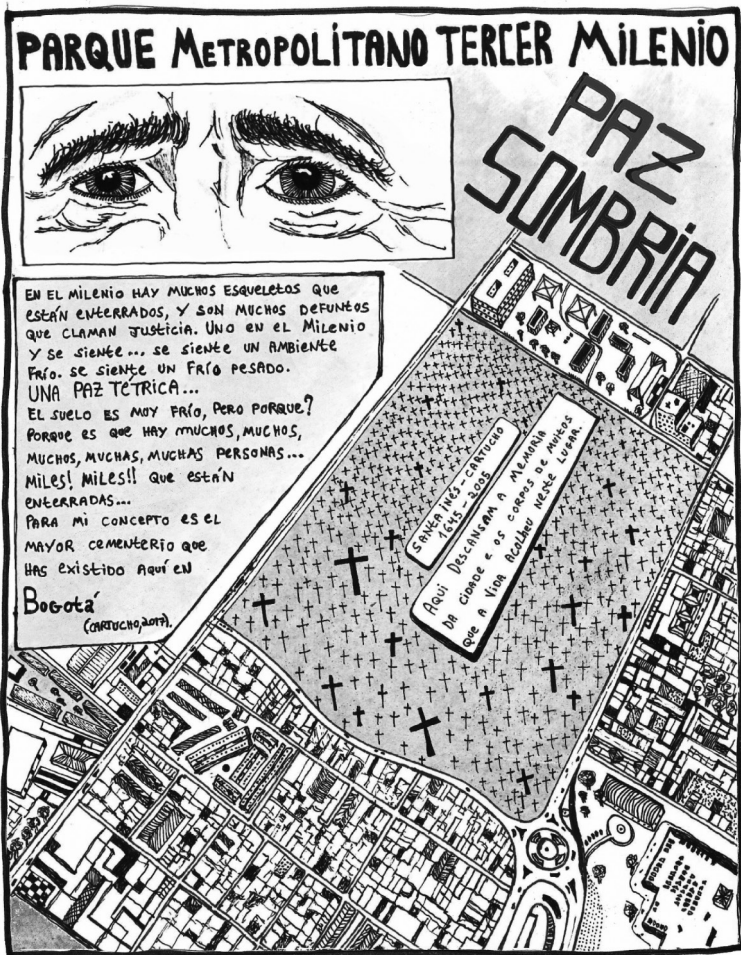
Outros autores argumentam que "acabaram exilados em sua própria cidade, órfãos de um bairro ou uma rua que chegou a ser parte

substancial de suas vidas, como é a pele" (Morris; Garzón, 2010, p.118, tradução minha)

Em resumo, a preservação do princípio da ideia de segurança comunitária apresentada pela Prefeitura de Bogotá não justifica a violação do direito à vida digna de todas as pessoas que ocupavam o Cartucho. Fica evidente que para além dos efeitos locais derivados de processos econômicos globais, o surgimento de espaços marginalizados, seja nas bordas, seja no centro das cidades, também é responsabilidade de gestões públicas e suas tomadas de decisões administrativas. No caso da introdução do Decreto 880 de 1998 e a criação do Parque Tercer Milenio, é possível ver a execução de uma política apressada, com planejamento raso para a solução de fatores evidentemente sociais históricos e complexos por meio de transformações estéticas e de embelezamento urbano.

Na esfera da proteção de direitos, o resultado configura-se como um duplo fracasso. Para além de perpetuar violações de direitos fundamentais às pessoas em situação de rua e de baixo poder aquisitivo, a criação do Parque Tercer Milenio não cumpriu o objetivo de resgatar o vínculo do espaço público com a sociedade. Além de ser exageradamente planejado, com pouca diversidade de flora e consequentemente de fauna, o parque apresenta grandes áreas de concreto. A frieza de sua estética se associa a relato de ex-frequentador do Cartucho, que no documentário de nome *Cartucho* (2017) do diretor Andrés Chaves, diz (Figura 8):

A relação de indiferença e fama duvidosa que a comunidade sente atualmente em relação ao parque de forma alguma simboliza o resgate de vitalidade esperado para o centro. O relato no documentário de Andrés Chaves relaciona a ampla alameda de concreto para pedestres no centro do parque com o símbolo metafórico de "maior cemitério de Bogotá" devido às violências associadas à história e agravada pelas intervenções. Em trabalho etnográfico na região, presenciei algumas vezes a banda do exército colombiano ensaiando nesse espaço, num ato simbólico de reinstalação da ordem. Exibindo um projeto estético que se afasta de qualquer organicidade e possibilita visão panorâmica dos espaços e frequentadores,

Figura 8 – Metáfora visual do Parque Tercer Milenio inspirada pelo filme *Cartucho*, de Andrés Chaves (2017)

Fonte: desenho elaborado pelo autor.

o parque proporciona o exercício do "domínio visual sobre as ações e, portanto, um mais eficiente policiamento dos comportamentos" (Suárez, 2012, p.165).

O parque nasceu a partir de normativas legais impostas pela administração pública e consequentemente é esvaziado de identificação

e significados construídos socialmente a partir dos usos e percepções das pessoas em relação a ele, característica esta que deveria ser essencial na elaboração de espaços públicos (Herrera De la Hoz, 2011, p.113 apud Rosero, 2013, p.23). Portanto, segundo Suárez (2012), o PTM ilustra um modelo de intervenção urbana que substitui o caos pela disciplina do espaço, o degradado pela ordem, e assim, o que deveria por essência ser um espaço público tornou-se um espaço de controle.

Se um dos objetivos iniciais do Decreto 880 de 1998 com o plano de renovação urbanística era melhorar a imagem da cidade internacionalmente, essa experiência mostra ao mundo como a cidade de Bogotá perdeu a oportunidade de maximizar a confluência de diferentes direitos na proteção e desenvolvimento social (Rosero, 2013). Em vez disso, colocou-os em disputa, e essa anulação e violação de direitos favoreceu a proteção dos interesses de alguns setores privilegiados da sociedade e do mercado. Como resultado da intervenção urbana, a própria cidade evidenciou que a intervenção não ofereceu respostas suficientes para a problemática do setor. Afinal, não existiu oferta de acolhimento/moradia estável e definitiva para todas as pessoas que foram forçadamente removidas.

Mesmo contendo estratégias de "desmarginalização" estipuladas no decreto de 1998, as contradições não demoraram para aparecer. Com o sumiço do Cartucho, milhares de pessoas em situação de rua passaram a andar pelos arredores do centro de Bogotá. Com pouca receptividade solidária da população geral, poucos foram os que conseguiram acolhimento em suas tragédias individuais da perda do local coletivo, de raiz e pertencimento representado pela dinâmica do Cartucho. Não por acaso, mas de forma bastante esperada e natural, as pessoas começaram a se juntar por proteção, afeto e possibilidades. Buscaram nos arredores um local como o anterior, um local em que "tudo seja permitido e nada julgado" (ibidem, p.11).

Entre 2005 e 2006, logo após a inauguração do Parque Tercer Milenio, a Secretaria de governo de Bogotá realizou o estudo *Diagnóstico de Seguridad y Convivencia* que apontou as localidades mais atingidas pela expulsão das pessoas em situação de rua do antigo

Cartucho. Foram três: Candelaria, Santa Fe e Los Mártires, todas vizinhas ao extinto território (Suárez, 2012, p.158). Essas foram as primeiras constatações oficiais da existência do Bronx, assim como a zona de Cinco Huecos, concentrações de uso de crack/*basuco* que mantinham proximidade com a estação de trem La Sabana a poucos metros do PTM. Permaneceu a dinâmica itinerante pela região, e assim consolidou-se a dinâmica conhecida por Bronx, a poucas quadras do finado Cartucho. Essa nova configuração, somada à existente prostituição consolidada também no setor de Santa Fe, declara essa localidade como zona de tolerância no centro de Bogotá, *status* que permanece até os dias atuais.

O apêndice do Bronx

Se o objetivo era apagar do alcance visual o cenário de precariedade, marginalização, pobreza, uso e comércio de drogas, violência e prostituição, entre outras atividades informais e ilícitas no centro da cidade, a intervenção no Cartucho foi um fracasso. Como produto, forçou a aparição do Parque Tercer Milenio, além da consolidação de nova cena de uso de drogas, a dinâmica que passou a ser conhecida por Bronx, ou la "L", a aproximadamente duzentos metros de distância – um espaço menor se comparado com a amplitude geográfica que constituía o Cartucho, mas, certamente, igualmente capaz de disparar intensas preocupações e reflexões sobre a vida urbana.

O arquiteto Carlos Niño, na reportagem *Viaje al infierno*, aponta que para compreendermos as realidades de espaços como Bronx e Cartucho, é preciso atentar-se à época da cidade colonial, e principalmente às atividades de comércio nessas zonas. Niño aponta como em meados do século XIX o mercado mais importante de Bogotá situava-se na praça Bolívar, que por problemas de salubridade, delinquência e congestionamento foi transferido em 1864 para a Plaza de la Concepción, e posteriormente, em 1953, mudou novamente para a Plaza España, vizinha ao Bronx. Ainda segundo o arquiteto,

por mais que o mercado de Bogotá não tenha permanecido nessa zona, "é um comércio que deixa consequências nessas regiões, o grande tráfego de pessoas e o agito se transformam em lugares ideais para as atividades ilícitas" (Niño, 2016).

A realidade do Bronx era complexa. Reportagens da época estimam que o local, composto pela intersecção de três ruas, chegou a acolher aproximadamente 3 mil pessoas em situação de rua e passou a ser conhecido internacionalmente como núcleo de organização do tráfico de drogas e a maior *olla* (boca) da Colômbia. Reportagens de 2016 (*Semana*, 2016) narram alguns dos infelizes sequestros de estrangeiros que se aproximaram por ingênua curiosidade do *narcoturismo* e tornaram-se moeda de troca da ganância criminosa. De fato, a realidade do Cartucho se reconsolidava no Bronx, e os holofotes internacionais sublinhavam a irresponsabilidade das autoridades colombianas.

Não demorou para o início dos trâmites políticos e burocráticos para mais uma intervenção urbana, agora no Bronx. Em maio de 2007 foi aprovado pelo Conselho Nacional de Política Econômica e Social (Conpes) do Departamento Nacional de Planejamento (DNP), apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um novo programa de revitalização do centro de Bogotá (Suárez, 2012, p.161). O documento apresentava a região do Bronx e Cinco Huecos como as "oportunidades" da vez para a renovação urbana, e previa "apoiar o desenvolvimento social e econômico interrompendo a cadeia de deterioração, melhorando as atuais condições de vida e habitabilidade do setor, gerando a permanência de seus habitantes e novas alternativas para novos habitantes " (Decreto 492, 2007 apud ibidem, p.164, tradução minha). Já em 2007, o Decreto 492 validou as inúmeras remoções forçadas que viriam a ocorrer quase uma década depois em 2016.

É importante prestarmos atenção ao fato de que o caminho legislativo para a intervenção no Bronx apresentou mudanças significativas no discurso em relação à destruição do Cartucho. Nos anos 1990, os documentos que justificaram a intervenção no Cartucho baseavam-se em descrições detalhadas das condições de vida

e problemáticas sociais atribuídas às pessoas em situação de rua. Em 2007, os documentos progressivamente passaram a ocultar tais particularidades e a apontar as possibilidades econômicas que as intervenções poderiam atrair. Assim, passou a justificar-se em argumentos cada vez mais genéricos, porém propositivos na direção do desenvolvimento turístico e econômico do setor (Suárez, 2012): marcas de um neoliberalismo avassalador. Uma das proposições para a região do Bronx foi a criação da "cidade-saúde", um megaprojeto que inclusive proporcionou a ampliação do Aeroporto de Bogotá junto a avanços de mobilidade entre o aeroporto e o centro. Inesperadamente, o projeto vendia a esperança de que o turismo médico fosse uma das novas vocações da cidade (Fidalgo; Suárez; Vallejo, 2010).

É impressionante o descompasso das ações em uma sociedade que apresenta diversos obstáculos ao acesso digno à serviços de saúde e acolhimento, em que as pessoas são atravessadas por projetos urbanísticos que higienizam os espaços e privatizam os direitos dos cidadãos. A história nos apresenta como os decretos que formaram, transformaram e renovaram o centro de Bogotá estavam diretamente relacionados à pobreza e à concentração de pessoas em situação de rua. Porém, paradoxalmente, a constatação da presença dessas pessoas aparecia nos documentos oficiais sob o discurso de "vazios urbanos" (Suárez, 2012). As dinâmicas se acomodaram escondidas visualmente na cidade, porém publicizadas rapidamente pelos meios de comunicação em matérias que faziam referência ao Bronx como "*el infierno*" o "*la calle maldita*". Foi um processo de guetização que determinou limites objetivos e subjetivos no imaginário citadino em Bogotá (Avendaño et al., 2019). A realização desses projetos derivou de uma "distribuição controlada" de tais dinâmicas, justificando intervenções urbanísticas ligadas às ideias de "patologização do território e da valoração moral dos hábitos dos seus moradores" (Suárez, 2012, p.164).

Assim, a ânsia por investimentos estrangeiros e a melhoria da imagem internacional de Bogotá fez com que milhares de seus cidadãos se tornassem praticamente invisíveis para a gestão pública e alvos concretos de violência estatal.

Fumigações urbanas – intervenção no Bronx

E assim ocorreu. Com a saída de Enrique Peñalosa do cargo de prefeito em 2001, o programa de renovação urbana ficou paralisado durante os mandatos seguintes, mas entrou novamente em cena com a reeleição e segundo mandato de Enrique Peñalosa em 2015. Em 28 de maio de 2016, Peñalosa retomou sua ambição, e a partir de um grande operativo repressivo da polícia de Bogotá feriu mais uma vez os direitos humanos e as liberdades democráticas com afiados objetivos econômicos e de controle da população.

Quando estive em Bogotá, Alberto, interlocutor e escritor local, relatou que a operação começou na madrugada de 28 de maio de 2016. Veículos pararam na rua central do Bronx com mais de cem membros da polícia. Outros caminhões oficiais se aproximaram e fecharam as saídas em torno do local. Bronx sitiado. Ao todo, foram aproximadamente 2 mil oficiais das forças de segurança, dentre eles, 180 militares. Bombas, violência e enormes filas para revistas pessoais generalizadas. Segundo informe especial da revista *Semana* de junho de 2016, "na intervenção havia 1600 pessoas no local, e todas tiveram que coercitivamente fazer uma fila para ser identificadas, inclusive com a possibilidade de identificação pela digital". Nesse processo, foram identificados 149 adolescentes, além de 35 pessoas que apareceram nos registros oficiais como desaparecidas, trinta homens e cinco mulheres. É possível que o Bronx as tivesse acolhido.

Depois da ação, muitos ficaram por tres dias na vizinha Plaza España, a aproximadamente duzentos metros do local. Cartucho e Bronx denunciam uma repetição cíclica no centro da capital do país. Cerca de 3 mil pessoas conectadas com o território do Bronx foram pulverizadas pela cidade. Muitas passaram a viver precariamente em canalizações de água de chuva e esgoto, algumas desapareceram e outras morreram afogadas sob suspeitas de ação criminosa do Estado no controle da vazão da água (Ritterbusch; Cilencio, 2020). No informe especial da revista *Semana* de junho de 2016, um mês após a operação, Peñalosa afirmava que era necessário atuar em várias frentes, mas a primeira delas era a segurança pública, como ação ativa de

coibir o tráfico de drogas, enaltecendo "a mais grande e ambiciosa intervenção realizada até agora no Bronx" (Viaje al infierno, 2016, p.21, tradução minha). A reportagem acrescenta que o Bronx era o responsável por um quinto de toda a movimentação financeira da venda de drogas ilícitas em Bogotá, que contava com mais de oitenta pontos de venda em 2016.

A intervenção no Bronx também pulverizou as alternativas de cuidado que se estabeleciam lentamente no território, os Centros de Atención Móvil a la Drogadicción (Camad), um equipamento que atuava na lógica da redução de danos com pessoas que fazem uso de drogas e colaborava no planejamento de um "*Centro de Consumo Supervisado para habitantes de calle*" (Tovar et al., 2017). Ambas as propostas e práticas se diluíram após a intervenção, e a perspectiva do cuidado nitidamente foi colocada em segundo plano.

Para além da dispersão em pequenos grupos, no centro da cidade a dinâmica em torno do crack/*basuco* vem se reaglomerando pela região do bairro de Santa Fe. No momento que estive em Bogotá entre 2018 e 2019, pude conferir a dispersão já concentrada em alguns pontos no centro. Alocado no bairro de Santa Isabel próximo à Carrera 30 à oeste do centro, já no primeiro dia na cidade deparei com a Calle 6 e seu canal fluvial que abriga dezenas de pessoas em situação de rua desde a operação no Bronx em 2016. Havia chovido em Bogotá, e o fluxo de água estava turbulento e com forte corrente. É nesse canal que Ritterbush e El Cilencio (2020) assinalam a trágica morte de uma pessoa afogada após a grande intervenção. Já no dia seguinte, havia ali somente um mísero filete de água, indicando a possibilidade e o risco de repentinas variações no nível e fluxo de água, seja justificado pela chuva ou não.

Nas margens da Carrera 30, entre tragos de cigarros de palha mineiros conheci Carlos, um carroceiro que sobrevive da reciclagem. Ao apresentar o tema que trabalho, Carlos me informou sobre algumas pequenas concentrações de pessoas em situação de rua e uso de drogas no espaço público: Plaza España, Plaza Pepa e Canal da Calle 6, entre outros. No dia seguinte segui essa rota indicada enquanto caminhava em direção ao centro da cidade. No trajeto vi carroceiros e

algumas poucas concentrações de pessoas fumando crack/*basuco* nas ruas e praças. De longe ouvi: "*brasileño!*". Era Carlos. Juntei-me a ele e seus colegas na Plaza Pepa. Um deles, Jonas, curiosamente me contou que morou mais de vinte anos em Nova York nos Estados Unidos, e ganhou fortunas vendendo crack por lá. Acrescentava que naquela época não fazia uso, e disse que começou a usar quando voltou para a Colômbia, e desde então não conseguiu mais parar. Penso nas problemáticas sociais estruturais de nossas sociedades no continente latino, e em como a desigualdade intrínseca empurra pessoas para situações de extrema vulnerabilidade econômica associada ao modo de vida na rua, e nessas condições, é possível que o uso de substâncias inicie ou se intensifique (Calil, 2015). Seguem as armadilhas de contextos latinos na perpetuação de segregações a partir de uma colonialidade interna.

No caminho ao centro, foi visível alguma movimentação de venda de drogas no varejo nos arredores da Plaza España já próximo à região do antigo Bronx no distrito de Los Mártires. Ao me aproximar do ponto onde esteve o Bronx foi impossível deixar de notar a ostensiva presença de oficiais da Polícia Nacional com metralhadoras em punho, ruas isoladas para a entrada de carros e no mínimo uma dupla de policiais fazendo o controle em cada esquina. Não localizei de imediato onde era a conhecida intersecção de ruas que formavam a "L", mas ao virar uma esquina fui preenchido pela certeza de que havia chegado.

Vi uma paisagem devastada, erma e com restos de demolições. Ruas isoladas inclusive para pedestres, e dentro da área restrita, um ônibus da polícia e um punhado de oficiais. Apenas um edifício central permanecia de pé. Numa esquina, na calçada em frente à extinta "L", tomei um café em um bar vazio. Perguntei para Inés, a mulher que me servia um café já adoçado, sobre o movimento do bar após a intervenção, e se ela sabia o que planejavam fazer ali. Ela, sem esperanças disse: "o movimento era melhor, não é? Agora está tudo mais vazio. Estamos esperando fazerem alguma coisa aí para voltar o movimento. Agora o que vão fazer eu não sei não. Dizem muita coisa que vão fazer aí, cada hora uma coisa..., mas até agora nada. Já faz mais de dois anos, foi em maio de 2016".

Como veremos, a falta de informação e perspectiva para os habitantes locais se assemelha à realidade paulistana. As primeiras caminhadas pela região do extinto Bronx me surpreenderam com detalhes que colocavam a toda hora São Paulo e Bogotá em contato. A abundância de comércios de eletrônicos e automobilísticos no entorno é similar à região da Santa Ifigênia no bairro da Luz em São Paulo, e a Paróquia do Sagrado Coração de Jesus de Bogotá, logo ao norte do Bronx, me traziam um estranho e fascinante espanto ao lembrar do Largo Sagrado Coração de Jesus da Cracolândia em São Paulo.

Como os trajetos trágicos desses espaços poderiam se conectar tanto?

Logo ao lado da Carrera Décima está o Parque Tercer Milenio, a intervenção que literalmente sepultou o Cartucho sob a máscara de um novo espaço público com área verde, mas que atualmente expressa melancólica vitalidade humana. Quando caminhei pelo lado sul do parque, repentinamente entrei em uma rua em que a dinâmica do Cartucho/Bronx parecia ainda permanecer. Somente a avenida como fronteira: de um lado o parque verde, moderno e reformado, do outro, ruas precárias, miséria, venda de drogas e adolescentes cheirando inalantes em sacos plásticos.

Ao norte da área do antigo Cartucho/ Bronx está o distrito de Santa Fe. Atualmente é a zona de tolerância que concentra massiva prostituição além de tráfico e uso de drogas: maconha e crack/ *basuco*, e recentemente o desafiador aumento do uso de heroína injetável. Hoje, o distrito é também ponto final de diversas pessoas do fluxo de imigração venezuelana que desembarca em Bogotá. A dinâmica das pessoas em situação de rua está presente: carroças, carroceiros e pequenos focos de uso de drogas espalham-se pelo "bairro das esquinas redondas".[6]

Ali encontra-se a Fundación Procrear, uma instituição que atende pessoas em situação de rua em Bogotá. A proposta principal é a construção de vínculos, e nessa perspectiva o "centro de escuta" tem papel

6 Termo local que faz referência ao desenho arredondado na arquitetura de diversos imóveis de esquina.

fundamental. É um espaço de convivência aberto ao público e à comunidade, que desenvolve atividades na perspectiva da redução de danos com pessoas em situação de rua e/ou que fazem uso de drogas. Fui conhecer o espaço, e segundo o coordenador Juan Carlos Celis, o bairro recebeu parte da "diáspora do Bronx" após a intervenção em 2016. Espaço de acolhimento com *aguapanela*,[7] jogos e outras atividades, o Procrear se tornou um ponto de encontro entre a população local como pessoas que usam drogas, carroceiros, profissionais do sexo e adolescentes, entre outros. O cuidado em relação às drogas permeia o cotidiano, e percebi a distribuição de insumos de prevenção.

Em uma troca de experiências entre a realidade brasileira e colombiana em torno do crack/*basuco* e Cracolândia/Bronx, um carroceiro ativo no dia a dia da instituição, Julián, me disse:

> No caso de estrangeiros, como você, o pessoal ia lá para conhecer, comprar drogas, e no começo o pessoal te tratava muito bem, mas depois acabavam sequestrando você para pedir dinheiro em troca. Acham que só porque é estrangeiro tem muito dinheiro. E na realidade nem sempre é assim, há estrangeiros que vêm trabalhar, estudar etc, para abrir seu caminho de vida, e depois ganhar algum dinheiro... (Diário de campo, 12 dez. 2018, tradução minha)

Julián vive do trabalho de reciclagem, e no contraponto do estigmatizante conceito de limpeza social, a atividade de reciclar materiais garante uma política informal de cuidado com a cidade e sua população. Mas a história nos apresenta os desafiadores interesses em torno do avanço de determinadas práticas sociais e urbanísticas.

Limpeza urbana... ou social?

Paralelo ao reduzido imaginário social dos indivíduos "descartáveis", a reciclagem de materiais tornou-se a principal e histórica

7 Chá tradicional colombiano.

forma de renda e sobrevivência da população local. Com a abertura do aterro sanitário de Doña Juana no extremo sul da cidade em 1989, e a legislação local afirmando ilegalidade na construção de moradias em seus arredores, encerrou-se a oportunidade de trabalho nos conhecidos "lixões". Esse fator dispersou pela cidade pessoas em busca de lugares para viver e reciclar, e o Cartucho era o local ideal. Os casarões foram se transformando em armazéns de reciclagem, criando um espaço econômico, uma economia local, e certamente essa característica transformou a paisagem do território que aos poucos se consolidou como ponto de encontro de recicladoras e recicladores – como continua sendo até os dias atuais.

A concentração de carroceiros gera desconforto na sociedade, e o crescimento dessa atividade despertou interesse de investigações na academia. Apesar de, de uma forma geral, essas pessoas serem estigmatizadas como "usuários de drogas", e os armazéns de reciclagem como ponto de venda do tráfico (biqueiras), acadêmicos afirmam que essa prática constitui uma espécie de cultura de subsistência em um sistema de valores próprios, atuando como "os antigos povoados de 'caçadores-coletores', categorizando-os como nômades urbanos" (Morris; Garzón, 2010; Calil, 2015, tradução minha). Portanto, a atenção a esse fenômeno, sua lógica como forma de subsistência e razão de existir, permite-nos aproximarmo-nos de nossa própria sociedade, assim como construir a memória da cidade de Bogotá.

Segundo uma das líderes recicladoras na época Cartucho, Olga Lucía Pico, a quantidade de recicladores chegou a cerca de 115, uma imensa minoria que se vinculava ao território e sobrevivia da reciclagem. Em 1998, o censo realizado pelo Idipron estimou 1.140 recicladores, sendo 69,7% homens e 30% mulheres. Entretanto, a antropóloga María Teresa Salcedo afirma que os planos de renovação urbana do centro de Bogotá não consistiram em formalizar a atividade de reciclagem, mas só em acabar com o Cartucho, introduzir o Parque Tercer Milenio (PTM) e por fim aumentar o valor da terra em seus arredores. Assim, o que restou aos recicladores e recicladoras foi migrar para outras zonas da cidade. Ainda segundo a líder recicladora Olga Lucía Pico: "nos prometeram muitas coisas,

como um famoso ecoparque de reciclagem para recicladores, um bairro famoso para quem não tinha casa, e nós não temos! [...] eles só treinaram algumas pessoas para aprender a reciclar, mas nós já sabíamos como reciclar" (entrevista ao projeto En un Lugar Llamado Cartucho, 2010 apud Morris; Garzón, 2010, p.63, tradução minha).

O fato é que a reciclagem consistiu em uma das principais atividades geradoras de renda. Essa prática consolidou-se na cidade, e somente em 2004, os recicladores recuperavam diariamente 592 toneladas de materiais recicláveis. (Morris; Garzón, 2010, p.65). Em 2009, estimou-se aproximadamente 70 mil famílias em Bogotá que sobreviviam da prática de reciclagem (Ley de Comparendo Ambiental..., 2009). Porém, a Lei 1259 de 2008 aprovou multa (993.800 pesos colombianos) a quem abrisse sacos de lixo colocados para coleta, prática comum no processo de separação dos diferentes materiais entre os recicladores (Calil, 2015). Infelizmente, reitero o raciocínio de outros pesquisadores, ao intuir que "a reciclagem popular informal, localizada principalmente no Cartucho e em vários setores da cidade, pouco a pouco tem sido destinada a desaparecer" (Morris; Garzón, 2010, p.66, tradução minha).

Julián é um sobrevivente dessa prática, e me confidenciou que já chegou a carregar 600 kg de material em sua carroça. Em Bogotá, as carroças parecem mais baratas que em São Paulo, custando próximo a cem reais cada uma. Julián trabalha preferencialmente com papelão, pois "é sempre mais fácil de encontrar" dizia ele, acrescentando que não fica somente pelo bairro de Santa Fe, mas também se desloca para outras regiões da cidade, como a zona norte, onde possui contatos diretos já articulados para coleta de materiais, e cita uma loja de animais para a qual vende jornais velhos coletados em outros espaços. Na capital colombiana, o preço de venda do papelão é de aproximadamente R$0,50 reais o quilo.

Julián acrescentou que só ali em Santa Fe existem pelo menos dez pontos de venda de material reciclável. Para ele, o bairro vem se mostrando um polo de sobrevivência sob as margens da informalidade. Comentou que os pontos de venda ganham 150 pesos de lucro por cada kg de papelão comprado. Assim, com a venda de uma

tonelada, o ponto ganha 150 mil pesos, aproximadamente duzentos reais. Como os carroceiros da Cracolândia de São Paulo (Calil, 2015), os bogotanos agenciam uma eficiente leitura da cidade e das possibilidades de sobrevivência nesse tipo de economia extremamente importante e necessária, mas criminalizada pela informalidade.

Corredor de informalidade

Em outro dia que estive na Fundación, um dos educadores do espaço, Jorge, informou que no fim de 2018, a média de frequentadores chegava a aproximadamente sessenta pessoas por dia. Contudo, Jorge fez questão de acrescentar que até 2017 atendiam muito mais pessoas, chegava a 120, 130, mas "Com a visita do Papa a Bogotá no ano passado (2017), levaram muitos moradores de rua para a periferia, alguns foram para abrigos, mas a maioria ficou nas ruas. E nem todos voltaram para o centro", disse ele. As mesmas estratégias de maquiagem urbana que vimos em cidades brasileiras durante a Copa do Mundo em 2014.

Em novembro de 2018 um rapaz me pediu fogo enquanto caminhava pela Calle 15 com a Carrera 17 um pouco ao sul do bairro de Santa Fe. Emprestei. Seu nome era Dátolo. Enquanto ele acendia seu cigarro, pediu licença para acender também seu cachimbo de crack. Respondi que sim e passamos a conversar ali soltos na esquina, até que Dátolo me convidou para nos sentarmos na calçada. Com postura bastante respeitosa, todos pareciam conhecê-lo por ali. Pessoas passavam e o cumprimentavam, até que certa hora, uma moça do mercadinho ao lado chamou-o e pediu seu auxílio. Ele, atento, pediu para que eu olhasse suas coisas e foi ajudá-la. Em poucos minutos Dátolo estava de volta, e seguimos conversando sentados na rua em frente a sua carroça, enquanto ele dava suas "pauladas" de crack/*basuco*.

Dátolo estava com 35 anos, praticamente a mesma idade que eu na época, mas ele parecia mais velho. Sua pele apresentava desgastes consequentes de outros ritmos de alimentação, sono, sol e água entre

outras diferenças que apartavam nossos mundos. Ele me dizia que na rua "não se vive, se sobrevive", mas curiosamente confidenciou que, para ele, um fator importante da vida na rua é a adrenalina: "eu gosto muito", dizia. Encontrei Dátolo algumas vezes durante os dois meses que estive em Bogotá. No dia de seu aniversário de 36 anos, em 19 de novembro de 2018, ele me contou que conheceu o antigo Cartucho quando tinha 9 anos de idade. Frequentou o local até os 16 quando o extinguiram, em 1998. Tentei saber mais sobre sua história, mas a conversa era constantemente atravessada pela frenética dinâmica da rua: pessoas chegavam, saiam, pediam cinza, tragos, isqueiros, cigarros, etc.; era uma agitação que tornava a continuidade de uma conversa um verdadeiro desafio.

Em determinado momento um rapaz se aproximou de nós e ofereceu um punhado de maconha. Respondi que não queria, e ele e Dátolo trocaram algumas palavras que não compreendi, e em segundos o cenário mudou: o rapaz se afastou, guardou a maconha em um papel que pegou no chão e sacou uma pequena faca da meia de sua perna esquerda. Atacou Dátolo com um golpe seco na garganta – Dátolo se esquivou por pouco, correu e entrou na próxima rua, a Calle 15. O rapaz recuou. Dátolo retornou com uma enorme pedra nas mãos. Assistir esse ataque em minha frente me cobriu de medo. Sem compreender a causa do ocorrido, foi fácil assimilar a fagulha de um desentendimento e a possibilidade de um ataque fatal. Meu corpo tremia enquanto eu me aproximava novamente de Dátolo para tentar apaziguá-lo da confusão. Ele pareceu entender, deixamos a zona do conflito e relaxamos enquanto ele devorava um saco de comida que ganhou de moças de um comércio ao lado. Restos de arroz, frango e mandioca; mãos sujas e voracidade. Para celebrar seu aniversário me dispus a comprar uma cerveja para um brinde. Dátolo me pediu para comprar uma bebida específica, mas não compreendi. Ele me acompanhou ao mercadinho e voltamos com a garrafa em mãos: parecia uma cachaça, um tipo de corote. Copos descartáveis para o brinde.

Ao abrir a garrafinha de vidro percebi que era álcool farmacêutico com 70% de volume alcoólico. Meu espanto automaticamente

questionou se Dátolo bebia isso com frequência. Dátolo, como que me testando, respondeu: “é isso que vamos brindar! Assim você conhece um pouco das animalidades da vida nas ruas”. Perguntei se a referência aos animais é devido a brutalidade e ele confirmou que sim, que “nas ruas, alguns humanos encontram estratégias que se aproximam da animalidade para sobreviver, como um cachorro”. Ironicamente, seu cachorro, chamado Diablo, esteve todo o tempo deitado ao nosso lado. Sobre as dificuldades e riscos da vida na rua, Dátolo disse não gostar de coisas materiais e em certo momento afirmou: “Se você é uma pessoa humilde, transparente, não terá muitos problemas... Mas eu, eu gosto da adrenalina”. De fato, a esquiva da facada minutos antes me fez perceber que a adrenalina flui intensamente nos corpos da rua.

Em 4 de dezembro de 2018 passei novamente pela área que constituía o Bronx nos arredores de Santa Fe e Los Mártires, aproximadamente um mês depois que cheguei a Bogotá. Nesse dia, surpreendentemente acompanhei as demolições dos últimos prédios centrais que formavam o quarteirão da antiga “L” em 2016. Fiquei surpreso. Estariam iniciando algo no local? Inés, que apaticamente me servia os cafés no bar vazio, dizia que já fazia meses que não demoliam algo por ali. Quando perguntei se achava que iniciariam algo, ela respondeu: “não não... Só estão demolindo mesmo, isso aí ainda vai demorar”. Desesperançosamente, Inés transmitia sentimentos desacreditados.

Enquanto estive em Bogotá, percorri o trajeto entre Santa Fe e Santa Isabel, passei por San Victorino, Santa Inés, Los Mártires, o antigo Bronx, Estanzuela, La Pepa e, enfim, o canal da Calle 6, locais que, entre 2018 e 2019, concentraram grande parte da população de rua da cidade. O projeto de intervenção urbana Voto Nacional,[8] que está em andamento e visa transformar toda a região, abarca essas localidades, inclusive a região alvo da desesperança de dona Inés. Pontos de dinâmicas módicas e populares praticamente se conectam

---

8 Ver mais em: http://www.eru.gov.co/es/proyectos/voto-nacional-la-estanzuela.

como elos em um corredor de informalidade em uma Bogotá mascaradamente moderna – praticamente uma linha contínua de modos de vida informais, que partem do centro da cidade rumo a noroeste até as zonas periféricas, como o distrito de Kennedy.

Como mais uma repetição, em 2019 os noticiários apontavam mais uma grande concentração de pessoas em situação de rua e/ou que fazem uso de crack/*basuco* no bairro María da Paz, em Kennedy, já aclamado pela mídia local como Nuevo Bronx (*Noticias Caracol*, 2017). A sequência das trajetórias das cenas de uso de Bogotá insiste em afirmar que memórias não se apagam deslocando-as de lugar.

São Paulo – O arquipélago de pedra paulistano

Em trabalho de campo em meados de 2017, um interlocutor local se referiu à Cracolândia como o "arquipélago do crack". Os canteiros da "praça do cachimbo" – expressão que faz referência à esquina da Rua Helvétia com a Alameda Cleveland, local onde está a concentração de pessoas que usam crack – determinam as ilhas, as "latitudes" e localizações das pessoas na organização interna do fluxo.[9] Utilizo o termo "arquipélago" para representar os inúmeros pontos do centro da cidade que essa dinâmica em torno do uso de crack já assumiu ao longo das últimas três décadas. A transitoriedade do "fluxo" fica na memória de ruas e esquinas da região da Luz. Logradouros como Protestantes, Triunfo, Gusmões, General Osório, Duque de Caxias, Julio Prestes, Princesa Isabel, Andradas, Barão de Piracicaba, Helvétia, Glete, Cleveland, Nothmann e Dino Bueno caracterizam e relacionam-se, em diferentes momentos da história, com o termo Cracolândia, que acompanha o bairro desde a chegada do crack na região central. Antes de refletir sobre a atualidade da Cracolândia, vale resgatarmos a trajetória dessa parte da cidade, que historicamente acolhe dinâmicas não só informais, mas também carregadas pelo peso moral socialmente construído em torno das drogas ilícitas.

9 Termo local que faz referência à concentração de pessoas que usam crack.

Essa zona, que engloba os bairros da Luz, Campos Elíseos e Santa Efigênia, é conhecida como região da Luz, e assim serão as referências ao território ao longo do texto.

A região da Luz, ponto tradicional da cidade de São Paulo, concentra além do Jardim Público duas antigas e importantes estações de trem. A zona é conhecida também como Cracolândia, devido à grande concentração de pessoas que fazem uso de crack há pelo menos três décadas. Para traçar um histórico desse território considero importante destacar quatro momentos nessa trajetória. Primeiro, o início da presença social, que chega por meio da igreja ainda no período colonial (Calil et al., 2017). Posteriormente, a ocupação por uma elite já no processo agudo de urbanização no século XIX. Em terceiro lugar, a instalação da rodoviária em frente à Praça Júlio Prestes em 1961. Esse terceiro momento é apontado como o fator que instaura definitivamente os processos de transformações urbanísticas e sociais na região (Calil, 2015; Branquinho, 2007). Por fim, a territorialização do uso de cocaína fumada, o crack, a partir da década de 1990.

Antes da configuração da cidade, ainda no século XVI em 1579, um casal de portugueses trouxe de Portugal uma imagem da Nossa Senhora da Luz. Ao desembarcar no Brasil, a bela imagem de barro dotada de olhos de vidro foi acomodada em uma pequena ermida nessa zona periférica do pequeno povoado. A imagem da Santa ainda hoje se encontra no Museu de Arte Sacra de São Paulo, também na região da Luz. A região era ponto de passagem de tropeiros, viajantes, comerciantes, devotos etc. (Arroyo, 2010), e rapidamente se tornou uma referência para fiéis da época. Os fiéis que se dirigiam à pequena ermida com suas preces logo começaram a se referir a essa zona como região da Luz, fazendo referência à imagem Santa.

Por dois séculos essa zona foi ocupada por fazendas, até que em 1774 ocorreu a transformação do local com o início da construção do grande mosteiro da Luz. Uma construção arquitetônica imponente, simbolizando o poder da igreja com o objetivo de impulsionar a expansão urbana dessa região. A cidade se expandia, e em 1881, iniciou-se a construção do Santuário Coração de Jesus, no Largo

Coração de Jesus, referência local onde atualmente está o "fluxo", a parte chamada de Cracolândia.

A ascensão do café brasileiro no mercado internacional no final do século XIX favoreceu a construção das estradas de ferro para escoamento da produção do interior do estado de São Paulo até a capital, e posteriormente ao porto de Santos para exportação. Assim, o loteamento urbanístico da região surgiu em 1879 exclusivamente destinado à elite cafeeira, justamente ao lado da estação de trem. Segundo a geógrafa Amalia Ines Geraiges de Lemos,[10] essa manobra estratégica de disposição da elite da cidade próxima às ferrovias perpetua a relação política e econômica unilateral com as metrópoles europeias, produzindo mudanças profundas na sociedade paulistana até meados dos anos 1920.

Amalia acrescenta que, já no início do século XX, a cidade tornou-se um canteiro de obras com inúmeras transformações arquitetônicas e urbanísticas, e os contrastes se acentuaram com a combinação entre a crise da economia cafeeira no final dos anos 1920 e a mudança de uma economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial. Essa mudança radical fez com que a região perdesse importância econômica, proporcionando a migração da elite paulistana para outras regiões mais afastadas do centro como o bairro de Higienópolis e a Av. paulista (Branquinho, 2007).

Entre as décadas de 1930 e 1940, a popularização da região extrapolava o setor residencial para os setores comerciais e de pequenas indústrias, transformando drasticamente a paisagem e a vida cotidiana. A região atravessou um processo intenso de desvalorização e passou a ser ocupada por uma população com menor poder aquisitivo, e, consequentemente, houve a redução de atenção e investimentos públicos na área. Durante a década de 1940 a cidade de São Paulo cresceu vigorosamente, segundo Nabil Bonduki (2004, p.248) citando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1940-1950, "passando de 1,3 milhões para 2,2 milhões".

---

10 Lemos, A. I. G. *Consumo y comercio en la São Paulo contemporánea* (inédito). Texto reflexivo não publicado pela autora.

Junto à industrialização, chegou o advento do automóvel como alternativa ao transporte, favorecendo a introdução de planos de avenidas para dar fluidez ao tráfego de carros (Branquinho, 2007). São Paulo de fato adotou a ótica rodoviarista, privilegiando a construção de avenidas radiais e perimetrais, descartando a acessibilidade local para a região da Luz (Simões Júnior; Righi, 2001). Para a introdução do Plano de Avenidas ocorreram muitas desapropriações e despejos na região central. Novamente segundo Bonduki (2004, p.249), entre 1945 e janeiro de 1947 ocorreram 8.226 despejos formais, totalizando 45 mil pessoas desalojadas. Somente na região da Luz, 86 pessoas foram colocadas na rua sem ter para onde ir, e na época ficaram conhecidas como a "legião dos sem-abrigo". Já nos anos 1940 vemos um esboço do que viria a se configurar como o bairro setenta anos depois (Calil, 2015).

Na década de 1950, uma intervenção do poder público local ocasionou o fechamento de estabelecimentos de prostituição no bairro ao lado, o Bom Retiro. As profissionais do sexo se deslocaram para bairros vizinhos, como a região da Luz (Branquinho, 2007), e essa atividade estimulou o surgimento de serviços que acompanham esse mercado, como bares, boates, hotéis, restaurantes e cinemas adultos, entre outros. A percepção de uma degradação moral soma-se como mais um marco nessa trajetória (Calil, 2015).

Em 1961, inaugurou-se a rodoviária de São Paulo no cerne do território, na praça Júlio Prestes. Percebe-se como o valor da terra mostra-se determinante nessa trajetória, mas dessa vez não pelo valor da terra em si, mas do que se pode extrair dela. A rodoviária ilustrava o progresso econômico da cidade, e a grande circulação de veículos transformou drasticamente a paisagem e a atmosfera local. A grande movimentação de pessoas, muitas delas migrantes, consolidou a oferta de hotéis baratos, comércio ambulante e acentuação do meretrício. A cidade crescia, e segundo Milton Santos (1993, p.14), como consequência ao crescimento econômico obtido vem no pacote "a concentração de riqueza e as injustiças, já grandes, de sua distribuição. Entre as pessoas e entre os lugares".

A popularização das moradias, o maior fluxo de pessoas, as intervenções urbanísticas que favoreceram a fluidez de carros e capital, somadas ao florescer de uma economia informal, dissolveram por completo a identidade inicial "aristocrática" da região. Como em Bogotá, a transferência da rodoviária para outro ponto distante do centro em 1982 ocasionou impactos locais imediatos. Segundo o urbanista Jorge Wilheim, "com a desativação, houve uma estrutura ociosa de hotéis e bares que se tornaram alvo fácil para a degradação da área" (apud Brandalise, 2010). O esvaziamento e a consequente desvalorização no preço dos imóveis possibilitaram a ocupação por empresas de transporte rodoviário menores, muitas delas clandestinas, que até recentemente ainda atuavam no território principalmente com destino ao Maranhão e Paraguai.

A saída da rodoviária causou uma inacessibilidade para o bairro, que ficou escondido em um canto da cidade entre as grandes avenidas Rio Branco e Duque de Caxias e as linhas de trem. Com a sedimentação de um modo de vida em torno de bares, cortiços, pensões e hotéis baratos, quando o crack chegou ao centro de São Paulo na década de 1990, não à toa o uso e comércio da substância se territorializou na região da Luz. A sobrevivência por meio de mercados informais e por vezes ilegais e a dinâmica em torno das drogas passaram a redesenhar a identidade local (Calil, 2015).

Entretanto, o aumento da população de baixa renda, o número de cortiços, a prostituição, o trabalho informal, o comércio ilegal e o uso de drogas, incluindo o crack, trouxeram de fato outras funções e sentidos para esse espaço urbano. Segundo Frúgoli e Spaggiari (2010, p.16), ao longo do tempo o termo "cracolândia" foi se aproximando cada vez mais ao nome do bairro, enfatizando "certa dimensão territorial, com uma tendência a ser fixado espacialmente do ponto de vista da representação, como ocorreu efetivamente no bairro da Luz, que praticamente passou a ser sinônimo de cracolândia". Assim, atividades praticadas na rua, nos espaços públicos e com alta visibilidade para a população e os veículos de comunicação configuram um cenário propício para inúmeras respostas imediatas de intervenção pelo poder público.

Em 2005, a chamada Operação Limpa iniciou a execução de grandes intervenções do poder público com o objetivo de acabar com a Cracolândia. Durante essa operação, as pessoas em situação de rua e/ou que fazem uso de drogas migraram para dois quarteirões ao lado. A Operação Limpa se mostrou bastante repressiva e excludente em relação às pessoas que usam drogas. Nessa época foi lançado o Projeto NovaLuz, um plano de renovação urbana que explicitamente não incluía a população local, e assim, a região, e consequentemente seus habitantes, se tornaram alvos de insistentes intervenções violentas e coercitivas pelas forças policiais do Estado (Calil, 2015).

Em 2009 e 2010 se iniciaram as ações do Programa Centro Legal. O propósito do programa era o rápido e eficiente encaminhamento das pessoas ao sistema de saúde. Para isso, inauguraram três serviços como portas de entrada: dois ambulatórios de assistência médica, o AMA-Boraceia e o AMA-Centro e o Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod), os dois primeiros de administração municipal, e o terceiro, um equipamento do Governo do Estado de São Paulo. Em 2010 e 2011, as pessoas que usavam crack passaram a se estruturar no território. Além da construção de barracos improvisados nas calçadas, elas passaram a ocupar alguns imóveis nas ruas Dino Bueno e Helvetia. Diversos atores como agentes de saúde, profissionais do Centro de Atenção Psicossocial especializado em Álcool e Drogas (Caps-AD) da Sé e movimentos sociais estavam articulando oficinas em conjunto às quartas-feiras, o que finalmente inaugurava uma rede de cuidados se fortalecendo.

Contudo, no início de 2012, o prefeito Gilberto Kassab emplacou a Operação Sufoco, conhecida popularmente e nos meios de comunicação como Operação Dor e Sofrimento. Os nomes dizem bastante coisa. O objetivo era claro: expulsar sistematicamente as pessoas por meio da repressão policial, para que assim buscassem apoio nas tímidas ações de saúde e assistência que ofertavam vagas para internação em comunidades terapêuticas. Meses após a ação, o Ministério Público (MP) abriu um inquérito contra o Governo do Estado sob a

denúncia de violação dos direitos humanos.[11] Segundo relatório final desse inquérito, concluiu-se que

> Tal operação policial do Governo Estadual "atropelou" aquelas iniciativas e, sem qualquer planejamento global que levasse em conta aquelas providências, abortou as iniciativas dos órgãos e, ao mesmo tempo, não construiu qualquer solução consistente para o problema da Cracolândia (p.40). O certo é que a apuração aqui realizada demonstra que os órgãos assistenciais e de saúde não foram consultados em momento algum sobre a pertinência ou conveniência de se promover uma forte ação repressiva contra os dependentes químicos da região. Na verdade, não foram sequer avisados! (p.41)

Rapidamente começaram as críticas em relação à estratégia adotada pelo poder público e assim entrou em cena a Defensoria pública, que iniciou atendimento com distribuição de pastas sobre direitos humanos na região e coleta de relatos de violações. Foram 79 registros de violações em apenas onze dias. Em ação isolada, a Defensoria Pública conseguiu um *habeas corpus* preventivo para uma pessoa que faz uso de crack, impedindo que ela fosse revistada sem justo motivo. Alternativas ainda modestas para contrapor a arbitrária violência policial finalmente começavam a se apresentar. A repercussão da intervenção policial atingiu dimensões nacionais e as diferenças se demarcavam na opinião pública, que parecia dividida. Nesse cenário, cresceu o ativismo e o diálogo sobre a temática das drogas e outros movimentos sociais começaram a se manifestar. No objetivo de expulsar as pessoas do território, a Operação Sufoco conduzida por Kassab foi um fracasso. Em pouco tempo o uso e comércio de crack retornou para o mesmo local nas imediações das Ruas Helvétia e Dino Bueno, um ciclo muito semelhante ao que acompanhamos no Cartucho/Bronx em Bogotá.

---

11 Ver mais em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/publicacao_noticias/2012/junho_2012/acp%20cracol%C3%A2ncia%20-%20%C3%BAltima%20vers%C3%A3o%20-%2030%20maio.pdf.

Assim, aos poucos cresceu o fetiche sobre a Cracolândia, que vem se tornando produto político neste início do século XXI. O território passou a figurar em discursos eleitoreiros como justificativa de intervenção, venda e introdução de projetos de requalificação urbana. Em janeiro de 2013, a nova gestão municipal sob o comando de Fernando Haddad apresentou uma mudança no cenário. Enfim se esboçou uma tentativa de escuta e possibilidade de colocar em contato a gestão pública e os atores sociais do território. Um ano depois, em janeiro de 2014, surgiu o Programa De Braços Abertos, que com uma proposta mais humana, pautada pelos princípios da redução de danos, garantiu direitos como moradia, trabalho, renda e alimentação às pessoas que faziam uso de drogas no próprio território, sem exigência imperativa da abstinência.

Com o início do De Braços Abertos, a dinâmica mudou. A intenção de dialogar intersetorialmente, inicialmente entre as secretarias da Saúde, Assistência Social e Trabalho, e posteriormente com outras secretarias como a de Cultura e Direitos Humanos, foi evidente para um avanço significativo na oferta de cuidado e acesso aos direitos. Segundo relatos de pessoas que fazem o uso de crack, o programa foi importante para auxiliar no processo de reorganização pessoal. Paralelamente ao programa De Braços Abertos da Prefeitura, havia o Programa Recomeço, do Governo do Estado, que visa à abstinência total e à internação das pessoas. A disputa pelo modelo de cuidado fragmentava os processos das pessoas. A inovação do programa De Braços Abertos apresentou iniciativas interessantes por parte do governo municipal entre 2013 e 2016, porém, durante o mesmo período permaneceram a violência e a repressão policial por ambas as esferas governamentais no território (município e estado), principalmente em relação às pessoas em situação de rua e que usam drogas.

Em janeiro de 2017, no início da gestão de João Dória (2017-2018), mais uma ação expressiva e violenta por parte da gestão municipal. A intervenção justificou-se por uma alteração no Decreto nº 57.069, de 17 de junho de 2016. A alteração foi a retirada de um parágrafo que dispunha sobre os procedimentos e o tratamento

à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana. Nessa data, 17 de junho de 2016, a Defensoria Pública junto aos movimentos de trabalhadores do território conquistou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) sobre a atuação da Guarda Civil Metropolitana (GCM) nas ações de zeladoria urbana no território. O TAC previa a proibição ao recolhimento de bens, pertences, documentos ou receitas médicas, entre outros itens, e vedava a remoção forçada de pessoas fora das hipóteses previstas em lei. Com a retirada desse parágrafo e consequente suspensão do TAC, logo foram retomadas as ações violentas de limpeza diária no fluxo e a apreensão de bens da população na região da Luz. A condução das políticas públicas foi aos poucos se reduzindo às manobras jurídicas que oportunamente favorecem um lado ou outro, dependendo do enraizamento moral de cada magistrado. E assim, a violência é legitimada juridicamente.

Sobre esse pano de fundo, a violência policial tornou-se cotidiana no território, e no dia 7 de março de 2017, a Prefeitura apresentou a proposta do novo programa, o Projeto Redenção, desconsiderando o aprendizado nítido que a cidade de São Paulo já havia adquirido com o programa De Braços Abertos (DBA) entre 2014 e 2016 no trato da questão da Cracolândia e suas políticas locais. Após essa apresentação no início de março, por preocupação[12] com uma possível reedição da Operação Sufoco de 2012, o Ministério Público do estado de São Paulo convocou a sociedade civil, universidades e conselhos como o da Infância e Juventude, (CMDCA), da Assistência Social (Comas), da Saúde (CMSSP), o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool (Comuda), o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), o Conselho Regional de Psicologia (CRP-SP), o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (Coned) e a Defensoria Pública de São Paulo para a realização de reuniões junto à Prefeitura para apresentação do Projeto Redenção, buscando efetivar os espaços legítimos de diálogo e a participação social para a formulação de políticas e programas.

12 Ofício 129/17 da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos.

Nesse momento, com essa instauração de procedimento administrativo de acompanhamento de políticas públicas pressionada pelo Ministério Público,[13] iniciou-se um diálogo nitidamente forçado com o poder público municipal. Em uma das primeiras reuniões, que contou inclusive com a presença do prefeito em exercício em 2017 João Dória, diversas entidades e instituições apresentaram suas considerações em relação ao território e as alternativas possíveis de políticas públicas mais humanas e integradas. Entretanto, a postura e fala do prefeito João Dória pareceram resistentes ao diálogo. Após escutar algumas das considerações, Dória afirmou de forma enfática que seguiria as ideias da campanha, mantendo o ideal obsessivo de acabar com a Cracolândia, e se desculpando antecipadamente, se retirou da reunião antes do término devido a outro compromisso em sua agenda. Assim, o protótipo de diálogo foi rompido por imposição da Prefeitura, e dias depois, em 21 de maio, a resposta chegou mais uma vez com grande ação violenta por parte da Segurança Pública (estado e município). Uma ação policial na qual mais de novecentos oficiais avançaram com tiros e bombas com o objetivo de desmantelar a Cracolândia. Violência, remoções e demolições ilegais juntaram-se ao cenário e explicitaram as intenções urbanísticas e os interesses políticos em jogo. Com a intenção de expulsar a população local por objetivos financeiros de interesse imobiliário, a violência policial no território aumentou acentuadamente. Na ocasião, o prefeito João Dória chegou a alegar que havia conseguido "acabar com a Cracolândia" apresentando fotos da rua Helvétia e Dino Bueno desertas sem a concentração de pessoas. No entanto, o "fluxo" havia se deslocado apenas duzentos metros e se restabelecido temporariamente na Praça Princesa Isabel.

Dois dias depois, no dia 23 de maio de 2017, mais um episódio do espetáculo midiático. Enquanto o próprio ex-prefeito João Dória dava entrevistas no local sobre o processo de "revitalização",

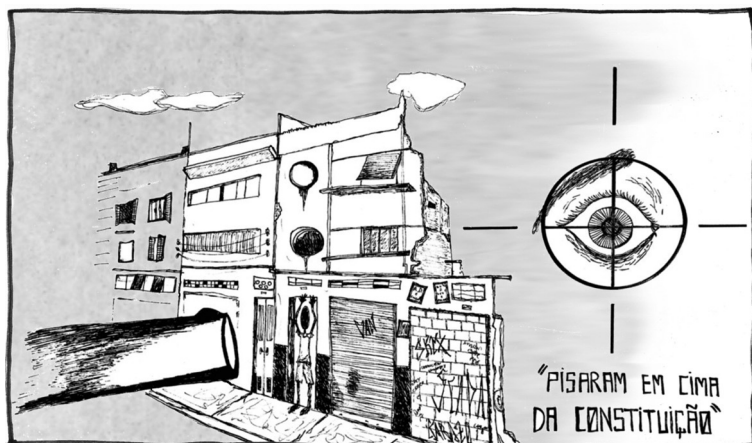
13 Com atuação conjunta da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, das áreas de Saúde e inclusão Social, e promotoria de justiça e Direitos Difusos e Coletivos da Infância e Juventude.

simultaneamente ocorriam as primeiras demolições na quadra 38. Porém, o espetáculo da Prefeitura proporcionou ao ex-prefeito presenciar uma cena infame quando a retroescavadeira iniciou a demolição de uma parede de uma pensão e gritos surgiram: "machucaram gente aqui dentro! Nós tava dormindo, o que que está acontecendo? Tem mulher grávida por aqui" (G1, 2017). Sim, o pior aconteceu. A demolição do imóvel iniciou ainda com pessoas em seu interior. Nessa ocasião, três pessoas foram feridas. Após o ocorrido, Dória se ausentou da situação e mais uma vez deixou o local. A administradora da pensão, Valdete, e os moradores afetados, explicaram que não foram avisados da demolição (Prédio demolido..., 2017). Já o secretário de obras da Prefeitura de São Paulo da época, Marcos Penido, alegou que as pessoas haviam sido retiradas e que depois retornaram voluntariamente e se colocaram em risco. O secretário ainda justificou-se acrescentando que o corredor dava acesso a uma pensão clandestina, criminalizando o espaço e as vítimas que ali residiam (Santiago, 2017).

Na noite de 21 de junho de 2017, exatamente um mês após a grande operação policial que resultou no deslocamento do "fluxo" para a Praça Princesa Isabel, acompanhei o surpreendente retorno dessa dinâmica para as imediações da Praça do Cachimbo, próximo às ruas Helvétia e Dino Bueno. Viaturas policiais cercaram a praça e forçaram o único caminho possível em direção ao ponto de origem do "fluxo". As pessoas caminhavam pacificamente, sem conflito, me parecia que algo havia sido combinado para que acontecesse assim. Quando questionei ao inspetor da GCM sobre o motivo desse novo deslocamento do "fluxo" a resposta foi: "Temos que devolver a praça para a comunidade". O discurso expresso pela força de segurança pública manifestou nitidamente a compreensão do poder público sobre a situação, e sacramentou a falência das políticas públicas oferecidas ao território. Para o Estado, as pessoas em situação de rua não compõem a comunidade.

Dessa forma, urgências atreladas a vaidades políticas e ausência de diálogo se sobrepõem à necessidade de planejamento e construção de propostas mais sólidas. De forma nitidamente atropelada, teve início o Projeto Redenção. A partir de 2017, a região e o fetiche da

Cracolândia consolidaram-se como produto político, e as violações de direitos às pessoas em situação de rua e que usam drogas continua de forma arbitrária, expandindo-se para todo o bairro incluindo moradores, comerciantes e trabalhadores. A conjuntura política entre 2017 e 2018 foi de disputas políticas acirradas entre o Governo do Estado e o governo municipal, e certamente os ânimos ricochetearam no jogo de poder entre a Guarda Civil Metropolitana (municipal) e a Polícia Militar (estadual) no território. Como resultado houve o aumento da demonstração de força e consequentemente da violência policial. No pacote da hostilidade e violações de direitos, muitos moradores perceberam-se também vítimas da violência policial cotidiana. Em 19 de setembro de 2017, por volta das 20 horas, Oscar, trabalhador e morador de uma pensão na Rua Helvetia, estava indignado após um efetivo policial na área. Segundo relato de campo (Figura 9),

Figura 9 – Violência policial cotidiana nos Campos Elíseos, região da Cracolândia, São Paulo

Fonte: desenho elaborado pelo autor.

> todos os dias têm esse absurdo acontecendo, essa humilhação [...] Você sabe o que é isso? Eu saio da minha casa e vem a Polícia e me aponta uma arma na cabeça? No Rio de Janeiro é o crime que está atazanando a vida das pessoas, os bandidos. E todo mundo não pode

> sair de casa. Aqui em São Paulo não posso sair de casa porque a polícia que não deixa! Um absurdo! (Diário de campo, 19 set. 2017)

Também em 2017 iniciou-se a construção de diversos prédios de uma Parceria Público-Privada (PPP) Habitacional no terreno onde se localizava a antiga rodoviária demolida em 2010. Os prédios que estão sendo construídos apresentam três tipos de moradia: um, dois ou três dormitórios. Porém, segundo levantamento e caracterização social realizados pelo Fórum Aberto Mundaréu da Luz, existem pelo menos seis diferentes tipos de perfis das famílias e pessoas que residem no bairro, apresentando configurações de até sete pessoas por família, incluindo jovens e idosos. Para concorrer a um apartamento era preciso ter carteira de trabalho registrada na região central e residir longe do centro. Porém, mais uma vez segundo o levantamento do Fórum Mundaréu, a maioria das pessoas que residem no bairro vive de trabalhos informais e mora no centro, o oposto dos requisitos anunciados na concorrência. Os novos empreendimentos imobiliários dialogam com a realidade do bairro? Não, muitos dos apartamentos já foram leiloados para outras pessoas em 2015. Nitidamente a intenção não é trazer qualidade para quem historicamente vive ali, mas sim atrair outras pessoas com maior poder aquisitivo para a região central.

O contra-ataque

Após a desastrosa e violenta ação da segurança pública na região da Luz em maio de 2017, diversos atores sociais se mobilizaram em torno do tema. Um disparo importante para o território surgiu da aproximação da arquiteta e urbanista Raquel Rolnik. Em julho daquele ano, ocorreu o primeiro encontro no teatro Pessoal do Faroeste do que em poucos meses se tornaria o já citado Fórum Aberto Mundaréu da Luz.

O Mundaréu surgiu como um ator político, e o primeiro passo foi reunir atores e frentes de atuação. A ideia era conectar diferentes pessoas, e assim iniciar uma reflexão sobre uma gestão local para o território. As reflexões iniciais giravam em torno da compreensão

de que as pessoas desse território – que de forma generalizada se tornavam vítimas das atuais e iminentes ações dos "combos de renovação urbana" – precisavam se conhecer, se conectar, se aproximar pelo afeto, pela memória, pela ideia de conviver. Era uma proposta de mobilizar o bairro da Luz para lutar pelos seus próprios interesses, contrapondo os movimentos higienistas de interesses políticos, econômicos e imobiliários apresentados pelo poder público em composição com iniciativas privadas. Inicialmente, a estratégia adotada pelo fórum foi ocupar a rua.

Em 28 de outubro de 2017, ocorreu a primeira atividade coletiva proposta pelo Mundaréu no bairro. Foi uma atividade na rua, com propostas lúdicas e informativas, e com o objetivo de nos aproximarmos dos moradores iniciamos com uma mesa, papéis e canetas coloridas. Crianças foram chegando. Os desenhos nas mesas começaram a dividir atenção com a colagem de lambe-lambes nos tapumes das obras da PPP, assim como painéis preenchidos pelos moradores sobre as percepções locais e falas abertas no microfone da Rádio Mundaréu. Lançamos e apresentamos a proposta do Fórum para os moradores, para a cidade. Mídias, universitários e a população curiosa timidamente se aproximavam das atividades ao longo do dia. Enquanto a Rádio Mundaréu amplificava os improvisos da batalha de rimas que citavam a realidade de excessiva violência policial na área, crianças se aproximaram de mim e disseram: "Tio, não canta essas coisas não... senão a polícia vai jogar bomba". É dessa realidade que estamos falando, em que o medo da polícia atravessa as crianças, e transforma o artístico e o lúdico em receio.

Apesar do peso dos relatos das crianças, encerramos a atividade com um sentimento positivo, porém com algumas inquietações acentuadas: quais estratégias podemos adotar para agregar mais vozes do bairro? Como aumentar a participação? Como facilitar diálogos entre os próprios moradores e frequentadores do fluxo? Como enfrentar a excessiva violência policial instaurada na subjetividade comunitária? O que propor para um território tão complexo?

Esse foi o pontapé inicial de uma ideia que se fortaleceu e ganhou corpo ao longo dos meses seguintes.

Campos Elíseos Vivo

No final de 2017, com o avanço da violência policial e o amadurecimento do Fórum Mundaréu da Luz como coletivo, a compreensão do valor da escuta dos diversos atores da comunidade local era unânime. Porém, todos sabíamos que essa estratégia requer investimento a médio-longo prazo. Em um território onde a iminência de erupção urbanística ou policial se faz presente a cada segundo, claramente não tínhamos tempo. Era urgente uma cartada mais aguda.

Assim, o início de 2018 foi a hora de nossa ofensiva. A estratégia do coletivo Mundaréu da Luz foi a elaboração de uma proposta concreta para o bairro, uma proposta viável que pudesse ser apresentada como alternativa possível, além de ser um fato político de peso no enfrentamento da institucionalidade governamental. A aposta era que a criação de um projeto urbanístico viável, capaz de contrapor o projeto da Prefeitura e do Governo do Estado, fosse capaz de evidenciar os prejuízos inerentes ao modelo das PPPs que invalida completamente as necessidades reais da região. Dessa forma, o projeto proposto pelo Mundaréu, intitulado Campos Elíseos Vivo, se propôs a fazer justamente o que o modelo de PPPs nega: escutar a população que reside, trabalha e frequenta o espaço.

A ideia foi considerar a complexa diversidade e a memória da trama urbana e social que se faz presente na Luz, num plano urbanístico construído junto com as pessoas, que apresenta uma proposta capaz de inaugurar no pensamento da cidade de São Paulo a interface entre as pessoas, a comunidade e as drogas. Como premissa, o projeto desenvolvido sustenta o princípio básico de garantir a moradia definitiva para as pessoas em situação de rua e/ou que fazem uso de drogas e de todas as pessoas e famílias removidas. Assim, em abril de 2018, o Fórum Aberto Mundaréu da Luz lançou o projeto Campos Elíseos Vivo,[14] tensionando a narrativa junto à institucionalidade do poder público.

14 Ver mais em: https://mundareudaluz.org/camposeliseosvivo/.

Além disso, no mesmo ano ocorreu a demolição quase integral de um quarteirão para a construção da PPP de um novo hospital. Surpreendentemente, essas demolições que removeram aproximadamente 250 famílias ocorreram em uma quadra que, segundo o Plano Diretor da cidade, é uma Zona Especial de Interesse Social (Zeis), ou seja, deveria abrigar edificações destinadas aos interesses sociais, principalmente moradia. No Plano Diretor da cidade, o quarteirão alvo de demolição praticamente total é chamado de Quadra 36. A tensão no território se acirrou, e a estratégia do Mundaréu naturalmente articulou-se às formas de resistência, pressionando o Estado pelo cumprimento dos devidos processos legais do judiciário, que infelizmente são nada garantistas.

Terra dividida: o solo disputado e o suposto interesse social

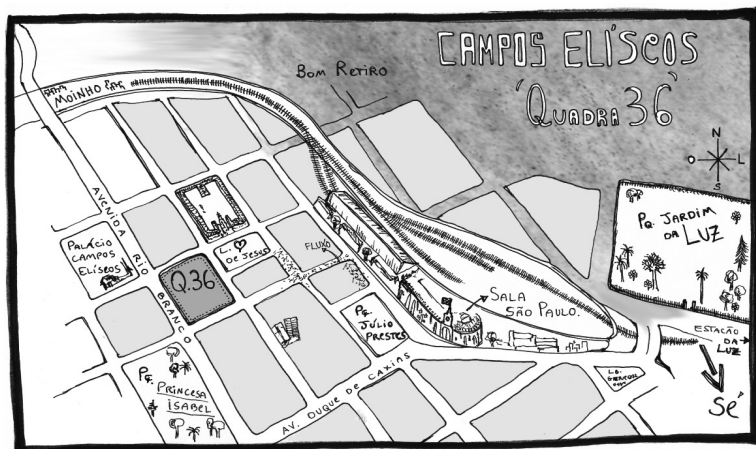
A Quadra 36 é formada pela Av. Rio Branco, Al. Glete, Al. Barão de Piracicaba e Rua Helvétia, em frente à Praça Princesa Isabel (Figura 10). Nos últimos anos o bairro atravessa um processo de introdução de Parcerias Público-Privadas (PPPs) justificadas pela ideia de requalificação da região. O projeto prevê PPPs habitacionais em diversas quadras, e a PPP de um hospital na Quadra 36.

Entretanto, muitos quarteirões do bairro, incluindo a Quadra 36, são territórios especificados no Plano Diretor Estratégico (PDE) da cidade de São Paulo. A revisão do Plano Diretor foi aprovada em 30 de junho de 2014[15] na gestão do então prefeito Fernando Haddad. Segundo o site[16] da Prefeitura de São Paulo, o Plano "é uma lei municipal que orienta o desenvolvimento e o crescimento da cidade até 2030". O PDE define algumas regiões como "territórios de qualificação".

---

15 Ver mais em: http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de--julho-de-2014.

16 Ver mais em: http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/zona-especial-de-interesse-social-zeis/.

Figura 10 – Localização da Quadra 36, Largo Coração de Jesus, fluxo e arredores no bairro dos Campos Elíseos

Fonte: desenho elaborado pelo autor.

Esses territórios buscam a manutenção de alguns tipos específicos de usos do solo, o fomento às atividades produtivas, a diversificação de usos ou o adensamento populacional moderado, a depender das diferentes localidades que constituem esses territórios. Dentre outras categorizações, os territórios de qualificação incluem as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis). A Quadra 36 integra essa categoria.

As bases legais que sustentam a constituição das Zeis, segundo o site[17] da própria Prefeitura de SP, fundamentam-se na Constituição Federal de 1988, quando apontam que as propriedades dentro dessas zonas devem cumprir função social. No Brasil, segundo o Estatuto das Cidades, para além da propriedade, o uso da terra deve cumprir sua função social contemplando interesses coletivos e "exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas" (Brasil, 2001).

17 Ver mais em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/licenciamentos/zeisplanodiretor.pdf.

O Plano Diretor delimita as Zeis e estabelece condições para que a propriedade urbana cumpra sua função social garantindo o acesso ao direito à moradia, que é um direito constitucional básico para qualquer cidadão. Na mesma direção da instituição das Zeis no PDE, o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) as legitima como um instrumento jurídico e político da política urbana em direção à garantia de direitos. A Lei Federal 11.977/09 de regularização fundiária, em artigo 47/V, define as Zeis como "parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo". Ainda de acordo com informações do site da Prefeitura do Município de São Paulo, essas zonas devem ser destinadas predominantemente a dignas moradias populares, "por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares, bem como à provisão de novas Habitações de Interesse Social – HIS e Habitações de Mercado Popular – HMP a serem dotadas de equipamentos sociais, infraestruturas, áreas verdes e comércios e serviços locais, situadas na zona urbana".

O PDE definiu cinco tipos de Zeis, e a Quadra 36 é uma delas, configurando-se como uma Zeis 3 que, segundo PDE, corresponde aos "terrenos ou imóveis subutilizados em áreas com infraestrutura urbana, serviços e oferta de emprego (geralmente na região central), nos quais se propõe a produção e reforma de moradias para a habitação de interesse social, assim como de mecanismos de alavancagem de atividades de geração de emprego e renda".[18]

Nas Zeis 3, é comum encontrarmos diversas organizações coletivas de cortiços e pensões, principalmente nas regiões centrais onde já existe infraestrutura urbana consolidada, além de diversos imóveis ociosos, deteriorados e/ou subutilizados. Para qualquer projeto urbanístico nessas zonas, o PDE prevê o aproveitamento de estruturas preexistentes, assim como a recuperação das moradias e fixação

18 Plano Diretor Estratégico da cidade de SP disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/.

da população no local. Porém, o que vemos no processo referente à Quadra 36 são transformações pautadas por decisões administrativas nada condizentes com o PDE municipal. Desde maio de 2018, o cenário na Quadra 36 é de terra arrasada, onde praticamente todas as construções foram demolidas sem aproveitamento de estruturas preexistentes. A devastação total é justificada pela realização de um projeto em parceria do Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura de São Paulo para a construção de um hospital (Pérola Byington) em parceria com a iniciativa privada. As obras do hospital iniciaram em 2019, e as habitações de interesse social previstas para as Zeis no PDE foram atropeladas por interesses econômicos e políticos do rolo compressor da PPP.

Um peso, duas medidas: o poder não é tão público assim – a exploração de um palácio

Apresento uma narrativa do lugar de trabalhador, pesquisador e ativista pela garantia de direitos, e os relatos a seguir acompanham fatos. Como ponto de partida, relembro um e-mail que o centro de Convivência É de Lei, instituição em que atuei entre 2004 e 2018, recebeu em julho de 2016. O e-mail vinha da agência cultural Tomara Educação e Cultura,[19] uma instituição privada que na época buscava uma "aposta na articulação da cultura e da educação como catalisadora de processos de transformação social" buscando realizar "soluções inclusivas, diversificadas, participativas e inovadoras que contribuam para o desenvolvimento e construção da autonomia e da reflexão crítica". No e-mail, a Tomara apresentava-se em parceria com o Museu da Casa Brasileira e o Governo do Estado de São Paulo em um projeto de levantamento da memória local para a construção de um museu no Palácio Campos Elíseos.

A proposta visava à realização de rodas de conversa com organizações governamentais e não governamentais que atuavam no território.

19 Ver mais em: https://www.tomaraeducacaoecultura.com.br/.

O objetivo da Tomara era que o plano do museu fosse elaborado de maneira participativa pela comunidade local. Apresentava claramente que a intenção dos encontros era compreender "os interesses da população do bairro, os atrativos, expectativas e desejos no que diz respeito a um equipamento cultural. E quem sabe, montarmos uma rede de participação na gestão do museu". Apesar da seriedade da troca de e-mails com a Tomara, confesso meu receio com esse convite. Estranhava essa parceria aparentemente coerente, importante e sensata ter acontecido por contratação do Governo do Estado de São Paulo para uma intervenção no território da Cracolândia.

Com a participação de outros parceiros do território, fui indicado pela instituição para essa representação, e a atividade foi realizada meses depois, e consistiu em uma roda de conversa e mapeamento de pontos afetivos e históricos do território. Foi interessante o reconhecimento de diversos valores informais da região por diversos atores, como inclusive o histórico bar do Seu Eudes, um comércio de 56 anos que carrega em suas paredes a exposição de objetos que narram vasta história local. De fato, seria incrível um museu que preservasse a memória afetiva da cidade, e certamente nesse sentido o bar do Seu Eudes seria elemento de destaque.

Infelizmente, o plano museológico, que de fato parece ter sido bem conduzido pela agência Tomara, não se concretizou. Em meados de 2017 o Governo do Estado interrompeu o projeto e cedeu o espaço ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O desenlace dessa trama nitidamente escancara interesses políticos e econômicos em detrimento do bem-estar da população local. É nesse ritmo de insistente oposição a ideias, propostas e políticas "participativas" que historicamente o caminhar dos fatos nos Campos Elíseos explicita intenções em prol do mercado.

Assim foi: o Governo do Estado cedeu o Palácio Campos Elíseos ao Sebrae, uma entidade privada que visa fomentar o empreendedorismo de micro e pequeno porte. No local, inaugurou-se no dia 3 de abril de 2018 a unidade do Centro Nacional de Referência em Empreendedorismo, Tecnologia e Economia Criativa em parceria com o Governo do Estado. Ironicamente, o discurso do governo do Estado

e do Sebrae no momento da inauguração foi de resgate da história local e abertura de possibilidades para o futuro, com oportunidades de emprego e renda para novos comércios e pequenos empreendedores.[20] Porém, também em abril de 2018, a cidade assistia ao fechamento de diversos pequenos comércios na devastada Quadra 36, inclusive alguns que explicitamente expressavam memórias com valor cultural e histórico[21] da região, como o bar do Seu Eudes. Em apenas uma semana foram fechados pelo menos uma dezena de pequenos comércios na Quadra 36.

O Sebrae e o Governo do Estado alegam que a reabertura do palácio sob a nova roupagem como Centro Nacional de Referência visa ao fomento de pequenos e microempreendedores. Mas o que acompanhamos na região foi o asfixiamento de comerciantes tradicionais pelo avanço da ocupação por grandes corporações, como por exemplo a seguradora Nacional Porto Seguro. Somente no Campos Elíseos, em abril de 2018, em um raio de aproximadamente quinhentos metros em relação ao epicentro da dinâmica em torno do uso de crack, era possível encontrar cerca de 25 imóveis dessa empresa.

É assim que as contradições tomam forma nessa região de Zeis da cidade de São Paulo, onde a regulamentação deveria favorecer a permanência de residentes de baixa renda no centro. Pelo contrário, a construção do hospital na Quadra 36 expulsou a população local, fossem moradores ou comerciantes. Na cerimônia de inauguração do Centro de Referência em Empreendedorismo do Sebrae, o então governador Geraldo Alckmin (PSDB) enalteceu sua localização central e a suntuosidade da construção que chegou a abrigar o Governo do Estado entre 1915 e 1967. Destacou a proximidade com polos culturais importantes como a Sala São Paulo e a futura escola de dança prevista no projeto de requalificação da região. Contudo, na ocasião, Alckmin legitimou a descaracterização da região ao afirmar com orgulho que o equipamento se encontrava no "Palácio

20 Ver mais em: https://player.fm/series/sebraesp/sebrae-sp-inicia-atividades-do-centro-de-referencia-em-empreendedorismo-no-palacio-campos-eliseos.

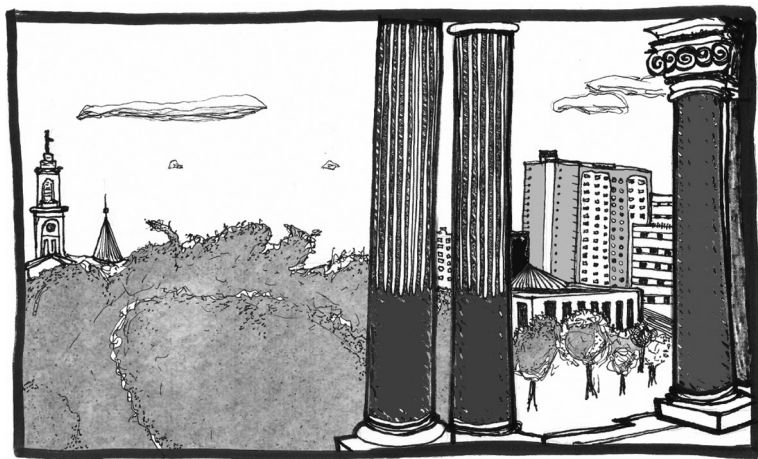
21 Ver a seguir no subtópico sobre as remoções.

Campos Elíseos, porque aqui era o bairro, né? Campos Elíseos" (Sebrae, 16'04").

A parceria com o Sebrae resgatou o valor arquitetônico histórico do imóvel, que de fato estava deteriorado, porém negligenciou a história e o valor cultural local, como expressado pela fala do ex-governador, ao tratar a existência do bairro Campos Elíseos já como se fosse do passado. Dessa forma, decreta-se paulatinamente o desbotar da memória.

Em meados de 2018, escrevi parte deste texto de dentro do recém-inaugurado Palácio Campos Elíseos em ampla e iluminada sala de *co-working* no piso superior. O imóvel, um nobre casarão datado de 1899 construído pelo político e cafeicultor Elias Antônio Pacheco e Chaves, ficou doze anos abandonado e em restauro entre 2005 e 2017. Em 2018 o Palácio voltou a ser ocupado no centro de São Paulo. Contudo, o seguinte relato e a Figura 11 expressam os sentimentos ao estar ali dentro:

Figura 11 – Torre da Igreja Coração de Jesus de 1885 à esquerda. À direita, terreno da obra do Hospital Pérola Byington na Quadra 36. Ao fundo, as recentes torres da PPP Habitacional que violenta inclusive a paisagem local

Fonte: desenho elaborado pelo autor.

Estar aqui realmente implica muita coisa. Me percebo dentro do emaranhado perverso da política paulista. Ao longo dos últimos 14 anos que atuo neste território senti como se a alma deste lugar fosse se esvaindo. Com o passar dos anos as demolições avançam e as pessoas são forçadas a ir embora. Aos poucos, partes da vida comunitária se apagam, e assim fica indigesto celebrar o restauro e a nova ocupação deste casarão que já cansei de ver vazio e subutilizado. (Diário de campo, 2018)

Os disparos desses sentimentos associam-se principalmente à nova função do Palácio Campos Elíseos em paralelo à extirpação do quarteirão praticamente em frente, do outro lado da Avenida Rio Branco, a Quadra 36.

O trágico dissipar da história

No mesmo período, a edição n.3 de abril/maio de 2018 do jornal do bairro *Jornal do Campos Elíseos*, trouxe a surpreendente manchete em sua capa: "Boas lembranças e tradição no comércio dos Campos Elíseos". A breve reportagem afirmava que "antigos lojistas resistem às mudanças do bairro". Fiquei surpreso, pois ao acompanhar a realidade local, realmente não era assim que a história estava sendo escrita. Inquietava-me a parcialidade desse discurso ao deparar com as angústias geradas pelo "arrasa quarteirão" da Quadra 36 e consequentemente o fechamento de dezenas de microempresas tradicionais.

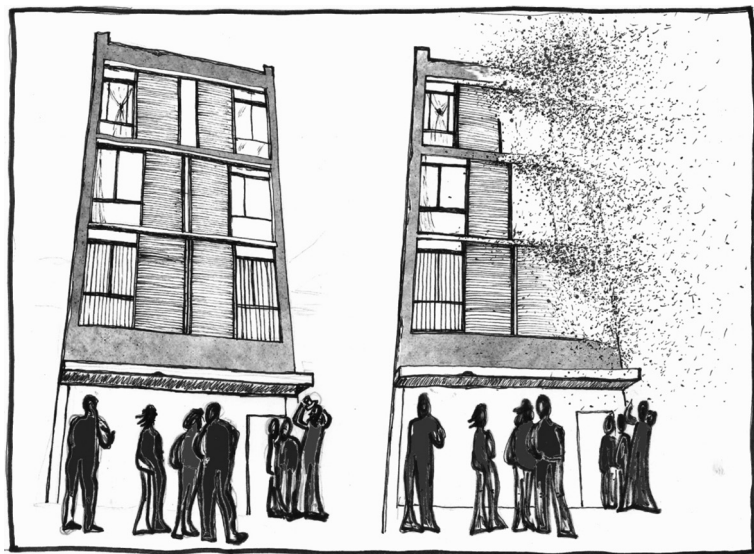
Em 2018, Seu Joca, comerciante tradicional local, estava com 91 anos. Imigrante português, entrou no Brasil em 1950 quando ainda era jovem. Era administrador há décadas de uma pequena quitanda na Rua Glete, 226, de frente para a Quadra 36, entre a Av. Rio Branco e a Rua Barão de Piracicaba, onde ocasionalmente comprei punhados de pimentas dedo de moça. A matéria do *Jornal do Campos Elíseos* trazia Seu Joca como um dos comerciantes que resistem. Nesse aspecto está correta, ele conseguiu sustentar o humilde comércio por aproximadamente meio século. Porém, sua moradia – um apartamento no segundo andar do prédio exatamente do outro lado

da rua – desafortunadamente pertencia à devastada Quadra 36 e já virou passado. O edifício foi demolido em poucos dias durante o mês de junho de 2018. Relatos de moradores da pensão ao lado disseram ouvir barulhos de obra e "quebradeira" durante a madrugada, e suspeita-se que a demolição do edifício tenha iniciado antecipadamente, de dentro para fora, antes da autorização judicial. Seguranças particulares passaram a rondar o prédio sob a justificativa de evitar furtos e "preservar" o imóvel. É desconcertante assimilar a contradição das intenções de preservação, sendo que o maior saque estava sendo promovido pelo Estado, nas residências e memórias de inúmeros cidadãos pelo território como Seu Joca.

Nos meses seguintes, após a demolição, Seu Joca diversas vezes relatou estar passando por momentos difíceis após ser forçado a deixar sua moradia. Narrou que dormia de forma improvisada em um quartinho no fundo da quitanda. Para além da irresponsável remoção sem a dignidade necessária que o momento da vida lhe exigia, somou-se o amargor da morosa espera em relação ao valor da indenização acordado com o poder público pela desapropriação do imóvel. Inconformado, Seu Joca dizia: "Eles não podem fazer isso. Chegam e colocam a gente na rua. 'Vá embora pra rua!' Que Brasil é esse? Comprei o apartamento faz mais de quarenta anos, paguei, tenho escritura e tudo. Aí me tiram da minha casa quando tenho mais 90 anos... Eles vão pagar por isso... um dia eles vão pagar" (Diário de campo, 25 maio 2018).

A superficial matéria no *Jornal do Campos Elíseos* sobre os comerciantes que resistiam comentava o aumento do movimento no bairro devido aos equipamentos culturais, e na reportagem, Seu Joca valorizou as recentes transformações no território e o movimento na quitanda. Porém, o relato de Seu Joca apresentado no diário de campo é do mês de maio, posterior à reportagem do jornal, que foi elaborada antes de março. No momento da reportagem, a Quadra 36 existia, o negócio ia bem, e Seu Joca ainda possuía sua casa. Imagino que se a matéria tivesse sido realizada após a expropriação de sua residência, as palavras de Seu Joca sobre as transformações do bairro seriam outras.

Sabemos que grandes empresas como a Porto Seguro são peças fundamentais nos jogos imobiliários e processos de valorização do centro da cidade. É justamente esse tipo de mercado, distante do fomento aos microempreendedores proposto pelo Centro de Referência do Sebrae, que asfixia as possibilidades de ascensão de pequenos comerciantes. Sem surpresas, o editorial do *Jornal do Campos Elíseos* apresenta-se como um canal de comunicação da Associação Campos Elíseos Mais Gentil com apoio do Instituto Porto Seguro. Está explicado o recorte dado à reportagem com Seu Joca.

Figura 12 – Memórias locais, como o edifício no qual residia Seu Joca, pulverizam-se na história

Fonte: desenho elaborado pelo autor.

Já em 2019, por algumas vezes encontrei as longas e antigas portas verdes de madeira da quitanda fechadas, somadas à informação de que a esposa de Seu Joca havia falecido no início daquele ano. Pelo bairro, me disseram que infelizmente ele já não ficava mais tanto tempo por ali. Não havia mais pimentas dedo de moça, e mais um ponto tradicional e afetivo do bairro foi amortecido. Na sucessão dos

fatos, infelizmente em abril de 2020, Seu Joca faleceu aos 93 anos, e ambos, ele e a esposa, foram descansar antes de receberem a indenização financeira prometida pela Prefeitura de São Paulo referente ao imóvel que deles foi arrancado (Figura 12).

Os direitos se diluem e o cinismo cresce dentro do poder

As primeiras remoções aconteceram em abril de 2018, e a preocupação daquele momento foi atípica. O esforço foi localizar as pessoas removidas para que fosse possível manter contato com esses moradores. Afinal, as remoções e demolições ocorreram antes mesmo da constituição do Conselho Gestor da Quadra. Certamente os processos estavam fora de ordem.

Antes de narrar os fatos, é importante ressaltar que tudo ocorreu às pressas. Em 30 de janeiro de 2018 a Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) foi notificada pela Secretaria de Estado da Saúde sobre a emissão de posse dos imóveis da Quadra 36 para viabilizar a construção do hospital. Em seguida, as famílias e pessoas das diferentes formas de vida e ocupação do bairro, ou seja, proprietários, locatários, comerciantes e também os que se encaixam no modo de moradia pontual/ou transitório, foram notificadas sobre a emissão de posse de seus imóveis de moradia. Nas semanas seguintes, realizaram-se as três visitas previstas aos imóveis, segundo metodologia de cadastro das Sehab. Assim, nos dias 31 de janeiro e 15 e 17 de fevereiro, já ocorreu o início do cadastro. Naquele primeiro momento, foram identificados 25 imóveis e 193 selos, ou seja, famílias cadastradas. A eleição do Conselho Gestor da Quadra 36 ocorreu no dia 14 de abril de 2018, e a cerimônia de posse dos conselheiros foi somente no dia 3 de maio de 2018, ou seja, praticamente três semanas após a remoção dos moradores. Na reunião de posse, o representante suplente da Secretaria Municipal de Habitação disse: "Não queremos demorar muito para fechar o cadastro para não perder as pessoas que saíram da quadra, e assim evitar as

dispersões". É agressivo escutar esse tipo de preocupação, sendo que as expulsões e dispersões dos moradores e comerciantes da quadra estavam sendo causadas pelo próprio Estado.

Na data da primeira reunião do conselho após a posse, dia 17 de maio de 2018, apenas o imóvel da Alameda Glete, 237, a pensão administrada por Laura, abrigava ainda moradores da Quadra 36. Nessa reunião, a pauta foi a aprovação do regimento interno do Conselho. A Sehab havia enviado anteriormente uma proposta inicial de documento, dizendo ser um modelo padrão, mas certamente vi como uma possível manobra política para rápida concordância de representantes desatentos. Nós, como conselheiros da sociedade civil, junto aos moradores, fizemos uma leitura cuidadosa e atenta desse instrumento importante de regulação do conselho. Pautamos nossas sugestões na ideia de que o conselho gestor fosse de fato um espaço de participação social.

Na reunião do dia 17 de maio de 2018, muitas de nossas sugestões foram aprovadas no processo deliberativo: afinal estávamos com a representação da sociedade civil completa, e apenas três conselheiros representantes do poder público (Sehab, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Porém, duas de nossas sugestões não avançaram. Em uma delas cabia a força do voto de Minerva do coordenador do Conselho em caso de empate. Assim, sugerimos que a coordenação do conselho fosse rotativa, inclusive por representantes da sociedade civil. Rapidamente a coordenadora do conselho, representante da Sehab, Kátia Silene Batista dos Santos, nos disse que, como colocado na Portaria n.146 de 2016 (São Paulo, 2016), que estabelece diretrizes para constituir os conselhos gestores responsáveis pela elaboração, aprovação e introdução dos planos de urbanização em áreas de Zeis, cabe somente à Sehab a coordenação do conselho. Rapidamente acessei pelo celular a tal Portaria citada. De fato, a informação confere.

Acatamos, devido à restrição legal da proposta. Porém, nossa segunda sugestão não aceita era que a aprovação de pautas ocorresse a partir de uma maioria "qualificada" de votos, e não apenas a maioria

"simples" sugerida pela Sehab. A coordenadora novamente afirmou incompatibilidade com a Portaria n.146, alegando que ela também restringe esse tipo de alteração. O representante suplente da Sehab acrescentou que o poder público tem muita responsabilidade, inclusive na gestão de recursos financeiros, e que esse tipo de mudança não poderia ser votado. Devido à incerteza expressada pela coordenadora em relação à Portaria n.146 sobre essa pauta, a decisão foi encaminhada para votação na próxima reunião, com a responsabilidade da coordenação do conselho de enviar por e-mail a Portaria n.146 que impedia a votação dessa mudança no regimento interno (São Paulo, 2018a).

O documento da Portaria n.146 jamais foi recebido por e-mail. Logo no início da reunião seguinte (São Paulo, 2018b), no dia 24 de maio, os representantes do poder público estavam todos presentes, e desafortunadamente, uma das representantes de moradores estava atrasada. Assim, apressadamente Kátia puxou a votação sobre o artigo que ficou pendente da reunião anterior, quando fomos informados de que "não poderíamos votar isso". Com o atraso da representante dos moradores, os representantes do poder público ganharam a votação por um voto, e validaram a aprovação de pauta por maioria simples, isto é, sem exigência e garantia da presença de todos os segmentos representados no Conselho no momento de votação, além de comprometer e restringir o necessário aprofundamento multidisciplinar do debate. Como registrado em ata, diversos conselheiros da sociedade civil, comerciantes e moradores argumentaram a situação extraordinária da Quadra 36, pois seu conselho foi formado após as remoções das famílias, que já se encontravam dispersas. A coordenação limitou-se a dizer que o conselho é participativo e também deliberativo, e seguiu para a próxima pauta.

Em matéria do jornal *Folha de S. Paulo* do dia 5 de junho de 2018, no dia da remoção das últimas famílias remanescentes da Quadra, no imóvel da Rua Glete 237, o representante titular da Secretaria de Estado da Saúde no Conselho Gestor da Quadra 36 e coordenador da relização dessa PPP disse em reportagem (Amâncio, 2018): "É uma situação que tem que ser ágil. É interesse da Secretaria, assim como da Construtora". E o interesse dos cidadãos, onde está?

As alternativas habitacionais apresentadas no processo foram a carta de crédito e auxílio-moradia oferecidos pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU).[22] Aos poucos, com o avanço burocrático e o passar dos meses, algumas pessoas removidas passaram a receber irrisórias parcelas de R$400,00 de auxílio-moradia. No entanto, em reunião do conselho gestor, em 21 de março de 2019, a feição do poder público passou a desenhar seus contornos. Ao questionamento da sociedade civil sobre a possibilidade de pagamento retroativo do auxílio-moradia, contando a partir da data da remoção, a resposta da Sehab foi simples e dilacerante. Segundo ata, o longo período para a efetivação do auxílio foi decorrente da demora "da entrega dos documentos solicitados, por parte dos moradores, fazendo com que o prazo para a liberação do pagamento demorasse" – uma sádica responsabilização dos cidadãos e cidadãs pela precariedade que enfrentam. Na reunião seguinte, confirmou-se o retorno de pagamento retroativo para apenas três famílias.

Já o anúncio da possibilidade de "carta de crédito de R$150 mil" como alternativa à moradia chegou acompanhado de frases enfáticas da coordenação do conselho como "o dinheiro é para agora, é preciso encaminhar e fechar o cadastro". Porém, os critérios[23] para o acesso à carta de crédito exigem diversas formalidades que não contemplam a realidade e os modos de vida de todas as pessoas que habitavam a Quadra 36. As afirmações do secretário de habitação ironicamente pareciam desconhecer a realidade ou esconder-se atrás da indecência estatal ao dizer que "a PPP-habitacional irá contemplar todos os moradores da região que estiverem dentro dos critérios estabelecidos".

Do total de 198 selos pré-identificados para cadastro na Quadra 36, 169 foram habilitados para atendimento habitacional. Noventa

---

22 Critérios auxílio-moradia: pessoas acima de 60 anos, pessoas em situação de rua, pessoas portadoras de direitos especiais e moradores em áreas de risco e de insalubridade, com renda *per capita* de até um salário mínimo.

23 Critérios: pessoas acima de 60 anos, pessoas em situação de rua, pessoas portadoras de direitos especiais e moradores em áreas de risco e de insalubridade, com renda *per capita* de até um salário mínimo.

e seis conseguiram viabilizar a carta de crédito, e em junho de 2019, 57 deles já haviam adquirido os imóveis (São Paulo, 2019b). Apesar do discurso do poder público de que a carta de crédito priorizava a compra de imóveis de "preferência" na área de intervenção, não é difícil verificar que a quantia de R$150 mil é extremamente baixa para os valores do mercado imobiliário na região central. Além disso, a representação da Sehab isenta a responsabilidade do Estado ao acrescentar que o "financiamento pode ser menor ou maior do que os R$150.000,00 levando sempre em consideração a importância da negociação entre o proprietário e o comprador", sob o endividamento médio inicial de R$243,00 mensais, valor que será reajustado durante as décadas de financiamento.

Como resultado, muitas famílias que optaram pela carta de crédito compraram imóveis nas mais variadas cidades, como Urânia, Itanhaém, Mongaguá, Franco da Rocha, Carapicuíba, Santo André e Mogi das Cruzes, além de muitos empurrados para as margens de São Paulo. Mesmo com a declarada preferência das pessoas removidas de permanecer no território e nos imóveis que já ocupavam há anos, o discurso da Sehab foi que "a maior parte das famílias conseguiu comprar o imóvel em um local de sua preferência". Além disso, qual o acesso dessas pessoas aos demais direitos como educação, saúde e cultura que lhes foram subtraídos ao ser compulsoriamente arrancadas da região central? Não há acompanhamento social das famílias que deixaram suas redes de sociabilidade e de serviços no centro. Assim, as possibilidades de reparação dos danos sofridos pela população são consideravelmente baixas.

Em junho de 2019, 18 das famílias/pessoas cadastradas estavam sem receber o auxílio-moradia fornecido pela CDHU. Surpreendentemente, a representante da companhia alegou estarem com dificuldades para localizar as pessoas, e acrescentou que elas teriam o prazo de 45 dias para regularização, correndo o risco de perder o atendimento habitacional após esse prazo. Foi solicitado pela sociedade civil do conselho que houvesse um trabalho integrado entre CDHU, Sehab, SMADS e SMDHC para cruzarem os dados, pois isso possivelmente facilitaria o processo de localização dessas

famílias/pessoas. O poder público acatou a sugestão. Básico, não? É constrangedora a falta de iniciativa e de ímpeto reparador dos agentes públicos (São Paulo, 2018a; 2018b; 2019a; 2019b).

Nesse clima tornou-se nítida a tensão presente nos encontros do conselho gestor. O poder público expressava sua pressa em encaminhar a situação o mais rapidamente possível, evitando o diálogo, o conflito e consequentemente a participação política. Acompanhei reuniões em que o material necessário referente à condução do processo, como projetos, mapas e informações sobre as intervenções urbanísticas planejadas, foi enviado de forma incompleta e com pouco tempo para detalhada análise pelos conselheiros. Quando questionada, a justificativa da coordenação aos membros do conselho foi que "a reunião extraordinária é prevista no Regulamento Interno, e que o material chegou três dias antes para análise, sendo o prazo maior exigido apenas nas reuniões ordinárias" (São Paulo, 2019a).

O projeto e demais materiais referentes à construção do hospital nunca foram enviados aos representantes da sociedade civil do conselho, e uma névoa de incertezas tornou a introdução desse equipamento de saúde um tanto abstrata. Em outra reunião, o representante da Secretaria da Saúde apresentou substancial infraestrutura hospitalar e o total de 1.810 vagas de empregos que seriam geradas direta e indiretamente pela unidade: 850 cargos entre setores administrativos e manutenção e 960 na área assistencial à saúde. O discurso é parcialmente convincente, mas na tentativa de evitar maiores violações e responsabilizar o poder público pelas questões que atravessam a construção do hospital, o conselheiro Felipe Moreira do Instituto Pólis questionou como a população local seria inserida no processo de qualificação profissional para atuar no serviço. Ironicamente, o representante da Secretaria Estadual da Saúde Ricardo Tardelli "informa que é o quinto hospital nesse modelo e que as contratações serão por parte da empreiteira responsável" (São Paulo, 2019b). Mais uma vez o poder público se esquivou da responsabilidade pelos danos que produz.

Qual seria o dispositivo de compensação para essas pessoas expulsas descaradamente do centro da cidade?

É importante registrar que a insistência do poder público em destacar que o conselho gestor é participativo e deliberativo contradiz a completa ausência de participação e deliberação sobre o processo das remoções e demolição total da Quadra 36. Com manobras políticas sutis, era nítido o cinismo nas intenções da Sehab, seja pela Portaria n.146 de 2016, que juridicamente engessa a participação popular, seja pela postura de seus representantes que em momentos de tomadas de decisões oportunamente adiavam votações de acordo com o número de representantes do poder público presentes.

Em diversos momentos, a sociedade civil demonstrou preocupação com as deliberações previstas nas reuniões, solicitando mais informações à coordenação do conselho, para assim efetivar a ideia de processo participativo característico desse espaço, informações importantes como os impactos legais da construção do hospital em uma área de Zeis destinada à habitação social, os recursos financeiros alocados para realização e os laudos e argumentos legais que autorizam o início da obra. No entanto, a coordenação do Conselho, na figura da SEHAB, conduzia as deliberações alegando que se as solicitações estivessem registradas nas atas "[haveria] o compromisso da retomada dos debates e discussões, podendo manter a reunião como deliberativa devido ao amparo legal/regimento e atendimento que faz parte do estado democrático de direito" (São Paulo, 2019a; 2019b).

Em reunião de 21 de março de 2019, a insistência da sociedade civil para apresentação das informações solicitadas antes da deliberação sobre a construção do hospital em parceria com a iniciativa privada na área de Zeis 3 da Quadra 36 gerou tensão e derrota no processo democrático. Mesmo diante da falta de informações básicas para o avanço na análise e compreensão da proposta de construção do hospital, o representante da Secretaria de Saúde solicitou aprovação da pauta impondo que o conselho já teria informações suficientes para deliberação. O coordenador do conselho, representante da Sehab, acrescentou que "quanto mais tempo demora para o andamento dos encaminhamentos necessários, mais tempo as famílias ficam à espera das decisões" (São Paulo, 2019a; 2019b). Penso

que fosse por desespero, esperança, falta de paciência e/ou opressão subjetiva, alguns moradores votaram pelo seguimento da reunião e deliberação das pautas. A construção do hospital foi aprovada, e a falta de transparência e a voracidade do modelo das PPPs atestaram derrotas políticas de um suposto conselho gestor, nada participativo.

Qual a força do conselho gestor para além da formatação institucional?

Solenidade

Na tarde fria com garoa de 13 de agosto de 2019, fui acompanhar a cerimônia de início das obras do Hospital Pérola Byington na Quadra 36. Próximo à entrada do terreno pela Av. Rio Branco, encontrei dois moradores que tentavam também entrar e acompanhar a cerimônia. Porém, os seguranças terceirizados diziam que o evento era fechado, e somente permitiam a entrada de jornalistas e funcionários públicos. Argumentei que tinha vínculo com o conselho gestor da Quadra, e que havia recebido o convite oficial da cerimônia. De fato, o conselho recebeu esse convite. Fui conselheiro suplente da Quadra 36 até novembro de 2018, quando fui estudar na Colômbia, mas extraoficialmente segui acompanhando os grupos e discussões entre moradores e comerciantes e também as reuniões oficiais abertas com a Prefeitura.

Enquanto conversávamos com o segurança, três policiais militares de bicicleta se aproximaram de forma truculenta questionando: "Vocês que estão forçando a entrada aí?". Respondi que não, ninguém estava forçando a entrada, mas que recebemos o convite como conselheiros e gostaríamos de acompanhar a cerimônia. Os policiais rebateram: "estávamos na rua de trás e recebemos a informação de que estavam forçando a entrada, que um pessoal da rua estava forçando o portão aqui". Sem que precisássemos explicar muita coisa, os militares logo perceberam que eu e os outros dois moradores não estávamos forçando nada, quando surpreendentemente uma técnica da Secretaria de Saúde chegou ao evento, nos reconheceu e autorizou nossa entrada.

Entre profissionais da imprensa e funcionários públicos, pude ouvir em primeira mão os cínicos discursos oficiais do Estado.[24] O Secretário Estadual da Saúde em exercício na época, José Henrique German, apresentou o novo hospital como referência nas questões da mulher, incluindo atenção oncológica. O prefeito Bruno Covas apontou a pressa das esferas estaduais e municipais para acelerar as desapropriações e a demolição da quadra, e salientou a participação do recém-empossado secretário de habitação na aprovação do hospital no conselho gestor da Quadra 36, enaltecendo o empenho das equipes municipais em realizar a "transferência" das pessoas da área e entregar o terreno para o Governo do Estado. Covas ainda justificou que a construção do Hospital é para atender a "reivindicação número um da população [que] é a área da saúde".

E a população removida de suas moradias para o início das obras?

O governador João Dória estrategicamente iniciou seu discurso convidando os trabalhadores da obra para integrarem o palco da solenidade, salientou a importância da geração de emprego de empreendimentos como esse, e lamentou que algumas circunstâncias tivessem dificultado o cumprimento dos prazos. Imagino que a expressão "circunstâncias" se referia às batalhas travadas nas reuniões do conselho gestor na luta pela garantia de direitos. Sem entrar em detalhes, Dória seguiu – "Vamos olhar para o futuro" – e apresentou a invejável infraestrutura de R$307 milhões no terreno de 44 mil metros quadrados, que promete abrigar quase duzentos leitos, dez de UTI, catorze salas de cirurgia e seis salas de cirurgia ambulatorial, proporcionando um aumento de 60% em relação ao Pérola Byington em funcionamento na Bela Vista – que será desativado após a inauguração da nova unidade.

Sobre a especialidade do hospital, as questões referentes à mulher, Dória apontou que "São Paulo é um estado que respeita e busca proteger a mulher". Dos aproximadamente 161 cadastros na Quadra

---

24 Ver mais em: https://soundcloud.com/governosp/discurso-de-joao-doria-na-inauguracao-das-obras-do-hospital-perola-byington-em-13-de-agosto-de-2019.

36, pelo menos 84 estão em nomes de mulheres que moravam na região, e essas 84 mulheres tornaram-se vítimas do Estado que as arrancou de suas casas.

Endossando o prefeito Bruno Covas, o governador disse que o hospital responderá a uma das duas principais necessidades da população: saúde e emprego. A moradia como direito básico fundamental é descartada na visão do Estado. Ambos os gestores públicos, do estado e município, cinicamente enalteceram os benefícios referentes ao acesso à saúde e geração de empregos, mas pouco discutiram as violações do direito à moradia e à cidade que as ações do Estado exerceram sobre as cidadãs e cidadãos que historicamente habitam a região. As falas empresariais do governador não poderiam deixar de marcar as vantagens de empreendimentos sob o regime de PPPs, uma iniciativa governamental tripartite (município, estado e governo federal) e o setor privado. Nas palavras de João Dória, as PPPs tornam o processo "mais rápido, mais eficiente, com menor custo para o Estado e mais velocidade na sua realização". Até soa como um *slogan* clichê neoliberal.

Próximo ao fim da cerimônia, Dória exaltou a presença dos trabalhadores que iniciaram a construção do hospital, informou que naquele momento eram 570 trabalhadores atuando na obra, e enfatizou como empreendimentos desse tipo abrem oportunidades de emprego para muitas pessoas que são de fora de São Paulo. Ao olhar para os trabalhadores à sua volta no palco, o governador indelicadamente disse: "pelo olhar muitos não são de São Paulo" – crivo preconceituoso pelo olhar. Mesmo sendo paulista, João Dória resgatou sua origem baiana – mas sem revelar que sua família foi proprietária de engenhos na Bahia no período colonial – e injustamente se equiparou à condição dos operários. Dória então perguntou aos trabalhadores se havia entre eles alguém da Bahia. Ao todo seis levantaram a mão. "Alguém mais do Nordeste?" Muitos outros. Cinicamente o governador encerrou a solenidade clamando: "Palmas aos trabalhadores!".

Dória terminou seu pronunciamento resgatando as prioridades de seu Governo: geração de renda e segurança pública, e que "entre

estes dois pilares estão Saúde e Educação". Onde fica a questão básica da moradia, senhor governador? Ao anunciar a ação integrada da Guarda Civil Metropolitana, Polícia Militar e Polícia Civil, o governador destacou a intenção de estabelecer uma área protegida, recuperada, para os "que aqui trabalham, ou que aqui residem, ou que aqui estudam, ou que frequentam a Sala São Paulo".

As transferências das pessoas que estavam na Quadra 36 anunciadas pelo prefeito Bruno não aconteceram. Em troca foi oferecido às famílias um precário e desleal auxílio-aluguel de R$400,00 ou a perversidade de aprisionamento em uma dívida na aquisição de imóvel distante do centro, via carta de crédito de R$150 mil. Afinal, como já dito, com esse valor oferecido a possibilidade de imóveis no centro da cidade é de difícil alcance. A antropóloga Clara Han, que estudou os sistemas de crédito no Chile, enfatiza a existência frágil promovida pela aquisição em crédito condicionada a uma "vida emprestada", já que a posse permanece com os proprietários até o pagamento final das parcelas. Segundo Han, a subordinação aos sistemas de crédito assegura somente a incerteza e insegurança de uma "vida digna tornada possível por meio do crédito. Esta vida é uma vida que eu posso possuir, em que posso confiar? Existirá amanhã? Essa sensação de incerteza permeia as relações cotidianas" (Han, 2012, p.42).

Dessa forma, na Zeis 3 da Quadra 36, o interesse social foi substituído por edificações de interesses privados. A Prefeitura e o Governo do Estado estrategicamente se utilizaram do discurso de garantia de acesso à saúde e "oferta de empregos". A cidade à venda pelo véu da saúde e essa sobreposição de acessos e direitos ocultam as inúmeras desapropriações e violações, inclusive do direito fundamental à moradia de diversas famílias do território, que inesperadamente e às pressas removeram centenas de pessoas que viviam na quadra.

Colmeia de contradições recheada de despejos e violências

Caiu um prato e explodiu.

Discurso local sobre o início do confronto com a polícia que resultou na morte de Adélia.

No dia 7 de maio de 2018, estive em reunião com moradores e conselheiros da sociedade civil da Quadra 36 dentro do Largo Coração de Jesus para apreciação do regimento interno do conselho proposto pela Sehab. A ideia era lermos e pensarmos juntos sobre possíveis alterações. No início da reunião ouvimos uma bomba. O barulho veio da região do "fluxo" a uma quadra de distância, e logo muitas pessoas começaram a passar correndo do lado de fora do largo. Foram 2, 3, 4, 5, 6... bombas na sequência. Muita correria pela Rua Barão de Piracicaba. O cheiro forte e a ardência nos olhos causaram dispersão da reunião, pois muitos moradores foram embora como proteção. Parecia um movimento orquestrado para desmobilizar tudo – o "fluxo", moradores, reuniões, participação política etc.

Havia uma barricada com fogo na esquina entre as ruas Helvetia e Barão de Piracicaba. Ao sair do largo vi fogo em todas as esquinas da Helvetia. Caçambas de lixo viradas pegando fogo e algumas pessoas chutavam e entortavam os tapumes de ferro das obras da PPP, e jogavam pedras nas janelas do prédio da PPP Habitacional na esquina. Uns gritavam: "aqui tem que ter respeito!". Alguns moradores passavam e diziam: "esses noias são foda mesmo". É incrível como a violência que as pessoas em situação de rua passam fica escondida para a população geral, e o estigma de que o "noia é foda" permanece e se reproduz com facilidade. Sob o discurso de combate ao tráfico a população em situação de rua estava sendo literalmente atacada pelo Estado. A cidade, a sociedade e o próprio poder público produzem condições de vulnerabilidade para essa parcela da população e toda a comunidade local.

Em pouco tempo: 7, 8, 9, 10, 11, 12... bombas. Foram pelo menos 16 em um curto espaço de trinta minutos. Correria, fogo, desordem,

caos. GCM em formação de combate caminhava batendo cassetetes nos escudos. Alguns revidavam e jogavam pedras contra a polícia. Um agente da Polícia Militar de São Paulo me informou que o conflito iniciou após uma mulher resistir em desmontar sua barraca na hora da limpeza. Como ela, todas as pessoas em situação de rua são ininterruptamente violentadas pelo simples fato de não terem a garantia do direito básico à moradia. A moradia é dever do Estado, e justamente pela ausência de políticas de habitação as pessoas criam estratégias mínimas de sobrevivência. A meu ver, é compreensível que a intervenção da polícia para desmantelar o que no momento é sua casa possa gerar estresse e atos de resistência. Porém, no discurso estatal as pessoas que resistem são culpabilizadas por iniciar os conflitos, mas a realidade na rua escancara o desprovimento de atenção adequada do Estado, agravado pelo cruzamento de diversas violações de direitos. Os papéis são tragicamente invertidos, e a cidadã da barraca, que deveria ser atendida com dignidade, se torna a responsável pela insuficiência estatal.

Como registrado em estudos anteriores, a violência policial no território não é novidade (Calil, 2015; Calil, Martins, Ryngelblum, 2018), mas a frequência e pulverização dessa prática a partir de 2017 é de chamar a atenção. Segundo cuidadoso levantamento do jornalista Daniel Mello via Lei de Acesso à Informação, publicado pela Ponte Jornalismo (Mello; Mota, 2018), entre 21 de maio de 2017 (fatídica ação repressiva orquestrada pelo então prefeito João Dória) e 6 de dezembro do mesmo ano foram realizadas 29 operações policiais de caráter ostensivo com a utilização de gases de pimenta, bombas de efeito moral e balas de borracha. Em praticamente seis meses, a média é de praticamente uma grande ação policial por semana. O jornalista aprofunda a investigação e pelos contratos de compra da própria Polícia Militar (2013), da Secretaria de Administração Penitenciária (2015) e da Secretaria Municipal de Segurança Urbana (2017) apura o valor de cada munição – assim estima o valor total de cada intervenção (Mello, 2018). Segundo a reportagem, na região a GCM mantém um efetivo de 76 oficiais e dezoito viaturas. No dia 10 de janeiro de 2018, por exemplo, foram disparadas 53 bombas

de gás e 37 tiros de balas de borracha em uma única operação, gastando um total estimado em R$14 mil somente em bombas e balas de borracha. Já entre setembro de 2020 e março de 2021, o coletivo Craco Resiste fez mais um significativo dossiê[25] registrando diversas operações policial no território e via Lei de Acesso à Informação conseguindo estimar que nesses seis meses o gasto com essas munições consideradas não letais foi de aproximadamente R$60 mil. As ações repressivas são parte do cotidiano, e vale lembrar que os custos aqui apresentados se referem somente às munições utilizadas, sem contar os demais gastos necessários para viabilizar uma operação, como combustível, viaturas etc. Além disso, o alto número de bombas não extingue o alto nível de violência em operações menos custosas.

Em 28 de setembro de 2017, ocorreu uma megaoperação das forças especiais da GCM, a IOPE, que chegou a intervir inclusive dentro de equipamento da Assistência Social Municipal, na época chamado Atende 2. Segundo o levantamento do jornalista Mello, nesse dia foram disparadas cinco bombas e apenas um tiro de bala de borracha. Apesar do baixo custo financeiro, o custo moral e subjetivo foi elevadíssimo. Na rua, diante de mim, centenas de homens sentados no chão enfileirados ao estilo Carandiru passavam a ideia de que ocorreria um massacre. O inspetor da GCM encarregado da ação me impediu de entrar no serviço "pela minha própria segurança". Enquanto isso, as mulheres, que haviam sido revistadas dos equipamentos, escondidas do olhar público, saíam alegando que apesar de terem sido revistadas por oficiais femininas, a revista foi vexatória, obrigando-as a despir a roupa e agachar – intimidação explícita pela força estatal. Após todos saírem, entrei no serviço e a estrutura estava devastada, vidros quebrados, grades e portas amassadas. Os gerentes indignados relataram que a polícia obrigou todos os trabalhadores a deixar o serviço e que jamais haviam visto algo parecido, e segundo um dos gerentes, "a polícia entrou batendo em pessoas que estavam dormindo".

25 Ver mais em: https://naoeconfronto.weebly.com/dossiecirc.html.

Nessa ocasião seis adolescentes foram algemadas e levadas ao Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (Denarc). Um homem foi preso por porte ilegal de arma, além de portar um celular e um maço de dinheiro. Do lado de fora, acompanhei a exibição no capô da viatura da GCM das coisas apreendidas na ocasião (Figura 13).

Figura 13 – Cachimbos, isqueiros, algumas balanças, facas e pouquíssima quantidade de entorpecentes apreendida – na mão do agente de segurança pública, um punhado de pedras grandes de crack para ser repartidas

Fonte: desenho elaborado pelo autor.

A meu ver, o alarde e violência não justificam a ação. Os custos financeiros e sociais parecem não compensar o suposto ganho na falácia de "combate ao tráfico". Nesse dia, com pouca possibilidade de ação, me senti impotente enquanto assistia a tentativa frustrada de um menino que tentava recuperar seu cachimbo apreendido no capô da viatura, e a dualidade de pessoas desoladas por perderem tudo o que tinham na operação ou comemorando por terem sido liberadas ilesas da ofensiva policial. O possível foi acionar a rede de parceiros advogados, como o assessor do vereador Eduardo Suplicy, que ao fim do dia informou ter conseguido soltar as adolescentes presas.

Em outubro de 2018, em reunião que conseguimos agendar na Secretaria de Governo que teve como pauta o desproporcional aumento da violência durante o último ano, nós, do Mundaréu da Luz, estávamos munidos de um abaixo-assinado dos moradores contra a violência policial. Apresentamos relatos pessoais além dos dados/custos compilados pelo jornalista Daniel Mello referentes ao fim de 2017 apresentados anteriormente. A posição do representante da Sehab na reunião foi de esquiva: "não conseguimos pautar a questão da violência em nível governamental". Mas não seria dever do Estado proteger a população e no papel das demais secretarias assumir o compromisso de articular um diálogo junto à Secretaria de Segurança Urbana? De forma superficial, o saldo da reunião foi: "daremos algum encaminhamento para melhorar a situação".

Em maio de 2019, em minha retomada na participação das reuniões do Mundaréu após o período na Colômbia, me angustiava ao escutar as mesmas questões historicamente levantadas: o aumento da violência policial, a necessidade de trazer a institucionalidade (MP, Defensoria Pública de SP etc.) e dar visibilidade às violações por meio de contatos com a mídia. Apesar de ser uma realidade recorrente, de fato a violência havia atravessado novos limites. No dia 9 de maio de 2019, uma mulher de 31 anos foi baleada no território e chegou a óbito durante confronto com a polícia. Relatos diziam que a confusão e o conflito começaram inesperadamente e sem propósito, o discurso era que "caiu um prato e explodiu" – uma tensão em ebulição diária.

Era preciso agir, e mais uma vez a alternativa passava por trazer a institucionalidade jurídica à realidade. Em junho de 2019, em reunião convocada pelo Mundaréu junto a Ministério Público (MP), Defensoria, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe – SP), Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool e outras Drogas (Comuda), pessoas do território que conheciam a mulher morta no conflito disseram enfaticamente que nem crack ela usava, que "o negócio dela era a bebida", e que certamente não era uma das "cabeças" do tráfico. Moradores alegaram também que a GCM pegou as cápsulas das balas do chão após os disparos, além de providenciar uma lavagem na rua logo após a retirada

do corpo. Os promotores do MP rapidamente argumentaram – "obstrução de evidência" – e que obviamente a estratégia das forças de segurança pública em relação ao óbito seria se apoiar no combate ao tráfico de drogas. Dito e feito: as informações oficiais da polícia alegavam que a mulher seria integrante do tráfico de drogas, e assim a excessiva violência se justificava no cotidiano.[26] Nesse mesmo encontro, moradoras amedrontadas relataram estar sendo ameaçadas pelos guardas, que chegaram ao cúmulo de revistar as mochilas das crianças após a saída da escola. Josi, uma das moradoras da Quadra 37, pediu a palavra e desabafou: "quando dizemos que tem criança aqui, a IOPE responde: 'foda-se'. É um absurdo! Já morreu uma adulta, agora vamos esperar morrer criança?". Fica a indignação: como responsabilizar a GCM pelas mortes e os atos de violência?

A proximidade dos atores do Fórum Aberto Mundaréu da Luz com a realidade do território faz com que, para além de propostas de alternativas urbanísticas, outras estratégias brotem na direção da garantia de direitos e atenuar a intensidade de violações. Para a crescente agressividade da violência policial, a resposta foi a introdução do Balcão de Direitos Humanos em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A ação consiste em plantões de advogados que voluntariamente se dispõem a prestar atendimentos às demandas e orientação para as pessoas no território. O local escolhido foi a sede de um dos atores do Mundaréu, a Companhia de Teatro Pessoal do Faroeste.

Em outubro de 2019, no lançamento do Balcão de Direitos, a violência foi traduzida em depoimento de uma moradora de uma das pensões da Quadra 36. Em meio à diversificada participação de setores do judiciário já mencionados como Ministério Público, Condepe e Defensoria Pública do Estado de São Paulo, entre outros, o depoimento de Ivete colocou em xeque a distância entre as decisões do legislativo e a sensibilidade experimentada no cotidiano de muitas pessoas e famílias que frequentam o bairro. Nas palavras dela:

---

26 Ver mais em: https://jornalistaslivres.org/como-a-linda-adelia-batista-xavier-morta-na-cracolandia-de-vitima-transformou-se-em-bandida/.

> A gente não tem direito, nos Campos Elíseos, de ir e nem vir. Não só a gente moradores como também usuários [...] A gente está lutando para ter nosso direito de volta. Não adianta, gente, vocês me desculpem o que eu vou falar. Não adianta vocês virem aqui todo engravatado, porque tem diploma [...] vocês estão lá fora e vocês não sabem o que a gente está passando, o que está acontecendo lá. Vocês têm que ir lá e sentir na pele o que a gente tá passando lá pra vocês falarem assim: "não, aquele usuário ali também é um ser humano. O quê? Só porque ele usa a droga ele vai ser criticado? Ele vai ser esculhambado? Não. Por que eu também vim da droga [...] vocês comem, vocês dormem, vocês têm uma cama pra dormir, tem uma roupa da hora pra vestir... e eles lá? Chuva! Ficam tudo lá... a Prefeitura chega ali e molha a rua, a praça ali onde eles ficam, e eles têm que dormir naquele molhado em cima da água. Ah, isso é muito revoltante para nós, porque eu também tenho uma filha usuária de crack que se encontra ali na Cracolândia, e ela também sofre! (Diário de campo, out. 2019)

Na primeira semana dos plantões, o fluxo estourou: os advogados foram ao fluxo, acompanharam as barbaridades e negociaram com os policiais, e assim conseguiram momentaneamente atenuar (um pouco) as investidas da repressão.

O vínculo com a Quadra 36

Carmen dividiu comigo sua dor por perder o negócio ao qual havia dedicado tanto tempo de sua vida: o ferro-velho que ela e Marcelo administravam desde 2002. Era abril de 2018, e em frente ao imóvel na Rua Glete 81 ela me contou que o imóvel tinha sido lacrado com todo o material dentro e só poderiam entrar para retirar tudo. Depois de um suspiro triste, Carmen disse que ela e o marido decidiram retirar seus pertences do local antes mesmo da data marcada para a remoção. Eu, de forma automática e ingênua, pensei que se as pessoas não retirassem seus pertences dos imóveis e forçassem o cumprimento do devido processo legal para as operações

urbanísticas na Quadra, talvez demorasse mais tempo para ocorrer a lacração e demolição do imóvel. Amarga ilusão. O argumento de Carmen revelou a intensa pressão que atravessa a vida humana no território: "é muita angústia para gente, a gente não aguenta..." (Diário de campo, 20 abr. 2018).

Dias antes da demolição total em abril de 2018, encontrei Seu Eudes – dono do imóvel e do histórico bar citado anteriormente –, comerciante tradicional português submetido à venda compulsória de seu imóvel e fechamento de seu tradicional comércio. O bar era conhecido pelo bairro como um museu local pois exibia nas paredes curiosos artefatos históricos da região. Em melancólico passeio pela grande casa em que viviam 22 pessoas de sua família em frente ao Largo Coração de Jesus, Eudes mostrou alguns objetos de valor sentimental e financeiro do imóvel, como o enorme balcão de mármore e os antigos azulejos portugueses das paredes do bar. Esses objetos foram retirados por ele para possível reaproveitamento ou venda e para não se tornarem entulhos e poeira pelos golpes da demolição. Ele, indignado, acrescentava:

> todas as paredes aqui, colunas, viga etc. tudo passou pelas minhas mãos e do meu pai. Construímos isso tudo. Essa casa tem a história da nossa família [...] a gente vive 59 anos no mesmo lugar, e vem o governo e tira a gente de uma hora para outra, ainda sem receber nosso dinheiro por direito. Já estou a mais de um mês tendo gasto, sem a entrada do bar e nada... É muito triste. Meu filho já está querendo ir embora para Portugal. (Diário de campo, abr. 2018)

Em evento denominado Audiência Cidadã, organizado pelo Fórum Aberto Mundaréu da Luz no dia 3 de abril de 2018,[27] Seu Eudes foi enfático em expressar suas necessidades: "o que nós queremos não é bolsa aluguel. Nós queremos uma moradia para continuar morando com nossa família... que é o que nós precisamos!". Ivete,

27 Vídeo realizado pelo Fórum aberto mundaréu da Luz: https://www.facebook.com/ForumMundareuDaLuz/videos/212854332639596/.

moradora e conselheira da quadra legitimamente demonstrou preocupação com demandas para além da questão explícita da moradia, e na primeira reunião do conselho gestor atestou seu compromisso com a Quadra 36 e o território: "A gente vai ter o direito de continuar no centro? A escola, a vida está toda no centro". Apesar de múltiplas situações como essas, que comprovam vínculo com o território, para o poder público a única saída para comprovação de vínculo é via burocratização da vida, por meio de um gélido cadastro.

Desde a primeira reunião oficial do conselho gestor da Quadra 36, no dia 17 de maio, permeou no ar uma pressão, a preocupação da Prefeitura quase obsessiva em torno da ideia de "comprovação de vínculo de moradia" para com a Quadra. O cadastro apresentou o registro de 25 imóveis e 193 selos, ou seja, 193 famílias registradas. Entretanto, as já esperadas especificidades do território logo se apresentaram. O aluguel de camas para pernoite, como moradia transitória muito comum no território, não foi contemplado no processo de cadastramento. Assim, para muitos tornou-se inviável a tal "comprovação de vínculo" com o território exigida para validação cadastral. Porém, para além do modo de viver informal por meio do aluguel de camas, outras dificuldades surgiram diante da complexa obsessão de comprovação formal de vínculo com a Quadra 36.

Seu Matias, comerciante, administrava um bar na Rua Barão de Piracicaba. Nos últimos oito anos, ele forçosamente se deslocou entre três diferentes estabelecimentos. Os dois anteriores, localizados na Rua Dino Bueno, foram também lacrados pela Prefeitura em intervenções legalistas na região. Em 2018, Seu Matias estava havia aproximadamente um ano na Quadra 36. Administrava o bar arrendado e morava com mais dois rapazes em um pequeno quarto no piso superior. Um local pequeno e pouco visível, inclusive pelo lado de fora, de onde só era possível avistar uma pequena janela que mais parecia uma saída para ventilação de ar. Durante os três dias de cadastramento entre final de janeiro e fevereiro de 2018, Seu Matias foi registrado como comerciante do território, porém não como morador. Não perguntaram sobre sua moradia, e ele tampouco explicitou que morava no local. Resultado: com a avalanche

de desapropriações no mês de abril, Seu Matias perdeu o comércio e, assim como os outros dois rapazes, perdeu também a moradia. Os nomes dos três entraram como "estudo de caso" para análise. Meses depois, somente Seu Matias teve sua moradia reconhecida, e dentre as poucas alternativas, optou pela carta de crédito e foi embora para o extremo sul da cidade. E foi assim que o vínculo com a Quadra de fato se rompeu. É nesses miúdos da vida que o controle do Estado, por meio de cadastros rígidos da máquina pública, pode aniquilar seletivamente alguns cidadãos, seja na culpabilização das pessoas por não acessarem seus direitos, seja pelo excesso de burocratização, pois "quanto mais você está registrado, mais te fazem desaparecer" (Han, 2012, p.122).

Ao passo que a Prefeitura se esforçava para que o cadastro das pessoas que possuíam vínculo com o território comprovado fosse concluído, era o próprio cadastro que, ironicamente, legitimava as famílias que de fato estavam tendo seus vínculos totalmente rompidos com aquele lugar, com a Quadra 36, com o bairro. Distante da ideia de vínculo na área da Saúde, que resguarda proximidade, abertura e confiança (Ayres, 2004), Ivete desabafou que "Quando o estado chegou ele não pediu licença para entrar". Nessas circunstâncias, o Estado silenciosamente declarou não possuir qualquer vínculo com a Quadra 36, nem a intenção de cultivá-lo.

Enquanto o poder público seguia no esforço para comprovar formalmente o vínculo burocrático das pessoas com a Quadra, ações do Fórum Mundaréu da Luz buscavam promover o cuidado, criar vínculos e garantir direitos. Professores da Faculdade de Psicologia da Universidade Mackenzie, junto a estudantes dos últimos anos que desenvolvem estágios práticos clínicos, passaram a ofertar atendimento psicológico social gratuito às pessoas que sofrem a violência policial e as ordens de reintegração de posse e despejos. A iniciativa busca também criar um registro de memórias sobre a região contadas pelas pessoas. O projeto, vinculado ao Laboratório de Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social[28] (LEVV),

28 Ver mais em: https://levvmackenzie.wixsite.com/levv/fique-vivo.

busca escutar e acolher as experiências de sofrimento e resistência das pessoas que habitam o bairro, e assim passou a chamar-se Fique Vivo, articulado às ações do contraprojeto territorial Campos Elíseos Vivo proposto pelo Mundaréu.[29] Um dos testemunhos anônimos de registro, extraído da página do projeto Fique Vivo, nos dá um interessante contraponto sobre a percepção local da problemática atual, as estratégias de requalificação e o vínculo com o lugar:

> Agora tem toda essa questão em relação a reestruturação da Luz e nós, que moramos aqui, temos pouca informação sobre o que vai acontecer. Esse prédio aqui é patrimônio histórico, mas eu não sei o que eles querem fazer, porque aqui não está à venda, não podem mexer em patrimônio histórico. O povo está perguntando se vai receber apartamento, nós não sabemos nada disso. Eles começaram a tirar o pessoal da outra quadra, e já vão começar a derrubar para fazer um hospital ali. Aqui não precisa de hospital, o que precisa é dar uma organizada, deixar o pessoal cuidar e tratar as pessoas que estão aqui. Dentro do fluxo tem muita gente boa, tem muitas mães sofrendo pelos filhos, tem padre, tem advogado, tem tudo. O povo daqui é de fora, é da Bahia, do Ceará, de Pernambuco. Eles bem sabem que não podem roubar no pedaço, mas um dia fui assaltada na esquina da Rua Helvétia com a Avenida Rio Branco. Eles tomaram minha bolsa e correram para cá. A galera viu e começou a gritar: "roubaram a tia da pensão".
>
> Eles respeitam muito as pessoas que moram aqui. Eu passo no meio do fluxo com minha filha e eles não mexem com a gente. Se alguém estiver fumando enquanto nós estivermos passando, alguém já fala: "respeita a tia aqui que ela está descendo com um anjo". Só tenho medo quando eles se revoltam com a polícia, mas o problema não são eles, o problema é a limpeza. Os caminhões da Prefeitura começam a limpar e lavam tudo [...] eu custo muito a acreditar que isso aqui pode acabar, porque tem muitas pessoas envolvidas nisso tudo: a Cracolândia, o governo e a polícia! Isso é muito imbróglio,

29 Ver mais em: https://mundareudaluz.org/camposeliseosvivo/.

entendeu? De vez em quando a polícia chega, manda você sair e você fica lá fora igual gado, depois volta pra dentro de novo. E assim a gente vive: igual uma boiada.

Eu moro na Cracolândia, mas eu não sou burra, eu tô por dentro das coisas. Eu pago aluguel e, se vão demolir tudo, eu não vou poder ficar com nada, nem me estruturar de novo. Para onde a gente vai? Como que a gente vai fazer para gente poder sobreviver? É muito ruim viver assim! Empata a vida e você não sabe o que fazer. Eu também acho uma pena eles demolirem estes casarões, porque aqui tem muitas histórias que aconteceram antes de a região ser assim. Andando por essas quadras, a gente ainda encontra alguns ferrolhos que deviam ser de escravo, da época do engenho. O bairro ainda tem essas características, é só ver os casarões que se encontram por aqui. Então, por que demolir? Por que não reestruturar, arrumar, fazer um museu, né? Tantas coisas poderiam ser feitas para restaurar o lugar.

Onde estão as 231 pessoas que viviam na Quadra 36?

"Arranca todas as esperanças da gente"

Essa frase expressa as perdas que a realização do projeto urbanístico por meio de uma PPP Habitacional emplacou na subjetividade de Ivete. Um acúmulo de dores e perdas em contraponto à ausência de estratégias de reparações. Triste. Desolador acompanhar o apagamento da história de uma região tão importante da cidade de São Paulo. Assistir o desenfreado avanço das forças econômicas que, sem constrangimento, atropelam a existência de seus cidadãos, seja no concreto, pela implosão de seus lares, seja subjetivamente, pela extração das dignidades. Em um cenário tão doloroso, as tentativas da sociedade civil no conselho gestor de lutar pela garantia direitos em alguns momentos parecia ser motivo de mais violência: "vocês que estão atravancando o processo", "nós queremos resolver logo essa situação" diziam alguns moradores impacientes ou desesperados.

Obviamente os modelos das PPPs não dialogam com a realidade da população que ocupava a área de Zeis 3 conhecida como Quadra 36. Tanto os apartamentos da PPP Habitacional quanto a oferta da carta de crédito pela CDHU se mostram insuficientes para responder aos danos causados às pessoas expulsas da Quadra 36. Concordo com a urbanista Simone Gatti, que, em 2019, em reunião do Mundaréu da Luz, apontou que os modos de vida informais não se adaptam aos sistemas de financiamento tradicionais.

A trajetória da produção social, política e econômica da região conhecida por Cracolândia e os detalhes das decisões urbanísticas e suas consequências para a população local são elementos importantes para a análise do papel do Estado na garantia ou na violação de diversos direitos. A atuação do Estado nesse território nos faz ter a certeza de que as memórias, imaginários e complexidades criadas a partir da Cracolândia não se apagam com tiros, bombas e cassetetes.

2.3. Medellín – Afirmação *narcoestética*

A herança de Escobar como sustentação de um imaginário *narcoestético*

> *Medellín es un fantasma del que creo que escapé, pero cada tanto, para confundirme, me sonríe desde el espejo.*
>
> Andrés Burgos, jornalista, escritor e diretor de cinema *paisa*[30]

De fato, as primeiras informações que tive sobre a cidade de Medellín foram por meio dos acontecimentos em torno da dinâmica do tráfico de drogas e do poderoso Cartel de Medellín, que foi chefiado pela figura de Pablo Emilio Escobar Gaviria, vulgo Pablo

30 Termo que faz referência a ser nativo de Medellín. Possui diversas valorações; uma delas destaca a aptidão empreendedora.

Escobar. Até o início da escrita deste livro, conhecia pouco sobre a cidade por meio de séries de televisão, documentários e matérias de jornais. Uma das constatações iniciais foi que muitos na cidade ainda hoje apresentavam admiração pela figura do poderoso e lendário traficante. Eu estava ciente que as histórias sobre inteligência, poder, violência, enormes quantidades de cocaína, ascensão social, conquista e disputa deixavam o rastro de um legado que soava como algo originário de um mundo fantástico. Não sabia o que esperar, mas minha chegada a Medellín logo apresentou as primeiras pistas.

Após apreciar a serpentante descida pelas montanhas do Valle de Aburrá, desembarquei do ônibus na rodoviária da zona norte da cidade conhecida como Terminal Caribe. Era segunda-feira, 12 de novembro de 2018, aproximadamente 6 horas da manhã, e a primeira imagem que me saltou aos olhos quando pisei em solo *paisa* foi a curiosa estética do morro de Moravia. Uma bonita horta urbana. Moravia surgiu e se desenvolveu literalmente em cima de uma montanha de lixo, e a horta urbana é produto de um longo processo de disputas políticas e comunitárias na busca por garantias e dignidade. Para além da complexa história e consequências do processo de Moravia, o fato é que fui recebido na cidade por esse apelo estético. Uma horta que brota e encanta forasteiros recém-chegados; a barganha pela imagem que conforta os políticos locais, sejam os do passado ou atuais. Imagens como essa e a amplamente divulgada rede de transportes públicos da cidade foram as primeiras informações que obtive sobre a atual Medellín. A cidade se apresentava como uma cidade moderna, que buscava se afastar da imagem relacionada à força do tráfico de drogas tão presente nas décadas de 1980 e 1990. Pouco se fala disso oficialmente, porém na informalidade do dia a dia, as referências a essa época convivem cotidianamente com os cidadãos *paisa*, e os traumas dos anos de violência permanecem ainda bastante vívidos.

Aprofundar sobre Moravia é assunto para outra escrita, mas logo se fará explícita essa breve referência no início deste capítulo. O que primeiramente quero registrar é meu primeiro contato com o imaginário que se tece sobre essa cidade. Cheguei na alvorada do

sol, e o apartamento que aluguei na cidade estaria disponível somente a partir das 11 horas da manhã, então pensei na possibilidade de visitar o famoso túmulo de Pablo Escobar – afinal, minha referência é que cemitérios são espaços que estão abertos desde muito cedo. Em rápido acesso à rede pública de internet *Medellín digital* na estação de metrô Caribe, descobri que o cemitério é muito próximo à estação de metrô Sabaneta, no município de Itaguí, que integra a região metropolitana de Medellín no extremo sul do Vale. Com mochila grande nas costas, foi uma opção interessante e oportuna para sentir a atmosfera narcoestética, já que o trajeto não me exigiria grandes caminhadas.

A viagem de metrô foi de aproximadamente trinta minutos. No caminho, um rapaz sentou-se ao meu lado. Além de me narrar sobre o breve período em que morou no Chile e que agora trabalha em uma fábrica de cervejas em Itaguí, ele apontou pela janela o bonito relevo da cidade e as montanhas do lado oriental do rio Medellín na cordilheira dos Andes. Eu não havia informado para onde estava indo, e próximo à estação Sabaneta ele espontaneamente disse que ali se localizava o cemitério de Pablo Escobar. Achei curioso pois pareceu estar me apresentando um ponto turístico local, e comentei que imaginava haver alguma polêmica sobre isso em Medellín. Ele confirmou a dualidade de que muita gente gosta de Escobar, mas também muita gente o odeia. Perguntei: "e você, gosta ou não?". Ele respondeu: "gosto pelas coisas boas que ele fez, pois ele realmente ajudou muita gente, mas não gosto da violência que gerou. Isso também fez muito mal para todos".

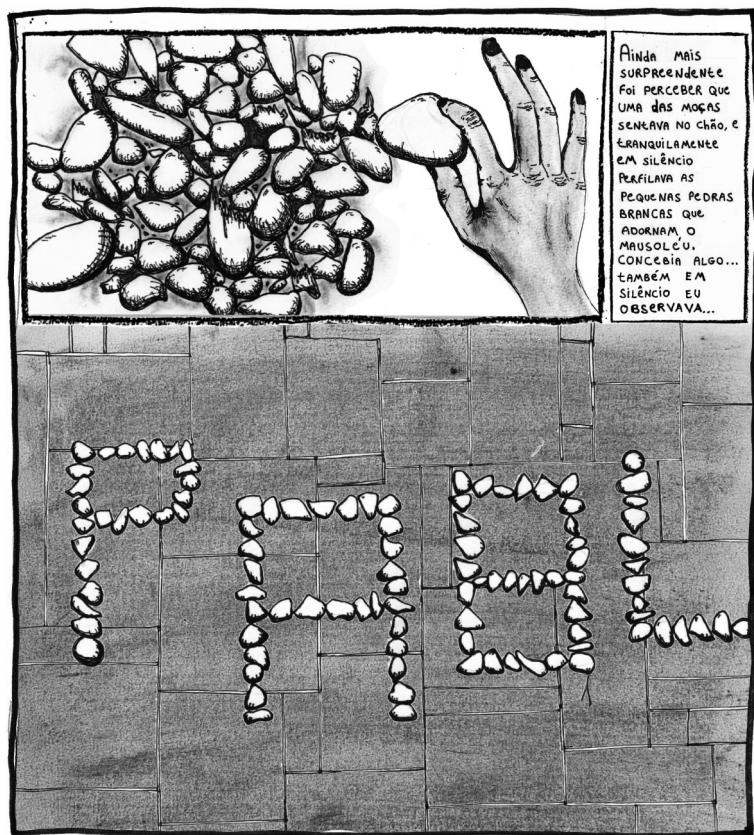
Perto das sete da manhã eu já estava próximo ao Cemitério Jardines Montesacro. Leituras prévias me deram a pista de que a tumba de Escobar se encontrava atrás do prédio principal rodeado por frondosas árvores e flores. Realmente não foi difícil encontrar, além da exuberante flora natural ao redor, trilhas marcadas pelo movimento de passos humanos no gramado que evidenciaram um caminho bastante frequentado. Ao me aproximar, observei de longe que três pessoas estavam ali. Duas mulheres e um rapaz, aparentemente jovens colombianos. Aguardei distante, mas instintivamente busquei

as lápides com o olhar.[31] Confesso meu desejo de ler o nome de Pablo Escobar na lápide, quase como uma certificação real e palpável da existência do famoso herói-bandido. Para minha surpresa, as lápides não estavam lá (Figura 14 e Figura 15).

Figura 14 – Homenagem a Escobar

Fonte: desenho elaborado pelo autor.

31 No plural, pois sabia que Limón, seu fiel sicário que o acompanhou até minutos antes de sua morte, além de demais familiares, como sua mãe, estão também sepultados no mesmo local.

Figura 15 – Cemitério Montesacro

Fonte: desenho elaborado pelo autor.

"Não pode faltar o nome de Pablo", ela dizia.

Os outros dois esperavam em silêncio um pouco afastados. Ela terminou, conversaram, tiraram fotos e então me aproximei. O rapaz me explicou parte do mistério: as lápides haviam sido retiradas para reforma, pois em algumas semanas a morte de Escobar completaria 25 anos, já que sua morte ocorrera em 2 de dezembro de 1993. Uma funcionária do cemitério confirmou a informação e acrescentou: "a irmã de Pablo que conserva periodicamente o túmulo retirou as lápides na semana passada para trocar por novas antes da comemoração e

homenagem de sua morte". Como disse, apenas parte do mistério se esclareceu. A jovem sentada no chão escrevia o nome de Pablo para que o túmulo não ficasse no anonimato. Entretanto, no meu imaginário, a devoção à figura de Pablo permanecia em uma penumbra mítica.

O sol ficava mais forte e aos poucos mais pessoas chegavam ao local, inclusive acompanhadas por guias turísticos para visitar o túmulo de Escobar e demais personalidades[32] do mundo do tráfico de drogas e contrabando, que obviamente com menos ênfase, também recebem flores de homenagens e lembranças. Um guia se aproximou com duas moças. Falavam português, eram brasileiras, e uma delas, de modo caricato, vestia uma camiseta com o rosto de Pablo. O guia disse: "no funeral de Escobar aproximadamente 20 mil pessoas acompanharam o enterro". E uma das moças sabiamente perguntou: "de tristeza ou de alegria?". A resposta do guia foi: "neste caso de tristeza, muita gente realmente o admira ainda hoje".

Essa é a expressão do polêmico narcoturismo em Medellín. Um empreendedorismo que apresenta virtudes de como vender bem uma história. Não sabemos se a quantidade de pessoas relatada pelo guia era real ou não, mas a verdade é que os números pouco importam, pois realmente um enorme grupo de pessoas realmente acompanhou o velório de Escobar mesmo com a estratégia da Prefeitura local que adiou o velório para o dia anterior ao agendado pela família na tentativa de evitar retaliações e homenagens populares a Pablo (García, 1993). Essa breve introdução nos mostra como Medellín segue com o desafio de manter um olhar necessário sobre sua história.

A ambiguidade que se apresentou no metrô, no cemitério e em diversas outras questões da vida cotidiana de Medellín traz alguns dos pontos-chave desta reflexão que se encontram sob os conceitos de *narcoestética* (Cohen, 2016) e *narcocultura*, conceitos que surgiram em meados dos anos 1980, como reivindicação de uma identidade e forma de resistência. Eu, como investigador brasileiro

---

32 Griselda Blanco, considerada rainha da cocaína na rota para os Estados Unidos e parceira de negócios com Escobar, além do primo de Escobar, Gustavo Gaviria.

recém-chegado à cidade, fui conhecer esse ponto da cidade que não sei se podemos chamar de turístico, mas com segurança podemos validá-lo como dicotomia simbólica no imaginário de um povo.

Histórico de delinquência em Medellín – informalidade como sobrevivência

A cidade de Medellín deriva da antiga Villa de Nuestra Señora de la Candelaria. O povoado foi considerado vilarejo em 1675 com um total de 288 famílias, sendo apenas um quinto dessa população composta pela elite branca espanhola, e a maioria por pessoas mestiças e mulatas. A centralidade de seu mercado entre as demais localidades da província e as vastas terras férteis para plantio e criação de animais à beira do rio fez com que o vilarejo prosperasse com solidez, e com o passar dos anos, a cidade se tornou a capital do departamento de Antioquia (Cardona Rodas, 2015).

A partir de 1750, quando Medellín passou a demonstrar crescimento demográfico significativo, foram ficando escassas as possibilidades de terras que pertenciam prioritariamente a crioulos e colonos espanhóis donos de minas, comércios e afins. Assim, as pessoas com menor poder aquisitivo acomodaram-se nas encostas das montanhas do Vale de Aburrá (Jurado, 1996). A falta da disponibilidade de terras associada ao modesto desenvolvimento industrial foi determinante para o início e perpetuação da malha de pobreza em Medellín. Trabalhos informais e temporários, como as muitas mulheres e homens envolvidos em atividades relacionadas aos ciclos agrícolas entravam nesse rol de pessoas *vagas* (em situação de rua) que por apresentarem flexível envolvimento com a dinâmica urbana eram malvistas pela sociedade colombiana. Em Medellín imperava a noção de trabalho fixo, urbano, regulamentado. É uma cidade que formalmente se estruturou pautando a ordem como eixo cervical. Porém, como consequência natural das desigualdades políticas e econômicas, dinâmicas informais se fortaleceram e se enraizaram no acontecer da vida cotidiana.

A falta de oportunidades de emprego formal alimentou as desigualdades características de aglomerações urbanas de colonização europeia, seja portuguesa ou hispânica. A minoria de ricos se separava da massa de pobres, mulatos e índios, desencadeando a aparição de novos papéis sociais como os "ociosos, ladrões, vagabundos e indigentes" (ibidem, p.247, tradução minha), dotados de carregado valor moral. No início dos anos 1800, dos aproximadamente 31 mil habitantes de Medellín, estimava-se que quinhentos eram *vagos*, e assim a presença marcada da população pobre deixava de ser vista como alvo de caridades religiosas e passava a ser percebida como um incômodo no processo de produção capitalista, ou seja, significava perda de força de trabalho e prejuízo econômico (ibidem).

Durante o século XIX, a estigmatização como delinquentes e *vagos* já justificava intervenções estatais. O pensamento colonial acreditava que os mestiços, por causa da mistura racial, eram inquietos e mais propensos à desordem do que os demais grupos da sociedade (ibidem), e assim surgiram leis que proibiam a *"vagancia"* pois não traziam riquezas às duas grandes majestades, Deus e o Rei espanhol (ibidem). No início do século XIX surgiram as primeiras estratégias legais de controle social com o objetivo de examinar quem eram "os verdadeiros pobres" incapazes de trabalho, com sanções punitivas para quem fosse categorizado como "falso mendigo" (ibidem). A partir daí, a onda de intolerância e de "extermínio aos vagos e pobres" irrigou as ruas e praças de Medellín, incluindo a coerção e expulsão para zonas periféricas, a privação do voto e a consequente não participação política.

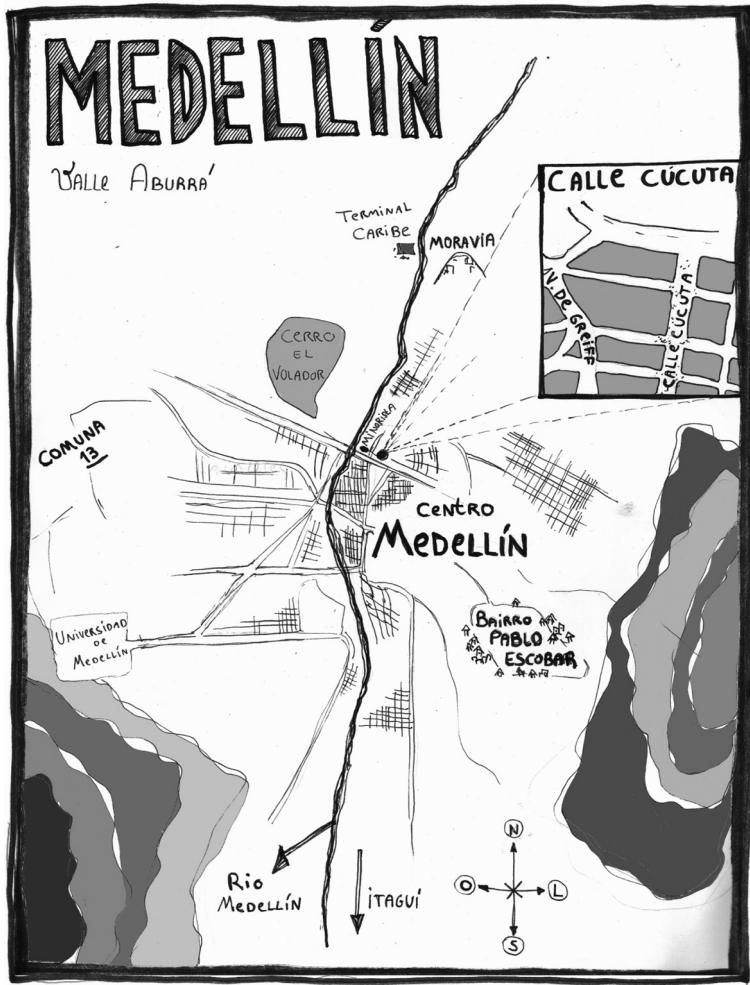
A prosperidade econômica da cidade atraiu pessoas de outras partes do país, e por se tornar o centro industrial e comercial da região, em 1826 Medellín passou a ser capital do departamento de Antioquia. Já no início do século XX Medellín tornou-se destino de muitos camponeses e empreendedores que passaram a ver na capital do departamento excelentes possibilidades de progresso. Estima-se que entre 1912 e 1914 chegaram cerca de 14 mil pessoas na cidade, que na época contava com 40 mil habitantes (Riaño-Alcalá, 2006). A antropóloga Riaño-Alcalá acrescenta que com a chegada dessa

elite empreendedora, introduziu-se uma "ideia de modernização que promoveu a eliminação de qualquer traço de origem rural ou indígena na cidade. Como disse Mary Roldán, 'Antioquia converteu-se o teatro experimental das noções burguesas de progresso'" (Roldán, 1992 apud ibidem, p.6, tradução minha).

Esse caráter moralista no desenvolvimento da cidade atingiu seu auge quando em 1951 foi outorgado o decreto municipal 517, que declarava o bairro de nome Antioquia como a única "zona de tolerância" da cidade. Mas o que seria uma zona de tolerância em Medellín nos anos 1950? Um local escolhido pelo poder público e pela igreja para manter os sujeitos "indesejáveis" segregados do resto da cidade (ibidem). Desdobramentos como o decreto de 1951 ilustram estratégias de controle da elite no desenvolvimento industrial e urbano de Medellín: "uma mentalidade coletiva que estigmatizava os pobres e os 'diferentes' se enraizou e começou a se materializar na forma de marcadas diferenciações geográficas e divisões sociais do espaço urbano" (Riaño-Alcalá, 2006, p.9, tradução minha). Entretanto, esse decreto que estabeleceu a zona de tolerância durou apenas dois anos, e a partir de sua extinção, permaneceu em Medellín a subsistência "tolerante" em alguns bairros a partir de economias informais e subterrâneas. Entre os anos de 1960 e 1970, 50% dos novos habitantes decorrentes do processo migratório ocuparam assentamentos ilegais e populares nas colinas e nos pés das montanhas ao redor da cidade (ibidem), e foi nesse contexto que a venda de drogas, primeiramente maconha, instalou-se e consolidou-se em Medellín.

Segundo o historiador e professor da Universidade de Medellín Hilderman Cardona Rodas, na segunda metade do século XX, a cidade começou a apresentar-se como tecido metropolitano, com a construção de bairros circundantes ao centro e a instalação de incontáveis fábricas da indústria têxtil na planície ao redor do rio. Segundo Cardona Rodas (2016, p.93, tradução minha), a cidade foi motivada pelo "clima de produção e prosperidade capitalista que também trouxe consigo fenômenos de pobreza e miséria, o outro lado da bolha do progresso e o desenvolvimento". A chave para uma mudança na mentalidade tradicional aconteceu somente em 1971,

quando a partir de um festival de música se estabeleceram tensões importantes entre os olhares conservadores da elite e da igreja em contraponto com a juventude libertária local (Riaño-Alcalá, 2006). Assim, a circulação de drogas, de dinheiro e arte integrou uma nova compreensão e desenvolvimento da cidade e do cidadão antioqueño (Figura 16).

Figura 16 – Mapa de Medellín

Fonte: desenho elaborado pelo autor.

No final da década de 1970 a cidade atravessava uma grande crise no mercado das indústrias têxteis, e o índice de desemprego alcançou proporções alarmantes. Nesse período, a economia do tráfico de drogas, principalmente tendo a cocaína como seu produto base, se enraizou nas dinâmicas laborais e financeiras da cidade. Eventos e características específicas da cidade de Medellín apontam experiências concretas de como a economia local, as redes de sociabilidade e as organizações informais criaram um ambiente propício para o empreendedorismo em torno da economia das drogas, uma economia local que rapidamente se interligou a dinâmicas nacionais e internacionais.

Com as já antigas e consolidadas rotas de contrabando de ouro, e mais recentemente cigarros, eletrônicos e bebidas pelo Panamá, não foi surpresa o protagonismo da cidade na organização e distribuição de entorpecentes. Griselda Blanco, originária de Medellín e conhecida como a "rainha da coca", foi quem abriu canais de distribuição da cocaína colombiana em grande escala para os Estados Unidos, principalmente em Nova Iorque e Miami. E foi Griselda que introduziu Escobar nesse arriscado e rentável mercado da cocaína (ibidem).

Amarras de uma trajetória delinquente – segunda metade do século XX

A imagem de Escobar cresceu e se solidificou a partir dos lucros advindos dos negócios do tráfico de drogas. Essa súbita mobilidade social ou fenômeno de "*arribismo*" ou "toque ao paraíso econômico", como apontado por Cohen (2016), que é proporcionado pelo rentável envolvimento especificamente com o tráfico de cocaína, confere poderes econômicos e consequentemente políticos a cidadãos que havia pouco eram esquecidos ou inexistentes aos olhares do Estado. Historicamente o povo antioqueño é reconhecido pelo trabalho duro, espírito mercador, e não por acaso o negócio do tráfico de drogas prosperou nessa terra de grandes empreendedores. Popularmente, há um ditado regional tradicional típico entre pais e filhos:

"Filho, traga dinheiro de uma forma honesta. Se não for possível, traga dinheiro de qualquer forma". Relata um dos guias dos polêmicos *narcotours* (passeios turísticos particulares que vendem uma história de Medellín atrelada aos anos de Escobar):

> Nos anos 1980, o narcotráfico não era considerado algo ruim. Você tem que entender o contexto. Eles [narcotraficantes] eram considerados empresários muito inteligentes. A cultura era ganhar dinheiro rapidamente e não importava se era bom ou ruim. Isso foi em toda a sociedade [...] E faz parte da nossa história. (*fieldnotes*, 30 abr. 2015 apud Naef, 2018b, p.498, tradução minha)

Porém, a ilegalidade da origem do dinheiro não se ocultou, e assim a perseguição e a disputa entre as forças do Estado e dos traficantes criaram um cenário de extrema violência em solo colombiano. Esse cenário gerou fama indesejada à nação colombiana por apresentar ao mundo as situações aterrorizantes que o país atravessava entre as décadas de 1980 e 2000. Entretanto, a violência disparada nesse momento não era novidade para a história colombiana, uma nação, segundo Pinzón (1999, p.21, tradução minha), destinada "a reconhecer o sangue em suas mãos, sua memória foi envolta em cinzas como uma escrita final que nasce do fogo, do ódio, da ambição, de remoções e do massacre [...] De 1500 ao ano 2000 a Colômbia não teve um final de século em paz".

Uma das trágicas viradas de século foi a Guerra dos Mil Dias, um violento conflito civil na virada do século XIX para o XX, que tomou conta de todo o país, resultando na supremacia do partido conservador no Estado colombiano por décadas em paralelo à intensificação de uma onda católica-cristã (Bowley, 2013). O cenário começou a mudar quando o presidente Enrique Alfredo Olaya, representante do Partido Liberal, foi eleito em 1930. A tensão política se intensificou entre conservadores e liberais, sendo marcada por revoltas e manifestações populares por todo o país. Esse cenário sedimentou uma "forte tensão entre os partidos; especialmente nas áreas rurais conflitos tornaram-se corriqueiros, e até pequenos distúrbios

poderiam facilmente fazer com que se transformasse em conflito armado" (ibidem, p.17, tradução minha).

Nos anos seguintes, em meio à tensão generalizada, o nome de Jorge Eliecer Gaitán, político do Partido Liberal, passou a ganhar significativo apoio popular por meio da defesa de direitos trabalhistas e reivindicando a quebra da estrutura oligárquica do Estado colombiano. Assim, com o propósito de destituir o poder das mãos de poucos, Gaitán ficou conhecido como representante e herói do povo (ibidem). Após cargos públicos como prefeito de Bogotá na década de 1930, onde se destacou com reformas sociais que o levaram a ministro da Educação em 1940, enfim Gaitán estava pronto para as eleições presidenciais de 1946. Porém, divergências políticas dentro do Partido Liberal tiveram como consequência a eleição do candidato conservador Mariano Ospina Pérez. A eleição de 1946 trouxe marcas de uma nova etapa na história colombiana, que segundo Jenna Bowley (ibidem, p.18, tradução minha), foi o início de um período marcado pelo "pesadelo de derramamento de sangue tão vazio de significado que é simplesmente conhecido como 'La Violencia'", um momento da história em que a extrema polarização política gerou uma violência pautada pelos opostos ideais entre basicamente dois partidos, Liberal e Conservador, que irracionalmente disputaram litros de sangue nas ruas e roças pelo país.

O assassinato de Gaitán em 1948 disparou uma onda de violência conhecida como Bogotazo. O partido conservador foi apontado como mandante do crime, e em revolta popular generalizada justificada mais uma vez por divergências partidárias explícitas, instaurou-se um cenário de guerra nas ruas de Bogotá e muitas pessoas foram mortas em poucos dias. Como resposta, o governo agiu com mais repressão, porém essa estratégia apresentou-se como combustível e inflamou ainda mais os pontos de atrito e hostilidades. Estima-se que aproximadamente 200 mil colombianos foram mortos entre 1946 e 1966, além dos milhares que foram feridos ou removidos forçadamente de sua terra natal durante o período de La Violencia (ibidem).

Na tentativa de retomar o controle da situação para as forças do Estado, em 1958 os partidos Liberal e Conservador realizaram um

bizarro acordo de alternar a presidência entre os partidos a cada dezesseis anos. Entretanto, a violência seguiu crescente, e foi nessa conjuntura de disputa política, violência anárquica, falta de legitimidade estatal e consequente humilhação e terror das classes populares que Pablo Emilio Escobar Gaviria, vulgo Escobar, nasceu em 1949 na cidade rural de Río Negro, próximo a Medellín.

Filho de uma professora e um fazendeiro, a família de Escobar poderia ser considerada de classe média na época, mas claramente se posicionava junto às pretensões populares e políticas do Partido Liberal. Assim, a infância de Escobar nunca esteve distante de eventos violentos. Episódios de violência e ameaças eram constantes, como quando tiveram que fugir do pequeno vilarejo de Titiribí ao sul de Medellín após grupos opositores conservadores incendiarem a escola em que sua mãe lecionava, simplesmente por ser uma professora liberal. Segundo ela, Escobar "queria ser grande", e já aos treze anos de idade foi eleito para o Conselho de Bem-Estar Estudantil de sua escola, quando reivindicou o apoio ao transporte e comida para estudantes pobres. Antes dos vinte anos, sob a companhia de seu primo Gustavo Gaviria, Escobar já se envolvia em esquemas de contrabando de cigarros e tíquetes lotéricos falsificados. Sua ousadia, ambição e imprudência causavam marcas e fama entre os protagonistas das atividades ilícitas em Medellín (ibidem), e o envolvimento com o tráfico de drogas foi um caminho natural.

O ano de 1976 foi um ponto de virada na carreira criminal de Escobar. Preso ao retornar do Equador transportando 39 quilos de cocaína junto com seu primo Gustavo, após o registro dessa prisão não demorou para anunciar sua forma de lidar com o que tentava obstruí-lo, ou seja, a justiça social ao modo de Escobar: tempos depois os dois policiais que os prenderam foram encontrados mortos. A partir de então, Escobar apresentava suas cartas, e para além de futuramente esboçar alçadas no mundo da política, ele imprimia sua "própria política [...,] estabelecendo um padrão de lidar com as autoridades que se tornou sua marca registrada" (ibidem, p.33, tradução minha) no imaginário de luta por justiça social. Logo seu lema tornou-se conhecido como *"plata o plomo"*, ou seja, grana ou chumbo.

Assim, atos de violência se perpetuaram em um cotidiano constantemente violento e desigual.

O reflexo de Pablo

Fuiste un conquistador de sueños imposibles, más allá de la leyenda que hoy simbolizas; pocos conocen la verdadera esencia de tu vida.

Mensagem inscrita em lápide de Escobar

A construção da imagem de Escobar, assim como das demais forças do narcotráfico colombiano, tem origem na histórica condição de marginalização política e econômica da juventude colombiana, uma juventude de poucas oportunidades, que aprendeu a conquistar o pouco que tem do modo que fosse possível. Escobar trilhou esse caminho, e o acúmulo de lucros era tanto que o investimento em causas públicas impulsionou aspirações a cargos oficiais na política colombiana. Essa é a figura dos bandidos heróis do povo, que agora podiam rentabilizar e satisfazer seus luxos, assim como oferecer ao seu povo alguma dignidade e prover algumas necessidades. Porém, na figura de Pablo Escobar, o acúmulo de dinheiro nunca foi suficiente, e além de precisar se proteger, tinha a ambição de participar efetivamente das escolhas, decisões e rumos da nação.

Moravia – o bairro popular um pouco ao norte do centro de Medellín citado anteriormente – surgiu a partir de migrações internas do contexto rural para urbano entre as décadas de 1950 e 1970 durante o período conhecido por La Violencia nas décadas de 1940 e 1950. As pessoas instalaram-se ao redor e em cima de um morro dos antigos lixões e viviam em cima e nos arredores dos descartes dos caminhões de lixo. Apesar de o acúmulo de lixo ser anterior a 1977, o espaço foi oficialmente o lixão da cidade desse ano até 1984. Ná década de 1980 a montanha de lixo que chegava a 35 metros de altura abrigava cerca de 15 mil pessoas junto aos 500 mil quilos de lixo que eram despejados ali diariamente (Gama, 2015). Quando estive no

Centro de Desenvolvimento Cultural Moravia, em abril de 2019, me atualizei em relação a que o bairro se situa na Comuna 04, local extremamente bem localizado, próximo ao centro, ao hospital, ao metrô, ao Parque do Norte e ao eixo rodoviário norte de Medellín, e é considerado um dos bairros mais densamente povoados da Colômbia.

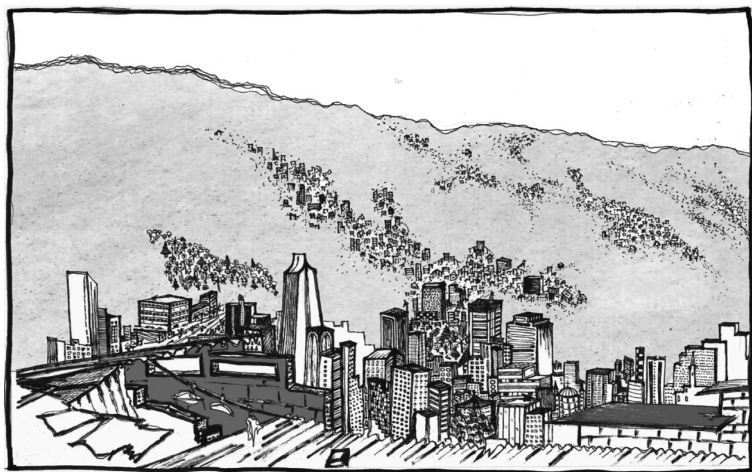
Em uma atividade sobre a história local no Centro de Desenvolvimento Cultural Moravia, Juanes, que mediava a atividade junto ao professor Juan Camilo da Universidade de Medellín, perguntou a todos presentes o que sentiam ou imaginavam de Moravia. As respostas majoritariamente foram variações entre lixo, violência, perigo, extrema pobreza, "biqueira" e informalidade. A única variação na imagem local veio de um rapaz que respondeu união e festa – enfim um contraponto à estereotipada Moravia, que nas palavras de Juanes beneficia o poder público local, pois "de um jeito ou de outro a Prefeitura está ganhando com isso", seja via especulação imobiliária, seja via *turistificação* desse espaço que certifica Medellín como cidade de festa e modernidade.

No ano de 1982, a cidade iniciou a requalificação estética da área de Moravia para a construção do terminal de transportes Caribe. Nessa época o poder público local iniciou o processo de remoção das pessoas, com a justificativa da realização do projeto Plan Parcial Moravia, também com caráter e intenção estética. Pois então, quando iniciaram as primeiras intervenções do poder público na comunidade, a tensão entre a comunidade e o Estado após a morte de Rodrigo Lara Bonilla gerou conflitos que provocaram um incêndio no local. Escobar, que ascendia no campo político, anunciou que construiria casas para os habitantes desabrigados. De fato, ele foi o responsável pelo processo de realocação das primeiras famílias ao construir rapidamente, e com investimento próprio, centenas de casas populares em um terreno clandestino, onde hoje é a Comuna 09 chamada Buenos Aires. Essa ação foi protagonista nas suas aspirações políticas como um de seus mais expoentes programas sociais, que se chamava Medellín sem Favelas. O bairro foi reconhecido pela Prefeitura local apenas em 2012, e atualmente acolhe aproximadamente 15 mil habitantes. Desde então o bairro é informalmente

conhecido como Barrio Pablo Escobar e é visível inclusive nos letreiros informativos dos ônibus pela cidade. Ali vivem pessoas que admiram a imagem de Escobar em Medellín, onde o reconhecem como um herói ou salvador dos pobres (Bowley, 2013). Ao recordar a moça escrevendo o nome de Escobar com as pedras no cemitério, senti que devia caminhar por esse bairro.

Quando estive no Barrio Pablo Escobar em abril de 2019, cheguei por uma longa subida que explicita a geografia periférica do bairro na encosta da montanha. Segui a direção que havia visto no mapa, a direção do Monumento Pablo Escobar. Em uma curva, ao lado da Barbearia El Patrón, estava o monumento em homenagem a Pablo, junto com a imagem do Santo Niño Jesús de Atocha. No monumento a inscrição: "Aqui se respira paz".

Segui caminhando, subi e vi a vista. Um bairro pobre, casas de alvenaria sem acabamento e vielas estreitas para pedestres na íngreme inclinação da montanha. Bastante residencial, alguns poucos comércios entre as casas. Na parte alta, uma bonita vista do centro de Medellín (Figura 17).

Figura 17 – Vista do centro de Medellín a partir do Barrio Pablo Escobar. Abril de 2019

Fonte: desenho elaborado pelo autor.

Entre as casas que permaneceram em Moravia, Pablo forneceu estrutura e iluminação para um campo de futebol para incentivar a prática de esportes e ser alguma alternativa de lazer nessa comunidade à parte do circuito formal urbano. Fez diversas benfeitorias e investimentos comunitários, como estradas e sistemas de iluminação, além de manter forte e constante parceria com a igreja católica. As figuras e o dinheiro do tráfico de drogas de fato estavam proporcionando à população oportunidades concretas que no papel do Estado ficavam apenas como promessas.

Decidi fazer a barba como pretexto para entrar em contato com as pessoas locais. A primeira barbearia em que parei estava cheia. A segunda foi descartada por aparentar discursos previsíveis ao apresentar-se nitidamente turística vendendo *souvenirs* de Escobar no balcão de entrada. Mais abaixo, a terceira, uma barbearia trivial, comum, era o que eu buscava. Um clima caseiro, em que pareceu possível escutar um discurso distinto ao das palestras estereotipadas vendidas aos turistas que chegam ao bairro nos inúmeros *narcotours*. A barbearia estava aberta, portas e salão escancarados para a rua, mas ninguém dentro. Um senhor, que estava algumas lojas abaixo, me observou de longe e perguntou, com sinais, o que queria. Arrisquei sinais respondendo com "gestos de fazer a barba". Ele subiu vagarosamente mancando, entrou em uma pequena porta ao lado e chamou um rapaz. Um menino jovem, de aparentemente 20 anos, apareceu. Foi ele, Andrés, o meu barbeiro.

Perguntei: "Então é aqui o bairro Pablo Escobar?" Ele respondeu afirmativamente. Comentei que estava lendo sobre o processo de realocação de Moravia que deu origem ao bairro, e que foi Pablo que havia construído as casas por ali. Surpreendentemente o menino disse: "Sim, minha avó ganhou esta casa de Pablo. Eu ainda não era nascido. Ela já foi descansar faz quatro anos, e a casa ficou para meu pai e eu. Minha mãe atualmente mora em Pereira". Imaginei que o senhor que por sinais me recebeu era seu pai. Os dois vivem juntos na parte superior da casa acima da barbearia. "Sua avó conheceu Pablo?", perguntei. Andrés respondeu que sim, e acrescenta: "ela o cumprimentou pela mão e sempre contou histórias sobre ele. Todos

aqui têm muita admiração por ele". Comentei que me parecia haver uma ambiguidade em Medellín, pois há gente que o admira e há gente que o odeia. O jovem Andrés concordou: "sim, tem toda essa violência, essa parte eu também não gosto, mas ele foi um homem muito generoso" (Diário de campo, 29 abr. 2019).

Atualmente, apesar da violência associada, persiste a edificação e sustentação de uma imagem positiva de Pablo Escobar em Medellín, um homem que cresceu em uma Colômbia de instabilidade política e financeira permeada pela corrupção e que se aventurou em um projeto político para transformações sociais também irrigado por subornos e corrompimento. Com crescente representatividade política entre seus apoiadores, em 1978 Escobar foi eleito suplente no conselho da cidade de Medellín. Em 1980 colaborou na fundação do Partido Liberal, e em 1982 foi eleito suplente na câmara representativa de Envigado, o que lhe conferia imunidade judicial (Bowley, 2013).

Estratégico, com os negócios do narcotráfico ainda ocultos e seu explícito apoio aos mais desfavorecidos, a figura de Escobar fez com que as classes mais baixas exalassem um suspiro de esperança por algo melhor. Em 1983 uma matéria da revista colombiana periódica *Semana* afirmava essa admiração, e a manchete apontou Escobar como "Robin Hood paisa". O luxo e a extravagância de Escobar foram expostos para o grande público, assim como suas nítidas intenções políticas de evitar a extradição de criminosos colombianos para os Estados Unidos. Segundo Bowley (ibidem, p.39, tradução minha), a revista *Semana* questionava: "Quem é Don Pablo? Esse tipo de paisa Robin Hood, que desperta tanto entusiasmo entre centenas de infelizes que refletem em seus rostos uma súbita esperança que não é fácil de explicar em meio a esse ambiente sórdido".

Porém, o enriquecimento a partir da exploração e negócios de caráter ilícito não era "nada de novo debaixo do sol" em terras colombianas. Historicamente, a seletíssima elite angariou fortunas a partir da exploração de ouro, esmeraldas, tabaco e escravos nos últimos séculos (Taussig, 2013). O fato é que Escobar passou a representar uma possibilidade de mudança a favor dos mais pobres. Don Pablo já não

era mais uma pessoa específica, mas um ideal a perseguir para assim conquistar um pleno gozo da vida com sabor de vingança ante um Estado irresponsável que zela e protege seletivamente.

Até o início dos anos 1980 o tráfico de drogas não era uma grande questão a ser enfrentada na Colômbia. Pouco se falava sobre o tema e os cartéis funcionavam como contraponto às práticas exercidas pelos insurgentes grupos guerrilheiros. Políticos também não se opunham com veemência, afinal muitos se beneficiavam das relações financeiras e de *status quo* com os "mágicos"[33] fazendeiros, que passaram a integrar a fina gema da sociedade colombiana (Bowley, 2013). As fazendas eram a lavagem de dinheiro do tráfico. O contexto colombiano se tornava cada vez mais complexo, e em paralelo à construção de sua imagem como salvador do povo, Escobar subiu na onda de violência em Medellín associada à preservação do tráfico de cocaína em grande escala, principalmente para os Estados Unidos da América do Norte. O consumo aumentava e o negócio das drogas se aquecia, e no âmbito internacional, a Guerra Fria de fato esfriava.

A cocaína passou a ser uma preocupação política e social quando deixou o pedestal de ser uma droga elegante, cara e aristocrática e começou a destacar-se de forma fumável nas ruas da cidade em forma de crack. Em 1982 a Drug Enforcement Administration (DEA) estimava que entravam em território dos Estados Unidos cerca de 45 toneladas métricas de cocaína por ano – um mercado que gerava centenas de milhões de dólares, e a percepção de alianças entre diferentes grupos para viabilizar esquemas de gigantescas magnitudes em pó e em dinheiro (ibidem). Entretanto, para além do aumento de consumo pela demanda interna, o governo dos Estados Unidos se apropriou da questão das drogas como pano de fundo perfeito para

33 A referência aos traficantes como "mágicos" é consequência do processo de lavagem de dinheiro muitas vezes atrelado ao negócio agropecuário. Segundo Jaramillo (2017, p.S4698), a Colômbia era um "centro próspero do império da cocaína e um lugar criativo e 'mágico' que legalizou essa fortuna ilegal", e era preciso criar uma "fantasia confiável, e esta criação de mundos irreais no mundo real é uma das características dos traficantes de cocaína e Escobar, que eram chamados de mágicos, ou magos pelos colombianos ".

intervenções de interesse geopolítico na América Latina. A opinião pública[34] preocupava-se com o aumento significativo do consumo de drogas, enquanto o Estado norte-americano aliava o útil ao agradável em ações políticas intervencionistas na Colômbia. Segundo Bowley (ibidem, p.45, tradução minha),

> estabelecer um elo entre os narcotraficantes e o comunismo tornou a questão ainda mais quente em Washington [...]. Se os traficantes de drogas e as guerrilhas de esquerda estivessem trabalhando juntos, representariam uma ameaça direta aos interesses dos Estados Unidos na Colômbia e Washington faria o que fosse necessário para eliminar esse perigo.

Dessa forma, a Guerra Fria foi reaquecida em outros moldes. A América do Sul tornou-se alvo de novas invasões, pois não demorou para, em 1981, o presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan reconfigurar a questão das drogas como prioridade na política externa dos Estados Unidos para a Colômbia. Assim, os Estados Unidos deixaram de atuar apenas internamente no consumo e na entrada das substâncias nas zonas de fronteira, e passaram a intervir nas terras produtoras, na origem, ou seja, na Colômbia.

Jorge Castañeda, ex-secretário mexicano de Relações Exteriores e investigador das relações entre os Estados Unidos e a América Latina previu esse encaixe, pois em pouco tempo, o combate moral contra as drogas consideradas ilegais preencheu o buraco ideológico deixado pelo fim da escancarada guerra ao comunismo (ibidem). Naturalmente, a figura de Escobar caldeava-se entre herói para alguns e vilão para outros. Para o Estado Colombiano e o Governo dos Estados Unidos, certamente Escobar tornou-se o principal alvo a ser eliminado, e assim iniciou-se a busca simbólica, material e pessoal por Escobar.

---

34 Em enquete realizada por *CBS News* e *New York Times*, 63% da população acreditaram que a questão das drogas era mais importante do que conter o comunismo (Bowley, 2013).

Em 1984, quando Escobar ocupava o cargo de suplente na câmara de Medellín, o político colombiano Rodrigo Lara Bonilla fez uma denúncia pública do envolvimento de Pablo com o tráfico de drogas, apontando investigação em curso dos Estados Unidos sobre possível envolvimento do suplente com atividades ilícitas. Após a denúncia, Rodrigo Lara Bonilla intensificou suas investidas. Poucos meses depois, a Polícia Nacional da Colômbia, com apoio norte-americano articulado por Bonilla, desmantelou um grande laboratório de processamento de cocaína nas profundezas da selva tropical colombiana conhecido por Tranquilandia. As apreensões e os prejuízo ao Cartel de Medellín foram enormes: sete aeronaves, 12 mil tambores de produtos químicos diversos e uma estimativa de um bilhão de dólares em cocaína pura (ibidem, p.52). Semanas depois, Lara Bonilla foi executado a tiros em um comício político. Esse assassinato imprimiu sobre a imagem de Pablo o rótulo de criminoso e bandido, ou seja, inimigo do Estado.

Assim, em menos de um ano, a imagem de Escobar transitou de um popular benfeitor que luta por justiça para um criminoso altamente procurado pelo Estado, principalmente quando o então presidente da República da Colômbia, Betancur, avançou na proposta de extradição aos traficantes de drogas. Pablo e demais integrantes dos cartéis colombianos recolheram-se no Panamá e esse foi o ponto de partida da perseguição que jamais permitiu algum momento de tranquilidade a Escobar, que passou a estar constantemente escondido ou fugindo das autoridades colombianas e internacionais.

Em 1986 os Estados Unidos conseguiram firmar o *Drug Abuse Act* (“ato de abuso de drogas”, tradução minha), que consistiu em estabelecer apoio dos países que concordassem em cooperar com as investidas antidrogas de Washington sob a troca de receber apoio militar e financeiro (ibidem). As intervenções apontavam duas direções: a busca por Escobar e as pulverizações de herbicidas químicos nas plantações de coca nas zonas rurais colombianas. Em um movimento cíclico, a dinâmica da coca e as políticas de drogas novamente produziram violentas intervenções nas zonas rurais do país e os índices de violência escalaram nos anos seguintes.

Na guerra declarada entre o Estado colombiano e os Estados Unidos contra o Cartel de Medellín, Escobar se tornou um dos protagonistas no fim do século XX. De forma geral, as ações de violência e os ataques terroristas orquestrados pelo cartel eram executados por *sicarios*, jovens pistoleiros que – como na juventude de Escobar – não tinham nada a perder e que viam no envolvimento com o tráfico de drogas a única possibilidade de reconhecimento social e melhora de *status* econômico. Para isso, atentados e assassinatos tornaram-se fonte de dinheiro e prestígio, e a morte tornou-se um produto rentável por meio da galopada de homicídios, que se tornou a principal causa de mortalidade no país em 1985 (Riaño-Alcalá, 2006). Segundo a antropóloga Riaño-Alcalá (ibidem, p.34, tradução minha), que investigou as estruturas históricas e sociais da juventude em Medellín, "esta imagem de um jovem despossuído de afinidades ideológicas que recebia dinheiro privado para matar alguém ilustra a magnitude da crise social que estava ocorrendo no país".

Um dossiê especial[35] publicado pelo jornal de Medellín *El Colombiano* apresenta que só na região metropolitana de Medellín, Escobar é considerado responsável por pelo menos cinquenta atentados que ocasionaram milhares de mortes. Segundo Bowley (2013, p.57), em conversa com seu advogado, Escobar chegou a afirmar que depois de ter crescido e sobrevivido sob as sombras da época de La Violencia, percebeu que o terrorismo "era a única maneira para os pobres de contra-atacar".

Entre 1991 e 1992, a taxa de homicídios na Colômbia era de aproximadamente 80 a cada 100 mil habitantes. Já em Medellín, a taxa superava as 350 mortes a cada 100 mil habitantes (Cardona et al, 2005). Como alternativa polêmica e certamente desesperada para atenuar a onda de sangue e medo na sociedade colombiana, o presidente colombiano César Gaviria recuou na política de extradição. Gaviria aceitou a rendição de Escobar à justiça, porém, sob a acusação de apenas um delito, além de aceitar condições ousadas pautadas

35 Ver mais em: https://www.elcolombiano.com/especiales/muerte-de-pablo-escobar.

pelo acusado: ser preso na própria prisão construída por ele e administrada e protegida por seus próprios guardas (ibidem). Dito e feito, surgiu assim a prisão particular de Escobar, La Catedral. Poucas evidências da carreira criminal de Escobar apareciam para a população. Assim, a espetacular perseguição na busca do traficante – que inclusive contou com episódios tragicômicos como sua exitosa fuga da La Catedral – reforçava a imagem de salvador dos pobres. A imagem de herói associada à extravagante ostentação exercida pelos traficantes repercutia com certo apelo positivo no imaginário popular.

Estética epopeica

Não foi Escobar que inaugurou a extravagância dos traços estéticos que acompanharam sua trajetória. Ainda nos anos 1960, surgiu em Medellín a figura dos *camajanes*, um grupo de homens jovens que, por meio de linguagens e vestimentas próprias, faziam uma contestação à exclusão social moralizadora. Eram os típicos malandros, que circulavam entre os bares e eram conhecidos por todos da comunidade como continuação de uma cultura patriarcal que se propagava na sedimentação do poder na figura masculina. Com o aumento de viagens aos Estados Unidos nos anos 1970, e o fluxo de *camajanes* nesse trajeto, o termo sofreu a mutação para a figura do *traqueto*, que como evolução dos *camajanes* assumiu a função de abrir mercados para a cocaína nos Estados Unidos (Riaño-Alcalá, 2006). Assim, a união entre dinheiro, poder, ostentação e extravagância norte-americano naturalmente nos remete a Escobar.

Realmente em relação a Pablo, o *glamour* se justificava. Em 1987 Escobar foi apontado como o sétimo homem mais rico do mundo pela revista *Forbes*, com o Cartel de Medellín faturando cerca de US$ 3 bilhões de dólares por ano (Michaels, 1987, p.154 apud Jaramillo, 2017, p.S4697). Um dos ícones da estética epopeica de Pablo foi sua enorme fazenda no interior do país chamada Hacienda Nápoles. A fazenda se tornou uma espécie de *menagerie* que exibia coleções de animais exóticos em referência à nobreza europeia em meados do

século XVIII como afirmação de poder e realeza – afinal, cuidar de animais é mais custoso do que cuidar de plantas (Zoo and Aquarium History, 2001, p.2 apud ibidem, p.S4698). Segundo seu filho, Juan Pablo Escobar, um dos animais preferidos do pai era um papagaio adquirido ilegalmente no Brasil por um valor próximo a cem mil dólares, por volta do ano de 1982 (Jaramillo, 2017).

A fazenda Nápoles representava concretamente o poder de mutação e certo controle da realidade que o fenômeno do *arribismo* apresentava para os grandes nomes do tráfico de cocaína em terras latinas. Pagar pela fragmentação da realidade atravessada por episódios de fantasia, magia e excitação proporcionava aos traficantes de drogas e suas famílias um "viajar além dos limites" (ibidem). Essa possibilidade foi almejada também, mas certamente em outros moldes, para toda a população da Colômbia, pois a entrada na fazenda para visitação era gratuita, e por volta de 1982 aproximadamente 25 mil carros chegavam ao local toda semana. Seu filho afirma que Escobar enfatizava que "enquanto ele estivesse vivo, todos poderiam visitar Nápoles de graça, porque ele queria que os pobres pudessem desfrutar da natureza" (Escobar, J. P., 2014, p.144 apud ibidem, p.S4701).

Próxima às características de um feitiço, a estética pautada pela ostentação *narco* proporcionada pelo tráfico de drogas paulatinamente engrossava no imaginário dos colombianos das classes mais baixas. Essa "fetichização de um cotidiano extravagante a todos" reforçava cada vez mais a imagem solidária de Escobar e, paradoxalmente, fidelizou um grupo de apoiadores justamente por ostentar o que o povo dificilmente poderia alcançar.

O tombo simbólico

O fim da caça ocorreu em 2 de dezembro de 1993 com a morte de Escobar em um tiroteio com a Polícia Nacional em um telhado de uma casa em zona residencial da classe média de Medellín. Voltando à situação inicial deste capítulo no Cemitério Montesacro: a jovem

reivindicava o não anonimato de Pablo mesmo 25 anos após seu tumultuado velório com teor de devoção. O fato é que Escobar virou lenda, seja como vilão ou como herói, e as percepções e discursos referentes a ele drasticamente variam entre polos opostos, mas Bowley (2013, p.62, tradução minha) cuidadosamente aponta que "Nenhum dos lados apresenta uma única verdade sobre a identidade de Escobar. No entanto, na criação de uma lenda, seja um herói lendário ou um célebre vilão, a verdade não importa tanto quanto a história e o que isso significa para quem a conta".

É certo que o nome de Escobar ainda ecoa. Desde meados dos anos 2000 a cidade de Medellín se esforça para se apresentar internacionalmente não mais como a mais violenta, mas como uma cidade moderna e inovadora. Empenho não falta na tentativa de apagar seu histórico de violência. O fato é que, independentemente desse trânsito de representações referente à cidade, a violência permanece em foco, seja pelas lembranças da época de Escobar, seja pelo momento atual que tenta arduamente ignorar seu passado. Justamente pela ambiguidade da imagem associada a Escobar, são diversos os atores envolvidos nessa arena da memória, ancorados cada qual em seus mais diversos interesses (Naef, 2018a). Do ponto de vista do discurso oficial do Estado Colombiano, pouco se diz sobre Pablo em museus ou demais instituições públicas. Porém, em âmbito popular, ele circula nas mais diversas subjetividades, expressões artísticas – como televisão, literatura, pintura – e também no que brota informalmente e se instaura em Medellín como os circuitos dos *narcotours*.

Herança?

Podemos pensar herança como um termo que engloba todo o conjunto de bens que uma pessoa falecida transmite aos seus sucessores. No caso de Medellín, o patrimônio é material e simbólico, e os sucessores de uma trajetória envolta pelo tráfico de drogas vão além de um ciclo de herança familiar. A lembrança de Escobar é presente entre muitos, e a partilha de um imaginário, seja positivo, seja

negativo, afeta praticamente toda a cidade. Patrick Naef avança em terminologias que possam dar contorno para os desdobramentos que a complexa realidade de Medellín nos apresenta. Para Naef (2018a, p.8), "do ponto de vista teórico, introduzo o conceito de '*narco-herança*', que permite refletir sobre a gestão de um patrimônio/legado complicado e dissonante [...] observando as diferentes formas de representá-lo, do reconhecimento à reformulação e ao recobrimento".

Para Naef (2018b, p.486), a narco-herança se faz em "objetos, locais e práticas que incorporam e representam a produção ilegal, bem como o consumo de drogas". A possibilidade de uma narco-herança é composta por elementos que envolvem memória e identidade para um determinado grupo de pessoas, ou seja, a ideia de herança é uma produção contemporânea significativamente influenciada pela cultura atual. Assim é a realidade colombiana e de Medellín, na qual o presente da sociedade naturalmente a coloca em constante contato com o passado. Como herança de sua trajetória, a cidade tornou-se capaz de absorver uma amplitude de oportunidades e expressões relativas à abundância colombiana na economia da coca-cocaína e principalmente da imagem de Escobar, que certamente impactam em seus arranjos subjetivos e sociais (ibidem). Características em torno da dinâmica das drogas apresentam-se ambíguas e peculiares, como por exemplo pacotes turísticos que promovem a visitação em zonas de cultivos ilícitos de coca.[36] Essas ações, além de tornarem-se temas importantes de investigação quando compõem os pilares-chave no imaginário estético e cultural de/sobre um povo, tornam-se também mercadoria de consumo internacional.

A possibilidade de representações identitárias a partir de uma narco-herança não é exclusividade da experiência colombiana. No entanto, na Colômbia torna-se elemento peculiar quando persiste a insistência do poder oficial em recusar o reconhecimento de sua

36 O jornal local *El Heraldo*, em 2015 publicou matéria sobre passeios turísticos que incluíam visitação de cultivos ilícitos de coca. Ver mais em: https://www.elheraldo.co/magdalena/coca-factory-nueva-modalidad-de-narco-turismo--en-la-sierra-nevada-212280.

própria história (Taussig, 2013). Outra especificidade do país é a cocaína, substância que, como o ouro e demais economias de ciclo curto, agrega ilegalidade, corrupção, guerrilhas, paramilitarismo, desigualdade e violência, tudo na rota e fluxo do mercado – oficial e não oficial, formal e/ou informal (Naef, 2018b).

Rigorosamente, a cocaína cria movimentos. Desde a dominação dos incas e depois a colonização espanhola, a folha de coca chacoalha o imaginário de nobreza e riqueza, além de injetar muito dinheiro no mercado internacional. Em Medellín, os *Pablotours* ou *narcotours* ganham adeptos e mercado, mas seguramente geram desconforto e oposição ao serem qualificados pela mídia local como "pornografia social" (ibidem). Naef ressalta que um dos guias do diversificado menu de opções de *narcotours* apontou que Escobar é responsável por "colocar a cidade de Medellín no mapa" mundial, ou seja, independente dos motivos dessa conquista, implicitamente afirma que algum reconhecimento é necessário – reconhecimento alimentado por uma demanda, muitas vezes internacional, que torna essa controvérsia altamente sustentável. Sobre a polêmica presente na cidade em relação aos *narcotours*, um guia turístico, em trabalho de campo de Naef, se justificou pela alta demanda do negócio, e defendeu-se dizendo que "se tem que parar, nós paramos. Mas é um grande desafio porque as pessoas continuam exigentes. Este tipo de *tour* não precisa de publicidade" (*fieldnotes*, 8 maio 2015 apud Naef, 2018b, p.494, tradução minha).

As polêmicas giram em torno de argumentos que colocam os *narcotours* como práticas de apologia à violência ou ao narcotráfico. No fim de 2018 ocorreu o fechamento de um museu dedicado a Pablo que focava suas obras na "perseguição" realizada pelo Estado e nas obras sociais concretamente realizadas por ele. O museu foi idealizado por seu irmão mais velho, Roberto Escobar, que depois de passar quinze anos preso após o desmonte do Cartel de Medellín nos anos 1990 decidiu capitalizar também o passado da família, da cidade e do país. O museu situava-se em imóvel que foi um dos esconderijos de Escobar nos arredores de Medellín, e foi fechado pelo poder municipal sob alegação de que o estabelecimento "não

dispunha das autorizações legais" para funcionar como equipamento cultural e turístico. Em reportagem da época, o discurso do prefeito Federico Gutiérrez (apud Medellín, 2018, tradução minha) girou também em torno de que "Medellín se transformou muito fisicamente, a questão é o quanto nos transformamos como sociedade? Precisamos de mais mudanças nas 'fachadas internas', desde o interior". Gutiérrez afirmava a necessidade de estratégias culturais para contar as histórias das vítimas, e não a da "cultura mafiosa".

Como ferramenta de obstrução, a via legal se apresenta viável, mas os desejos e intenções por trás do embargo por parte do governo são muitos. No imaginário do poder estatal colombiano, permitir tal prática é a perpetuação de um olhar tendencioso sobre a história. Entretanto, Roberto Escobar é elemento vivo e ainda ativo no legado de Pablo (Naef, 2018a). É possível deslegitimar uma história que ainda se escreve?

O incômodo do Estado é justamente a admiração que Pablo recebe da população, e como resposta visa explicitamente apagar esse capítulo da história. Oficialmente, o museu Casa de la Memória em Medellín é um dos raros equipamentos públicos que dedicam breves espaços e atenção para narrar essa etapa da história. A diretora do museu, Adriana Valderrama (apud Encartados..., 2017, tradução minha), apontou que a questão do tráfico não tem sido tratada nem pela institucionalidade pública, nem pela sociedade colombiana, "pois o tráfico de drogas e a cultura da máfia é algo que ainda se vive nos bairros, como vítimas, só podemos falar disso com as portas fechadas e somente com familiares ou amigos".

Em paralelo, as produções artísticas em torno do tema limpam a mancha de esquecimento, principalmente as séries de televisão (*Patrón del mal* – 2012; *Narcos* – 2015) que se destacam como sucessos bombásticos televisivos locais e mundiais.[37] Outras produções

---

37 *Patrón del mal* foi exibido em 66 países diferentes e é considerado um dos maiores sucessos da televisão colombiana – Caracol TV (Wallace, 2013 apud Naef 2018a, p.6). O sucesso foi tanto que derivou na criação de um livro de autocolantes para crianças de dezesseis páginas, além de adesivos retratando Escobar vendidos em supermercados locais por 15 centavos por pacote, até

cinematográficas, como *La virgem de los sicários* (Barbet Schroeder, 2000) e *Vendedora de rosas* (Victor Gaviria, 1998), ambas premiadas em festivais internacionais, alimentam o *glamour* e possíveis aspirações violentas no cenário colombiano. De fato, há uma exacerbada fetichização da imagem quase mítica de Pablo, que envolto de certo heroísmo legitimado e exagerado pela fantasia de Robin Hood acaba nublando as dores e discursos das inúmeras vítimas da violência. Há espaço para outras narrativas ao redor das consequências da existência e práticas de Escobar para a sociedade colombiana?

O professor e jornalista Mauricio de Builes apresenta o necessário contraponto dos *narcotours* tradicionais focados no turismo fetichizado e capitalista das canecas e dos ímãs de geladeira com fotos de Escobar. Builes criou o Projeto Narcotour[38] em 2017 como um exercício de memória histórica, para amplificar as vozes das vítimas e familiares afetados pela violência. Nas palavras de Builes (apud Ruiz, 2020), em entrevista para o jornal *El Tiempo*, 25 anos depois da morte de Pablo, o projeto visa "fazer um exercício de memória jornalística e histórica, mas do lado desconhecido e necessário. Um narcotráfico contado por meio das vozes de vítimas e testemunhas de uma era que não queremos repetir" (tradução minha).

Oposto à posição do Estado colombiano, na entrevista citada Builes argumenta que em vez de eliminar essa história, poderia ser mais produtivo um processo de formação com os guias e programas de *narcotours,* em que o acesso a informações reais e importantes sobre a violência relacionada a esse período poderia enriquecer a informação já transmitida. De fato, olhar para a história por diferentes ângulos parece fundamental para uma compreensão mais rica sobre a cultura e a identidade local. Para o professor, seria importante que a floresta, as praias e inclusive o café colombiano se consolidassem como atrativos turísticos antes da *turistificação* dos anos mais violentos da história do país. Entretanto, a ambiguidade impera, e

---

que as autoridades finalmente proibiram sua distribuição (AFP, 2012 apud Naef, 2018b p.8).

38 Ver mais em: http://www.narcotour.co/el-proyecto.

o crescimento da simplificada representação heroica e lendária é de fato atrativa para o turismo internacional. Em 2016 Medellín foi reconhecida como o destino turístico mais popular da América do Sul.[39]

Essa simplificação excessiva das narrativas relacionadas ao tráfico de drogas não é privilégio colombiano, mas talvez de cenários latinos. No México e no Rio de Janeiro no Brasil,[40] onde desde 2008 ocorrem *tours* incluindo no pacote um "papo com o traficante", é perceptível o apelo ao fascínio fetichizado sobre o mundo do crime glamoroso. O *glamour* atrai, e o aumento de curiosos nutre o estabelecimento de oportunidades econômicas por meio de dinâmicas turísticas. Mas o que fascina nessa glamorização?

A possibilidade de estar em contato com a excentricidade do mundo do crime sem estar exposto de fato à violência e os riscos que o caracterizam parece ser o trunfo capitalizado pelos *narcotours* nessa arena de disputa entre forças oficiais e populares (Naef, 2018b). Naef (2018a) complementa que para além de museus e memoriais oficiais, a cultura popular e o turismo possuem uma força orgânica significativa na construção da memória. O fascínio e a demanda turística sustentam-se à luz de conceitos emprestados da antropologia do turismo, como banalização, glamorização e mercantilização, e nessa toada, os *narcotours* seguem preenchendo o balaio entre promoção e apagamento, gerando concomitantemente fascínio e rejeição.

Porém, a realidade desses contextos é bastante complexa. Em países como Brasil, México e Colômbia, onde a ilegalidade perpassa diversas atividades e segmentos da sociedade, inclusive na política, a distinção entre vítimas e agressores nem sempre é facilmente definida (ibidem). A complexidade dos elementos e os diferentes pontos de vista relacionados à "narco-herança" evidencia a necessidade de olhares transversais e interdisciplinares para compreensão dos fatores históricos e políticos na construção da memória sobre a violência

39 Ver mais em: https://caracol.com.co/emisora/2018/01/23/medellin/1516731129_720960.html.

40 Ver mais em: http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL452712-5606,00-TOUR+EM+FAVELA+DO+RIO+INCLUI+PAPO+COM+TRAFICANTE+DIZ+JORNAL.html.

e a formação identitária desses territórios. A identidade é expressada por diversos produtos culturais como novelas, séries, gibis e pinturas emblemáticas do artista colombiano Fernando Botero. Como se não bastasse uma, Botero realizou uma segunda peça, já como resposta ao fascínio pela Escobarmania que passou a despontar em Medellín. As duas pinturas ilustram a morte de Escobar, ou seja, o fim do poderio do Cartel de Medellín. Entretanto, as imagens produzidas anos depois de seu falecimento praticamente selam a figura heroica e apoteótica de Escobar e sua morte no imaginário colombiano e de todo o mundo. A seguir, as quatro imagens de Botero referentes a Escobar (figuras 18, 19, 20 e 21).

Além de ilustrar a personagem que se tornou Escobar, o artista pinta, também em tinta a óleo, quadros que retratam a violência cotidiana em toda a Colômbia em meados dos anos 1980 e 1990. As peças fazem referência aos inúmeros ataques com carros-bomba, além de outras cenas de tocante barbárie provocadas pelo tráfico de drogas nas cidades do país. Dessa forma, independentemente da dicotomia intrínseca ao tema, as expressões artísticas de diversas naturezas colaboram para disseminar e informar sobre o legado de violência na história da Colômbia, assim como de Medellín especificamente (Naef, 2018a).

Autores e artistas locais contemporâneos inauguram o conceito de narcoestética (Rincón, 2009), que amplia as análises sobre a influência das identidades de glamosos traficantes e seus acessórios, das cirurgias plásticas que modelavam os corpos das mulheres colombianas e das marcas da violência que ficam na subjetividade de uma sociedade.

Nas palavras de Naef (2018a, p.11), as drogas não são "apenas um negócio, mas uma estética embutida na história e na cultura colombianas, que se manifesta na música, na televisão, na linguagem e na arquitetura". A meu ver, a atenção a este tema inaugura novos ângulos de visão sobre as dinâmicas e reverberações dos territórios psicotrópicos, que aglutinam diversas características reais e imaginárias em torno do comércio e consumo de substâncias (Fernandes, 1998; Fernandes; Pinto, 2004).

Figura 18 – A tela *La muerte de Pablo Escobar*, de Fernando Botero, 1999

Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/geral-46406811.

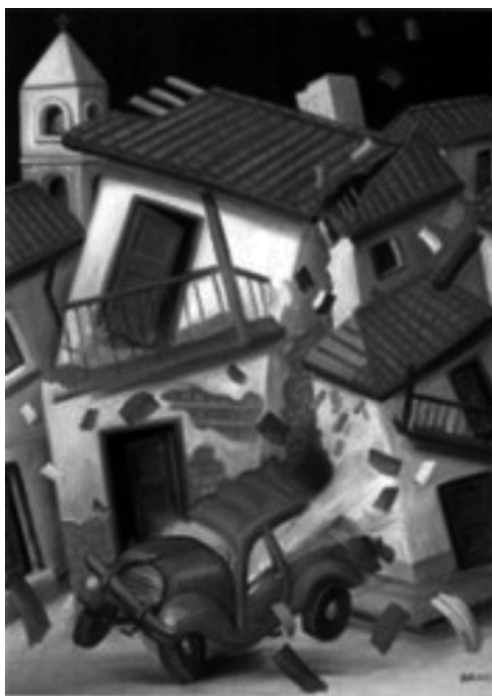
Figura 19 – A tela *Pablo Escobar muerto*, de Fernando Botero, 2006

Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/geral-46406811.

Figura 20 – *O massacre*, de Fernando Botero, 2000

Fonte: https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=84496.

Figura 21 – *O carro-bomba*, de Fernando Botero, 1999

Fonte: https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=84496.

Opulência monegasca

O legado material e simbólico de Escobar na cidade e nos habitantes de Medellín é visível e perceptível. Para além do processo de Moravia, que resultou na criação do Bairro Pablo Escobar, outros ícones, inclusive arquitetônicos, fazem referência a Pablo e estão distribuídos pela cidade. No início de 2019, quando eu iniciava minha estadia em Medellín, fiquei sabendo pelos jornais da implosão do Edifício Mónaco, imóvel residencial da família Escobar em Poblado, um dos bairros nobres na zona sul da cidade. Recordei que em dezembro do ano anterior os jornais colombianos informavam que a implosão estava prevista para fevereiro. Aconteceu. Em 22 de fevereiro de 2019 o Edifício Mónaco desapareceu da paisagem. O imóvel tinha quase 5 mil metros quadrados, oito andares e doze apartamentos, além de piscinas, quadras e um cofre do tamanho de um quarto.

A intenção da Prefeitura de Medellín foi demoli-lo para ali construir um parque-homenagem para honrar as 46.612 vítimas do narcotráfico entre 1983 e 1994. Certamente é importante ampliar a narrativa para a questão das vítimas, e de fato o grande turismo associado a Escobar contrasta com as lacunas de representatividade e organizações dedicadas às vítimas. O curioso é que esse número absoluto de vítimas no discurso público inclui todas as mortes decorrentes do conflito armado, incluindo traficantes, sicários e possivelmente o próprio Pablo Escobar. O projeto do Parque Memorial Inflexión é fruto de arquitetos da Universidade Nacional da Colômbia e vencedor do concurso público internacional promovido pela Prefeitura Municipal de Medellín que envolveu outros 44 projetos (Benavides, 2019).

Ironicamente, após a demolição, os controversos depoimentos da população local explicitaram ao mesmo tempo que ratificaram a dualidade presente na cidade. O jornal comunitário *Gente Belén* publicou, na primeira semana de março, uma matéria simplória narrando os fatos e com muitos relatos de cidadãos *paisas*, com depoimentos como "Mostra como nossos governantes são incapazes de usar a história a favor das novas gerações; poderia ser usado para

uma solução de habitação, mas ao melhor estilo do traficantes, foi derrubado com uma bomba"; "Vai ser um futuro ponto turístico onde vão dizer 'Pablo morava aqui', vão vender fotos, camisetas e outras lembrancinhas" e "não vejo a diferença de terem derrubado aquele prédio, sabe o que eles vão chamar o que eles vão fazer lá? Parque do Paulo". Esses depoimentos denunciam a pouca criatividade e responsabilidade do poder público de tratar a memória da cidade e seus habitantes.

A demolição de fato é controversa, pois há quem diga que essa estratégia não faz outra coisa a não ser ampliar a morbidez e o fetiche em relação ao império e à ousadia de Escobar (Llinás, 2019). Uma das vítimas, Gonzalo Rojas Peña (apud Hernández, 2018, tradução minha), em entrevista para o jornal *El Espectador*, disse: "Acho que o que deve ser feito é um exercício de construção de memória no sentido de não querer acabar com tudo e dizer que Pablo Escobar praticamente não existiu, é como querer cobrir o sol com o dedo, querer cobrir uma realidade forte e transcendental na história deste país".

Gonzalo é filho de uma das 107 vítimas que estavam no avião da Avianca que explodiu sob responsabilidade de Escobar em 1989. Será uma homenagem às vítimas ou uma tentativa de apagar o passado criminoso e violento? A demolição do edifício teria alguma intenção midiática do prefeito Gutiérrez? Assim como Gonzalo, questiono se o edifício não poderia ser aproveitado para moradia, escolas, centros culturais ou hospitais. O risco é eliminar as pistas que poderiam ser educativas para as futuras gerações sobre uma parte da história que certamente não se pode repetir.

Reconheço a importância da homenagem às vítimas para a reparação dos traumas ocasionados pela violência. Tornar-se vítima é algo sério, e o historiador Jorge Orlando Melo aponta a necessidade de individualizar as vítimas e trabalhar cada caso especificamente com o devido respeito e o cuidado para não generalizar a dor e criar uma genérica vitimização massiva. Essa parece ser a estratégia adotada pela Prefeitura de Medellín.

A questão é que a história é sempre inexata, incompleta, o que impossibilita a crença de uma única versão oficial. Lidamos com

fragmentos que remontam distintos olhares, compreensões e sentidos sobre a história. Mas onde está então a participação das vítimas no processo? Segundo a advogada da Corporación Jurídica Libertad Adriana Arboleda, que trabalha com vítimas de desaparecimento forçado, oferecer dignidade implica participação ativa das vítimas no processo de reparação, e Medellín historicamente é uma cidade irrigada pela ilegalidade e corrupção, em que "Todos os tipos de direitos são violados, porque se privilegia os interesses de alguns traficantes ou empresários que estão por trás de todos esses empreendimentos criminosos". A decisão e acintenção do prefeito se tornaram ainda mais controversas e duvidosas, quando ainda em 2018 promoveu divulgação midiática de um vídeo em que proferiu a primeira marretada simbolizando o início das demolições (Hernández, 2018).

Recentemente, em paralelo à permanente ocorrência de conflitos, surgiram diversas iniciativas oficiais e não oficiais como museus, memoriais e uma multiplicidade de projetos artísticos para lidar com a constante de violência. Entretanto, o que senti é que diversos atores como vítimas, jornalistas, políticos e inclusive os criminosos coabitam a mesma arena em uma disputa tensa pela preservação, esquecimento ou criação de uma memória. Histórias passadas sobre o mesmo solo que narram fatos e afetos sob diferentes óticas criam uma fricção capaz de disparar produções culturais e compreensões sob duras controvérsias (Naef, 2018b). A reflexão de Naef consiste na mercantilização de um cotidiano violento que atua como reforço para criação de mitos em torno do *glamour* narco, e assim acaba banalizando a violência na cultura popular e na história de Medellín (idem, 2018a).

O jornalista Cristian Herrera (2018), ao escrever sobre "*amor y odio*" por Medellín na revista *VICE*, faz um saldo sobre os sentimentos em relação ao rol de ambiguidades que sacode o pavimento urbano *paisa*:

> Essa dualidade insuportável leva muitos ao exílio voluntário e também acaba se tornando o combustível de muitos outros, que lutam nas entranhas do Vale do Aburrá para manter a chama deste

> matadouro disfarçada de eterna primavera. A cidade que amamos, a cidade que odiamos, a cidade que anseio um dia pare de me sugar tanto por dentro para poder amá-la de raiva. A mesma raiva que sinto por ela.

A perseguição real, oficial e judicial por Escobar terminou. Encontraram-no. Seu corpo apareceu morto em cima de um telhado após conflito com a polícia. A presença física de Escobar se esvaiu, e desde sua morte acompanhamos o empenho para o apagamento da imagem de Escobar por parte dos poderes oficiais. Entretanto, a perseguição e a busca no imaginário de cidadãs e cidadãos de Medellín e ao redor do mundo perdura e parece que por mais tempo perdurará. A professora Bialowas Pobutsky (2013, p.696) da Universidade de Oakland aponta para possíveis novas configurações da imagem de uma figura que se tornou lenda para um povo:

> Em vez de deixar Escobar na obscuridade, onde mitos ilegais falam, a Colômbia deveria engajar seu legado tanto pela cultura popular quanto por projetos mais ambiciosos, projetados para ensinar história às gerações mais jovens. A onipresença de Escobar na mídia torna evidente que o capo não desapareceu do radar; ao contrário, ele está sendo reconfigurado.

O Edificio Mónaco também desapareceu. Mas certamente Escobar permanece em pé no imaginário da sociedade colombiana. Memórias não se apagam com escombros. Pilar Riaño-Alcalá (2006) traz um interessante argumento quando diz que as práticas de memória em um contexto de violência, como a cidade de Medellín, são capazes de restaurar um sentido de lugar nas experiências de descontinuidade e fragmentação que a violência impõe na vida das pessoas. Bialowas Pobutsky (2013) traça outro caminho reflexivo em que Escobar passa a integrar os universos fantásticos de folclores foragidos, tornando-se uma mercadoria excessivamente procurada e que apesar de altamente controversa, dialoga intensamente com os gostos populares, por atração ou repulsa, mas certamente nada indiferente.

As novas representações e sentidos atribuídos ao legado de personagens poderosos do mercado de tráfico de drogas marcam a sedimentação de uma estética para além do feio ou bonito, mas alinham a identidade latina por meio de pontos em comum em torno da desigualdade, da exclusão, de esperança e da violência. Hilderman Cardona Rodas (2016, p.95, tradução minha) aponta como as mudanças físicas e os diversos acontecimentos sociais que a cidade de Medellín atravessou no século XX influenciaram significativamente "as percepções de seus habitantes, os imaginários, as subjetividades, os hábitos, usos, relações e formas culturais, como expressões de uma sociedade emergente vinculada aos rigores do capitalismo".

Pobutsky (2013) reitera essa relação dialógica característica da cultura de massa capitalista, em que a formalidade e a normatização de significados culturais são constantemente atravessadas pelas forças da cultura e do mercado popular. Assim como a busca por identificação em cenários de exploração do mercado pelo capital, essa tendência de segregação não é exclusividade de Medellín, mas é uma condição compartilhada por outros agrupamentos urbanos na América Latina. Assim, aprofundar olhares sobre a cultura narco pode nos presentear com reflexões importantes e concretas sobre as sociedades latino-americanas contemporâneas (Naef, 2018b, p.19).

Medellín e a cocaína fumada

Mesmo depois de grandes esforços para eliminar a imagem de Pablo relacionada à cocaína, a substância permanece presente na vida da cidade. Além da cocaína aspirada oferecida aos turistas e jovens da classe média no Parque Periodista, a poucas quadras dali Medellín também apresenta uma grande aglomeração de pessoas em situação de rua e que fazem uso de crack/*basuco*. Em 2019 a cena estava localizada na Carrera Cúcuta há poucos metros da Plaza Minorista, um grande mercado municipal de abastecimento da cidade. Mais uma vez, a zona do mercado sustenta as sobrevivências informais e ilegais em cidades da América do Sul.

Díaz foi o meu contato para conhecer a cena de uso, um rapaz que viveu experiências em situação de rua e uso de crack/*basuco* em Medellín e que atualmente é ativista e luta pela melhoria das condições de vida das pessoas na perspectiva da garantia de direitos. Ele participou de pesquisas junto à professora Amy Ritterbusch e tem muito conhecimento sobre a realidade social e histórica de Medellín. Encontrei-o na entrada da Plaza Minorista para irmos até o comércio de um amigo dele, que estava localizado em frente ao "fluxo" de uso de cocaína fumada em Medellín. Antes de atravessarmos a Avenida De Greiff, vi que na passarela uma moça fugia de um homem que tentava agredi-la com uma madeira. Ela correu em direção a uma concentração de pessoas. Ali estava a dinâmica do crack.

Atravessamos a cena de uso para chegar à sapataria de Jonas, o amigo de Díaz, que a meu ver beirava os 50 e poucos anos. Minhas primeiras sensações foram familiares, pois, apesar de diferenças, senti uma similaridade inquietante com a realidade da Cracolândia paulistana. Vale resgatar descrições dos registros de campo:

> Andando pela rua vejo muitas pessoas sentadas fumando crack e/ou desmontando aparelhos eletrônicos em busca de cobre e outros materiais recicláveis. Carroceiros circulam entre carroças estacionadas. Duas cordas, uma de cada lado da rua, parecem fazer algum tipo de limite entre a rua e a calçada. As pessoas sentam e se aglomeram nesse espaço para fumar. Estranhamente parece um tipo de organização local para o uso. Música, conversas e bastante lixo pelo chão. A rua está praticamente tomada pelas pessoas. Algumas pessoas auxiliam e recebem algumas moedas em troca dos poucos carros que se aventuram a cruzar de um lado ao outro. Botecos baratos ao redor e pessoas andando inalando solventes. A venda e compra de crack acontece praticamente em duas barracas em uma das calçadas próximas à esquina com a Calle 57. O preço de uma dose de crak/*basuco* varia entre 1 mil (um pouco mais de um real) e 2 mil pesos (quase três reais), ou seja, é bem barato. É vendido em papelotes de papel cuidadosamente dobrados, e sua apresentação é um pó branco, diferente do crack em pedra que temos no Brasil. (Diário de campo, 28 fev. 2019)

Em outra ocasião:

> Tomo um café no bar da esquina. Muito movimento na rua. Me remete facilmente à ideia de "fluxo" da craco em São Paulo; pessoas passam carregando diversos tipos de coisas, metais, móveis, sacolas etc. Ao meu lado um homem chega com um grande saco de roupas. Ele lentamente começa a colocá-las na calçada em cima de um lençol. Montava seu mostruário para venda, e o bazar se inicia. Roupas, sapatos, tênis, gorros, meias, eletrônicos etc. Repentinamente chove muito, e na marquise coberta do bar que estou o movimento cresce. Nos poucos minutos que fiquei ali vi algumas pessoas comprarem coisas por um ou dois mil pesos, baratíssimo, é o giro da dinâmica do "fluxo". (Diário de campo, 28 mar. 2019)

Ao chegar à sapataria de Jonas, apresentei meu interesse na dinâmica do crack por ali, e ele me disse que fazia seis meses que a concentração de pessoas que fazem uso de crack estava em frente a sua sapataria. Acrescentou que antes as pessoas ficavam nas margens do Rio Medellín, mas a polícia os havia empurrado para a Avenida De Greiff. Estabeleceram-se ali um tempo e novamente a polícia os empurrou para a Carrera Cúcuta. De fato, na Avenida De Greiff, bem mais visível para os olhos da cidade, Díaz me mostrou bloquetes quebrados na calçada como resultado de confrontos anteriores com a polícia: "as pessoas arrancavam para revidar a violência policial", dizia ele.

Jonas parecia surpreso com a chegada da dinâmica do crack ali na rua, e ao conversarmos sobre possíveis soluções para a questão, ele não demonstrou ter perspectivas de melhoras em breve. Ele comentou sobre os Planes Parciales de Renovación Urbana, e que ali seria desenvolvido o Plan Parcial Chagualo. Disse que muitos dos proprietários já haviam sido notificados pela Prefeitura, e questionou as alternativas apresentadas pelo poder público: "isso acontece da forma que querem, mesmo que a pessoa não queira sair vai ter que sair. Mas vou te falar, essa dinâmica do uso de drogas deve ficar aqui por pelo menos mais uns cinco ou seis anos".

Nas semanas seguintes voltei algumas vezes com Díaz à sapataria de Jonas. Em abril de 2019 o convidei para um almoço, pois senti que assim seria mais tranquilo para conversarmos sobre os efeitos das políticas de drogas e urbanísticas em seu dia a dia na sapataria. Entretanto, no dia 15 de abril, quando fui encontrá-lo às 11 horas da manhã, mais uma aproximação com a cena de uso paulistana: ao me aproximar do bar de esquina no qual eu costumava tomar um café, vi uma grande quantidade de policiais. Eram oficiais da Polícia Nacional, complementados por outro grupo de oficiais da Escuadrón Móvil Antidisturbio (Esmad). Estavam de roupas pretas, empunhavam escudos, armas e munição não letal, capacetes e diversos outros equipamentos de combate. Da dezena de vezes que fui à sapataria na Carrera Cúcuta, essa foi a única vez que acompanhei um operativo policial. Ao me aproximar, instantaneamente um policial me abordou e perguntou o que eu buscava, pois estava ocorrendo um "operativo policial". Disse que ia ao sapateiro, pois havia marcado de encontrá-lo. Sem diálogo, ele rapidamente pediu para revistar minha mochila. Nesse momento percebi que havia uma grande fila de usuários na calçada do lado esquerdo. A rua já estava vazia, e parecia que todos estavam ali, em fila, à espera. A fila organizava o procedimento de revista pessoal. Na esquina, oficiais da polícia revistavam um por um, roupas e pertences.

Depois de também ser revistado, dei a volta na quadra para tentar acessar a sapataria pelo outro lado. No trajeto, pessoas xingavam a polícia: "*tombos hijos de puta*!". Como em São Paulo, senti que estavam promovendo desgaste, culpabilização e mais vulnerabilidade a essa população. Na esquina oposta, outros policiais me barraram. Contei pelo menos 45 oficiais dos dois lados da rua. Camburões, carros, motos e caminhões da polícia nas esquinas. Dessa vez era a polícia que fechava a rua. Apesar da quantidade ostensiva, a postura do operativo não pareceu agressiva fisicamente – me pareceu mais como uma coerção simbólica. Novamente retornei para a esquina inicial e entrei no mesmo bar para poder acompanhar de longe. A fila estava maior. Um senhor ao meu lado disse que ali é a Comuna 10, e que sempre tem essas coisas por ali. Ele me confirmou a história

de Jonas de que estavam na Av. De Greiff e foram para lá recentemente, e narrou histórias de violência nesse setor da cidade. Era Semana Santa, e no embalo, o senhor afirmou que "só Deus pode resolver isso, o ser humano não é capaz de resolver uma situação dessas". Ele também acrescentou sobre os equipamentos da Prefeitura, da assistência social, mas sabia que a existência desses dispositivos é insuficiente para a complexidade das cenas de uso.

Durante o procedimento policial, observei que no caminhar da longa fila a polícia separou um rapaz. Levaram-no com agressividade puxando-o pela camisa adentrando a rua interditada. Não consegui mais vê-lo. Após alguns minutos, um oficial da Esmad retornou com o rapaz e brutalmente colocou-o dentro de uma viatura: um detido. A revista terminou, o caminhão de lixo iniciou a limpeza na rua, e pouco tempo depois a dinâmica e as pessoas começaram a retornar. Aguardei um pouco, entrei na Carrera Cúcuta e na sapataria encontrei Díaz e Jonas com a porta entreaberta. Eles comentaram que operativos assim por ali são bastante comuns, e que esse talvez estivesse relacionado com o óbito que havia ocorrido por ali na semana anterior.

O almoço com Jonas foi suspenso pela ação policial, mas depois, enquanto organizava e buscava ferramentas na caótica sapataria, Jonas me disse que possuía a sapataria há mais de cinquenta anos. O comércio começou com seu pai, e agora ele estava administrando. A sapataria existiu em três imóveis diferentes, mas "sempre aqui pela região", disse ele. Sobre a nova dinâmica instalada do "fluxo", disse: "eu não estava aqui quando chegou, creio que foi em um sábado ou domingo, porque quando cheguei aqui na segunda-feira já estava tudo assim. Pensei que ia durar no máximo uns oito dias, que a Prefeitura ia fazer algo, mas nada, já estão aí há sete meses e meio" (Diário de campo, 15 abr. 2019).

Busquei saber sobre o impacto dessa nova dinâmica na rua para a sapataria de Jonas, e ele disse que desde que a dinâmica se instalou ali o movimento dos comércios diminuiu, pois

> as pessoas têm medo de passar por aqui, vir até aqui. Ainda bem que tenho alguns clientes antigos que mantém o serviço. Temos menos movimento, mas como prestamos um serviço bom e barato, conseguimos manter alguns clientes, mas certamente o movimento baixou. Por exemplo, uma mulher sozinha dificilmente vai vir buscar um comércio aqui, não se atrevem a entrar no meio disso tudo. (Diário de campo, 15 abr. 2019)

Enquanto Jonas consertava uma cadeira, perguntei sobre o imóvel da sapataria, se era alugado ou eram os proprietários.

> É nosso, somos os donos, se fosse alugado não teria como manter o comércio. Uns cinco anos atrás a Prefeitura juntou todos os proprietários e avisaram que vão fazer o Plan Parcial de Renovación de Chagualo, mas ainda não fizeram propostas da valores etc. Não tem jeito, se o Estado quer tirar a gente daqui eles tiram. Esse edifício aí na frente tem quase cinquenta anos, e foi se degradando junto com a cidade. Acho que eles querem desvalorizar o local, para assim conseguir desapropriar por pouco valor e vender para outras pessoas, por isso sinto que não vão mexer com isso nos próximos anos. Aqui em Medellín há muita tolerância com as drogas, há muita droga na cidade. Tudo começou no setor de Guayaquil, lá as barracas de comércio invadiam a rua, tudo misturado com prostituição, drogas, pessoas na rua etc., quando construíram a Minorista foi a primeira estratégia de acabar com isso. E agora veja só, estão aqui ao lado da Plaza Minorista. (Diário de campo, 15 abr. 2019)

A leitura de Jonas sobre o desenvolvimento do centro de Medellín, as intenções do Estado e as poucas alternativas que lhe restam me pareceu bastante lúcida. O setor de Guayaquil, ao qual ele fez referência, é a zona do antigo mercado da cidade, uma zona popular que concentrou uma economia informal por muitos anos. Atualmente, após grande intervenção urbana, toda a área da antiga Guayaquil é a famosa Biblioteca EPM e a Plaza Cisneros, não por acaso, na ponta oposta da Carrera Cúcuta. Enquanto conversava com Jonas e Díaz,

por aproximadamente duas horas, a dinâmica da "pedra" se recompôs por completo na Carrera Cúcuta depois da saída da Polícia. A dinâmica que concentra uso de cocaína fumada segue marcando imaginários e expressando os traços de desigualdade de cidades latinas. Contudo, em Medellín entra como mais um elemento que dá os contornos da narcoestética local.

Narcoestética

Como nación, llevamos casi medio siglo conviviendo con y celebrando al narco. El narco es nuestro gran tema nacional.

Omar Rincón

Falar de narcoestética me recorda uma situação de anos atrás, que agora ganha mais sentido. Em meados de 2014, chegou a São Paulo o neurocientista Carl Hart, renomado pesquisador norte-americano da área das drogas. Na época, eu integrava a equipe de campo do Centro de Convivência É de Lei e recebemos o contato da assessoria de imprensa do pesquisador para averiguar a possibilidade de ele conhecer a realidade da Cracolândia, a cena pública de uso de crack paulistana, que em 2014 já se postulava com fama internacional. Ao encontrarmos com ele, eu e mais duas pessoas da equipe fomos surpreendidos pela falta de diálogo e caráter doutrinador dos argumentos de reprovação sobre o uso do termo Cracolândia. "Vocês não deveriam utilizar esse nome", ele dizia, "é um termo estigmatizador que reforça estereótipos".

Compreendo o sentido desse argumento. Mas parecia que faltava algo. Esse argumento não contemplava as complexidades que surgiam no cotidiano do território. Recordei situações em épocas de intervenção policial na Cracolândia em que pessoas que usam drogas clamavam: "Esse lugar sem a gente não existe! A gente faz esse lugar! Aqui é Cracolândia, porra!" – gritos como resposta às matérias midiáticas que nos dias seguintes à intervenção policial reproduziam

o discurso do poder público que perversamente simplificava a realidade afirmando: "Acabamos com a Cracolândia" (Pagnan, 2017), com fotos da rua vazia onde o fluxo se encontrava, quando na realidade a dinâmica permanecia inalterada algumas quadras ao lado.

A antropóloga Pilar Riaño-Alcalá (2006, p.79, tradução minha) aponta a importância das práticas de nomear os lugares, pois a nomeação "situa as pessoas no tempo e espaço histórico, conecta-as com seu passado e estimula um repertório de saberes e histórias locais que ancoram indivíduos com suas paisagens e geografias sensoriais". Afinal, há toda uma trama de saberes locais e repertórios morais que são compartilhados nesse território pela nomeação Cracolândia.

Voltando ao comentário do especialista internacional, de fato fazia sentido a carga estereotipada do termo, mas reduzir as possibilidades representativas e simbólicas de seu emprego somente a isso parecia-me incompleto. Assim como Riaño-Alcalá, me parece importante entender o sentido e significado de o termo "Cracolândia" persistir no tempo e de alguma forma fornecer e legitimar identidades para algumas pessoas. Eu me perguntava: como não utilizar um termo que é gritado como reivindicação identitária de alguns habitantes do território? Seria a melhor opção anular e não disputar um termo utilizado pelo poder público como forma de justificar ações de limpeza social?

A ambiguidade também aparece aí em relação à Cracolândia, e essa ambiguidade de sentidos e valores compõe a noção de narcoestética, que se sustenta justamente em bases da cultura popular. Podemos denominar como cultura popular as múltiplas formas de expressão e de identidade amplamente aceitas de um determinado povo em sua determinada época (Delaney, 2007 apud Naef, 2018a). Segundo Taussig (2013, p.274, tradução minha), "o sistema de justiça depende dos métodos que criminaliza, e é dessa contradição inspirada que surge seu poder mítico. Respeitamos a lei, mas muitas vezes sentimos empatia e até admiração pelo infrator".

E nesse rol, o limite é tênue entre os elementos que compõem ou não a formação de uma cultura popular, criando amplas

possibilidades de sentidos e significados. Os históricos de violência e do crime como possibilidade de ascensão social na Colômbia, e assertivamente em Medellín, entrelaçam as memórias, discursos e representações na estética e no imaginário de seus habitantes. Na Cracolândia temos pontos de contato com a narcoestética, e vale explorar mais as possíveis aplicações desse conceito à realidade paulistana.

Mas o que é, ou como é, então, a narcoestética?

Segundo Rincón (2009), adjetivos peculiares aproximam uma compreensão do fenômeno, descrito como algo estridente, ruidoso, grande e carregado de exagero. Uma estética que envolve objetos, aparência, linguagem, música, esportes, arquitetura, e que em qualquer esfera claramente visa ostentar. Para Alonso Salazar, na leitura de Omar Rincón (ibidem, p.151), narcoestética é "em síntese obstinação da abundância, o grande volume, a ostentação de objetos [...] o poder de mostrar", um apelo de se mostrar melhor do que antes. Essa é também a estratégia de Medellín, que em dias atuais se apresenta ao mundo melhor que antes, como uma cidade moderna. Do mesmo modo, a Colômbia, como nação, busca se mostrar ao mundo como um local que superou as manchas da violência e dos períodos de submissão ao poder do narcotráfico.

Em 2013, uma parceria do Governo colombiano com uma entidade privada de promoção ao turismo lançou o *slogan* "Colômbia é realismo mágico" com inspirações do artista colombiano Gabriel García Márquez. O *slogan* apresentou o objetivo de enaltecer elementos fantásticos em cenários e paisagens estonteantes. Entretanto, na boca das pessoas existem também discursos que relacionam a "mágica" à ascensão social possibilitada pelo envolvimento com o tráfico de drogas, como os "fazendeiros mágicos" dos anos 1980, e consequentemente com o imaginário estético de poder, pertencimento e solidariedade que tal dinâmica atribui e possibilita. Mais um elemento em que "duas versões opostas do realismo mágico são confrontadas aqui, ilustrando mais uma vez a herança dissonante associada ao passado difícil da Colômbia" (Naef, 2018a, p.16). Com as contribuições de Patrick Naef podemos aferir que a cultura popular

e o turismo empreendedor significativamente contribuem para uma acomodação, uma "mercantilização da violência" e simplificação da história de Medellín. Omar Rincón (2009, p.162 apud Naef, 2018a, p.14, tradução minha) nos possibilita uma interessante reflexão ao atestar que

> a verdade é que em *Narco.lombia*, sem peitos, armas e dinheiro, não há felicidade. A sociedade desfruta do gosto da máfia, da verdade do silicone e da ética da arma. Portanto, nossa ficção literária, artística, musical e televisiva; nossa linguagem, nossa arquitetura e nossos gostos; nossa política e nosso presidente celebram, sem decência, os valores do universo *narco*. E, o mais extraordinário de tudo, mídias, jornalistas e colombianos não vemos nada de ruim nisso.

As expressões artísticas, os narcotours e a persistente admiração pelas figuras do narcotráfico como Escobar criam polêmicas que residem em representações morais e sociais que frequentemente são consideradas ferramentas de apologia ao crime. Na busca por compreensões mais profundas sobre a história e o contexto colombiano, que apresentam a realidade do tráfico de drogas como referência social e moral desde a década de 1970, acompanho Rincón (2015, p.1, tradução minha) que rebate a reduzida ideia de apologia ao crime, apontando os fenômenos como simplesmente o "reflexo dos modos de pensar da Colômbia, onde se encontra mais dignidade e verdade nos traficantes do que nos políticos".

Como expressão identitária advinda do envolvimento com o tráfico de drogas, é quase natural aplicar juízo de valor ao termo. A narcoestética seria mau gosto? Segundo Rincón, de forma alguma. A narcoestética é a expressão legítima de comunidades que encontram na posse de bens materiais, ou seja, pelo acesso a dinheiro e consumo, a única forma de existir no mundo, independentemente da origem muitas vezes irregular e ilícita das entradas financeiras (idem, 2009). O acesso ao dinheiro e a ascensão social como consequência relacionada ao envolvimento com o mercado das drogas geram identificação e reconhecimento na população. Resgato

reflexão de Gabriel Feltran (2014, p.497) sobre a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social: "Todos respeitam a riqueza como signo de *status*. O dinheiro é objetivamente elevado ao estatuto de forma mediadora entre grupos populacionais em conflito, suplantando em muito a legitimidade da lei e da moral, que invariavelmente os afastariam".

Sociedades como as latino-americanas são berços de desigualdade, em que as necessidades básicas de emprego, renda e moradia não são garantidas por um Estado seletivamente excludente. É pelo consumo que se obtém alguma sensação imediata de inclusão social. Segundo Rincón (2015, p.7, tradução minha), as opções das parcelas menos favorecidas da população são reduzidas ao esporte, prostituição, corrupção, crime e o envolvimento com as drogas, "todas as formas 'legitimadas' da moral e da razão popular. É por isso que habitamos, todos nós, como sociedade, a mente do narco e a cultura do narco, tudo isso vale a pena para ter sucesso".

Dessa forma, Medellín é uma cidade que passa por processos de mercadificação por diferentes lados. A superficialidade rasa alimentada pelas séries de televisão sobre a realidade do tráfico, o despontamento de Medellín como referência de modernização entre as cidades latinas e a excentricidade mórbida dos *narcotours* são alguns dos aspectos que constantemente afirmam o papel da cocaína na formação subjetiva e material da cidade. Essa teimosia de se recusar a encarar, conviver e aprender com sua história reproduz representações que pouco avançam nas necessidades de ressignificação de um passado de violência e o necessário reconhecimento das vítimas. Assim, como São Paulo e Bogotá, a cidade também segue sendo consumida por si mesma.

Terceira parada
As pessoas, as drogas e a cidade

Discurso, imaginário e produção do espaço

Como vimos, na Cracolândia, no Cartucho/Bronx e também em Medellín, além do uso da substância em si, existem fatores históricos, sociais, ambientais, simbólicos e subjetivos fundamentais na produção desses espaços urbanos. A espacialidade desses territórios é reconhecida socialmente, e diferentes representações são percebidas e reproduzidas no imaginário social local e internacional. Assim, são lugares reais, mas também são lugares imaginados. Por meio do discurso dos meios de comunicação e da percepção da sociedade, tenho a hipótese de que a reprodução dessas representações, muitas vezes imaginadas, é elemento importante no processo de espacialização do uso de drogas nesses territórios e sua especialização na produção de determinados imaginários sociais.

A antropóloga Taniele Rui destaca a prática incomum no jornalismo brasileiro de aproximar-se da realidade das pessoas envolvidas em determinados contextos. Conhecer os dramas pessoais, a quebra de estereótipos, e a necessidade e a importância de olhar a questão por diferentes ângulos pode fazer a diferença no amadurecimento do discurso midiático e consequentemente na percepção social sobre temas polêmicos como a questão das drogas. Os meios de

comunicação com frequência reproduzem abordagens rasas e discursos inconsequentes que por usa vez reproduzem representações sociais superficiais sobre as realidades locais e principalmente sobre as pessoas que habitam esses territórios. Rui (2014) aponta que essa característica inerente à imprensa pode tanto dar visibilidade ao fenômeno, quanto também reforçar preconceitos.

Em estudos urbanos da Escola de Chicago no início do século XX, o sociólogo Robert Ezra Park define esse tipo de espaços como "regiões morais". Park (1925 apud Agier, 2011, p.66) considera que "uma pessoa é simplesmente um indivíduo que tem, em alguma parte, em alguma sociedade, um *status* social, mas o *status* vem a ser, finalmente, uma questão de distância – distância social". Considerando essa clássica compreensão, o *status* atribuído às regiões conhecidas como Cracolândia, Cartucho/Bronx e calle Cúcuta produz identidades locais atreladas às representações morais desses lugares, principalmente quando associadas às políticas de drogas proibicionistas. Há uma identidade própria dos atores urbanos que ali vivem, que com a distância social estabelecida experimentam intensamente o processo de estigmatização reproduzido socialmente. O conceito de "distância social" extrapola a noção meramente espacial e faz referência ao alargamento dessa distância por meio de fatores culturais e sociais, como a diferença de classes, racismo, dinâmicas de mercado, práticas cotidianas etc. Esses fatores acentuam categorias de exclusão nesses territórios sustentados por economias informais e ilícitas, e a ideia de "ilegal" torna-se componente importante na construção de moralidades depreciativas no imaginário social.

Os meios de comunicação reproduzem discursos sobre esses espaços urbanos que passam a ser relacionados ao crime e à insegurança, produzindo certo "rumor insegurizante" (Fernandes, 2004), que acaba por justificar respostas imediatas do poder público por meio da repressão e propostas de requalificação urbana. O imaginário do medo, fabricado e generalizado, desqualifica a dinâmica local existente, e torna-se elemento decisivo na formação das geografias urbanas do crime e da violência (Avendaño et al., 2019). O psicólogo

Rodrigo Alencar (2012, p.93) destaca a atual Política de Drogas de caráter proibicionista como forma de manutenção de uma "política do medo [...] como estratégia de tamponamento do mal-estar inerente à vida social". Dessa forma, os meios de comunicação, ao reiterar discursos depreciativos, tornam-se atores que abandonam o interesse coletivo da comunicação ao apoiar-se em práticas voltadas para o mercado como dispositivos de dominação sensorial e simbólica (Sodré; Paiva, 2011). O olhar e o método de construção do discurso midiático são capazes de "impor realidades", isto é, fazer com que o que está sendo dito extrapole o real. Assim, o enraizamento das representações desejadas e imaginadas pela opinião pública ilustra a "imposição de realidades".

Não pretendo romantizar as difíceis realidades de territórios como os aqui apresentados, mas é preciso salientar abordagens reducionistas que desconsideram complexidades e generalizam as histórias de vida em determinados contextos. Uma aproximação mais atenta e responsável no processo comunicativo pode auxiliar na compreensão das relações e interesses entre a produção desses espaços, as representações sociais criadas, as justificativas para intervenções pelas forças de "Estados-Mercado" e a garantia de direitos.

Apesar de os discursos midiáticos sustentarem a construção de um imaginário raso sobre esses lugares, na realidade a história nos mostra a produção viva de territórios sólidos e especializados. A construção social que enxerga as pessoas que usam drogas ilícitas como inimigos proporciona a aprovação de intervenções coercitivas pelo poder público em contextos como esses. Vale lembrar que além da opressão diária, em São Paulo já foram pelo menos cinco grandes intervenções nas últimas duas décadas. Em Bogotá, no mínimo duas de proporções estratosféricas, e em Medellín, a renovação urbana e a violências policiais e urbanísticas também estão presentes e anunciadas no cotidiano.

Atualmente, as cidades justificam as intervenções pela presença do consumo e comércio de drogas ilícitas, mas a violência é estrutural na sociedade latino-americana desde a época das colônias. Os pequenos avanços nas políticas públicas de cuidado ofertadas, como

os mencionados programas De Braços Abertos (DBA) em São Paulo e o Camad em Bogotá se perderam entre descontinuidades e vaidades políticas impregnadas de interesses econômicos, características que parecem marcar os processos políticos nas democracias latino-americanas. Em Medellín, acentua-se a compreensão de como o imaginário social e a produção do espaço se afunilam sob o conceito da narcoestética, caracterizando intimamente uma identidade local da cidade.

De que direito estamos falando?

A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar.

Martin Luther King, Jr. Carta escrita em uma prisão em Birmingham, 16 de abril de 1963

Como vimos, as trajetórias particulares dos três territórios apresentados têm similaridades impressionantes. No cotidiano, em São Paulo, Bogotá e Medellín, as semelhanças em relação às cenas públicas de uso de crack/*basuco* são desconcertantes.

Para além da precariedade estrutural, sanitária e social que esses territórios apresentam, as vidas são atravessadas por violências físicas e simbólicas por parte da sociedade e do poder público. Não à toa, ao longo da história os espaços que recentemente se configuraram como os internacionalmente famosos "antros da droga", principalmente em São Paulo e Bogotá, são marcados por diversos interesses: ocupação religiosa-católica colonial; urbanização via *status* burguês; impulsão urbana e transição de economias agrárias para industriais; migração da elite e instalação de economia informal e ilícita; especialização do território pelo uso de drogas e sua capitalização como produto político na competição global das cidades; por fim, alvos de projetos urbanísticos de "requalificação" urbana. O resgate das trajetórias territoriais sugere que, historicamente, a produção desses espaços urbanos se apresenta como uma questão que nitidamente

não é somente urbana, mas também de caráter político, econômico, social e moral (Han, 2012).

David Harvey ressalta o crescimento de modos "informais" ou "subterrâneos" de sobrevivência em um mundo onde as forças do capital produzem cada vez mais acentuadas desigualdades (Harvey, 1996). Novos padrões de relacionamento entre os mais ricos e os mais pobres disparam novos formatos de segregações e injustiças socioespaciais, criando o que Frúgoli e Spaggiari (2010) chamam de "hiperperiferias". Nos territórios estudados, vemos as características de precariedade e isolamento de zonas periféricas na região central, inaugurando a noção que ouso nomear "hiperperiferias-centrais".

A contenção cada vez mais controlada dessas populações em determinados espaços centrais promoveu a fixação e especialização desses territórios em determinadas atividades. Essa territorialização do uso de crack e bazuco, em Bogotá, Medellín e São Paulo, pode também estar atrelada à forma com que as cidades dialogam com a pobreza, as drogas, o poder, e com os demais aspectos associados a esses contextos, como o urbanismo, o mercado internacional e a violência. Na produção desses "territórios vulnerabilizados", a presença das pessoas que usam drogas e que estão em situação de rua tem papel significativo. Em Medellín, acrescenta-se a noção de narcoestética, que reverbera em grande parte da cidade, independentemente de se as pessoas fazem uso de drogas ou não.

São espaços que apresentam narrativas sociais e urbanas frequentemente descritas por um processo de "decadência", mas considero importante relativizar esse conceito. O que se chama de "decadência" nada mais é que uma transformação na dinâmica local que abre condições e oportunidades para outras circulações econômicas, possibilitando a instalação de pessoas de menor poder aquisitivo próximas ao centro, com acesso à maior infraestrutura e redes de serviços (Branquinho, 2007). São locais que acolheram histórias de vida que sobrevivem das redes e dinâmicas que lhes é possível. Nesse emaranhado, tornam-se territórios que proporcionam um lugar social, identidades, sentimentos e pertencimento, onde a rua, segundo Amy Ritterbusch e El Cilencio (2020, p.8), é o "espaço político de

encontro [...], esperança e sonhos radicais" de pessoas indignadas pela desigualdade e violência.

São lugares se tornam enclaves urbanos, como ilhas de consumo de drogas em meio à moderna e agitada vida urbana, ilhas disputadas por forças do Estado e por forças de seus habitantes locais, sejam pessoas que usam ou não drogas. E são esses permanentes conflitos dentro dos limites e imediações desses territórios que geram ondas de violenta "ressaca urbana". Análogos aos condomínios de luxo fortificados, os enclaves de precariedade e violência que caracterizam os espaços públicos de consumo de crack nas cidades estudadas denunciam a desigualdade como elemento estrutural do desenvolvimento das cidades estudadas. Segundo o antropólogo Michael Taussig (2013, p.291, tradução minha), ao fazer referência à ilha de Górgona, destinada aos presos políticos durante o período de La Violencia na Colômbia, essa disputa pelo território é de natureza ambivalente, pois "essas explosões refletem o destino das ilhas: aparecer e desaparecer, como prisões em um dia, e como utopias no outro". Trazendo para a realidade atual e urbana as cenas de uso público de drogas, os territórios carregam ambiguidades e apresentam-se como locais de expropriação e de identidade; de violências e acolhimento; de disputa e negociação em uma mutabilidade do espaço a bel-prazer dos movimentos e interesses do mercado. Por anos em decadência e agora como oportunidade de capitalização, os enclaves urbanos em torno da cocaína fumada nos colocam a questão: qual cidade capitalista não possui a sua Cracolândia? Quantas "Cracolândias" justificam rearranjos no planejamento urbano a favor da expansão econômica?

Como vemos, as trajetórias da Cracolândia em São Paulo, do Cartucho/Bronx em Bogotá e da Calle Cúcuta somadas à proposta de renovação de Medellín na intenção de suprimir seu histórico mesclado ao tráfico de drogas são frutos da confluência de múltiplos fatores. A informalidade nas formas de viver e morar são características-chave desses territórios, e com o passar dos anos podemos dizer que as cidades foram aceitando ou se conformando com a separação e o isolamento que impõem a si mesmas. São elementos que se

atraem nas organicidades e fluxos das cidades latinas. No mundo do capital, contextos de uso de cocaína fumada integram-se nas lógicas de consumo, e as pessoas que sobrevivem nesses espaços se tornam produtos e vítimas de interesses políticos e econômicos. Como resultado, esses territórios sofrem do paradoxo da carência de políticas públicas capazes de garantir o princípio da dignidade humana de determinadas partes da população, enquanto esbanjam medidas punitivas de repressão e remodelação urbana. Apresentam assim, simultaneamente, ausências e excessos de políticas públicas idealmente antagônicas (Krupanski; Evans, 2020).

Em São Paulo e Bogotá, com as recorrentes desapropriações e novas demolições, diversos moradores do território ficam desamparados sem ter onde morar. Em Medellín esse processo está aquecido no discurso político e em vias de realização. Para além da sistemática violência policial, essas violentas ações de desapropriação de parte da população que habitava moradias populares colocaram em contato a pauta da moradia entre todos do território: os já calejados habitantes em situação de rua e/ou que fazem uso de drogas, vítimas da histórica ausência de políticas de habitação, e a população local residente em moradias informais, pensões e ocupações, que se viu também desprovida de acesso e garantia de moradia definitiva. Sem o cumprimento das leis de zoneamento, esses territórios são uma demonstração nítida de como forças políticas e econômicas refletem na vida das pessoas (Han, 2012).

Ao se atentar para os fatos, é espantoso perceber os enormes esforços que empreendemos na luta pela garantia de direitos, uma luta que, infelizmente, muitas vezes se direciona para evitar maiores violações. Territórios em disputa como os aqui estudados evidenciam a variedade de violações possíveis, sendo muitas abafadas pelas ousadias praticadas arbitrariamente pelas forças policiais contra as pessoas dessas determinadas localidades. Entre 2016 e 2017, São Paulo e Bogotá evidenciaram o desafio para as políticas de cuidado junto à população em situação de rua desses territórios, pois além da quebra de continuidade de projetos que se diluem em disputas políticas ideológicas e partidárias, a rotina de trabalhos das equipes era

atravessada sistematicamente por bombas e balas de borracha disparadas pela polícia, além do constante acionamento da mídia para denúncia e dos respectivos órgãos de proteção de direitos (Calil et al., 2018; Tovar et al., 2017).

Na última década, locais como a Cracolândia e o Cartucho/Bronx apresentaram violações massificadas. Medellín segue o mesmo caminho. A ideia de garantir acesso à saúde e o "direito ao cuidado" como causa originária da Redução de Danos parece distante quando a ânsia anterior é defender-se incessantemente de golpes físicos e simbólicos contra sua existência. Minha trajetória acompanhando e estudando territórios como esses e suas políticas públicas embaraçosas apresenta constantes paradoxos e contradições. Em 2011, Rute, uma mulher em situação de rua que acompanhei na região conhecida como Cracolândia em São Paulo, me contou sobre os processos que os agentes de saúde faziam para buscá-la na calçada e levá-la ao tecnológico acompanhamento pré-natal durante o sexto mês de gestação. Entretanto, Rute não tinha casa; tinha a garantia de acompanhamento pré-natal sem a garantia de ter onde dormir – dolorosa contradição.

Como apresentado nos capítulos anteriores, os níveis de violência rebatem em diversas dimensões da vida e da subjetividade das pessoas dos espaços estudados. Todas as pessoas das comunidades afetadas se misturam em um único balaio de violações de direitos humanos. As bombas e os óbitos provocados pela força policial e as expropriações de comércios locais como o ferro-velho de Carmen, o bar do Seu Eudes e a quitanda de Seu Joca somam-se à fragilidade econômica das comunidades e evidenciam uma das especificidades da violência estatal (Han, 2012). Podemos dizer que esses territórios se configuram como um estado de exceção, pois a aplicação da lei também é desigual, pois é negociada a todo instante de acordo com os interesses e circunstâncias (Calil, 2015; Rolnik, 2019, Rolnik; Calil, 2021). É assim que o avanço do mercado pautado por grandes corporações constitui afrontas simbólicas aos valores tradicionais e históricos de um território (Ellard, 2016, p.123).

As particularidades das cenas de uso apresentadas se contrapõem às características comumente encontradas em locais de consumo de

drogas. Frequentemente, como produto da ilegalidade, as pessoas tendem a se fixar em pontos escondidos, onde não são vistas pela sociedade nem pela polícia. Como consequência, nesses contextos as pessoas que fazem uso de drogas não contam com o apoio e a proximidade das equipes assistenciais e de saúde (OSF, 2018). Nas cenas estudadas, em que o uso de drogas territorializa-se no centro da cidade e à vista de todas e todos, as equipes de saúde e assistência social atuam com recursos escassos, e a presença policial é constante. Nesses territórios, as pessoas não acessam o apoio estatal não por estarem escondidas, mas sim pela omissão na oferta de equipes e serviços adequados e suficientes.

Em São Paulo, por exemplo, apesar de as forças policiais terem seus códigos de conduta, o trabalho na ponta não possui um critério definido de atuação, e as práticas dependem da sensibilidade e humor de cada agente. Podemos dizer que esses territórios se configuram como um estado de exceção, pois a aplicação da lei é negociada a todo instante (Calil, 2015; Rolnik, 2015). É fato que a presença de ativistas de direitos humanos inibe maior agressividade e violações nas ações repressivas da polícia, mas e sobre a construção de um hospital na Zeis da Quadra 36 destinada à habitação de interesse social no plano diretor?

Em abril de 2018, enquanto o Fórum Mundaréu lançava o contraprojeto Campos Elíseos Vivo com alternativas viáveis para respeitar as normas de zoneamento urbano, a Prefeitura de São Paulo removia, desalojava e demolia por completo a Quadra 36. No jogo do capital, as peças não se movem via "devido processo legal", mas sim pelo cacife político que arbitrariamente redesenha a cidade. A constante pressão político-econômica passa por cima dos protocolos de garantia de qualquer direito.

As violações se pulverizam, e o acesso e a garantia aos dispositivos de atenção e cuidado digno, e principalmente a utópica oferta de moradia definitiva, parecem repousar em limbos administrativos. As pessoas vivem uma espera e incertezas sobre seus destinos que nos fazem questionar o valor da vida. A reflexão da antropóloga Sophie Day (2015), ao analisar a relação do Estado com a sociedade

a partir do tempo de espera para atendimentos no sistema de saúde da Inglaterra, traz elementos importantes que podemos associar às situações vividas pelas pessoas da Quadra 36 em São Paulo. A arbitrariedade da vida, representada na demora pelos atendimentos e reparações ofertados pelo Estado, torna-se uma espera que provoca incertezas, sofrimento psíquico e o agravamento de condições de vulnerabilidade. Esse padrão coloca em xeque a dicotomia cidadania-subordinação, e afirma determinadas cidadãs e cidadãos como objetos-alvo de um Estado opressor. Day (ibidem) argumenta que a espera representada por procedimentos burocráticos do aparato estatal não representa somente o tempo perdido pelas pessoas supostamente atendidas, mas representa também as formas de controlar e seletivamente prestar atenção e garantir direitos. Vale ressaltar as diferenças contextuais dessas reflexões na mediação entre Estado e sociedade, em que a arbitrariedade e a desconfiança parecem se expressar com maior peso nos países latino-americanos.

E assim se arrasta a indefinição sobre as alternativas de moradias definitivas para as centenas de pessoas removidas da Quadra 36 em São Paulo, por exemplo. As reuniões do conselho gestor empacaram, as exigências formais para a comprovação de vínculo com a Quadra travam ou dificultam o caminhar dos processos, e essa espera incessante e generalizada despersonaliza as pessoas e atesta a sórdida manifestação de indiferença por parte do poder público. Tragicamente, a relação entre o Estado e as pessoas torna-se impessoal e descompromissada, afinal, segundo Sophie Day (ibidem), "a burocracia não tem corpo". Para a autora, a promoção da "espera" como estratégia política pode configurar-se como um modo de explicitar o lugar social das diferenças em uma sociedade colonialista, isto é, determinar quem serão as vítimas de violências praticadas pelo Estado sob as impessoalidades do sistema burocrático. Assim, embaçam ainda mais as ideias de atenção integral, universal e equitativa prevista em documentos normativos e demais enunciações formais.

Tanto a saúde quanto a habitação ou as demais demandas por garantia de direitos tornam-se produtos de uma economia política em uma onda neoliberal que assistimos arremeter sobre toda a América

Latina, o que vem explicitando cada vez mais nossos nós históricos de desigualdade – principalmente neste momento de pandemia do Covid-19 e a falácia de incentivar a permanência em casa quando milhões não possuem casa e/ou são os que precisam se expor e sair para jornadas de trabalhos precárias e insensíveis.

O aumento da violência explícita, como a policial, ou as violações proporcionadas pelo planejamento urbano alinhado ao avanço do capital amparado na imposição da espera e incertezas representam as atuais relações não humanas entre sociedade e Estado, que desenraiza as identidades das pessoas e dos lugares. São decisões políticas que interrompem os projetos de vida e ferem uma vasta gama de direitos. A alternativa é aprofundar e diversificar nossas raízes em nossos territórios, para assim ser possível enfrentar e contrapor as ações de desenraizamento e morte que o mercado, a mídia e governos de extrema direita promovem atualmente.

Nessa toada, como veremos, a América Latina permanece em sua constante condição de submissão às pretensões da parte abastada de sua população a partir de fluxos de capital nacionais e internacionais. Considero importante ressaltar que as sociedades de países da América Latina e suas cidades, como São Paulo no Brasil e Bogotá na Colômbia, não são apenas vítimas de forças financeiras exteriores, mas seguem ativas retroalimentando e perpetuando lógicas de dominação internamente em ritmo forte de pós-colonialidade (Porto-Gonçalvez; Quental, 2012).

Geografias desiguais – quintal latino

> *Não deixaremos uma coisa pequena como as drogas estar no caminho das situações políticas.* Oficial do alto escalão do governo dos Estados Unidos em 1988,
>
> Scott e Marshall

A foto do planeta Terra registrada pelo astronauta William Anders durante a missão Apollo 8 da Nasa[1] em 1968 nos fez compreender nossa existência por outros prismas. Sobre a significativa representação da foto intitulada *Nascer da Terra*, que retratou o planeta azul flutuando na escuridão do espaço, o astronauta costuma mencionar que foram explorar a Lua e descobriram a Terra (Gnipper, 2019). A imagem foi transmitida por todo o globo e suscitou sentimentos que, pela primeira vez, transcenderam a sensação de separação e fronteiras geográficas, inaugurando uma representação visual e subjetiva de unicidade em nosso planeta.

Porém, para além de um ponto de vista exterior que possibilitou a até então inédita totalidade do planeta em uma única imagem, a ideia de uma unidade global foi também aplicada no aspecto econômico, que a partir da desregulamentação do mercado financeiro mundial, favoreceu o crescimento da economia política do capitalismo internacional a partir da década de 1970. Entre as diferentes perspectivas de totalidade entre a imagem do espaço do fim dos anos 1960 e a atual exaltação dos preceitos econômicos neoliberais impulsionados pelo termo "globalização", assistimos à transferência da centralidade do Estado para instituições financeiras internacionais que passaram a controlar o mercado mundial e o fluxo de capital entre nações e seus centros urbanos.

A noção moderna dos fluxos globais contempla uma otimização dos circuitos da economia mundial de produtos; entretanto, a circulação de mercadorias como um dos elementos constitutivos de uma economia global não é recente. Apesar de a movimentação global de mercadorias acontecer no planeta pelo menos desde 1492 – época conhecida pelas grandes navegações e circulação das especiarias –, é a partir da década de 1970 e 1980 que as iniciativas para a exaltação do mercado se tornaram regra quase absoluta. Vale recordar que

---

1 A National Aeronautics and Space Administration (Nasa) ou Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço é uma agência do Governo Federal dos Estados Unidos da América do Norte responsável pela pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e programas de exploração espacial.

uma das primeiras e principais mercadorias que passaram a cruzar os oceanos e circular em nível global no período das grandes navegações foram as drogas (Araújo, 2012, p.41), substâncias que foram sacadas de seu contexto original e tiveram seus usos ressignificados ao longo do planeta. O uso tradicional indígena de tabaco nativo das Américas, por exemplo, representa bem o alcance e atribuição de novos sentidos ao uso das substâncias nas diversas épocas, culturas, sociedades e contextos ao longo da história (Escohotado, 2004). Com a coca não foi diferente. Como vimos, seu uso ancestral é originário das montanhas andinas na América do Sul, e após o primeiro contato com os europeus seu uso foi pulverizado e ressignificado pelos mais variados contextos.

Atualmente, as políticas de drogas dos mais variados países majoritariamente proíbem o consumo e comércio de coca-cocaína, mas essa economia ilícita, carregada de cargas morais, traz consigo inquietantes indagações: Que dinâmicas e ambientes são produzidos pela inserção totalmente ressignificada e mercantilizada da economia da coca-cocaína nas cidades latinas? Quais interesses associados à cocaína refletem nos arranjos geopolíticos e urbanos em um mundo teoricamente globalizado? Qual a relação das plantações de coca na Colômbia e as desapropriações realizadas por governos em espaços que concentram o uso de crack para a realização de projetos de renovação urbana nas áreas centrais das cidades?

A circulação geográfica da cocaína apresentada no Capítulo 1 trouxe algumas pistas. O curioso, e até esperado, é que justamente no mesmo período que o mercado financeiro mundial passava por novos arranjos na circulação de capital financeiro e material entre os anos 1970 e 1980, a economia ilícita da coca-cocaína também se juntava a essa esteira com o acirramento das políticas de drogas proibicionistas alavancado pelos Estados Unidos (Carneiro, 2017). Com a desregulamentação do mercado internacional, o tráfico de drogas ilegais também encontrou suas formas de se beneficiar das lucrativas possibilidades promovidas pela lógica da economia neoliberal e assentou-se nas mais diversas rotas rumo à multiplicidade de solos urbanos.

Recente estudo realizado entre 2014 e 2018 e publicado em 2019 sob o título *Mercados de cocaína fumable en América Latina y el Caribe*, traz informações que cidades da América Latina e do Caribe como São Paulo, Bogotá, Buenos Aires, Lima, Medellín, San José, Castries, Salvador, Montevideo, Tijuana, Santo Domingo e muitas outras apresentam em suas regiões centrais concentrações de pessoas que usam crack (Cortés; Metaal, 2019). São Paulo, no Brasil, e Bogotá, na Colômbia, são centros urbanos que representam bem a produção de dinâmicas internacionalmente reconhecidas em torno do uso de crack.

A proposta nesta seção do texto é evidenciar as forças e possibilidades do papel da cocaína no mercado e na geopolítica mundial, e como intervenções motivadas pela ideia de guerra às drogas servem de alimento ao capitalismo neoliberal na produção de contextos de vulnerabilidade em determinados territórios. A partir de levantamentos bibliográficos diversos, busca-se uma reflexão e aprofundamento sobre os aspectos socio-históricos e geográficos do papel da cocaína no desenho das ações políticas e econômicas no continente latino. Veremos que por meio de tecnologias de controle, a geopolítica das drogas acentua desigualdades e torna-se tema central de investigação para ampliar a compreensão dos efeitos de políticas de drogas proibicionistas na região (Vasconcelos, 2019).

É certo que para além do lucro financeiro ilegal, o tráfico internacional de drogas também faz circular poder político e rearranjos monetários na economia formal. A lucrativa venda de cocaína como *commodity* ilícita pauta negociações e ajustes espaciais no tabuleiro da geopolítica e dos planejamentos urbanos atrelados aos interesses do capital.

Nesse cenário, a política de guerra às drogas promovida pelos Estados Unidos da América do Norte a partir dos anos 1970 é elemento importante nesta trama entre a moral, o mercado e a produção do espaço. Com o esfriamento da Guerra Fria no fim dos anos 1980, os Estados Unidos iniciaram uma cruzada de intervenções internacionais na questão das drogas para justificar a perseguição aos movimentos comunistas pelo mundo, e a partir de interesses

geopolíticos atrelavam esses "inimigos comunistas" (movimentos sociais e demais grupos na luta por direitos humanos) à ilegalidade e à criminalidade no continente americano.

Assim as drogas caíram na armadilha de inimigos da Saúde Pública, e essa posição fabricada passou a legitimar diversas intervenções políticas e repressivas para cessar sua produção, comércio e consumo em diferentes partes do planeta. Segundo o doutor em relações internacionais Thiago Rodrigues (2010, p.7), esse momento demarca a mudança de uma era de conflitos para outra. Nos anos 1980, a declaração de que as drogas eram o "inimigo número 1" dos Estados Unidos e a introdução de políticas duramente repressivas sob a presidência de Ronald Reagan expuseram os objetivos bizarramente conflitantes do país na América Central e na América do Sul (Scott; Marshall, 1991; Araújo, 2012). Na América Central, a Nicarágua foi eleita como potencial base soviética, ou seja, inimigo a ser combatido, e campanhas que associavam o país ao tráfico de drogas justificaram intervenções do Governo dos Estados Unidos.

Contudo, de forma contraditória e paradoxal, ao passo que disparava inúmeras estratégias de combate ao tráfico, o governo de Washington DC foi conivente com a entrada de exorbitantes quantidades de cocaína em seu território ao financiar e proteger grupos que combatiam as insurgências revolucionárias no continente latino, principalmente na América Central. A ironia é que esses grupos eram também financiados pelo mercado ilegal de cocaína. A intenção principal era proteger e equipar iniciativas para depor o regime sandinista na Nicarágua, mas declarar publicamente o apoio ao tráfico de drogas por interesses geopolíticos não cairia bem. Ou seja, sim, os Estados Unidos, via Central Intelligence Agency (CIA) (Agência Central de Inteligência) e sob o conhecimento e autorização da Casa Branca, fizeram vista grossa para o tráfico internacional, facilitando também, naquela época, o negócio das drogas no Panamá, México, Honduras, Cuba e Costa Rica. Assim, essa sólida e oculta parceria entre militares de países latinos, agentes da CIA, lideranças guerrilheiras, traficantes e políticos do alto escalão de Washington DC abriu a porteira para o tráfico internacional de cocaína na América

Central sob proteção internacional de sua agência de inteligência, enquanto as atividades da DEA eram encerradas no país.

Assim, os esforços para abafar o polêmico episódio dos Iran-Contra na Nicarágua evidenciaram parte das outras forças envolvidas no que tange ao mercado e circulação das drogas. Os interesses geopolíticos produziram efeitos parecidos quando ocorreram as intervenções norte-americanas no sudeste asiático nos anos 1960, quando também ocorreu o aumento da produção de ópio e heroína. Obviamente esse episódio sofreu inúmeras tentativas da Casa Branca de guardar sigilo e manter confidencialidade do caso, mas Peter Scott e Jonathan Marshall fizeram um denso levantamento sobre o abafamento desse episódio conhecido como Iran-Contra. Os autores enfatizam a importância em destacar esses ocorridos para "evitar que o uso equivocado da temática das drogas tenha desenlaces políticos perigosos" (Scott; Marshall, 1991, p.6). Assim, por impulsos geopolíticos, entre 1980 e 1990, o crack e a cocaína espalharam-se pelas Américas e seus centros urbanos.

Apesar dos diversos tratados internacionais desde o início do século XX que marcaram uma pactuação global em torno de uma política proibicionista em relação às mais variadas substâncias – Conferência de Xangai em 1909, Convenção de Haia em 1912 e a Convenção Única de Entorpecentes realizada em Nova Iorque em 1961 (Araújo, 2012; Torcato, 2016) –, na prática é a partir dos anos 1980 que o tráfico de drogas passa a ser enfrentado internacionalmente. O fato é que a corrupção aliada aos ímpetos políticos dos Estados Unidos na região latina possui bases históricas (Rodrigues, 2010). No fim do século XIX, a América Central era dominada pelo monopólio de empresas norte-americanas que comercializavam frutas como a United Fruit Company.

Na época, o porto de New Orleans, por exemplo, exigia o pagamento de taxas portuárias para organizar o descarregamento de produtos em suas docas. Entretanto, a abundância de bananas hondurenhas que chegava a New Orleans não podia estragar esperando a autorização legal para descarga, e eram rapidamente descarregadas com base em extorsões por parte da aliança dos mercadores da

banana. As rotas estabilizadas de banana e as negociações subterrâneas da corrupção desse mercado facilmente se tornaram rotas de cocaína entre a América Central e os Estados Unidos no início do século XX (Scott; Marshall, 1991). Já na segunda metade do século XX, quando o consumo de cocaína cresce nos Estados Unidos a partir dos anos 1960, Honduras, que no final do século XIX era conhecida como a República das Bananas, nos anos 1980 passou a ser afamada como República da Cocaína (Scott; Marshall, 1991).

A partir do apoio financeiro e militar oferecido pelos Estados Unidos como recompensa à cooperação antidrogas pelo *Drug Abuse Act* de 1986, as investidas norte-americanas passaram a se intensificar, e na América do Sul foi a Colômbia um dos principais alvos de interesse. O Plano Colômbia, executado no início dos anos 2000, realizou inúmeras fumigações de glifosato[2] nos campos de cultivo do arbusto de coca. Essa ação arbitrária e inconsequente resultou na expulsão de muitos pequenos agricultores da zona rural, muitos deles não envolvidos com o plantio de coca, além de empurrar a dinâmica do tráfico para outras áreas do país como a costa do Pacífico e centros urbanos (Paley, 2018).

O alto índice de remoções de pessoas disparadas pelo Plano Colômbia ainda ocorre na zona rural colombiana, e como resultado cresce a migração para as cidades como uma das únicas alternativas dos campesinos, e consequentemente colabora para a produção de pessoas em situação de rua na crítica desigualdade urbana colombiana. Além disso, durante o período do Plano Colômbia, nem o cultivo de coca na Colômbia, nem a entrada de cocaína nos Estados Unidos apresentaram diminuição em suas respectivas cifras. Além disso, a violência aumentou a partir de 2002, e na perspectiva declarada de coibir o tráfico de drogas o plano certamente foi um fracasso (Rodrigues, 2010). Entretanto, seu sucesso se deu nas intenções

2 Herbicida não seletivo (N-(fosfonometil)glicina) (Amarante Jr. et al., 2002) pulverizado nas plantações na tentativa de matar as plantas. Entretanto, além de eliminar outros cultivos de subsistência campesina, atualmente há suspeitas de novas espécies de plantas de coca que sejam resistentes ao herbicida (Lotufo, 2016).

subterrâneas do Governo de Washington de praticar na Colômbia seu laboratório político latino-americano, por meio de estratégias de controle social e apropriação de terras e territórios.

O combate às insurgências comunistas que motivou as intervenções dos Estados Unidos não foi o único objetivo das ações da guerra às drogas. Tais intervenções também almejavam novos negócios e mercados na economia capitalista global, e a exploração de riquezas naturais em terras sul-americanas certamente fez brilhar os olhos das políticas externas e comerciais dos Estados Unidos (Araújo, 2012). As terras indígenas na região de Putumayo, desapropriadas pelas fumigações e pela violência de movimentos paramilitares, foram tomadas pelo Estado para entrega a empresas transnacionais (Paley, 2018, p.86).

A expansão de petrolíferas canadenses em território colombiano, por exemplo, é consequência direta de desdobramentos do Plano Colômbia que contou com parceria e assessoria jurídica ao governo colombiano da Canadian International Development Agency e da Canadian Energy Research Institute de Calgary. Essa assessoria mediada pelo Governo de Washington DC visou reformas de leis internas na Colômbia, como por exemplo a nova lei dos hidrocarbonetos, para melhorar as condições de investimento na Colômbia no ramo da mineração e petróleo. Contudo, essas ações foram justificadas, desenhadas e integradas às estratégias de guerra às drogas apresentadas no Plano Colômbia, e com esse pano de fundo, o *boom* do petróleo colombiano no início do século XXI realmente não foi acaso. Empresas petrolíferas canadenses tornaram-se administradoras de gigantescas porções de terras colombianas sob proteção de forças militares dos Estados Unidos para seguir sugando o ouro negro (ibidem), numa parceria que delineou um tratado de livre comércio entre Estados Unidos, Canadá e Colômbia, que por meio de multinacionais canadenses visou integrar o mercado colombiano ao capitalismo global. Segundo a jornalista e doutora em sociologia Dawn Marie Paley (ibidem, p.89, tradução minha), "o que o governo dos Estados Unidos aprendeu com o Plano Colômbia? Primeiro, que a guerra contra as drogas pode ser usada como um mecanismo para promover políticas favoráveis aos negócios".

A intenção aqui não é simplificar e padronizar as relações políticas dos Estados Unidos a partir de situações particulares com países da América Central que certamente tem suas inúmeras especificidades, nem considerar que a experiência do Plano Colômbia seja uma regra apesar de ter sido adaptada para intervenções no México pela Iniciativa Mérida a partir de 2007 (Rodrigues, 2010, p.11). A ideia é levantar informações que apontem como – seja na América Central, no Brasil ou na Colômbia – a comercialização, fluxo e consumo de cocaína tornou-se pivô de justificativas e negociações diplomáticas para assegurar determinados ganhos financeiros e conquistas políticas. Em escalas nacionais, após a Colômbia, atualmente o México está em foco (Paley, 2018), e nas escalas locais das cidades, como referido anteriormente, São Paulo e Bogotá figuram entre as protagonistas. (Calil, 2021).

Os episódios retratados anteriormente situam como determinadas ações geopolíticas e intervenções internacionais globais – a partir de interesses muito particulares – mostram-se pouco preocupadas com as consequências nas realidades locais que decorrem dessas ações. As situações apontadas foram e são significativamente relevantes no processo dos Estados Unidos de buscar a proliferação do livre mercado global sob sua tutela e controle (Harvey, 2015, p.121). Como vimos, o episódio Iran-Contra na América Central apresenta participações do Governo de Washington na facilitação ao livre mercado da cocaína e consequentemente no fortalecimento do tráfico internacional e na distribuição das drogas pelo planeta.

Como ponto de ancoragem, a cocaína fumada, na forma de crack, tornou-se protagonista em determinados espaços de uso de drogas nos centros urbanos, produzindo territórios submetidos à lógica das "transitoriedades permanentes", "submersos na ambiguidade do legal/ilegal, legítimo/ilegítimo e autorizado/não autorizado" (Rolnik, 2019), em que a aplicação da lei é arbitrária. O crack, ao carregar estigmatizações morais em torno do consumo de drogas ilícitas, entra como elemento que chancela o processo de desvalorização-revalorização do solo urbano, tornando esses territórios bodes expiatórios necessários para a realização de projetos urbanísticos de renovação

urbana. Assim, esses espaços transformam as cidades em arenas de disputas em que a especulação imobiliária e o higienismo urbano integram as estratégias das novas acomodações do capital em espaço urbano (Rolnik, 2019; Rolnik; Calil, 2021). Dessa forma, essa lógica de investimentos financeiros submete determinados territórios e seus habitantes a constantes ameaças de remoções, despejos e violências provocadas pela homogeneização social dos projetos de renovação urbana.

O mundo contemporâneo é marcado pelos fluxos de mercados globais, e esse movimento caracteriza o termo "globalização". Porém, é necessário estar atentos a outros interesses inerentes à movimentação global de tecnologias, informações, pessoas e capital que associamos à noção de globalização, e é nesse ponto que os interesses geopolíticos ganham destaque. O termo "globalização" apareceu aqui entre aspas pois prefiro acompanhar Harvey em outra perspectiva para nos aproximarmos da questão. Em *Espaços de esperança*, o autor aponta certa indiferença que temos em relação à produção dos espaços e propõe a mudança de linguagem de "globalização" para "desenvolvimentos geográficos desiguais", pois esse deslocamento é capaz de proporcionar positivas consequências políticas ao nos libertar da "linguagem mais opressiva e restrita de um processo onipotente e homogeneizador de globalização" (Harvey, 2015, p.88).

Essa mudança de terminologia é fundamental para compreender as potências, limites e consequências dos processos econômicos, políticos e sociais em determinados contextos, e assim examinar com mais cautela as possíveis variáveis para os desenvolvimentos geográficos desiguais dos lugares, seja no aspecto negativo, seja no positivo. Os contextos que concentram o uso de crack em cidades como São Paulo e Bogotá apresentam desigualdades históricas, e a lógica mercantil da realização dos projetos de renovação urbana amparados na degradação social justificada pelo consumo de crack acentua desigualdades na produção da cidade. É relevante dedicar atenção ao desenvolvimento geográfico desigual dos lugares dentro das cidades, pois o olhar para essas questões pode abrir possibilidades para alternativas na produção de espaços públicos e comunidades que

sejam menos excludentes e menos violentas, e que de fato interessem ao bem comum.

Por muito tempo a ideia de "globalização" foi apresentada como uma virtude do sistema organizacional da humanidade e escondeu as mazelas, violações e prejuízos que a acompanham invariavelmente em diferentes partes do globo. Essa narrativa apoiada no desenvolvimento econômico ocultou as disparidades e desequilíbrios, tornando lugares e populações inteiras seletivamente vulneráveis, enquanto o poder e a riqueza são seletivamente distribuídos entre poucos, numa produção de desigualdades cada vez mais acentuadas e polarizadas, e segundo Harvey (ibidem) são esses os ajustes espaciais do capital que sustentam a vitalidade do sistema capitalista. Nesse cenário, de distribuição seletiva de riquezas ou violações, a América Latina tem protagonismo histórico.

Desde a época das *plantations* no Caribe e América Central com a United Fruit Company, da mineração de prata peruana, da borracha e da cana brasileira, ou do ouro e das folhas de coca colombianas, a América Latina é constantemente submetida a uma expropriação das riquezas naturais e minerais e a uma produção de *commodities* despreocupada com a realidade local, ou seja, não visando a subsistência interna, mas sim o mercado internacional. Esse é o modo capitalista de ser. David Harvey (ibidem) acrescenta que o capitalismo não sobrevive sem esses necessários "ajustes espaciais", e essas reorganizações geográficas são fundamentais para lidar parcialmente com as crises inerentes ao sistema. Contudo, no processo de desenvolvimento geográfico desigual é preciso estar atentos às diferentes escalas em que se manifesta a desigualdade, pois é nesse ponto que o ajuste espacial "necessita de um movimento incessante de desvalorização [...] para poder abrir caminho à criação de nova riqueza" (Rolnik, 2015, p.110). É aí que as cenas de uso de drogas no espaço público podem ser compreendidas como artifício de desvalorização para posterior investimento, especulação imobiliária, renovação urbana e consequente novo ciclo de acumulação de capital nas cidades.

Nas cidades, a tomada de decisão sobre os diferentes destinos de bairros e zonas pode denunciar os ajustes espaciais apontados por

Harvey em uma escala local, e assim auxiliar na compreensão da teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais e as consequências de sua realização. Em *Espaços de esperança*, o autor destaca que com a competição global das cidades "os centros urbanos e suas regiões metropolitanas tornaram-se entidades competitivas bem mais importantes na economia mundial, com todo tipo de consequências políticas e econômicas" (Harvey, 2015, p.94), e incluo também os possíveis prejuízos sociais e de saúde (física e psicológica). A região latina atualmente é aquecida por fluxos financeiros globais, e São Paulo, por exemplo, em 2020, figurou entre as dez cidades mais ricas do mundo, acompanhada de perto pela cidade do México e por Buenos Aires.[3]

A característica liberal da administração pública molda um sistema político-econômico que diminui o papel do Estado, já que o controle está alocado no mercado internacional pelas instituições financeiras, e assim o mercado torna-se "o modo primário de ação governamental, onde o social tornou-se um terreno em que os atores da lógica econômica fazem suas escolhas em seu próprio interesse" (Han, 2012, p.7). Harvey reitera o pensamento de Clara Han ao afirmar que em planos neoliberais na condução do planejamento urbano, como vemos na cidade de São Paulo, cabe ao Estado "descobrir maneiras de criar um clima favorável aos negócios" (Harvey, 2015, p.94) a partir de arranjos burocráticos e administrativos que facilitem as oportunidades econômicas: é o dever da provisão substituído pela conveniência da facilitação (Rolnik, 2015).

O seguinte trecho do Manifesto Comunista de 1848 sobre o papel do Estado na mediação com a iniciativa privada ainda contempla nossa atualidade: "A burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado moderno. O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa" (Marx & Engels, 1999, p.10). Dessa forma, as instituições financeiras tornam-se imperativas nas propostas de lucratividade

3 Ranking apresentado por relatório da PricewaterhouseCoopers.

em relação ao dever do Estado no processo de garantia de direitos em determinados territórios e tornam-se elementos determinantes na eleição dos destinos das diferentes geografias urbanas.

Como vimos, o ciclo da coca-cocaína nos coloca em contato com diferentes contextos de produção das geografias desiguais, desde os interesses geopolíticas até as cenas públicas de consumo de crack em contexto urbano, e segundo Harvey (2015), a potência da análise consiste em debruçar justamente sobre as mais variadas escalas. A economia da coca-cocaína apresenta a produção de desigualdades e violências em todo seu ciclo, desde a produção até o consumo: em uma ponta da cadeia, os campesinos nas montanhas na Colômbia que plantam e transformam a folha de coca em pasta-base de cocaína representam a escala micro, em seguida abstraída pelo mercado e circulação global do tráfico internacional de cocaína e os interesses geopolíticos na escala macro, e depois retorna ao micro, na outra ponta da cadeia, nos contextos locais de uso de drogas nos espaços públicos urbanos. Na outra ponta da cadeia, nas cidades, a incessante busca por investimentos externos atrelados a projetos urbanísticos de renovação atua na escala macro da produção das cidades. No micro, as consequências locais são expressas pelas violências físicas e simbólicas nos corpos e subjetividades de quem habita determinados espaços como os territórios que concentram uso de crack. Essa amplitude no olhar é fundamental para análises sobre a vida política e social nas cidades e a produção de contextos latinos de violência e vulnerabilidade.

A crescente urbanização mundial a partir da primeira metade do século XX está diretamente associada à ascensão de elites colonizadoras e às novas possibilidades de mercado derivadas da exploração natural e mineral em solo latino. O crescimento da economia capitalista global, que passou a contar com a ascensão das economias latinas no final do século XX, trouxe novos arranjos e desafios para as questões sociais, políticas e econômicas no continente (Almandoz, 2002). Em cidades como São Paulo e Bogotá é possível acompanhar o desenvolvimento de uma espiral histórica de desigualdades sociais e urbanas que perpetuam condições díspares a partir dos diferentes

arranjos nos fluxos de capital e na produção do espaço dentro das próprias cidades. Os contrastes entre os bairros de Jardim Europa e Campos Elíseos/Luz em São Paulo, Chapinero e Ciudad Bolívar em Bogotá ou Comuna 08 e Poblado em Medellín demarcam a desigualdade do desenvolvimento urbano pautado por acomodações políticas e financeiras.

É por meio desses desenvolvimentos geográficos desiguais que se evidenciam as contradições de trajetórias de cidades que são atravessadas pela lógica do capitalismo "globalizado". O desemprego, a segregação, o estigma, o racismo e a indiferença culminam nos espaços que acolhem as cenas de uso de drogas ilícitas no espaço público, que se tornam os elementos necessários para justificar as oportunidades financeiras para o Estado e a iniciativa privada em projetos que visam à remoção da população local em vez de prover melhorias de qualidade de vida para quem historicamente ocupa o espaço. Essa é a realidade da realização de projetos urbanos em cidades latinas como São Paulo e Bogotá (Calil, 2021).

Ao realizar essa análise sobre a produção de desigualdades a partir de arranjos econômicos e geográficos disparados pelos dispositivos das drogas, nesse caso a cocaína, como vimos, é preciso associar as diferentes pontas da cadeia da economia coca-cocaína e abarcar amplas questões que inicialmente parecem desconectadas, como o campesino produtor rural das folhas e as transformações de requalificação urbana justificadas pelo assombro da cocaína fumada. No meio rural, os campesinos sofrem as consequências da criminalização e as ilusões proporcionadas pelas economias de ciclo curto, e os reflexos sociais nas comunidades campesinas ilustram as consequências do proibicionismo (Pinzón, 1999, p.82). Em meio urbano, as pessoas em situação de rua e/ou que fazem uso de crack e as demais pessoas que habitam os territórios que concentram o consumo de cocaína fumada, formam uma população submetida às remoções e violências pelas implementações de projetos urbanísticos de "requalificação urbana". No campo, as plantações de coca; nas cidades, são as cenas de uso de drogas no espaço público que se tornam enclaves similares ao contexto campesino original no que

tange a violações de direitos e expropriação do solo e das pessoas. Desse modo, em relação à economia da coca-cocaína, as violações e a produção de desigualdades giram de forma cíclica.

A disputa de narrativas em relação ao lugar é flagrante e evidencia posições extremamente antagônicas a depender da perspectiva que nos conecta com a realidade. Segue um exercício deste autor (Figura 22) sobre as diferentes narrativas possíveis disparadas sobre o território conhecido por Cracolândia no centro de São Paulo. A divisão dos discursos busca diferenciar e contrapor os aspectos locais em busca da garantia de direitos, dos aspectos globais que capitalizam investimentos financeiros para a introdução de projetos de requalificação urbana.

Figura 22 – Disputa de narrativas

Poder Público – global	Direitos Humanos – local
Requalificação urbana	Substituição populacional
Decadência	Oportunidade
Oferta de moradia	Remoções e despejos
Reocupação do centro com moradia e equipamentos culturais	Empurra população com menor poder aquisitivo para as periferias
Promoção de segurança	Violência policial/física e simbólica
Acesso a cultura	Demolições = apagamento da memória
Acesso à saúde (hospital)	Produção de contextos de vulnerabilidade
Nóia	Cidadã e cidadão

Fonte: elaborado pelo autor.

Ou seja, uma é simplista e rasa no nível macro; a outra, profunda e visceral na esfera micro. Esse padrão sedimenta a história e a atualidade colonial latino-americana narrada pela perpetuação da dominação política e pela violência promovida em favor da expansão econômica.

Dessa forma, soa incoerente escutar discursos de renovação urbana nos centros de cidades como São Paulo, por exemplo, quando o projeto se justifica pela grande oferta de moradias produzidas por uma PPP-Habitacional ao mesmo tempo que se subtrai a moradia de seus habitantes por meio de ações policialescas, remoções violentas e

destruição total do espaço. Nas ruas e nas vidas das pessoas, a oposição direitos-violações parece caminhar de mãos dadas e atadas. A partir dessa reflexão sobre os processos globais de mercado e suas consequências na configuração desigual das geografias urbanas locais, as realidades de territórios que concentram uso de crack localizam uma importante discussão e articulação crítica entre drogas, cidade, moral, direitos, mercado e justiça.

Dura realidade

Os erros e os defeitos cotidianos fazem parte dos direitos humanos.

"A Liberdade é bonita", canção composta por Jorge Mautner e José Miguel Wisnik

"Qual corpo pode?
Qual corpo se fode?"

Guerra, peça de teatro de Próxima Companhia[4]

A cena em volta da grande mesa de um dos auditórios da Secretaria de Habitação de São Paulo no 15º andar do Edifício Martinelli[5] me causava algum desconforto. Não era uma sensação ruim, mas uma sensação de algo suspenso... como um acontecimento que não acompanhava seu próprio tempo. Eram aproximadamente dez pessoas nessa reunião convocada pelo presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU). Percebi-me argumentando e dialogando com um público

4 Próxima Companhia: grupo de teatro integrante do Mundaréu da Luz com sede localizada nos Campos Elíseos. Apresentação realizada em 29 fev. 2020.

5 O Edifício Martinelli é considerado o primeiro grande arranha-céu de São Paulo, ícone de grande demonstração de poder da aristocraca paulistana. Foi inaugurado em 1929 com seus trinta andares.

> aparentemente interessado sobre a necessidade de atrelar estratégias de cuidado vinculadas aos programas de acesso à moradia, e que como política pública se mostra fundamental para pensar em uma cidade que busque novos arranjos para seus problemas sociais e outros… Surpreendentemente, o então presidente da CDHU escutava com atenção e se entusiasmava em pensar possibilidades a partir de ideias que aparentemente por ele nunca haviam sido pensadas e aproximadas: redução de danos, habitação e urbanismo. Ao decorrer da reunião senti a esperançosa confusão ao perceber que depois de anos buscando o diálogo entre as esferas da Saúde e da Assistência Social, parece que inauguramos um debate sobre cuidado dentro da área da habitação. (Diário de campo, 27 jul. 2018)

A reunião descrita foi convocada para tratar do atendimento habitacional das famílias removidas da Quadra 36 para a construção do Hospital Pérola Byington. Nós do Mundaréu fomos convidados a partir da publicização do projeto Campos Elíseos Vivo como alternativa para o bairro. Ao apresentarmos o projeto na reunião e as ideias da moradia terapêutica fazendo a interface entre redução de danos, habitação e as estratégias de casa primeiro,[6] o presidente argumentava a possibilidade de construção de imóveis, pois tinha recursos financeiros disponíveis para isso. Seu argumento era ponderado por sua preocupação com a gestão desses edifícios/serviços. Especulou-se sobre estreitamentos governamentais básicos com as Secretarias de Saúde e Assistência Social, assim como parcerias necessárias com organizações da sociedade civil e universidades, entre outras, para garantir a especialidade técnica para além de ideologias partidárias. A feição do presidente inspirava confiança, apesar de diversas vezes nos alertar que provavelmente só ficaria no cargo até o fim daquele ano, pois com a mudança de governo no Estado provavelmente tudo mudaria. O sentimento bom durante a reunião esbarrava em alguma fabulação, um devaneio, pois em contraste com nosso entusiasmo, ficava no ar um sentimento frágil de que o

6 Veremos mais sobre isso no próximo capítulo.

presidente se "comprometia quase sem se comprometer" (ibidem, 25 jul. 2018).

Entre 2017 e 2018, a aproximação com a pauta da habitação escancarada no território da Luz em São Paulo me apresentou novas reflexões e compreensões sobre a cidade, sobre o que é viver na cidade. Naturalmente deparei com os conceitos de "direito à cidade" e "direito à moradia", que surgiram trazendo perspectivas diferentes das relacionadas à área da saúde, assistência social e direitos humanos que eu rotineiramente acompanhava junto às pessoas na Cracolândia em São Paulo. Infelizmente, muitas vezes o discurso e as práticas e lutas pelos direitos humanos se reduziam a estratégias de defesa das violências estatais, e não como forma de garantias e acessos.

Pensar em direito à moradia associado ao direito à cidade me abriu um leque de otimismo propositivo. Afinal, o modo de vida urbano cresce em todo o globo, e para estar na cidade é preciso habitá-la, e a realidade das pessoas em situação de rua deixa evidente a gravidade da situação. Dessa forma, a habitação torna-se necessidade básica do humano em qualquer contexto urbano, e o direito à cidade e à moradia são instrumentos fundamentais para compreender, pensar e repensar a vida urbana. Segundo Harvey e Potter (2009, p.45, tradução minha), reflexões sobre a cidade estão associadas com a ideia de que o "tipo de cidade que desejamos se torna inseparável do tipo de pessoa que queremos nos tornar. A liberdade de construir e refazer nossas cidades dessa maneira é, para nós, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos".

Porém, falar sobre a cidade é também necessariamente narrar os conflitos de interesses distintos. Em paralelo aos lapsos de esperança e idealismo de uma cidade mais justa, a realidade no território da Luz em São Paulo acompanhava famílias e famílias da Quadra 36 como em fila, uma a uma, perdendo suas garantias de moradia à custa do avanço urbanístico da cidade. Infelizmente, esse é um dos injustos preços que se paga pela existência no campo de batalha urbano, uma arena em que forças explicitamente distintas duelam historicamente e parecem amassar permanentemente o lado mais frágil, ou seja, o

lado com menos poder aquisitivo. Segundo Rolnik (2012), desde a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001,[7] na suposta democratização das reformas urbanas, planos estratégicos com o objetivo de reposicionar as cidades no mercado da competição global por investimentos estrangeiros também estavam em curso.

Não parece justo.

Qual a equivalência de forças necessária para equilibrar possíveis reformas urbanas democráticas, com a ganância do mercado de cidades globais? Não seria também injusto colocar "garantias sociais básicas" ou "ganhos financeiros" equilibrando-se de forma equiparada? Assim, torna-se primordial discutir quais parâmetros considerar na tentativa de definir o que é a justiça, para assim distinguir nitidamente o que é ou não é justo na produção de cidades.

Susan Fainstein, uma das grandes estudiosas do conceito de "cidade justa", acredita na proposta reformista de um "utopismo realista" – que a meu ver soa um tanto paradoxal. A autora defende a possibilidade de construção de uma cidade a partir de uma cartilha de princípios fundamentais que possibilitem políticas mais justas, inclusive dentro do sistema capitalista sustentado por ganhos financeiros. A posição reformista de Fainstein (2011) acrescenta que a intenção de utilizar o termo justiça é justamente apresentar uma reação a essa lógica de competitividade nos processos de formulação de políticas urbanas regidos para viabilizar a circulação econômica. Para Fainstein, uma mudança no discurso da política urbana em direção à ideia de justiça é capaz de criar ambientes mais justos e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Porém, se entendemos a adoção do termo justiça como uma reação, fica evidente o tom de injustiça encontrado em contextos urbanos. A autora destaca a complexidade do conceito de justiça ao relativizar que o que sentimos como "injusto" é uma construção virtual instintiva do humano, criada a partir de nossas crenças e vivências. Dada essa dificuldade de definição, segundo a autora,

---

7 Ver mais em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf.

as injustiças acometem frequentemente quem já se encontra em situações de desvantagem, marginalização e exclusão, sendo caracterizadas por "ações que prejudicam aqueles que já têm menos ou que são excluídos dos direitos desfrutados por outros que não são mais merecedores" (ibidem, p.3, tradução minha).

E pela ótica da justiça, o que seria ser justo? O que seria uma cidade justa?

Pois bem, a compreensão de justiça de forma alguma é uníssona. Em elementar livro sobre justiça, Júlio Tadeu Barbosa (1984) aponta a disputa permanente na definição do termo pelas diversas áreas do saber, assim como o caráter irracional relativo à compreensão de uma justiça absoluta. Assim como o que sentimos como injusto, a ideia de justiça é também uma questão subjetiva, e por mais paradoxal que seja, a pretensa objetividade estanque prevista na ideia de justiça é completamente efêmera. Além do mais, a efetivação da justiça pode ser entendida desde o burocrático cumprimento formal do sistema de leis vigentes submetido ao poder político até a busca pela transformação radical da estrutura social em que vivemos por outros modelos e formatos. Portanto, Barbosa (ibidem, p.26) enfatiza a ideia de justiça social como ponto de partida para a discussão sobre o que é justiça, pois "o objeto primeiro da justiça é a estrutura básica da sociedade, ou seja, como as pessoas e as instituições estão reciprocamente relacionadas, como distribuem os direitos humanos fundamentais e os deveres de cada um, quais vantagens e desvantagens decorrentes da ordem social".

Dessa forma, a busca por justiça ou menos injustiça é certamente um dos "fermentos naturais" de muitas transformações sociais. Puxando a reflexão para o ambiente urbano, a estrutura e a função da ideia de *polis* – cidade-estado no Império Grego entre os séculos VIII a.C. e V a.C. – eram justamente zelar pelo cumprimento das leis e manutenção da justiça (ibidem). Mais recentemente, como citado, alguns autores e autoras contemporâneos argumentam o conceito de "cidade justa" em contextos de países desenvolvidos ocidentais, como as investigações de Susan Fainstein (2011, 2014) entre Londres, Nova Iorque e Amsterdã.

Certamente a discussão na América Latina é outra, e para isso é relevante cruzar essa discussão com a realidade latina. O argentino Guillermo Jajamovich (2019) sabiamente pondera e reconhece que a origem desses estudos de Fainstein são outras realidades sociais e econômicas, mas enfatiza a importância de fomentar a reflexão sobre o conceito de cidade justa em cidades latinas, para que assim seja possível repensar outras perspectivas na região. Jajamovich, apoiado na leitura de Maricato (2009 apud ibidem, p.399, tradução minha), justamente questiona a capacidade dos governos latinos em corresponder a uma transposição literal do conceito de cidade justa, pois destaca que a história latina é marcada por "uma crescente desigualdade urbana e social, uma maior debilidade do Estado e uma cultura patrimonialista estabelecida". Para o autor,

> Nossas sociedades latino-americanas são atravessadas por desigualdades sociais e urbanas mais profundas e persistentes, assim como nossos Estados são mais fracos em suas capacidades de intervenção – em direções como a indicada pela ideia de cidade justa – [...] América Latina é heterogênea e o uso de conceitos como a cidade justa poderá alimentar tanto uma crítica frontal a eles mesmos quanto uma orientação reformista que luta para fortalecer seus componentes públicos e vinculá-los a objetivos sociais. (Jajamovich, 2019, p.405, tradução minha)

Harvey e Potter (2009, p.46, tradução minha) rebatem o otimismo de Susan Fainstein ao afirmar que o conceito de cidade justa é uma falácia, por ser uma abordagem "restrita a mitigar os piores resultados às margens de um sistema injusto". Para eles, ideais de justiça e práticas de poder político estão inevitavelmente imbricados e, consequentemente, a noção de justiça acaba pendendo para os interesses de quem tem mais força econômica e política. E é a própria elite financeira que atua como representante do legislativo e de formuladores das leis do poder judiciário – justamente o judiciário, sistema que, em teoria, almeja a justiça. Quão justa pode ser a cidade capitalista? Segundo Jajamovich (2019, p.398, tradução

minha), essa visão crítica assinala "a inviabilidade da avançar em reformas profundas dentro do capitalismo, entendido como um sistema socioeconômico que reproduz e aprofunda as desigualdades".

Entretanto, outros autores e autoras destacam argumentos válidos para a reflexão sobre uma possível cidade justa por meio de processos de garantia de direitos. Na alçada de projetos urbanos, o conceito de justiça perpassa também a mistura de modos heterogêneos de ocupação do solo, promovendo uma mescla de áreas compostas por zonas comerciais, residenciais e espaços públicos. A urbanista Jane Jacobs (1961) elabora que a diversidade física de ocupação do espaço é acompanhada também pela diversidade populacional, e automaticamente produz uma "mistura social correspondente" (Fainstein, 2014, p.11).

Entretanto, somente a distribuição equivalente de bens imóveis e materiais não representa relações equitativas. Questões subjetivas e coletivas precisam ser consideradas para se efetivar a ideia de justiça e a garantia do direito à cidade. Harvey e Potter (2009, p.48, tradução minha) colocam a noção de direito à cidade como não "apenas um direito de acesso ao que os especuladores de propriedades e planejadores estatais definem, mas um direito ativo de tornar a cidade mais de acordo com o desejo de nosso coração e de nos refazer dessa maneira em uma imagem diferente".

A incorporação da subjetividade como um aspecto significativo nas relações que compõem e constroem a cidade abre espaço para o importante reconhecimento da diferença. Esse aspecto me parece um ponto elementar ao abordamos a questão do uso de drogas e espaços públicos urbanos – são espaços onde a diferença se sobressai, locais em que modos de sobrevivência bastante distintos afloram, porém muitas vezes julgados a partir de valores morais irrigados por ideais cristãos e reforçados pela criminalização como consequência de políticas de drogas proibicionistas. Iris Marion Young (1990, p.238 apud Fainstein, 2014, p.9), em seu livro sobre a noção de justiça e as políticas da diferença, desloca o argumento da justiça de uma distribuição justa de recursos para o desafio de uma "diferenciação social sem exclusão": "a diferenciação de grupo é um aspecto

inevitável e desejável dos processos sociais modernos. A justiça social [...] requer não o derretimento das diferenças, mas instituições que promovam a reprodução e o respeito às diferenças de grupo sem opressão" (ibidem).

Perseguindo direitos

> *É inútil dizer que nos encontramos aqui numa estrada desconhecida; e, além do mais, numa estrada pela qual trafegam, na maioria dos casos, dois tipos de caminhantes, os que enxergam com clareza, mas têm os pés presos, e os que poderiam ter os pés livres, mas têm os olhos vendados.*
>
> *A era dos direitos*, Norberto Bobbio

A princípio, como um dos caminhos para uma cidade mais justa, vislumbro a plena efetivação do direito à moradia, porque somente isso nos aproxima da garantia do direito à cidade. Pensando nas realidades do bairro da Luz em São Paulo e de Santa Inés/Bronx em Bogotá, espaços que historicamente acolhem dinâmicas informais e também o crescente número da população em situação de rua, repensar o acesso à moradia torna-se vital – uma necessidade básica que deveria ser garantida como direito absoluto. Entretanto, só em São Paulo o crescimento desse modo de sobrevivência urbana é vertiginoso. Os censos[8] da população em situação de rua da cidade de São Paulo nas últimas duas décadas apresentaram um crescimento de aproximadamente 200%. Em 2000 eram 8.706; em 2015, 15.905 e em 2019 alcançou as 24.344 pessoas.

Em Bogotá, em 2001 eram 8.385 pessoas em situação de rua, e em 2019 já somavam 9.538. Essa realidade é crescente em qualquer grande metrópole do planeta. Em 2017, em Nova Iorque, nos

8 Ver mais dados em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/pesquisas/index.php?p=18626.

Estados Unidos, por exemplo, a estimativa de pessoas em situação de rua era de aproximadamente 60 mil. Porém lá, a existência de uma rede assistencial se apresenta com mais estrutura que a brasileira e a colombiana. A questão é que as pessoas em situação de rua não usufruem do acesso à moradia por razões variadas, mas em teoria todos dispõem dos mesmos direitos relativos a todos os cidadãos e cidadãs. No contexto da rua, a violação de direitos é generalizada, e a vigilância e o acesso controlado podem cristalizar uma das principais formas de injustiça espacial (Marcuse, 2009, p.03).

A malha urbana local promove moradia informal a uma grande parcela dos habitantes em determinadas regiões, e quando a pauta é a introdução de um projeto urbanístico de "revitalização" urbana são essas áreas os alvos de intervenção, e a população local torna-se vítima de desapropriações e remoções, sejam os que ocupam propriedades privadas, sejam os que ocupam o espaço público.

Nos territórios estudados, pelas condições de vida e acesso à moradia, as pessoas desfrutam muito pouco da garantia desse direito, e como consequência assistem esfumar também a ideia de direito à cidade. Assim, o direito à moradia é violado historicamente em instâncias distintas: seja a população em situação de rua que por séculos experimenta esse direito negado, sejam as famílias de baixa renda que estão predestinadas às desapropriações. São famílias que sobreviveram por décadas da moradia informal em condições que certamente não correspondiam à ideia de moradia digna prevista na enunciação do referido direito. Todos tornam-se desprovidos da garantia à moradia definitiva, haja vista a magnitude do número de auxílios-moradia ativos pagos em 2019[9] em São Paulo (9.455 benefícios, somando R$3 milhões e 782 mil reais) e o crescimento da quantidade de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo.

Esse fato não é isolado neste início de século XXI. Vários outros projetos urbanísticos, como a área da extinta favela do Jardim Edith, na região da Água Espraiada na zona sul de São Paulo, apresentam

9 Ver mais em: http://www.cdhu.sp.gov.br/documents/20143/37042/DOE_27+05++2020.pdf/01a17cf0-1c8a-042d-0213-4fd32ef99d93.

inúmeras remoções e pouquíssimas compensações para as famílias. Na ocasião, o objetivo do projeto foi facilitar o tráfego viário entre a Marginal Pinheiros e a Rodovia Imigrantes. Estima-se que foram removidas aproximadamente 15 mil famílias, mas o poder público paulistano reconheceu oficialmente a desapropriação de pouco mais de 8 mil. Mais de cinco anos após as remoções, muitas famílias foram reassentadas em regiões afastadas de onde moravam, e as que de fato foram reassentadas no local não passam de algumas centenas[10] (Rolnik, 2015). Na ironia das remoções arbitrárias ausentes de compensação social, muitas pessoas ainda encontram na situação de rua o modo possível de sobreviver na cidade. É aí que nos cabe a pergunta: qual a possibilidade de o Estado garantir a efetivação plena do direito à moradia?

O defensor público Rafael Lessa V. de Sá Menezes faz pertinente crítica ao direito e ao direito à moradia no cenário nacional. Segundo Menezes (2017, p.9), "para decifrar o direito à moradia, é necessário examinar a totalidade da sociedade que produz este direito". Ou seja, a formulação e a sedimentação do sistema jurídico como o conhecemos são resultado de forças concorrentes na sociedade atual em que vivemos. O autor destaca que antes de avançarmos na perseguição pelo direito à moradia, vale resgatar a origem e desdobramentos do próprio sistema jurídico de garantias, que nasce como forma de regulação da força de trabalho e a sua respectiva remuneração salarial, ou seja, atrelado à produção capitalista.

Nesse sentido, apesar de toda a formalidade, pompa e autoridade atribuída ao universo jurídico, o direito não é uma "entidade". Esse sistema atual de normatização de garantias é formulado por nós e pautado muitas vezes por imperativos da lógica de mercado. Segundo Menezes (ibidem), ao imaginarmos as transformações possíveis decorrentes da luta por direitos, automaticamente se evidenciam os limites da atuação dos direitos previstos e inclusive o próprio papel da luta por direitos. O autor chama a atenção para

10 Ver mais em: http://www.labcidade.fau.usp.br/a-narrativa-e-a-contra-narrativa-remocoes-na-regiao-da-agua-espraiada/.

as determinações que conferem aos direitos a força da promessa de "certa" garantia, mas também afirmam implicitamente o que eles próprios negam: "O direito reflete e protege, então, necessidades especulativas do próprio sociometabolismo do capital. Nesse sentido, o direito não é uma 'forma de solução de conflitos', mas uma forma de solução de certos e determinados conflitos e um ocultador seletivo de outros conflitos" (ibidem, p.13).

É natural que a questão da habitação seja um dos grandes conflitos urbanos. Ainda nos longínquos 1873, o filósofo e político Friedrich Engels (apud ibidem) já apontava que as questões e lacunas do sistema habitacional são inerentes à opressão e à exploração da engrenagem capitalista, e que como as demais questões sociais, a única forma de mitigá-las são novas alternativas de organização social, e para isso, o direito à moradia nasce como mediador dessa luta. É certo que o reconhecimento de um direito se apresenta como função primordial dos processos de legalização e atribui responsabilidades aos diferentes atores desse cenário.

A positivação e a enunciação do direito à moradia é fruto dessa luta, fruto maduro de muitas lutas sociais que resultou em sua efetivação formal como direito a ser assegurado. Sua primeira aparição internacional desponta na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948. A partir daí se estabeleceu globalmente uma crescente de tratados e garantias ao direito à moradia nas mais diversificadas normativas oficiais em diferentes áreas.[11] O Brasil se juntou e apoiou todos esses diversificados documentos. Porém, Menezes (2017, p.65) alerta que "a garantia jurídica não implica efetividade". É preciso atenção, pois o nascimento da ideia de direito à moradia emerge em um mundo que flui via acumulação de capital e lucro. Vale também

11 Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ONU, 1966) e outros (1965 – Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; 1976 – Declaração sobre Assentamentos Humanos de Vancouver; 1979 – Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; 1989 – Convenção sobre os Direitos da Criança entre outras; 1996 – Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos).

ressaltar que esse sistema econômico neoliberal apresenta a rentável capacidade de se adaptar, e Menezes (ibidem, p.12) acrescenta que, já é "meio caminho andado quando a demanda aparece formulada como um 'direito'". Mas essa luta por moradia é suficiente?

A proposta não é deslegitimar a importância da luta por garantias e direitos e os avanços normativos conquistados até agora. Nenhum passo para trás pode ser dado. Mas é importante percebermos que o cenário não pode ser romântico. É necessário ter em consciência que na prática, algumas dessas garantias normativas pouco transformam o sistema de organização e injustiças de nossas sociedades e cidades.

No Brasil, por exemplo, no período de redemocratização após a ditadura, surgiu uma onda de luta por direitos sociais como a moradia digna, e essas conquistas foram formalizadas na Constituição Federal de 1988. Buscava-se criar um sentido coletivo na produção e construção das cidades. Porém, no mesmo período o país entrou no balaio das novas economias neoliberais globais nos anos 1990, e o redirecionamento dos gastos públicos para a aceleração do desenvolvimento econômico empacou a efetivação das conquistas da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade de 2001 (Rolnik, 2015) – a falácia da inclusão pelo consumo que negligencia o bem-estar social. Parece óbvio pensarmos no acesso à moradia como garantia de um direito, não? Pois então, como sabemos, nosso processo político democrático no Brasil é bastante recente, e nossa Constituição Federal tem pouco mais de três décadas. Vimos anteriormente que a moradia é consagrada como um direito fundamental legitimado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948. Porém, no Brasil, foi reconhecida como direito e introduzida na Constituição Federal Brasileira somente em 2000, no artigo 6º, por advento da Emenda Constitucional n.26/00, com base no princípio da dignidade da pessoa humana.

Isso nos mostra como a compreensão da sociedade brasileira em relação ao acesso à moradia como direito básico é bastante recente, apenas duas décadas. Em 2001, o Estatuto da Cidade e os planos diretores municipais também legitimaram o acesso à moradia como fator elementar. Porém, ao depararmos com os processos e conflitos

experienciados nas cidades latinas, fica explícito que as seguranças formais atreladas ao direito à moradia nos documentos normativos não refletem as realidades brasileira e colombiana. O sistema de garantias jurídicas é vasto, e o direito à moradia disputa com muitas outras garantias, inclusive as da propriedade privada e do livre mercado, características centrais do sistema capitalista.

A habitação é uma necessidade básica de qualquer pessoa – todos querem e todos precisam. Portanto, a produção de moradias torna-se investimento garantido na lógica de consumo e reprodução capitalista desde a Revolução Industrial e a proliferação de "vilas operárias" (Menezes, 2017). O amplamente difundido discurso do mercado habitacional esfrega em nossas caras a realidade de que o acesso à habitação está mais para um negócio capitalizado, capturado pelo mundo das finanças, do que um direito a ser garantido (Rolnik, 2015). A necessidade de pagar tem prioridade sobre a necessidade de morar!

Em São Paulo, a Lei n.498/1900, ainda no século XIX, já previa a região central da cidade como território a ser preservado para a elite, assim como a construção de casas precárias para aluguel nas bordas da cidade sob o lema de "espaço mínimo = custo mínimo". Nessa lógica de mercado, a moradia como produto funciona perfeitamente: torna-se propriedade privada, e o cidadão deve pagar pela efetivação de seu direito, muitas vezes endividando-se e mantendo lógicas de exploração em curso. Mas nem todos conseguem pagar por um lar, e o que determina e delineia o acesso à habitação são variáveis mercantis de relações sociais baseadas na posse e na propriedade privada (ibidem), ou seja: o consumo. As políticas públicas habitacionais não podem atuar somente pela oferta de financiamento habitacional via crédito, mas deveriam oferecer modos variados para garantir acessibilidade.

Os acontecimentos recentes que atravessam o bairro do Campos Elíseos em São Paulo, por exemplo, denunciam as consequências da administração urbana voltada para o capital. Zonas de interesse social tornam-se arbitrariamente alvos de violações das disposições legais regulamentadas no Plano Diretor Estratégico da cidade, e

a população local despenca em mais uma queda no ciclo de desigualdades promovido pela lógica econômica, desigualdades sociais, políticas e financeiras que criam condições e situações de extrema vulnerabilidade e risco para as pessoas.

Certamente a produção de risco não é um dos interesses sociais previstos em lei. As situações relatadas neste texto afirmam as preferências por nova roupagem com cores de especulação imobiliária, interesses econômicos e violência estatal. Os sapatos do poder público pisam na Constituição e violam incessantemente a pele e os direitos da população que reside, trabalha e frequenta esses territórios. Há tempos que esse movimento iniciou nas cidades latinas, mas as evidências de bairros literalmente à venda se concretizam pelas partidas provocadas pelas incessantes remoções e pela injeção de novos investimentos privados na execução das obras em curso.

Em suas diretrizes, as políticas habitacionais possuem normativas e critérios de inclusão para formalizar esse acesso. Porém, tais critérios, em suma, não contemplam a população com renda extremamente baixa, e paradoxalmente, as pessoas em situação de rua e/ou que vivem em moradias informais são absolutamente excluídas desse acesso. A eles destinam-se políticas da assistência social, com equipamentos de caráter temporário e coletivo, distante dos parâmetros que caracterizam moradia definitiva adequada. E na cidade sobram imóveis vazios, deteriorando-se e esvaziando a valiosa importância conferida à função social da propriedade. Existem em São Paulo imóveis vazios suficientes para acolher as famílias desabrigadas e a população em situação de rua (Dantas, 2010). Segundo Menezes (2017, p.180), "a distribuição de habitações no capitalismo é estruturalmente excludente".

Por que as pessoas com menor poder aquisitivo tendem a ser vistas como cidadãos menores? Ainda segundo Menezes (ibidem, p.232),

> [...] aquilo que transborda da forma jurídica, aquilo que não é bem expresso no direito, será invariavelmente repelido. As pessoas em situação de rua são exemplos claros das restrições discursivas e

> práticas impostas pelo direito. Diante de todas as necessidades que estas pessoas socialmente vivenciam, o direito e as políticas públicas analisam, recortam, enquadram cada necessidade num ramo específico.

Assim, considerando a realidade de territórios como os aqui abordados, a ideia do direito à moradia cria um imaginário de "proteção e garantia abstrata" para todos. Ela de fato existe, mas certamente não é para todos. Para alguns que subjetivamente são vistos e tratados pelo Estado como "menos cidadãos", essa possibilidade sobrevive como sonho pouco palpável no árido campo de forças pelo valor da terra nas cidades-senzalas latinas. Pelo ponto de vista político, obviamente há razões e motivos de mercado para evitar esse tipo de garantia (moradia) (ibidem).

A legitimação da moradia como direito oferece o perigo de pode atuar também como domesticação da luta social via enquadramento jurídico. O enquadre da luta social pelo linguajar do direito pode reduzi-la a uma luta jurídica, burocrática, perpetuando as contradições sociais sob lógica excludente. Nas rédeas do direito, as constantes reivindicações por habitação tornam-se lutas domesticadas pela inatingível busca por sua garantia plena. Nessa roda, as lutas e movimentos sociais apresentam-se com limites previsíveis e controláveis juridicamente, seja por vias punitivas ou pela acomodação e sujeição à cooptação jurídica das pautas reivindicadas. Rafael Menezes (ibidem, p.78) conclui: "O direito à moradia aparece, assim, como mera enunciação vazia, incapaz de realizar as necessidades reais daqueles alijados de habitação digna. Isto, apesar de haver uma quantidade de imóveis suficientes para suprir as necessidades de moradia adequada da população. Na verdade, a ineficácia é inerente ao direito".

Apesar das diversas normativas nacionais e internacionais que afirmam o direito à moradia em sua espinhosa perseguição na vida cotidiana, Menezes (ibidem, p.37) certifica de forma objetiva que "sua enunciação é quase tão amplamente realizada quanto sua inefetividade". Fica evidente a inefetividade dos direitos humanos como característica crônica de nossa organização social baseada no lucro,

principalmente dos direitos fundamentais, que parecem se anular entre os nós das necessidades básicas e das necessidades do mercado que se emaranham na questão da habitação. E a resposta à nossa indagação citada sobre a possibilidade de o Estado garantir a efetivação plena do direito à moradia é a seguinte: o Estado, mediado pelo Judiciário, apresenta-se irresponsavelmente pouco comprometido nessa direção.

Podemos associar tal crítica também à ideia de direito à cidade?

Circulando no mesmo rol do campo dos direitos e de certa forma complementares, vale uma aproximação sobre as possíveis compreensões que permeiam a ideia de direito à cidade. Essa noção também é bastante polissêmica. A trajetória conceitual resgatada por Bianca Tavolari (2016) nos mostra como essa noção transitou por diferentes significados nos últimos cinquenta anos. Primeiramente, as aspirações de Henri Lefebvre a partir de 1968 afirmavam a força da vida cotidiana parisiense e a possibilidade de construir uma cidade autêntica que poderia ser habitada e usufruída como uma obra de arte. Nos anos 1970, a bandeira de Manuel Castells transmitia a força dos movimentos sociais como ferramenta de reivindicação e luta política urbana (Tavolari, 2016), enquanto as de David Harvey (2015) problematizam a ideia de justiça/injustiça social nas cidades que se erguem como engrenagens perversamente capturadas pelos ímãs dos ganhos financeiros dentro do sistema capitalista global. Já no universo do urbanismo, o conceito foi incorporado ao enfatizar aspectos sobre a distribuição e acesso da infraestrutura urbana, enquanto no Brasil, a ideia de direito à cidade ganha também outros contornos (Tavolari, 2016).

Em terras brasilianas, a ideia de direito à cidade está atrelada à crítica social, pois o conceito chegou no país em época de ditadura militar na passagem das décadas de 1970 e 1980, e as desigualdades no contexto latino acentuaram reivindicações contra violações e explorações de determinados territórios e seus cidadãos. Assim, a proximidade entre direito à cidade e cidadania se estreitou, e para os movimentos sociais brasileiros, esse discurso da garantia por direitos foi decisivo para diversas lutas e conquistas (ibidem). Apesar de o

conceito sofrer críticas por sua variedade de sentidos, para a autora esses trânsitos são naturais, pois evidenciam "indícios da tentativa de compreender algo que não cabe exatamente nas categorias institucionais existentes, que envolve as mais distintas reivindicações de movimentos ao redor do mundo" (ibidem, p.105). Assim, o direito à cidade atua como um vórtice de significados que organiza diferentes lutas sob a mesma expressão, atribuindo sentidos às apropriações dos diferentes espaços da cidade sob o pano de fundo de expectativa de mudança, justiça, democracia e igualdade.

Entretanto, se a origem do conceito de Lefebvre é fruto do encontro entre a universidade e as manifestações populares, as atuais ressignificações sustentam essas raízes e as ampliam para outras categorias analíticas e também novos horizontes de emancipação (ibidem). A meu ver, concordo com a autora ao vislumbrar a força da concepção de direito à cidade não somente como cumprimento das prescrições normativas da lei, mas afirmando-se também como "uma nova maneira de olhar para o direito" (ibidem, p.107), suas limitações jurídicas e burocráticas, mas também suas aspirações subjetivas.

As populações menos favorecidas são encharcadas por discursos cínicos do Estado que não garantem direitos, mas sim lhes oferece apenas um vasto leque de incertezas – é o paradoxo da acelerada produção de moradias ao mesmo tempo que se impõe a condição de desabrigamento e segregação. Segundo a arquiteta Raquel Rolnik, "vivemos um Estado de emergência habitacional", e esse desamparo atesta o pouco comprometimento estatal na proteção do bem-estar citadino. Na realidade, trata-se de um problema estrutural de como se pensa o projeto da cidade. Mas por que faria sentido encarar o desenvolvimento urbano por outras vias?

Tanto o direito à moradia quanto o direito à cidade, considerando suas complexidades e diferentes perspectivas, parecem sedimentados em suas fundamentações. São consensos internacionalmente validados a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. A questão urgente não é mais fundamentá-los, mas sim encontrar meios para protegê-los, e para isso não basta a enunciação formal em documentos normativos (Bobbio, 2004).

A promessa de justiça por um urbano salutar

Durante todo o século XX, grandes cidades da América do Sul, como São Paulo, Bogotá e Medellín, apresentaram crescimento vertiginoso, e como vimos, as leis e planos urbanísticos foram desde cedo fertilizados por relações econômicas, consequentemente delimitando os espaços formais e informais alinhados com os interesses de uma minoritária elite. As cidades latinas e seus processos de urbanização podem também ser uma ferramenta eficiente de segregação e dominação.

Desde suas origens, as arrecadações dos Estados dessas cidades sul-americanas são desproporcionais às necessidades básicas das pessoas, e essa lógica de exploração e desigualdade permanece na atualidade (Salamanca; Astudillo; Fedele, 2016; Jajamovich, 2019). Salamanca, Astudillo e Fedele (apud Jajamovich, 2019, p.32) acrescentam que as tentativas de renovação urbana podem proporcionar alguma reparação ou melhorias em áreas de condições precárias, mas não conseguem superar a "fratura social da cidade". As ideias de Peter Marcuse (2009, p.6) parecem ecoar em contexto latino ao ponderar o peso das diferentes forças em jogo: "embora as causas políticas e sociais da injustiça espacial possam ser atenuadas, as causas econômicas podem estar aumentando. A mudança é constante, nem a justiça espacial nem a social podem ser tratadas de maneira inteligente sem atenção focada nas causas políticas, econômicas e sociais históricas de todas as formas de injustiça".

Em contexto latino nos vemos mais distantes da realização do conceito de uma cidade justa. Assim como a ideia de direito à cidade, imaginar uma cidade justa também é mergulhar em um conceito polissêmico. Apesar de a realidade apresentar violências e negações dos direitos à moradia e à cidade, o otimismo apresentado por Fainstein (2014, p.14) emprega a tônica na mudança da retórica na discussão sobre as cidades e de políticas urbanas com foco no lucro e "competitividade para um discurso sobre justiça". Há muitos que acompanham Fainstein na possibilidade de pensar a cidade menos pela via da obsessão do desenvolvimento econômico e mais pela

preocupação com processos de socialização (idem, 2011). Eu particularmente gosto de acreditar nisso, mas as experiências vivenciadas em determinadas partes da cidade, como as aqui apresentadas, fazem atentar para não validar crenças cegas.

Este texto confirma como condições de vulnerabilidade social e econômica são geradas também por ações do Estado, criando ambientes de risco para a vida na cidade e contribuindo para o aumento de pessoas em situação de rua. Segundo Menezes (2017, p.216-7), as questões de saúde mental e o desemprego são apenas dois dos fatores que contribuem para a crescente de pessoas sem casa, pois somam-se a associam-se à "ausência estrutural de políticas que enfrentam a questão numa perspectiva de implementação de habitação adequada e de organização do uso da terra urbana na cidade". Faz-se urgente repensar o uso do espaço urbano e, consequentemente, a vida na cidade. A postura reformista de Fainstein nos obriga a pensar alternativas que minimizem a espoliação subjetiva fabricada industrialmente nos tempos atuais; afinal, os números de pessoas que sobrevivem em condições precárias são cada vez maiores.

É claro que melhorias são urgentes nos contextos estudados, e que as políticas públicas sejam de fato mais inclusivas e que a cidade possa ser mais que um local de disputa por capital. Mas o fato é que as opções apresentadas pelo poder público, como vimos entre as famílias removidas da Quadra 36 e as pessoas em situação de rua do entorno em São Paulo, não se mostram suficientes para a garantia de direitos. Nem o direito à saúde nem o direito à moradia, e em consequência, o aniquilamento do direito à cidade. No final de 2019 ocorreu a publicação do relatório da comissão da Organização Pan-Americana da Saúde sobre Equidade e Desigualdades em Saúde nas Américas, intitulado *Sociedades justas* (Opas, 2019). O relatório afirma os fatores decisivos de determinantes sociais para a melhoria nas condições de saúde e reconhece "desigualdade substanciais" em toda a América, principalmente em países das Américas do Sul, Central e Caribe – desigualdades extremas explicitadas lucidamente como consequências de rastros estruturais de um colonialismo "intrínseco à história das Américas"

(ibidem, p.7). O relatório acrescenta que o "impacto contínuo do colonialismo, do racismo e a história da escravidão são fatores que retardam o progresso em relação à meta de que as pessoas nestas regiões levem uma vida digna e gozem dos padrões mais altos de saúde" (ibidem, p.4).

Com recomendações a partir da apresentação de experiências exitosas pontuais e a previsão da garantia de posse de moradia, o documento enuncia otimismo na busca pela equidade em saúde e correções de injustiças sociais. Entretanto, pouco avança na discussão sobre as pessoas em situação de rua e/ou que fazem uso de drogas em contexto urbano. O desconforto que havia sentido na reunião com o presidente da CDHU finalmente tomava forma. Por mais esperançoso que parecesse, teve peso de utopia. Apesar do interesse esperançoso do presidente e independentemente de suas intenções, o direito à moradia jamais se efetivaria plenamente para as famílias removidas da Quadra 36. Muito menos na dinâmica das pessoas em situação de rua que fazem uso de drogas que o bairro acolhe há décadas. Fainstein (2014) questiona se é possível acreditar em um Estado com boas intenções, ou será que a única esperança de mudança está nas lutas dos movimentos sociais para uma cidade mais justa ou menos injusta?

Em suma, para todos os cidadãos e cidadãs de territórios como a Cracolândia de São Paulo, antigo Bronx de Bogotá e Calle Cúcuta de Medellín, incluindo as pessoas em situação de rua, não existe justiça na cidade. Seu Matias, comerciante que aceitou a carta de crédito e foi morar no Grajaú a 34 km do centro de São Paulo, vive assombrado pelo fantasma dos possíveis aumentos contínuos das parcelas do financiamento. No discurso de Seu Matias, a expulsão compulsória ironicamente apresentava um lado positivo, pois ele argumentava estar cansado de perder seus bares constantemente lacrados pela Prefeitura. Pude acompanhar a interdição de pelo menos três deles nos últimos dez anos (Calil, 2015). Entretanto, agora o fantasma da carta de crédito o acompanha em uma manobra política em que os "riscos envolvidos migram de instituições coletivas e, em última instância, do Estado para os indivíduos e famílias" (Rolnik,

2015, p.38). Quando perguntei para ele se considera justo como os fatos se sucederam com a Quadra 36, Matias respondeu:

> Justo não é. Eles não podem vir assim e dar 24, 48 horas para as pessoas saírem de suas casas. Aqui foi assim! De um dia pro outro, dois dias. Tem que dar um tempo razoável, não é?! [...] Para mim foi bom ser aprovado no cadastro da moradia, mas o comércio eu perdi... Então justo não é, porque tem uns que conseguem uma parte e tem uns que não conseguem nada. (Diário de campo, 4 fev. 2020)

O direito pleno à moradia está longe de ser efetivado. Se não há possibilidade de morar, torna-se mais difícil almejar uma vida urbana digna e salutar, e consequentemente fere a garantia do direito à cidade a partir das relações que criamos e dos espaços que as interpelam. A ideia de uma cidade justa com acessos garantidos à habitação parece de fato ser algo a ser perseguido. Mesmo a visão otimista de Fainstein (2014, p.13) reconhece a complexidade de tensões "entre e dentro dos valores de equidade, democracia e diversidade" que atravessam o conceito de justiça.

Recente levantamento sobre as menções às questões urbanas em documentos oficiais da ONU apresenta considerável aumento a partir de 1996 (Kosovac; Acuto; Jones, 2020). Contudo, a maior quantidade de menções na temática urbana refere-se à ideia de desenvolvimento. A predominância do desenvolvimento, em detrimento de referências específicas à habitação e igualdade por exemplo, perigosamente abarca desde atenuação da pobreza e melhorias na qualidade de vida em cidades e comunidades sustentáveis, como previsto no 11º objetivo da Agenda 2030, até o desenfreado desenvolvimento econômico capaz de atrair maior circulação de capital e fazer girar a roda cíclica de humilhação e espoliação social como vimos nos Campos Elíseos. Dessa forma, o aumento de menções sobre as cidades no debate das Organização das Nações Unidas pouco avança em transformações práticas significativas nas relações de poder entre países e cidades, perpetuando incertezas sobre a concepção de cidade e os impactos de suas transformações na vida das pessoas (ibidem).

As cidades adotam a impiedosa estratégia de eliminar a pobreza por meio do lucro (Rolnik, 2015) justamente em cima dos mais pobres, e são descaracterizadas em relação às injustiças que compõem o pacote dos projetos urbanísticos de requalificação urbana na América Latina. Os espaços públicos são esmagados entre espaços privados e de consumo, e os habitantes das cidades dependem cada vez mais de "invenções mirabolantes para que algum convívio se torne possível" (Valent, 2019, p.166).

Considerando os múltiplos posicionamentos referentes à possibilidade de uma cidade justa ou injusta, que abarque as diferenças, inclusive em relação às questões morais relacionadas ao consumo de substâncias muitas vezes ilícitas, reitero a complexidade do campo de forças nessa disputa, pois segundo Norberto Bobbio (2004) se pode "fantasiar sobre uma sociedade ao mesmo tempo livre e justa, na qual são global e simultaneamente realizados os direitos de liberdade e os direitos sociais; as sociedades reais, que temos diante de nós, são mais livres na medida em que menos justas e mais justas na medida em que menos livre".

Projetos urbanísticos de "requalificação"? Ou substituição?

Este livro narra experiências de pessoas que se configuram vítimas de um mundo globalizado e de suas gananciosas movimentações financeiras internacionais nas mãos de poucos. A propriedade privada certamente é um dos bens que podem ser altamente capitalizados no mundo "globalizado". A empresa McDonalds, por exemplo, possui perto de 37 mil unidades em todo o mundo, sendo a proprietária da maioria dos imóveis que são locados aos franqueados.[12] Considerando o tamanho médio dos terrenos, quantos quilômetros quadrados poderiam ser utilizados para cumprimento de uma melhor função social do solo urbano?

12 Filme *Fome de poder*, de 2016, dirigido por John Lee Hancock.

Na América Latina, a propriedade da terra expressa-se em empresas estatais, multinacionais e os atores políticos e econômicos do colonialismo interno se impõem sobre os diferentes modos de vida, acentuando desigualdades e violações de direitos humanos – em alguns países mais, em outros menos, mas podemos inferir que essa é uma característica do modo de exploração latina. Nas cidades, o valor da terra torna-se um dos pivôs mais bem posicionados na arena de territórios em disputa. O mercado produz e alimenta narrativas que se associam às questões morais e sociais de territórios populares, e a audácia do poder econômico certamente não perde oportunidades. Nas cidades latinas, a realização da plena função social é constantemente pressionada pelos interesses privados, e essa é uma das forças motoras das cidades capitalistas latino-americanas.

A dinâmica global moderna impõe a necessidade de circulação de corpos e mercadorias em deslocamento rápido, e somada à aptidão natural da cidade capitalista para gerar novas formas de acumulação de capital, desenha as características das constantes transformações das cidades contemporâneas (Glaeser, 2020). Diversas geografias urbanas foram afetadas com o respaldo desses princípios, "tornando-se agora em uma topologia da cidade contemporânea marcada cada vez mais pela acessibilidade e pela razão econômica da possibilidade" (Suárez, 2012, p.166). O poder econômico é audaz, e a crescente disputa pelo valor da terra nas regiões centrais impulsiona constantes intervenções urbanísticas e o avanço da especulação imobiliária, negociando a posição das cidades latinas na competitividade por investimentos privados internacionais. Configura-se como mais uma frente de investimento de um capital excedente global que aterrissa no imobiliário latino, especulativo, que certamente não visa resolver as questões sociais e habitacionais inerentes a qualquer território.

Os acontecimentos e as previsões destinadas a espaços como esses estabelecem uma associação com o conceito de "urbicídio" trabalhado por Martin Coward (2004) e Martin Shaw (2004), pois a realização dos projetos urbanísticos nessas cidades se baseia na

destruição total do ambiente construído. Apesar de a ideia de urbicídio trabalhar as questões de militarização e destruição bélica em contexto urbano, arrisco a pegar emprestado o conceito na proposição de que a violência que tem sido exercida nas cidades e também contra as cidades tornou-se uma ameaça onipresente nas urbanidades de nossos tempos, que buscam varrer a ordem social por meio da destruição do espaço (Tinajero, 2019). Penso nas dezesseis quadras totalmente demolidas no antigo Cartucho e no Bronx, em Bogotá, nos pelo menos sete quarteirões totalmente demolidos na região da Luz em São Paulo, e no Edifício Mónaco e nas pretensões do Plan Parcial Chagualo em Medellín. A aproximação com o conceito aponta para políticas de negação da cidade por regimes violentos de total reconstrução do ambiente construído. Nas palavras de Giovanni Tinajero (ibidem, tradução minha),

> "urbicídio" representa uma tentativa discursiva de indicar tanto a natureza sistemática dos ataques ao ambiente construído quanto o efeito politicamente danoso dessa violência. Em outras palavras, o "urbicídio" tenta mostrar que uma variedade de casos de destruição urbana compõem um único fenômeno, e não casos isolados. Ao delinear tal fenômeno, o "urbicídio" também representa uma tentativa de contestar a política subjacente a tal violência.

Tragicamente, essa lógica se apresenta nos projetos urbanísticos de requalificação urbana de espaços que concentram o uso de crack em cidades latinas como São Paulo, Bogotá e Medellín (Calil, 2021), e por mais que sejam reconstruídos posteriormente, ocorrem na esteira da homogeneização do espaço, onde a diversidade e as memórias ali preexistentes acabam resumidas em escombros. Além da extinção da heterogeneidade específica de cada território, ocorre também a segregação econômica-política-espacial proporcionada pelas remoções e deslocamentos forçados das pessoas de menor poder aquisitivo para regiões distantes das áreas centrais das cidades, e isso pode ser uma grave ameaça de políticas urbanas "urbicidas" experimentadas em nosso continente (Mendonça, 2019).

Essa reflexão faz crítica ao fator das demolições generalizadas em zonas históricas das regiões centrais de São Paulo e Bogotá para a introdução de projetos urbanísticos. É preciso atenção para as intenções espaciais e sociais relacionadas à destruição total do ambiente construído nessas malhas urbanas submetidas às violências históricas alimentadas por moralismos, racismos e espoliações "determinadas pela estrutura socioeconômica" (Martins, 2011, p.63).

É preciso atenção para as intenções espaciais e sociais relacionadas à destruição total do ambiente construído em malhas urbanas submetidas às violências alimentadas por moralismos étnicos e econômicos nas cidades latinas (Mendonça, 2017). Giovanni Tinajero (2019) nos coloca as intrigantes questões: "*¿cómo es que es posible una interpretación espacial de la destrucción?; y "¿de qué manera se altera nuestra concepción del espacio compartido ante su destrucción?*".

A unicidade do planeta representada pela noção de "globalização" ilustrada pela foto registrada durante a missão Apollo 8 nos permite também fazer uma releitura e destacar a perigosa ideia de "uni-cidade", como se o planeta funcionasse como uma vasta urbanidade global em que circulam todas as mercadorias. Afinal, não foi assim que surgiram os primeiros mercados nos remotos vilarejos antigos? (Ellard, 2016). Hoje em dia a concentração característica dos mercados se espalha por todo o planeta em uma interconexão na lógica de consumo e lucro que tende a se apropriar do espaço e gerar modos de habitar a partir de um pensamento único (Tinajero, 2019). Esse é o perigo de uma "cidade única". As intenções humanas na produção de espaços construídos sempre estão munidas de elementos capazes de nos influenciar, tanto racionalmente quanto emotivamente, e essa relação com o meio pode realmente transformar nosso modo de estar no mundo, habitar os lugares e opinar sobre seus futuros. Afinal, as diferentes "gramáticas do espaço" podem proporcionar ações e reações completamente distintas.

Na década de 1910, nos Estados Unidos, por exemplo, houve nas cidades de Baltimore, Atlanta e Louisville apavorantes planos de zoneamento urbano explicitamente baseados em critérios raciais. Já nos anos 1940, em Atlanta e Chicago, 72% das escrituras dos imóveis

mais valorizados na região central continham cláusulas restritivas às "pessoas indesejáveis" (Glaeser, 2020). Tais imposições que caminham na direção de uma "cidade única" impuseram a migração das "pessoas indesejáveis", muitas delas afrodescendentes, para o isolamento nas zonas periféricas aos centros urbanos. Atualmente a segregação é muito parecida, porém em outros moldes. O livre mercado de moradias seleciona seu público potencial, e em ilusória ideia de direitos iguais para todos, apenas as pessoas com maior poder aquisitivo se dispõem livremente a comprar os imóveis supervalorizados das regiões centrais. O planejamento urbano das cidades historicamente segue interesses oligárquicos de uma classe dominante economicamente, que consequentemente visa à segregação e ao giro de ganhos financeiros.

É nítido o interesse pelo valor da terra e pelo lucro nos centros urbanos, e o principal problema urbano das cidades latinas é justamente a "falta de distribuição de terra", pois as terras se restringem à acumulação das propriedades privadas por apenas pequena parcela da população. Aí está um dos nós do déficit habitacional. A arquiteta Raquel Rolnik (2015) aponta que esse processo dá margem para o movimento conhecido por *financeirização* da moradia, ou seja, a captura do setor da habitação pelo setor financeiro. Nesse processo, paulatinamente as políticas públicas de provisão de habitação social são substituídas pela moradia como ativo financeiro, com estímulo de compra financiada por meio de créditos, isto é, a oferta de habitação na região central é seletivamente destinada a pessoas com maior poder aquisitivo. É nesse cenário que Rolnik afirma como esse movimento tem efeitos políticos significativos, pois a ideia de "cidadão" é transmutada pelo personagem de consumidor no mercado de capital, ou seja, um agente aliado dos interesses econômicos programados pelo Estado (Figura 23).

As cidades latinas aqui estudadas são submetidas a um mercado de intervenções urbanas globalizadas não preocupadas com a realidade e impactos em âmbitos locais. Em São Paulo, Bogotá e Medellín vemos sociedades que apresentam diversas lacunas no acesso digno à garantia de direitos, e lamentavelmente, as cidades são atravessadas

Figura 23 – Território urbano em conserva

Fonte: desenho elaborado pelo autor.

por projetos urbanísticos que higienizam os espaços e privatizam os direitos de cidadãs e cidadãos. A questão das drogas perpassa pelos territórios e acopla-se ao pacote de justificativas para novos investimentos e transformações nos espaços urbanos conectados a interesses particulares. A lógica das negociações financeiras das

cidades é global, porém, atinge os lugares e as vidas das pessoas individualmente e de formas violentamente distintas. A desigualdade gerada pelos regimes de livre mercado, as expropriações materiais e subjetivas, a carga do estigma moralizante em relação ao uso de substâncias psicoativas e a acentuada violência evidenciam a dívida social e moral que o poder público e a sociedade assumem perante certas pessoas e seus territórios.

Os apontamentos de Clara Han referentes à realidade chilena e à responsabilidade e barbaridade de governos liberais dialogam com demais realidades latinas como a brasileira e a colombiana. Segundo a autora, "por meio dos sistemas de verificações e tecnologias disciplinares projetadas para gerar o sujeito-cidadão autorregulado, independente do Estado [...], a dívida social do Estado para com os pobres havia se transformado em dívida dos pobres para com o Estado" (Han, 2012, p.68).

Ocorre assim uma perversa inversão de papéis, evidenciando a grave contradição capitalista na relação entre sociedade e Estado. As alternativas oferecidas pelo poder público, além de não transformarem a realidade das pessoas, mantêm-nas em condições de pobreza e dependência financeira de benefícios. Configura-se a expressão de uma biopolítica da vida financeira das pessoas (Rolnik, 2015), que as culpabiliza subjetivamente pela realidade que enfrentam. É irônico avaliar que possíveis endividamentos e inadimplências decorrentes do acesso à habitação via crédito são causas recorrentes no aumento da produção de assentamentos informais e pessoas em situação de rua.

Apoiando-me no olhar da geografia urbana, que compreende a cidade a partir da "existência em situação no seu respectivo período histórico" (Costa, 2012, p.113), pretendo evidenciar as formas como projetos urbanísticos justificados pela concentração do uso de drogas podem converter-se em ferramentas para segregar, separar e dividir (Idipron, 2017). Tais projetos dependem da valorização da terra pautada pela mercantilização global das cidades, e para isso são abastecidos por uma desvalorização moral e ética dos lugares de vida. São intervenções que contraditoriamente visam criar novas

ressignificações do espaço como a partir do apagamento e da eliminação da história e seus valores simbólicos, em processos que geram dissolução identitária por meio de constantes rupturas e fragmentações espaciais e subjetivas (Costa, 2014).

As singularidades de cada um dos territórios estudados se apresentam tão nítidas quanto as semelhanças. As intervenções são basicamente de caráter estético e pouco interessadas em apresentar soluções às problemáticas e tensões socioterritoriais, tornando inócuas as realizações e os possíveis sucessos de projetos meramente arquitetônicos de renovação urbana. As condições de vulnerabilidades se espalham e se intensificam pelas cidades, configurando "novas expressões de injustiça socioespacial" (Avendaño et al., 2019, p.454, tradução minha). Portanto, faz-se necessário questionar: quais as qualidades dos ambientes físicos, simbólicos e sociais produzidos por movimentos neoliberais em cidades latinas? Qual o peso da ênfase política e econômica na produção, valorização e representação de determinados lugares?

Há que se considerar que mesmo após os movimentos nacionais de independência no continente sul-americano no início do século XIX, decisões administrativas moldaram e continuam a moldar as geografias de nossas cidades, como reedições do colonialismo classista e racial pautado pela posse e propriedade (Mendieta, 2011). Acompanho a professora Ananya Roy ao propor o conceito de "banimento racial", isto é, não o deslocamento de um lugar ao outro, mas o banimento de todos os lugares como fruto de um capitalismo racista. Ainda segundo Ananya Roy (2019, p.227), o "banimento racial [...] está incorporado nas geografias legais do colonialismo e da separação racial [...e] muda nossa atenção do deslocamento para a desapropriação, especialmente a desapropriação da personalidade".

Para além do ambiente construído e a partir de um resgate geoistórico embasado na construção subjetiva dos lugares (Avendaño et al., 2019), acompanhamos os pontos em comum das trajetórias da Cracolândia em São Paulo, do Cartucho/Bronx em Bogotá e das tramas subjetivas e imaginárias de Medellín. Esses territórios, por suas configurações e histórias particulares, disparam interesses globais e

consequentemente a perpetuação de processos violentos de recolonização que buscam anular os valores simbólicos e materiais locais (Costa, 2012). Criam-se assim contextos produtores de risco e de situações de extrema vulnerabilidade para distintos modos de sobrevivência, o que nomeio de "territórios vulnerabilizados".

Portanto, tais projetos de requalificação urbana proporcionam um aumento significativo da violência por parte do Estado em relação à população local de determinadas áreas, que frequentemente é forçada a desocupar o espaço para que outras pessoas, de outras classes sociais, o ocupem. Em evento no Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) em 11 julho de 2019, pude acompanhar a provocativa fala da professora Raquel Rolnik sobre os Projetos de Intervenção Urbana (PIU) da região central. O debate girou em relação às habitações de interesse social e os possíveis usos da cidade. Rolnik questionava os recentes dados que apontavam o crescimento dos números de moradias construídas no centro, pois de fato a questão não é trazer novos moradores, mas sim promover qualidade para quem já ocupa o espaço, para quem já mora ali.

O modelo das PPPs pautado nas propostas de adensamento construtivo nas regiões centrais não apresenta outro objetivo a não ser fomentar o mercado com a disponibilização de incontáveis unidades habitacionais para vender o produto da moradia. As PPPs têm o objetivo de extrair renda da terra urbana a partir de processos de desvalorização-revalorização justificado pelo estigma territorial. Contudo, são realizadas em terras públicas adquiridas pelo poder do Estado no ápice da desvalorização via remoções e despejos que caracterizam um urbanismo especulativo em uma atmosfera de cidade-empresa (Rolnik, 2015). Essa percepção foi amplamente enunciada por João Dória desde a eleição para a Prefeitura de São Paulo em 2016. Dória, atualmente governador do Estado de São Paulo, insiste em afirmar que não é político, mas sim um empresário ("Não sou político...", 2016).

A sucessão de fatos referentes ao conselho gestor da Quadra 36 em São Paulo confirma engrenagens que anulam a participação política da população local ao beneficiarem a urgência, a pressa e o giro

de capital dos atores privados. A equivalência díspar de forças integra o leque de desigualdades (ibidem).

Infelizmente, a edificação e inauguração em massa de torres residenciais padronizadas não faz nada mais que legitimar o discurso dos governantes locais sobre "revitalização" e prosperidade para o centro, além de beneficiar empresas selecionadas para a realização das PPPs. Ironicamente, nesses espaços sempre houve muita vida, e a homogeneização dos territórios tristemente apaga a heterogeneidade social e a diversidade de usos do espaço necessárias para a constituição de urbanidade. Esse movimento de homogeneização Rolnik (ibidem) chama de "solo sem cidade". Esse cenário padronizado dificulta o surgimento de ideias capazes de transformar a realidade, acolher a população local e de fato promover alguma prosperidade territorial e urbana. Concordo com o economista Edward Glaeser (2020, p.95, tradução minha) ao apontar que "são as pessoas, e não os edifícios, que realmente determinam o êxito de uma cidade".

Dessa forma, para muito além da questão das drogas, as cenas públicas de uso de drogas em contexto urbano são cravadas por interesses econômicos e políticos que, por meio de relações de dominação do Estado e de parte da sociedade, violentam constantemente sujeitos e seus corpos. A cidade seletivamente bloqueia o uso da terra por pessoas de baixa renda, criando assim territórios estigmatizados sob a condição que Rolnik (2015, p.262) chama de "transitoriedade permanente: [...] forma específica de inclusão precária e excludente dos pobres na cidade, consolidada pelos próprios moradores ao longo de décadas de embates e parcerias com o Estado".

As cidades aqui estudadas apresentam característica em comum no que tange à questão das drogas e as decisões urbanísticas que estão sendo tomadas neste início do século XXI. Em Bogotá, a grande concentração de uso de *basuco* na região central se dissipou em pequenos grupos após violenta e ostensiva ação no Bronx em 2016. Em São Paulo, a expulsão dos moradores e comerciantes está em curso. A permanência do "fluxo" e a rede de sociabilidade ali construída, que apontei em estudo anterior como principal estratégia de resistência das pessoas em situação de rua (Calil, 2015), enfrentam

momento de maior ameaça. Em Medellín, toda essa dinâmica é um anúncio do que está por vir. Os diferentes estágios ligam os pontos de um contínuo e histórico processo de exploração derivado da colonização-escravocrata em terras latino-americanas, que nos submete ao imperativo de violências e desenraizamentos proporcionados pelo próprio Estado na condução do planejamento urbano. Muitas outras cidades apresentam também essas características, como Pereira, na Colômbia, que já exterminou o setor da Antigua Galería. Em Pereira, o terremoto de 1999 foi o desastre natural que abriu oportunidade para reorientação estética, econômica e urbanística voltada para o consumo na política local (Pulgarín, 2015).

Desse modo, as cidades latinas não são vítimas desse processo, pois pactuam novos alinhamentos políticos e econômicos em que os projetos urbanísticos privilegiam as expectativas de interesses privados globais em detrimento do bem público local. A intimidade entre o Estado e os interesses de uma elite burguesa arrasta-se desde a chegada dos europeus em solo latino, e atualmente se atualiza sob o baluarte das empreiteiras e do sistema financeiro-imobiliário global, reforçando assim as geografias da desigualdade (Rolnik, 2015)

De forma certeira Raquel Rolnik (ibidem, p.373) acrescenta como esse modelo de desenvolvimento tragicamente

> vai penetrando nas cidades e nas políticas urbanas e de moradia, capturando territórios, expulsando e colonizando espaços e formas de viver. Os efeitos dessa colonização são político-territoriais, já que se trata também da emergência de uma nova forma de governo das cidades, denominada por alguns autores de pós-política ou pós-democrática, em que o dissenso e a negociação democrática são suprimidos em nome da eficiência e das tecnologias de governo.

A efetivação concreta da garantia de direitos e a ideia de uma cidade justa parece existir apenas como miragem inserida no contexto neoliberal de espoliação latina.

Por meio de forças do mercado, dos interesses geopolíticos justificados pela guerra às drogas e das representações sociais morais

em torno da cocaína a presença e a dinâmica em torno dessa substância são capazes de produzir territórios urbanos que expressam extrema desigualdade e violência generalizada, inclusive sob responsabilidade da gestão pública. Por trás dos benefícios apresentados pelo desenvolvimento econômico enunciado pelo "neoliberalismo", buscamos aqui explicitar as contradições que evidenciam as assimetrias políticas-econômicas-geográficas associadas à economia da coca-cocaína e seus efeitos rebotes no planejamento urbano. Políticas de drogas repressivas atreladas ao aparato urbanístico tornam-se elementos-chave na reprodução de desigualdades e violências históricas em territórios urbanos de cidades latino-americanas como São Paulo e Bogotá.

Recentemente, as cenas públicas de uso de drogas em contexto urbano tornam-se mercadorias políticas em disputas eleitorais pontuais, que com intenções de aniquilamento, obviamente não aprofundam os pontos necessários para a prática de políticas públicas e urbanas humanizadas. Assim, propomos que a questão das drogas passe a associar-se aos elementos do "complexo urbanístico" apresentado por Rolnik (ibidem), para que além dos elementos do setor imobiliário-financeiro, do mercado eleitoral e do setor automobilístico, os territórios que acolhem modos de vida informais e a concentração do uso de drogas também sejam vistos como possíveis ferramentas para justificar transformações e favorecer a reprodução de capital em contexto urbano latino. A moral e o estigma são alimentados pela ilegalidade como impulso para manobras políticas capitalistas.

A partir dessa reflexão crítica, temos o dever de considerar que é possível vislumbrar modos mais humanos de contato com os espaços e as pessoas que o habitam, mas para isso é preciso avançarmos também na garantia de direitos à participação nas formas de poder e de tomada de decisões. A garantia do poder político é a estratégia possível para contrapor o poder econômico que "se torna cada vez mais determinante nas decisões políticas e cada vez mais decisivo nas escolhas que condicionam a vida" (Bobbio, 2004).

Segundo Milton Santos (1993, p.17), "a força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem

identificar o que os separa e não o que os une". Precisamos de releituras capazes de legitimar o diferente e a diversidade como valores sociais, e que todas as pessoas sejam reconhecidas como cidadãs e cidadãos, sem mais ou menos direitos (Fonseca; Cardarello, 1999).

Quarta parada
É possível uma cidade cuidadora?

Faz escuro mas eu canto.

"Madrugada Camponesa", poema
de Thiago de Mello, escritor
amazonense – o poeta da floresta

Pingelap

Uma pequena ilha embaralhada entre os arquipélagos da Micronésia me despertou o interesse pelo contexto, pelo ambiente e pelo lugar que habitamos. Em 1775, o agressivo tufão Lengkieki devastou os inúmeros atóis do Pacífico Sul, matando cerca de 90% da população local da pequena ilha de Pingelap. Os cultivos de taro (inhame) no centro da ilha foram encharcados pela tempestade, e nas semanas seguintes à tragédia, a falta de alimentos sacrificou grande parte dos sobreviventes. Antes do tufão, aproximadamente mil pessoas ocupavam a ilha, e após a tormenta e a fome, restaram pouquíssimos sobreviventes, que não passaram de duas dezenas. Nas gerações seguintes a população prosperou, e rapidamente alcançou os cem habitantes. Contudo, a procriação endogâmica

entre os nativos teve como consequência a baixa variabilidade genética. Assim, características antes raras na população geral, como a acromatopsia congênita, isto é, o daltonismo total, passaram a se manifestar com mais frequência na população da ilha. Em geral, atualmente a ocorrência dessa peculiaridade é de menos de um caso a cada 30 mil pessoas. No final do século XX, mais de 5% da população não enxergava cores em Pingelap, em uma altíssima proporção de uma a cada doze pessoas (Sacks, 1997).

Pingelap surgiu quando fui surpreendido pela leitura do fascinante livro do médico e neurologista Oliver Sacks, *A ilha dos daltônicos e a ilha das cicadáceas*. Era 2004 e eu estava com 22 anos no início da faculdade de Psicologia. Estudava sobre os processos psiológicos básicos que me apresentavam os caminhos da percepção, e esses primeiros estudos me lembraram de que anos antes meu irmão e eu havíamos descoberto que tínhamos algum grau de daltonismo parcial. Esse mergulho na ilha dos daltônicos de Sacks me fez pensar por meses nas meninas e meninos de Pingelap que não podem brincar ao sol pois a claridade do ambiente cria fortes contrastes que ofuscam suas visões em tonalidades de cinza e brilhos intensos. No meu caso, pelas minhas lembranças, tenho alguma dificuldade na diferenciação entre tons de amarelo e verde claro, mas perceber e refletir que o mundo que eu enxergava e percebia era diferente do das demais pessoas de alguma forma me inquietava. Que efeitos o ambiente a minha volta proporcionava em mim? Como o mundo a meu redor influenciava minhas escolhas e ações?

Ler sobre a realidade de Pingelap ampliou em mim uma atenção às singularidades de cada um de nós e de como sentimos e percebemos o mundo, as coisas e o ambiente à nossa volta. Passei a refletir sobre as dificuldades que todas aquelas crianças daltônicas de Pingelap enfrentavam com a forte luminosidade do ambiente que as impedia de brincar ao sol, e como isso poderia gerar incômodos e exigir adaptações de acordo com as especificidades. Pensava sobre os próprios recursos do ambiente, como por exemplo as sombras dos numerosos e enormes pés de fruta-pão, que poderiam também

proteger as crianças do intenso brilho solar. Que negociações são construídas entre nós e os lugares?

Essa via de mão dupla que temos com os lugares que habitamos coloca em evidência como nossa percepção é atravessada pelo ambiente, e também como o atravessamos com as muitas combinações sensoriais de que estamos munidos (Ingold, 2011). As possibilidades de troca entre nossas mentes e os meios são inestimáveis. Confrontando possíveis pensamentos reducionistas impostos pelas diferentes perspectivas entre as pessoas na relação entre nós e nosso entorno, Sacks (1997, p.45) brilhantemente narra o constrangimento de seu parceiro cientista na viagem a Pingelap ao perguntar a um nativo da ilha:

> "Mas e quanto às bananas, por exemplo: vocês conseguem distinguir as amarelas das verdes?" [...] A resposta de James foi andar até uma bananeira, voltar de lá com uma banana cuidadosamente escolhida, de casca verde brilhante e entregá-la a Bob. Bob a descascou, e a casca saiu fácil, para sua surpresa. Deu uma mordidinha cautelosa – e logo devorou o resto. "Como você vê, não nos baseamos apenas na cor [...] olhamos, sentimos, cheiramos, *sabemos* – levamos tudo em consideração, e vocês só usam a cor!" (grifo do autor)

Em 2004, ao ler essa passagem do livro de Sacks em uma realidade bastante distinta, relacionei-a diretamente com a perspectiva da redução de riscos e danos que eu também havia descoberto havia pouco tempo, pois essa perspectiva considerava a importância de escutar a população local de determinado contexto. Como descrito na apresentação deste livro, para além da necessária escuta das pessoas em situação de rua que fazem uso de drogas, durante minha investigação de mestrado entre 2013 e 2015 (Calil, 2015), pude perceber como territórios que acolhem as pessoas em situação de rua e o consumo de drogas no espaço público podem tornar-se contextos urbanos bastante arriscados e desafiadores. Gostando ou não e conscientes disso ou não, somos constantemente afetados pelo espaço e o afetamos a partir de nossa trajetória, afinal, "os lugares nos geram

sentimentos, direcionam nossos movimentos, nos fazem mudar de ideia, influenciam nossas decisões e, às vezes, até nos proporcionam experiências religiosas sublimes. A história de como as formas do ambiente construído exercem esses efeitos é anterior à civilização, mas permanece longe de ser completa" (Ellard, 2016, p.252, tradução minha).

Ambiente urbano

O templo Gobekli Tepe, na região que hoje conhecemos como sudeste da Turquia, é um dos pontos que marca o surgimento das aglomerações humanas (Ellard, 2016). A construção data de aproximadamente 12 mil anos atrás, em uma época em que ainda existia a cultura nômade e em que os caçadores-coletores por algum motivo se concentravam, mesmo que de passagem, em Gobekli Tepe. Provavelmente era um espaço para instigar o pensamento e a realização de cultos de devoções em momentos de peregrinação. O local representa o momento em que a espécie humana compreende sua finitude, e simboliza a força e perpetuação do ambiente construído em relação à nossa consciência da morte. Isto é, a preocupação e as intenções de uma construção duradoura no tempo para as gerações futuras tornou possível que esse tipo de "santuário" seguisse disponível para os que vieram depois (ibidem).

O psicólogo Collin Ellard (2016) nos traz interessantes reflexões sobre os sentidos e influências dos lugares que ocupamos, aproximando nossas características pessoais internas dos aspectos físicos do ambiente à nossa volta, ou seja, busca romper a visão separatista entre razão-emoção, corpo-mente. Assim, seja diante das pré-históricas estruturas de Gobekli Tepe, Pingelap ou das casas, ruas e edifícios de nossas cidades atuais, vale prestar atenção às influências que os entornos podem exercer sobre o que sentimos e pensamos. Segundo Ellard, a força dos lugares pode nos influenciar de variadas formas, e eles certamente podem nos proporcionar conforto e bem-estar, mas também podemos nos perder em labirintos de acaso e

consumo, como cassinos ou *shoppings centers*, por exemplo (ibidem). Estes últimos ilustram as atrações compulsivas por lugares tentadores, capazes de "*empurrarnos por el precipicio de la razón y llevarnos a una aparente locura*" (ibidem, p.121). São as forças dos impérios comerciais dos lugares de consumo que aproximam aspectos dos *shoppings*, dos casinos e das "cracolândias" de cada cidade. Afinal, mantenho a pergunta: qual cidade não possui sua cracolândia?

Indago-me também sobre que tipo de ambiente estamos criando em nossas cidades? Não basta somente construir, edificar, expandir e densificar indiscriminadamente, mas sim refletir sobre o que fazer e como fazer em determinados espaços. Como vimos, espaços como a Cracolândia – São Paulo, o Cartucho/Bronx – Bogotá, e a Calle Cúcuta – Medellín acolheram e continuando acolhendo dinâmicas informais e populares que se distanciam da ideia de vazio urbano que caracteriza a noção simplista de decadência. Nesses espaços vale relativizar o que se nomeia "decadência", pois tal movimento pode ser visto também como abertura de oportunidades para que outras pessoas com menor poder aquisitivo ocupem os centros das cidades (Branquinho, 2007). É certo que as decisões administrativas que foram tomadas não garantiram a dignidade e os direitos básicos das inúmeras pessoas que historicamente ocupam essas regiões, mas de longe esses locais apresentam o fantasmagórico esvaziamento urbano que assombra outras cidades, como por exemplo, o caso bastante emblemático de Detroit, nos Estados Unidos.

Entre 1950 e 2008 Detroit perdeu mais de 1 milhão de habitantes, aproximadamente 58% de sua população total. Mais da metade dos moradores se foram, e dos que ficaram, um terço vive em condições de pobreza (Glaeser, 2020). Suas fábricas automobilísticas autossuficientes limitaram a diversidade de outras indústrias, fazendo com que a cidade pouco dialogasse com outras dinâmicas de mercado, regiões e centros urbanos. A condição de monoindústria culminou em seu esgotamento criativo, estagnação e, por consequência, a deserção. Pela ótica do economista Edward Glaeser (ibidem, p.75, tradução minha), "quando uma cidade gera uma poderosa ideia destruidora de conhecimentos, ela está apenas preparando sua própria

destruição". Em Detroit ocorreu exatamente isso. Nos processos da linha de produção as pessoas tornaram-se produtos, assim como todos seus aparatos perceptivos e cognitivos, e essa alienação mecânica das pessoas resultou em que a "capacidade humana de prestar atenção também foi se convertendo em uma mercadoria" (Ellard, 2016, p.54, tradução minha). Essa venda barata da criatividade abafou a troca de conhecimentos e informação entre trabalhadores, e a cidade pagou o preço perdendo sua capacidade de se reinventar.

Contudo, o fracasso de Detroit iniciou ainda antes da crise da indústria automobilística, quando a luta por direitos sociais fez com que muitas empresas buscassem menores custos trabalhistas em outras cidades com leis sindicais mais brandas (Glaeser, 2020). A disputa empresarial por maiores lucros e a mudança para outras praças de produção foi minando as oportunidades de trabalho, e consequentemente fez com que as pessoas deixassem a cidade em busca de emprego. Assim, de fato, algumas localidades passaram a apresentar o temido vazio urbano.

Como vimos, esse nunca foi o caso dos pontos considerados decadentes nas cidades latinas que abordamos neste livro. As zonas centrais das cidades estudadas foram e seguem sendo altamente povoadas por grande diversidade de tipologias, pessoas e subjetividades. A partir das recentes transformações que sistematicamente expulsam as populações locais, torna-se importante a reflexão sobre e a preocupação com a produção dos lugares e as relações que são construídas em determinados espaços, que em constante movimento precisam de condições para garantir nossa sobrevivência e saúde mental. Será possível concebermos ambientes urbanos que acolham os pontos de fragilidades pessoais e sociais e cuidem das pessoas que os habitam?

Roger Ulrich (2006), professor de arquitetura e membro do Centro de Sistemas de Saúde e Design da Universidade do Texas, afirma que o cuidado com a arquitetura dos espaços de saúde colabora tanto para os pacientes quanto para as equipes técnicas. Segundo ele, alternativas em detalhes dos projetos, como a diminuição de ruído sonoro interno e a exposição à luz solar nas habitações, por

exemplo, garantem diferenças significativas no bem-estar das pessoas. Uma pesquisa realizada por Ulrich comprovou que pacientes internados em um hospital que tinham a possibilidade de observar árvores e paisagens da janela de seus quartos apresentaram significativo avanço terapêutico, recuperando-se mais rapidamente e com utilização de doses menores de medicação. Assim, segundo Ulrich, a necessidade e a viabilidade são explícitas. Estudos apontam que a introdução de estratégias de cuidado no desenho arquitetônico dos dispositivos de saúde gera aumentos entre 3% e 5% nos custos totais do projeto de execução, e que esse custo adicional é recuperado em um ano de atividade do serviço (ibidem). Parece-me promissor ao falarmos de processos de cuidado e ambiente construído, mas os casos apresentados neste livro nos trazem as perguntas: Qual o custo da vida? Qual vida justifica os investimentos públicos?

É possível que nossa relação com os ambientes, sejam eles naturais ou construídos, seja constantemente gravada em nosso corpo, sistema nervoso e construção identitária. Dessa forma, nossa existência e movimentos pelos lugares podem gerar atração ou repulsa, influenciar nos níveis de estresse e inclusive interferir em nosso sistema imunológico (Ellard, 2016). Abrimos assim a reflexão sobre os efeitos da cidade em nossos corpos e mentes.

Urbanidade enferma

As cidades modernas podem gerar impactos relevantes nas vidas das pessoas. A estimativa de um vaso sanitário a cada mil pessoas em Bombaim, por exemplo, nos faz imaginar a grave questão sanitária e social de algumas cidades da Índia. Situações como essa fazem disparar os índices de diversas infecções, que colocam a tuberculose como uma das principais causas de morte da cidade (Glaeser, 2020). Mas não são somente as questões sanitárias e infecciosas que influenciam a saúde na vida urbana. O agito do ambiente urbano é recheado de luzes, sons, trânsito e poluição, além da tensão das relações na multidão de desconhecidos que se amontoam nos centros das cidades

(Abbot, 2012; Ellard, 2016). Essa multiplicidade de estímulos pode proporcionar um significativo sintoma: o estresse urbano.

A psiquiatra Lilith Abrahamyan Empson e colaboradores (2019) confirmam a consistência de diversos estudos que apontam como o ambiente urbano pode desempenhar papel significativo no funcionamento de nossos corpos e mentes, desde a insuficiência de vitamina D até profundas diferenças subjetivas, assim como a possibilidade de facilitar o disparo de variados sofrimentos psíquicos (Golembiewski, 2016). Segundo as autoras, não "há nenhum outro lugar onde o *design* seja mais onipresente do que na cidade, onde literalmente cada pedaço de lixo carrega significado e potencialmente pode tornar-se um gatilho para o desencadeamento de outras ações" (Abrahamyan Empson et al., 2019, p.4, tradução minha).

Apesar da necessidade de mais estudos nessa área, pesquisas recentes apresentam um aumento de evidências que apontam uma maior incidência nas taxas de sofrimento psíquico em zonas urbanas em relação a ambientes rurais e naturais. De fato, como vimos também nos estudos de Ulrich, a natureza relaxa e reduz níveis de ansiedade e tensão corporal (Ellard, 2016). Assim, é nas cidades, nas estruturas sociais e econômicas de cada bairro e/ou região que podemos explorar os elementos importantes para decifrar as causas e consequências dessa sina urbana nada saudável (Allardyce; Boydell, 2006).

Contudo, essa informação não é novidade. Em 1939, os sociólogos Faris and Dunham constataram significativas diferenças nas taxas de esquizofrenia em diferentes bairros de Chicago. As taxas mais elevadas concentravam-se principalmente nos distritos que apresentavam conflitos étnico-raciais e "desorganização" social como o centro da cidade (Faris; Dunham, 1939). Pouco depois, nos anos 1950, as características do povoado de Roseto no estado da Pensilvânia nos Estados Unidos seguiram despertando reflexões importantes sobre o bem-estar e a qualidade de vida em ambiente urbano (Tizón, 2006).

Roseto era uma cidade composta por imigrantes italianos que mantinham as tradições de laços afetivos e trocas comunitárias.

Misteriosamente, a pequena cidade apresentava índices significativamente inferiores de adoecimentos cardiovasculares em relação à média nacional do país. Já nos anos 1980, o avanço do mercado imobiliário e a nova ocupação da cidade por classes mais abastadas norte-americanas resultou na destituição dos vínculos tradicionais de vizinhança que existiam antigamente na cidade, e consequentemente a taxa de enfermidades se equiparou à média nacional. Apesar da melhora nos hábitos alimentares, e a considerável diminuição do uso de tabaco em relação aos anos 1950, na década de 1980 a coesão social do território havia se fragmentado, e a nova desigualdade social e a falta de senso comunitário despontaram como fatores de risco para diversas adoecimentos (ibidem). As relações comunitárias de vizinhança protegiam as pessoas de Roseto. Infelizmente, essa abordagem mais aguda sobre o social foi substituída por visões biológicas e individuais a partir da década de 1970, que passaram a enfatizar a esquizofrenia, por exemplo, como uma questão exlusivamente orgânica do cérebro, e assim os tratamentos e formas de prevenção passaram também a se restringir a estratégias biológicas.

A perspectiva biologicista alia-se à dualidade entre corpo e mente amplamente valorizada desde o século XVII. A atenção sobre o contexto é subestimada pela reprodução do jargão popular "mente sã, corpo são", mas em realidade, nosso funcionamento psíquico é também produção de como nossos corpos reagem aos entornos em que estamos presentes e sempre suscetíveis (Golembiewski, 2016). Imprudentemente, a questão ambiental na produção de saúde foi colocada praticamente à parte da discussão até o final da década de 1990, quando estudos começaram a olhar para ambas as variáveis, biológica e social (Goldsmith; Holzer; Manderscheid, 1998). Apesar da sedimentada correlação genética para o desenvolvimento de algumas doenças, atualmente existe um consenso sobre a possibilidade de interação entre os contextos e os fatores biológicos (Abrahamyan Empson et al., 2019).

Como vimos na seção anterior, espaços como as cenas públicas de uso de drogas nas cidades, que são atravessados pelas violências

da repressão policial e políticas urbanas, podem ser considerados espaços estressantes capazes de gerar níveis de ansiedade e estresse significativos. Segundo o psicólogo Colin Ellard (2016, p.146, tradução minha), "Nos ambientes construídos, as dificuldades surgem, por motivos diversos, quando não podemos reagir de forma eficaz às ameaças percebidas. Nesses casos, somos obrigados a viver em locais desconfortáveis e com alto grau de percepção de ameaça, o que dá origem a uma cascata de reações neurais e endocrinológicas que podem gerar patologias mentais ou deteriorar nossa saúde física".

Apesar de avanços investigativos, o dualismo contextual-biológico persiste. Como veremos, uma atenção mais ampla para as questões sociais certamente exige transformações radicais na lógica de produção das cidades, das relações humanas e da saúde. Portanto, para além da necessidade de investimentos financeiros, muitas dificuldades surgem de entraves disparados por disputas e vaidades políticas.

Um estudo transversal sueco trabalhou questões subjetivas dos participantes e encontrou maiores taxas de esquizofrenia em espaços caracterizados pela criminalidade, estigma, medo e desorganização social (Logdberg et al., 2004), o que nos permite a associação com as dinâmicas informais dos territórios que acolhem as cenas públicas de uso de drogas. Estudos das psiquiatras Judith Allardyce e Jane Boydell (2006) apontam a necessidade de pesquisas que investiguem como determinados grupos são segregados ou integrados em determinadas regiões e comunidades, e também a necessidade de explorar as questões subjetivas sobre a experiência social, como a discriminação, por exemplo, que podem agravar situações de risco e intensificar sofrimentos na saúde mental.

Estudos recentes sobre reações emocionais associadas a imagens cerebrais em ambientes de estresse urbano abrem pistas nesse caminho de investigações (Lederbogen et al., 2011). A partir da compreensão universal de que o cérebro interage com o entorno, segundo um dos autores do estudo, "nada sobre saúde mental ficará claro a menos que possamos olhar para o meio ambiente". Um dos autores do estudo, Andreas Meyer-Lindenberg, diretor do Instituto

Central de Saúde Mental em Mannheim, na Alemanha, acrescenta que essas pesquisas podem auxiliar a melhorar o *design* das áreas urbanas e "fornecer uma base científica para um código de cidade" (ibidem). Ele enfatiza que reações físicas e psicológicas ao estresse são naturais e foram estratégias essenciais para garantir nossa sobrevivência frente aos riscos superados no percurso de nossa história; os problemas podem surgir quando essas reações ocorrem constantemente, a todo momento, como em relação aos inúmeros gatilhos disparados na vida urbana moderna. Historicamente, as cidades se configuram como polos econômicos e culturais e, felizmente, novas abordagens de profissionais da arquitetura acreditam que esse outro olhar da ciência sobre a vida urbana possa também permitir que as cidades sejam formadas por territórios de cuidado, ou "berços de saúde mental" (Abbot, 2012). Coloco "saúde mental" de fato como bem-estar, e não como sinônimo de doença, como é comumente relacionada.

Para isso, a correlação entre contexto e subjetividade precisa estreitar-se. Temos informações sobre as forças do ambiente urbano no comportamento humano e nos índices de adoecimento mental, mas seguimos sem saber quais são os elementos da cidade que causam tais fenômenos. Praticamente tudo no ambiente urbano é pensado e produzido por intenções humanas, e o reconhecimento de símbolos, ícones, mensagens, palavras e formas é característica intrínseca da atividade psíquica de nossa espécie.

Jan Golembiewski aponta que a amígdala é uma região do cérebro que compõe o sistema límbico, responsável pelas emoções e comportamentos sociais. Em pessoas que crescem nas cidades essa parte do cérebro é mais suscetível e sensível ao mundo desenhado e construído; afinal, é um mundo projetado para disparar respostas humanas, independentemente de quais sejam. Segundo Golembiewski (2016, p.165), "nas narrativas que cercam a existência urbana, é inteiramente esperado que haja uma maior propensão a identificar histórias que funcionem contra nós". Isto é, nas cidades, estamos passíveis a reações criativas ou defensivas a determinados ambientes, e para apostar mais na criatividade do que na violência

é preciso assumir responsabilidade pela produção de determinados espaços proporcionando ambientes que transbordem as intenções de funcionalidade e agreguem ideias na direção de conforto, qualidade e proteção.

Como vemos, existem relações nessa troca fluida entre nossas subjetividades e o contexto, mas ambas complexidades, a da mente humana e a do contexto urbano, tornam urgente o olhar cauteloso sobre esse tema. Sigo na esteira do psicólogo Colin Ellard, ao afirmar que a coesão da vizinhança ou sua ausência podem ser decisivas para os índices de sofrimento psíquico, e os fatores que podem auxiliar no controle das taxas de incidências de tais transtornos poderiam se alterar a partir de iniciativas no desenho urbano, pois segundo Ellard (2016, p.147, tradução minha), "as ferramentas para reduzir o custo mental que pagamos por viver em uma cidade poderiam estar nas mão de arquitetos e urbanistas". Logicamente não somente nas mãos desses profissionais, mas certamente eles são aliados importantes no processo de produção do espaço urbano.

Dessa forma, cabe-nos abrir reflexões para que seja possível a invenção de novas formas de prevenção e cuidado em contato com a cidade. Faltam pesquisas. Por isso buscamos aqui uma reflexão capaz de não somente trazer mais qualidade às mentes e aos corpos que em nosso tempo habitam nossas cidades, mas também nos auxiliar a criar cidades mais adaptadas às necessidades humanas atuais e do futuro.

Mudança de chave

É fundamental uma mudança nos ângulos de visão para avançarmos no preenchimento das diversas lacunas existentes nas indagações sobre a influência do ambiente urbano em nossa subjetividade. Atualmente, em nosso mundo contemporâneo, os sofrimentos psíquicos se apresentam como grandes custos sociais e financeiros para as cidades, e vale destacar que a população urbana no planeta apresenta crescimento exponencial (Golembiewski, 2016).

Por um lado, os arquitetos e os gestores de nossas cidades parecem pouco atentos às implicações subjetivas que os desenhos, as construções e as políticas urbanas causam no cérebro e na vida das pessoas. Por outro, existe também pouca compreensão da sociedade sobre o papel dos projetistas e os possíveis impactos dos ambientes construídos em nossa subjetividade. Assim, seja por baixo engajamento dos técnicos do *design* urbano, pelos interesses econômicos do Estado ou pela ausência de interesse e conhecimento dos clientes contratantes e da população, assistimos às cidades crescendo por meio de projetos pouco comprometidos com as consequências que os contextos urbanos podem produzir (Ornstein, 2005).

Para inovar na produção do cuidado em contextos de altíssimos riscos e vulnerabilidades, é preciso fazer apostas em estratégias que apresentam baixíssimos riscos e altíssimos benefícios em potencial, mas para isso é necessário virar a chave. E essa mudança de chave implica estar com as pessoas e escutá-las. Quais são as sensações, percepções e sentimentos que os movimentos urbanos nos provocam?

A ideia de mudança de chave me recorda de uma palestra do artista e médico Lula Wanderley em evento chamado *Experiências poéticas e políticas do sensível* organizado pelo Programa de Pós-graduação em Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo em 2015. Ao ser chamado para proferir sua fala, Lula foi anunciado como médico psiquiatra. Porém, ao assumir o microfone, corrigiu o mestre de cerimônias do evento afirmando que era um artista plástico, e que se utilizava dos conhecimentos da medicina para auxiliar no cuidado das pessoas. Lula atuou como médico em hospitais psiquiátricos nos anos 1980 e argumentava sobre a utilização da arte e do processo criativo como forma de comunicação com as pessoas em sofrimento psíquico. Ele dizia que, primeiramente, é preciso se comunicar com as pessoas para assim avaliar a continuidade do projeto terapêutico, e consequentemente a utilização ou não de medicamentos etc. Nessa perspectiva, a arte, o processo criativo (para além do produto final) pode se configurar como potente ferramenta de comunicação na produção do cuidado. Comunicar antes de medicar:

essa é a mudança de chave. A partir dessas reflexões que Lula Wanderley me trouxe, sigo cada vez mais com a convicção de que novas alternativas dependem de radicais mudanças de chave, seja nas relações de cuidado em relação às pessoas, seja no processo de produção dos espaços.

É urgente transpor os limites entre os procedimentos tecnicistas na produção de espaços funcionais e focalizar os olhares sobre as singularidades do contexto e das pessoas na produção de cidade. Somente assim abriremos fendas de compreensão dessa correlação entre a cidade e os fenômenos da saúde mental. Como destacado em estudos anteriores (Calil, 2015), é preciso deixar de compreender a urbanidade como um agregado de descritores estatísticos de determinada áreae passar a prestar atenção ao lugar urbano e suas sensibilidades cotidianas como um todo (Abrahamyan Empson et al., 2019).

É necessário fomentar uma ideia de urbanismo que extrapole o prescritivo que idealiza o entorno urbano com uma funcionalidade desejada. Precisamos pensar em como determinados contextos urbanos podem influenciar as condições psicológicas e subjetivas de seus ocupantes, para assim ser possível avançar para uma ideia de cidade que cuide das pessoas. Na perspectiva psicogeográfica de Colin Ellard (2016, p.137, tradução minha), a alternativa é produzir cidades para além de belas passarelas, vias funcionais ou bairros agitados: "se trata de um assunto de saúde pública, especialmente de saúde mental".

Para além do aço, tijolo e concreto

A relação entre as pessoas e as formas construídas, como prédios, pontes e demais edificações, não possui limites. As construções podem representar verdadeiras obras de arte como as estreitas e rebuscadas passagens da escultura habitável CasaPueblo, no Uruguai, um complexo espontaneamente construído pelo artista uruguaio Carlos Páez Vilaró. Podem também se posicionar como

manifestações políticas que promovam a ocupação popular como o Museu de Arte Moderna de São Paulo (Masp) de Lina Bo Bardi. E por incrível que pareça, podem gerar inclusive sentimentos de amor incondicional e produzir complicadas relações afetivas entre pessoas e determinadas estruturas, como a sueca Eija Riita-Eklaaf, que declarou publicamente seu amor pelo muro de Berlim, e Erika Eiffel, que adotou esse nome após casar-se com a torre em 2007 e adotar o nome de casamento.[1]

A proposta deste capítulo é pensar nas cidades que queremos. Porém, longe de ser como a cidade Celebration, no Condado de Osceola, Flórida, Estados Unidos, criada pela Walt Disney Company em 1996 – sim, uma cidade criada pela Disney. O projeto esbanja perfeccionismo nas ruas e idealiza a utopia da vida perfeita, literalmente o *American way of life* (modo de vida tradicional norte-americano), e apesar de sofrer duras críticas pela total perda de autenticidade, possui seus pequenos pontos aproveitáveis (Ellard, 2016). Quando a cidade foi criada pela companhia, acompanhou totalmente a lógica do Mercado imobiliário, e o único "direito" garantido à população foi conversar com um agente imobiliário para talvez poder comprar algum dos imóveis disponibilizados.

Segundo brochura oficial de divulgação de Celebration, o discurso utópico apelava para as características do projeto, que eram atemporais "na medida em que incorpora sensibilidades e civilidades veneradas em seu *design* [...] moderno, pois incorpora necessidades contemporâneas", além de buscar "gerar um senso de lugar entre seus residentes".[2] Pautava a possibilidade de uma vida social ativa, em que o desenho urbano foi planejado para privilegiar o deslocamento a pé entre as casas e comércios. Portanto, as garagens dos automóveis curiosamente ficam no interior das quadras, reservando as ruas em frente às casas somente para pedestres – um

1 Ver mais em: http://g1.globo.com/Noticias/PlanetaBizarro/0,,MUL1078509-6091,00-AMERICANA+VE+LIGACAO+ESPECIAL+APOS+SE+-CASAR+COM+TORRE+EIFFEL.html.

2 Ver mais em: https://themousemuseum.com/2018/01/12/celebration-florida-information-package-1996/#jp-carousel-6124.

dos poucos pontos a meu ver interessantes no planejamento doutrinador de Celebration.

Paradoxalmente, muitos dos moradores eram funcionários da Disney, e tinham que se deslocar via automóvel aos seus trabalhos. Em 30 de dezembro de 1996, os apartamentos prontos mais baratos estavam na faixa de 209 mil dólares, as demais casas perto dos 500 mil, e as mansões na faixa de 1 milhão e 100 mil dólares[3] (segundo brochura que enfatizava idealização fantasiosa com uma fonte de água com três arcos). O censo dos Estados Unidos da América do Norte de 2010 apontava 7.427 residentes na cidade. Pelo jeito, muitas pessoas aceitaram e até desejaram viver na artificialidade de Celebration. Mas deixando o caráter excludente da fonte de três arcos à parte, pensemos em nossas prioridades.

Atualmente, o conceito de cidades inteligentes vem despertando interesse por todo o mundo. Mas o que de fato caracteriza uma cidade inteligente? É comum vermos experiências que priorizam a eficiência energética atrelada à produção renovável, o uso da tecnologia para facilitar e otimizar a vida cotidiana e a adequada destinação de resíduos. A cidade de Songdo, por exemplo, na Coreia do Sul, desde 2004 vem crescendo rapidamente sob uma lógica totalmente planejada e organizada. O poder público local assume sua intenção de torná-la "perfeita cidade modelo"[4] que possa proporcionar mudanças globais na gestão das cidades. A avançada cidade-laboratório de Masdar,[5] nos Emirados Árabes, e a modesta City Laguna,[6] no município de São Gonçalo do Amarante, no Ceará brasileiro, seguem a mesma lógica. Mesmo bastante distantes da maioria das cidades latinas – que muitas vezes sequer possuem sistema de

---

3 Ver mais em: https://themousemuseum.com/2018/01/12/celebration-florida-information-package-1996/#jp-carousel-6124.

4 Ver mais em: https://www.stylourbano.com.br/songdo-a-primeira-cidade-inteligente-e-sustentavel-do-mundo/

5 Ver mais em: https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2019/12/09/cidade-fantasma-ou-do-futuro-entramos-no-projeto-bilionario-em-abu-dhabi.htm.

6 Ver mais em: https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/morar/2018/12/1984866-grande-fortaleza-tera-a-primeira-cidade-inteligente-social-do-pais.shtml.

saneamento básico – tais argumentos de otimização tecnológica, por exemplo, podem soar assustadores ao nos remeterem à ideia de uma padronização de vida e dos comportamentos humanos.

Essas alternativas são experiências interessantes e louváveis, mas partem do princípio de que muitos dos problemas urbanos são os mesmos nas diferentes partes do planeta, e oferecer um sistema genérico padrão às complexidades infinitas dos lugares não dialoga com a cultura, história e personalidade de cada território (Ellard, 2016). Assim, espero que Songdo, na Coreia do Sul, jamais seja um modelo de cidade global. Na atual era da "globalização", circulamos mercadorias e informação a velocidade inimagináveis, mas em contrapartida pode ocorrer uma padronização das formas de pensar e produzir as cidades. Corremos o risco de suprimir as autenticidades locais e produzir heteronomias urbanas sob a ideia das "cidades genéricas" trazidas por Koolhaas (2004), destituídas de costumes e identidade, e repetidamente se homogeneizando pelo globo (ibidem; Koolhass; Mau, 1995).

A cidade de Dubai, por exemplo, apesar de diferenciar-se por sua essência puramente neoliberal em uma sociedade altamente hierarquizada, possui 80% de sua população composta por imigrantes. A sustentação de uma identidade em cidades criadas para os negócios, como Dubai, ou para a pesquisa, como Masdar, de fato se torna um desafio. Compreendendo as intenções e finalidades da fabricação de Dubai, é realmente esperado um projeto genérico e altamente funcional. Mas essa não é a realidade de São Paulo, Bogotá, Medellín e de nenhuma outra cidade latino-americana. Nossa subjetividade não é global, e não queremos cair na armadilha das cidades genéricas que podem nos transformar em sociedades e culturas genéricas. Não somos genéricos, muito menos padronizados. Recordo meu orientador, o professor Rubens Adorno, dizer-me diversas vezes que a existência humana é por natureza diversa, e é exatamente essa a maior riqueza da humanidade, e respeitar e zelar pela diferença pode ser o caminho para uma sociedade mais saudável e sustentável.

É possível uma cidade que cuida?

Qual o tecido emocional dos lugares? Entornos construídos podem influenciar nos sentimentos de solidariedade ou individualismo e prédios e vizinhanças podem influir no que sentimos em relação aos outros, ou seja, a organização do espaço a nossa volta é determinante em nossa existência e relações cotidianas. A resposta para a pergunta que nomeia este subtema é que sim, é possível. Mas para isso, é preciso virar a chave e inaugurar a ocupação de terrenos intermediários entre as criatividades estéticas do repertório arquitetônico e as realidades subjetivas das pessoas, e certamente considerar o lugar em que estão situadas, composto por suas histórias e culturas locais (Ellard, 2016). Mas como chegar a essa terceira via?

O psicólogo Colin Ellard dá algumas indicações. Estudos contemporâneos sobre o urbanismo apontam que "uma simples mudança da aparência e da estrutura física dos três metros inferiores da fachada de um edifício influencia de forma espetacular no uso que se dá a uma cidade" (ibidem, p.126, tradução minha). De fato, o gradiente de cores da fachada de alguns prédios da projetada e inteligente cidade Masdar nos Emirados Árabes reflete a luz e proporciona um ambiente mais fresco em meio ao ambiente desértico de Abu Dhabi. Exemplos urbanísticos de Estocolmo ou Melbourne apresentam códigos urbanos que determinam que toda nova construção deve apresentar um desenho que se encaixe ao dos demais prédios vizinhos – um diálogo importante para a paisagem urbana. Podemos pensar nas diretrizes de construções de baixo porte, lugares públicos flexíveis e zonas verdes. Mas para uma cidade que de fato cuide de todos e todas é preciso mais.

O acesso à água e saneamento é básico. Todos sabemos disso, desde os achados de John Snow ao localizar a fonte de disseminação da cólera em um poço de Londres em 1854 (Glaeser, 2020). Snow traçou a geografia da doença e constatou que a disseminação estava ocorrendo por meio da água contaminada.[7] Com essa descoberta

7 As pessoas que tomavam cerveja adoeciam com menos frequência pois a ingestão do álcool colaborou no controle das bactérias da água (Glaeser, 2020).

sabemos que a questão da água é primordial para a manutenção da saúde humana nas cidades. Snow e o contexto urbano produziram esse conhecimento, e é dever da cidade garantir acesso à água potável para a população. A descoberta de Snow ilustra brilhantemente as ocasiões em que a cidade produz suas próprias inovações autoprotetoras (ibidem). Mas com a população em situação de rua nunca foi assim.

Lembro diversas ocasiões no Largo Coração de Jesus em São Paulo quando as pessoas em situação de rua não podiam entrar na praça para utilizar a torneira e o bebedouro, devido à repressão moral e controle policial na entrada do Largo. Recordo-me também do bueiro entupido e da água parada na esquina da Rua Helvetia com a Dino Bueno que assim ficou por pelo menos seis meses, na região dos Campos Elíseos na Cracolândia em São Paulo. O nível da água aumentava, ficou verde escuro e exalava um cheiro forte horrível. A violência com a população estava literalmente escancarada na esquina, pelo descaso em relação à água. O problema persistiu durante todo o verão entre 2016 e 2017, de novembro a abril, e só foi resolvido após diversas denúncias que fizemos pelo É de Lei, durante os trabalhos de campo semanais.

Uma prática concreta, e que nitidamente resultava em melhoria na qualidade de vida pontual das pessoas, foi uma que aprendi quando trabalhei junto às parceiras e parceiros do Projeto Oficinas. Esse projeto foi uma experiência executada pelo Cedeca Interlagos em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo entre 2014 e 2016, e compunha as iniciativas do projeto De Braços Abertos promovido pela gestão de Fernando Haddad entre 2013 e 2016. No Oficinas, nossa preocupação extrapolou os protocolos esperados pelos profissionais vinculados aos serviços de saúde e da assistência social. Na saúde, a garantia de direitos passa por acesso aos serviços, tratamento, curativos; na assistência social, a vagas em centros de acolhida, documentação e benefícios. No Oficinas, a premissa era a garantia de todos os direitos.

Lembro de pessoas na rua puxarem a pele de seus braços e me mostrarem como demorava para retomar a forma natural de seu

corpo. A causa? Desidratação: a falta de água no organismo diminui a elasticidade da pele. É um exame clínico básico para analisar níveis de desidratação. Estar na rua e realizar uma prática na perspectiva de garantia de direitos permitiu a invenção e a elaboração de novas práticas de cuidado, uma delas, a distribuição de água como insumo de prevenção. A prática consistia em estar na rua com galões de água e distribuir mais de setenta litros em menos de duas horas. Tentávamos organizar a distribuição em filas que cresciam de pessoas sedentas demanda por água. Durante a fila, conhecíamos as pessoas e criávamos laços, além de proporcionarmos hidratação em uma realidade em que o acesso à água não é nada público. Com o fim do Projeto Oficinas em 2016, o Centro de Convivência incorporou a água ao seu leque de insumos para produção do cuidado entre 2017 e 2018. As filas e a média de setenta litros em menos de duas horas seguiam no fluxo.

Na Colômbia, pude acompanhar iniciativa similar ofertada pela Fundación Procrear no distrito de Santa Fe em Bogotá em dezembro de 2018. Em frente à esquina redonda da Procrear, na calçada, me chamou a atenção o dispositivo que possuíam para aproximar as pessoas: um enorme balde de cinquenta litros cheio de água. Ao lado, uma cumbuca com sabão. As pessoas se aproximavam e lavavam as mãos, os rostos, os braços, as nucas, os sapatos e por aí vai. Seja para hidratação ou para assegurar alguma higiene pessoal, a água é indispensável. A provisão de água tratada e a higiene pessoal são há tempos reconhecidas como ferramentas extremamente eficientes no controle de inúmeras enfermidades. As duas iniciativas observadas, seja em São Paulo, seja em Bogotá, promovem a garantia básica da água em territórios altamente vulnerabilizados. Paradoxalmente, as duas são ofertadas por organizações da sociedade civil, ou seja, nenhuma delas é legitimada como política pública oferecida pelo Estado. A garantia de água potável gratuita e acesso a dispositivos de higiene pessoal deveriam ser obrigações do poder público em qualquer meio urbano. Entretanto, na cidade do Rio de Janeiro temos uma experiência importante de ressaltar: o projeto Redes da Maré literalmente construiu um banheiro público em um terreno

público do Complexo da Maré em uma zona que concentra pessoas em situação de rua e que fazem uso de drogas. Narram relatos locais:

> Construir um banheiro em uma favela habitada por pessoas que usam drogas se tornou um símbolo da redução da violência na área; um símbolo de negociações com líderes criminosos; e um reconhecimento do direito aos serviços para pessoas que fazem uso de drogas e de sua aceitação como vizinhos por outros moradores da favela. (Gabriel, 2019 apud Krupanski; Evans, 2020)

Em relação às questões sociais desencadeadas por processos de desigualdade política e econômica, acompanhamos uma variedade de políticas públicas executadas em direções opostas à possibilidade de uma cidade cuidadora. A terapeuta ocupacional Isabela Umbuzeiro Valent (2019, p.180-1), que investiga a possibilidade de práticas coletivas na produção de políticas de cuidado, traz rica reflexão sobre o direcionamento das políticas realizadas:

> [...] ao invés de criarmos coletivamente políticas que produzam sistemas de apoio para qualquer pessoa lidar com os riscos e vulnerabilidades próprios da vida, estamos fortalecendo um mercado de seguros individualizados que geram a sensação de uma proteção que não passa da expropriação de saberes e recursos comuns que deveriam ser acessíveis a todos nós. Essa racionalidade opera capilarmente, modulando nossa forma de agir no mundo e de lidar com a vulnerabilidade. É no espaço da mesopolítica que é possível realizar mudanças nas formas de conectar com o outro e o meio, e de agir coletivamente, de realizar, portanto, intervenções políticas capazes de apoiar e liberar o agir, atribuindo responsabilidades e produzindo autonomia e comunidade.

Em uma sociedade marcada pelas relações raciais e de classe, a estratégia foi construir meios de aproximação e resgate comunitário por meio da construção autônoma de um banheiro público, como um "clamor pelo direito à cidade realizado por meio de uma cidadania

coletiva e transgressora" (Krupanski; Evans, 2020). Para isso é preciso alimentar as ideias, e espaços que fomentem a reflexão sobre a vida urbana podem ser caminhos interessantes, como a inclusão de aulas e atividades sobre as cidades e a vida urbana na grade curricular das escolas infantis (Ellard, 2016). A abertura de diálogos sobre a diferença desde que somos crianças pode facilitar a introdução de políticas urbanas interessantes, como por exemplo as políticas de gênero em Viena, na Áustria.

Interessante reportagem de Clare Foran (2013) aponta os avanços em Viena com a ideia de criar uma "cidade justamente compartilhada". A proposta busca equiparar questões de gênero e demais diferenças, com o objetivo de oferecer igual acesso aos recursos da cidade. A mudança de chave ocorreu em meados dos anos de 1990, quando passaram a escutar os diferentes trajetos realizados por diversas mulheres que levantaram por unanimidade a questão da segurança na circulação pela cidade. A iluminação e outras alternativas no ambiente construído trouxeram a sensação de segurança sem que as mulheres alterassem seus trajetos pessoais. Desde então, a cidade já executou mais de sessenta projetos na lógica de escuta, incluindo casos nas áreas da educação, saúde e planejamento urbano. Uma das administradoras do projeto, Eva Kail (apud ibidem), afirma que a força das iniciativas leva em conta "as necessidades das pessoas que usavam o espaço primeiro e, em seguida, buscamos soluções técnicas [...] Muitas vezes é o contrário, e as soluções técnicas ou estéticas determinam o resultado final".

Virar essa chave foi fundamental para realizar efetivamente uma leitura da cidade e seus fenômenos sociais e assim propor alternativas que dialoguem com a realidade. Em outro estudo, a percepção e a compreensão de que após completarem 9 anos de idade as meninas deixavam de frequentar os espaços públicos como praças e parques fez com que uma remodelação do espaço pudesse aproximar a igualdade de acesso desses recursos urbanos (Foran, 2013).

A atenção, a escuta e o respeito pela diversidade é essencial. As trocas de experiências e de ideias são as fagulhas necessárias para novas invenções e estratégias que fomentem expansão e

sustentabilidade dos espaços e suas cidades, e somente assim evitar aquele possível cenário fantasmagórico de Detroit. A expansão do mundo moderno não dependeu somente do comércio de mercadorias, mas também do fluxo de ideias, da troca de experiências, ou seja, a mistura heterogênea de contextos.

Mas o pensamento eurocêntrico oculta parte da história. A cidade de Bagdá, por exemplo, atual capital do Iraque, foi um grande centro intelectual e de sabedoria durante o período medieval europeu. Muitos dos pensadores europeus se alimentaram dos conhecimentos orientais durante as grandes navegações, incluindo os saberes médicos persas e a fabricação de papel chinesa. Somente assim a Europa recebeu referências que impulsionaram as transformações sociais e avanços científicos considerados ocidentais (Glaeser, 2020).

O ponto é, seja numa cidade ou num território, para garantir uma dinâmica local capaz de promover qualidade de vida social, econômica e cultural, as ideias precisam circular. Para isso podemos pensar em diversos recursos. O capital social de um bairro pode ser um fator de proteção de todos que o habitam por meio de confiança, solidariedade, sentimento de pertencimento, proteção mútua e senso de comunidade (Abrahamyan Empson et al., 2011). Mas como fomentar movimentos e estimular o capital social local?

Estar em Bogotá e Medellín e acessar os sistemas de bibliotecas públicas de ambas as cidades oferece indícios interessantes. Em Bogotá, a Rede de Bibliotecas Públicas[8] (BibloRed) é um projeto que iniciou em 1998 e atualmente conta com 24 bibliotecas vinculadas à Secretaría de Cultura, Recreación y Deporte de Bogotá. Como estudante estrangeiro caminhei até muitas delas para pesquisas e leituras. Elas funcionam como catalisadores comunitários, e a fusão com a área verde e o desenho convidativo à leitura da biblioteca Virgilio Barco é uma experiência à parte que valida a experiência – uma experiência muito distinta da ostensiva demonstração de autoridade e poder estatal do edifício do Archivo Público de Bogotá, vinculado diretamente à Secretaria Geral da Prefeitura.

8 Ver mais em: https://www.biblored.gov.co/index.php/.

Em Medellín, o sistema de bibliotecas públicas da Secretaria de Cultura e Cidadania[9] dispõe dos Parques Bibliotecas, que também como aglutinadores culturais locais se espalham pela cidade em nove parques. Ao todo, o sistema de Medellín conta com 34 unidades, contando com os nove parques biblioteca, as bibliotecas de bairro e os centros de documentação – nada mal para uma cidade com pouco mais de 2 milhões de habitantes. Nas duas cidades realmente vi a relevância desses espaços na dinâmica territorial, com algumas exceções como o atual elefante branco que é o Parque Biblioteca España, projetado pelo arquiteto Giancarlo Mazzanti e inaugurado em 2007 na Comuna 01, como forma de requalificar um dos setores mais vulnerabilizados de Medellín. A biblioteca foi fechada em 2013 após graves problemas estruturais e de infiltração. Em 2019 seguia abandonada.

As contradições latino-americanas não param. Apesar dos benefícios do sistema de bibliotecas de Bogotá, paradoxalmente o início da BibloRed foi parte central do Plan de Desarrollo Económico, Social y de Obras Públicas de Bogotá 1998 – 2001, que ocasionou a destruição do Cartucho e a desapropriação de aproximadamente 12 mil pessoas. O constante aumento de aproximadamente 2% ao ano no número de visitantes no sistema BibloRed não justifica as violências que o Estado produziu à parcela da população vinte anos atrás. As ofertas positivas do Estado mascaram as imposições violentas de que dispõe, e em territórios estigmatizados e violentados pela sociedade pelo poder público e pelas políticas de drogas, outras formas de coesão territorial e resistência são desenvolvidas.

Experiências coletivas justamente surgem em contraponto à extrema falta de comprometimento do Estado para enfrentar as dificuldades sociais e econômicas de determinadas áreas das cidades. Os espaços que acolhem as cenas públicas de uso de drogas certamente possuem suas particularidades, e o nível de intolerâncias morais são desafios persistentes, mas apresento a seguir algumas iniciativas que podem nos provocar na utopia de experiências urbanas menos duras.

9 Ver mais em: https://bibliotecasmedellin.gov.co/cms/.

A experiência das *pollas* descrita por Clara Han (2012) nas periferias de Santiago, no Chile, apresenta interessante alternativa de cuidado comunitário. As *pollas* são fundos efetivados por contribuições financeiras comunitárias organizadas por lideranças femininas que minimizam as incertezas financeiras e mostram-se alternativas de renda diante das fragilidades econômicas. Todos contribuem e em uma escala de sorteios o apoio financeiro é revezado entre os contribuintes em diferentes momentos. Apesar da informalidade, são iniciativas que assumem o coletivo acima do individual, e assim conquistam algumas garantias via clandestinas "economias de solidariedade" (ibidem). Entretanto, é importante ressaltar a necessidade de mais estudos, pois tais estratégias encontram desafios relacionados a desigualdades internas dentro da própria comunidade (Rolnik, 2015). O que sabemos, por enquanto, é que a experiência coletiva é um caminho possível.

Em Bogotá pude conhecer alguns projetos que não poderia deixar de mencionar.[10] O Centro Infantil y Juvenil para el Desarrollo Comunitario (Cinjudesco) está localizado no bairro de Granjas de San Pablo na zona Sul de Bogotá, na localidad 18 chamada Rafael Uribe Uribe. Os embriões das ações do projeto surgiram na década de 1970, quando o bairro já dispunha de processos comunitários e políticos sob lideranças locais como Esneda Cano, que buscavam autossoluções para os principais problemas do território, inclusive o uso de drogas e envolvimento com o tráfico entre jovens (Zanguña-Garay, 2017).

O centro comunitário Cinjudesco se consolidou na década de 1990, e desde então fomenta atividades culturais com jovens que incluem o grupo de dança Cuerpo Latino, um estúdio de gravações, uma biblioteca autônoma, grafite e demais atividades. Um dos atuais líderes comunitários é Rene Pineda Cortes, também conhecido como El Padrino, que além de proporcionar e organizar muitas das atividades é também cantor de *rap*. Enquanto conversava com

---

10 A partir de encontro sobre direito à cidade organizado pelo Centro de Pensamiento y Acción para la Transformación (CPAT) em dezembro de 2018.

Cortes no final de 2018, ele diversas vezes mencionou os princípios que orientavam sua prática (Figura 24).

Figura 24 – Comunidade Rafael Uribe Uribe, grafite realizado em muros do bairro pelos jovens que participam do projeto Cinjudesco

Dezembro de 2018. Fonte: desenho elaborado pelo autor.

Tive a oportunidade de participar do Festival RecreArte em dezembro de 2018 durante toda a tarde de um domingo. Além de descrever as inúmeras atividades e impressões que tive do trabalho desenvolvido pela Cinjudesco, sintetizo o que absorvi em um simples poema em espanhol que me veio à cabeça e escrevi em um pedaço de papel enquanto conhecia a realidade e as atividades locais, poema que El Padrino me concedeu a honra de proclamar para a comunidade no Festival Recrearte de 2018:

Yo soy el chico Thika, una vida de Brasil
Pienso muchas cosas, mi cabeza está a mil
Hoy por todo el día, arriba en Uribe
Una charla muy rica de un barrio que se vive

La calle que se baila, la calle que se lucha
Por medio del arte la ciudad les escucha
El rap que nos toca de Colombia es increíble
la fuerza del lugar en los jóvenes es sublime

Creer Latinoamérica
Fronteras invisibles

Foi bastante significativo perceber o brotar dessas palavras em meus pensamentos ao conhecer o espaço e suas linhas de fuga em meio ao histórico baixo comprometimento do poder público com esses espaços. Outro ponto que chamou a atenção foi a comunidade de Ciudad Bolívar. Se Rafael Uribe Uribe já é considerado sul de Bogotá, Ciudad Bolívar é extremo sul, e parece que quanto mais ao sul, maiores os problemas sociais e a escassez de dispositivos comunitários estatais em Bogotá. O bairro é o que apresenta maiores índices de pobreza da cidade. Ciudad Bolívar é um setor bastante popular que abriga cerca de 1 milhão de habitantes, e recentemente acolhe diversos venezuelanos que buscam refúgio na Colômbia. A maioria de seus ocupantes é composta por pessoas que foram despejadas e/ou removidas compulsoriamente de seus locais de origem. Constantemente é assolada por grupos guerrilheiros, tráfico de drogas e violência policial, e atualmente é considerada uma das localidades mais violentas de Bogotá,[11] inclusive com muitos assassinatos de adolescentes.

Ciudad Bolívar é bastante estigmatizada pelos meios de comunicação, afinal por muitos anos o local era o destino de diversos resíduos e lixos de Bogotá. Ironicamente, quando visitei o bairro, uma das coisas que um dos moradores me disse foi: "Ciudad: Bolívar não é todo esse terror que aparece nos meios de comunicação". Estando lá pude conhecer o coletivo que organiza o festival de cinema comunitário Ojo Sancocho, que acontece sempre em outubro

11 Ver mais em: https://caracol.com.co/emisora/2018/05/03/bogota/1525360317_045614.html.

desde 2008. A proposta principal do coletivo é "gerar o pensamento crítico em um contexto de extrema violência", e o cinema é o dispositivo empregado para proporcionar o encontro entre as diferenças dessa zona em que a presença do Estado é marcada periodicamente por interesses eleitorais, como a recente pintura colorida de muitas casas do bairro. O festival é realizado na sala de cinema Potocine, uma sala comunitária autoconstruída e autogerida pela comunidade do distrito de Potosí em Ciudad Bolívar.

O envolvimento dos jovens e a qualidade e profundidade das narrativas produzidas em audiovisual me transmitiram a seriedade e a força da iniciativa. Segundo o site da organização do festival, os esforços comunitários vão na direção de contrapor o estigma e de que os imaginários negativos em relação ao lugar "se transformem em oportunidades para visibilizar o grande desenvolvimento social, comunitário, políticos e cultural que surgiu e que tem acontecido nos últimos anos".[12]

Foi em Ciudad Bolívar que o enorme aterro sanitário de Doña Juana iniciou suas operações em 1988, e foi o funcionamento desse aterro que proporcionou a desintegração do sistema de reciclagem e a fragilização de centenas de carroceiros no centro da cidade durante o período do antigo Cartucho. É desconcertante constatar as decisões administrativas que de forma avassaladora sobrepõem camadas de violências e desrespeito com determinados setores da população. Já nos anos 1980 existiam tentativas de enfeitar o centro da cidade sem considerar a complexidade da estrutura social e as consequências negativas de decisões administrativas imponderadas. Os prejuízos rebatem nas pessoas que na época perderam a reciclagem como modo legítimo de renda no centro, e atualmente nas pessoas que se arriscam literalmente nessas zonas às margens do Estado.

As iniciativas que existiam no Cartucho/Bronx se extinguiram com a dispersão da população, receio que enfrentamos na cidade de São Paulo. Atualmente, a resistência do território é formada por diversos atores que compõem o Fórum Aberto Mundaréu da Luz.

---

12 Ver mais em: http://www.ojoalsancocho.org/ciudadbolivar/.

O surgimento e alguns marcos das ações do Mundaréu já foram apresentados no capítulo sobre a realidade paulistana. Agora cabe ampliar alguns detalhes das iniciativas comunitárias do Mundaréu na perspectiva de integração, protagonismo político e cuidado. De fato, como participante ativo no Fórum, concordo com a doutora em administração pública Morgana Krieger (2020), ao salientar a capacidade de coesão e lastro de possibilidades de atuação do Fórum Mundaréu, que se mostrou uma força de resistência consistente.

Para além de o coletivo possibilitar reflexões na interface entre redução de danos, urbanismo e moradia na disputa política da cidade de São Paulo, a aglutinação de diferentes atores e áreas do saber é determinante para a pluralidade de estratégias disparadas pelo Mundaréu. No âmbito do planejamento urbano, a criação do projeto Campos Elíseos Vivo, como proposta concreta e alternativa viável de repensar a cidade, é bastante notável. Mas outras ações que abarcam aspectos como saúde, cultura e promoção política promovem sustentação para uma ideia plural de coesão da vizinhança e cuidado territorial, cuidado que perpassa desde a mediação entre o poder público traduzindo as determinações legais para a população local, até atendimento psicológico social gratuito oferecido pelo projeto Fique Vivo, do Laboratório de Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social[13] (LEVV) da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Os três teatros que compõem o território – A Próxima Companhia,[14] Cia Mungunzá – Teatro de Container[15] e Cia Pessoal do Faroeste[16] –, além de ceder os espaços físicos para ações e reuniões do Fórum Mundaréu, atuam ativamente tanto no posicionamento político sobre o bairro quanto criativamente na produção de espetáculos que trabalham questões da realidade local e as várias disputas que envolvem essa arena pública de interesses privados. Peças como *Guerra* (A Próxima Companhia), *Epidemia prata* (Cia Mungunzá)

13 Ver mais em: https://levvmackenzie.wixsite.com/levv/fique-vivo.

14 Ver mais em: https://www.aproximacompanhia.com.br/

15 Ver mais em: https://www.ciamungunza.com.br/.

16 Ver mais em: https://www.pessoaldofaroeste.com.br/.

e *Homem não entra* (Pessoal do Faroeste) ilustram bem esse caminho artístico-cultural. Atualmente o Teatro de Container Mungunzá se configura como um polo de projetos e iniciativas com caráter territorial, inclusive acolhendo em sua estrutura o coletivo Tem Sentimento,[17] que atua com geração de renda com mulheres trans em situação de rua e vulnerabilidade social: é um importante trabalho na brecha da política patriarcal de assistência social, que deslegitima a questão de gênero como afirmação da diferença.

Na esfera do cuidado, o Centro de Convivência É de Lei, de São Paulo, mantém ações de redução de riscos e danos, incluindo a distribuição de insumos, assim como atua na reflexão e composição de como produzir um território que acolha as dinâmicas inerentes à sua história. Demais coletivos como a Craco Resiste,[18] entre diversas ações, sustentam a rotina de vigílias realizadas por seus membros com o objetivo de coibir ou registrar e denunciar os episódios cotidianos de violência policial.

A atuação do Fórum Mundaréu traz consigo algumas conquistas importantes nos últimos quatro anos. Iniciativas como essas são capazes de promover escuta e comunicação, e assim pensar junto sobre as subjetividades e desejos relacionados à realidade de um determinado espaço. A antropóloga Clara Han (2012, p.143) coloca a "subjetividade como a forma singular de tecer as relações", e essa é a aposta para a construção de comunidade, pois como acompanhamos em contextos latino-americanos, é possível que as redes de apoio locais forneçam mais dignidade que o Estado. Erik Swyngedouw destaca a força de experiências coletivas ao clamar que essas práticas devem ser experimentadas, reconhecidas e cuidadas na criação de um senso comunitário. Segundo Swyngedouw (2010, p.13), são "espaços onde a condição pós-política é questionada, a política retratada, e as práticas de democratização radical, experimentadas".

Esse é um percurso necessário para que seja possível alterar os caminhos políticos das cidades, retomar nossa cidadania e criar

17 Ver mais em: https://www.facebook.com/coletivotemsentimento/.
18 Ver mais em: https://www.facebook.com/ACracoResiste.

alternativas políticas dignas na interface entre o urbanismo e o cuidado. A perspectiva da redução de danos abre a discussão na temática urbana – inventar e experimentar – em diálogo com contextos urbanos de uso de drogas nos espaços públicos. Como criar um senso de comunidade que considere a diferença e que possibilite o convívio com quem não conhecemos e não necessariamente temos alguma relação afetiva? Como diluir a carga moral em relação às pessoas em situação de rua e/ou que fazem uso de drogas e promover a convivência nos bairros? Como diluir o peso moral marcado pelas políticas de drogas?

Os territórios em disputa investigados neste texto apontam esses elementos como chaves essenciais para a produção de um respeito local territorial. Precisamos fomentar redes que se conectem pelo diferente, pois é por meio da tensão e pelo manejo da diferença que se abrem possibilidades para mudanças e novos arranjos nas políticas urbanas e nas políticas de cuidado (Valent, 2019). Segundo Isabela Valent (ibidem, p.184),

> ao invés de tentarmos corrigir, é preciso ouvir os sintomas, entrar em contato com eles, compreendê-los como canais de comunicação com necessidades vivas que buscam formas de ser atendidas. Escutar o que dizem as vozes delirantes ao invés de sintetizar drogas para silenciá-las. Multiplicar espaços coletivos para essa expressão e escuta é vital para acolhermos aquilo que brota e precisa encontrar passagens para crescer e conviver com o que já existe.

São essas estratégias que nos auxiliam na compreensão psicogeográfica dos lugares, e assim a afirmar e reforçar posicionamentos políticos com a intenção de construir a cidade que queremos (Ellard, 2016). A união entre diversos atores faz com que a informação circule, e uma população bem informada é determinante no diálogo comum na construção das cidades. O promotor da área de Saúde Pública do Ministério Público (MP) do Estado de São Paulo, Arthur Pinto, considerou em 2019 que "o Fórum Mundaréu é ponto de inflexão ao horror que estamos vivendo". Mas apesar de conquistas

paliativas, a questão central da realidade histórica do território é de difícil solução: a moradia, seja para as famílias removidas da Quadra 36, que recebem o patético auxílio-moradia ou as ilusórias cartas de crédito, seja para a população em situação de rua e/ou que faz uso de drogas, que nesse quesito segue totalmente desassistida, além obviamente de tantos outros.

Segundo comentários no *Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, ratificado pelo Brasil em 1992, sobre o direito à habitação em qualquer contexto, o artigo 11 argumenta que "independentemente do tipo de posse, todas as pessoas deveriam possuir um grau de sua segurança, o qual garanta proteção legal contra despejos forçados, pressões incômodas e outras ameaças" (ONU, 1966), incluindo acessibilidade a tratamentos de saúde se necessário. Nesse sentido, o cuidado em relação ao uso de drogas poderia ser vinculado a programas de habitação, atrelando acesso à saúde e moradia simultaneamente no mesmo dispositivo.

Na atualidade latina, a violação de direitos se expande e fica evidente na ausência de garantia de direitos básicos como a moradia. Esse é o ponto de contato na interface entre redução de danos e urbanismo, que busca aproximar a noção de "acesso e garantias", pautada historicamente pela redução de danos à questão da moradia e a pensar a vida na cidade. A convergência situa-se, não exclusivamente, mas principalmente, na questão da população em situação de rua, que ocupa decisivamente os espaços públicos urbanos que concentram consumo de drogas e tornam-se alvos de intervenções urbanísticas.

No Brasil, na esfera da Saúde, temos o modelo de cuidado via políticas de saúde mental, que possibilita a inserção em programas de moradia para as pessoas que fazem uso de drogas. Em 2011, o Ministério da Saúde instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (Raps), que apresenta alguns programas de acesso à moradia via estratégias de desinstitucionalização, como as residências terapêuticas, por exemplo. Como fluxo de encaminhamento, existe a necessidade de estar atrelado ao tratamento em saúde mental. No âmbito social, no qual podemos pensar sobre a questão das pessoas em situação de rua, a

ideia de moradia parece ser uma questão que repousa em uma nuvem entre as políticas de assistência social e habitação em que a garantia de fato de moradia digna e definitiva não acontece.

Porém, tradicionalmente, nosso modelo de atenção e cuidado em relação ao uso de drogas trabalha com a ideia de que para termos acesso a algum programa de acesso à moradia, a pessoa tem que "estar bem" e "organizada". Mas afinal, o que é "estar bem"? "Organizada"? Estamos sempre "bem" ou "organizados"? É justo determinar esses critérios para a garantia de direitos? São modelos de cuidado que geralmente compreendem o uso drogas como um fenômeno necessariamente negativo, e que geralmente a ideia de "estar bem" é acompanhada de uma carga moral embasada na abstinência em relação às drogas. São modelos que colocam a garantia de um direito fundamental a preço de troca por determinado comportamento – uma questão complicada, pois a sociedade brasileira urge por uma desconstrução da compreensão simplista e moralista sobre a relação do humano com as substâncias psicoativas. Mas isso é reflexão para outro texto. O ponto é que o pano de fundo da moral deixa pouco espaço para que outras formas de se relacionar com as drogas, com a vida e com o mundo, apareçam.

Contudo, as conquistas da Reforma Psiquiátrica (RP) brasileira consolidada a partir dos anos 1980 oferecem condições para a abertura de novas perspectivas e arranjos nos processos de produção do cuidado. A RP é um processo social complexo que extrapola uma revisão das técnicas e das práticas em saúde mental (Yasui, 2010; Amarante; Torre, 2017) e por meio de grande participação social possibilita a construção e a disputa por um novo modelo de atenção psicossocial na busca de encontros, trocas e invenções para novas oportunidades de produções de vida (Amarante; Torre, 2017). Dessa forma, a RP é mais que somente a busca por um cuidado humanizado, é a luta por qualidade de vida a partir de novas formas de subjetivação, de estar no mundo, valorizando a diversidade de singularidades da experiência humana. A RP, amparada pela Lei 10.216 de 2001, busca espaços para experimentações de um novo paradigma de cuidado e atenção às pessoas com sofrimento psíquico e/

ou que fazem uso de drogas, e nesse novo paradigma, acredito que o diálogo entre as pessoas, as drogas, o cuidado e a cidade possa explorar alternativas para além das lógicas de "manicômios sociais" que perpetuam o estigma e a patologização da diferença (Yasui, 2010). Apesar dos recentes retrocessos que colocam os avanços e conquista das políticas de saúde mental e de cuidado às pessoas que usam drogas da RP sob grave ameaça (Cruz; Gonçalves; Delgado, 2020), afirmo que a sustentação e a aposta na ideia desse novo paradigma seja o caminho para a transformação social necessária para a possibilidade de uma cidade cuidadora.

No objetivo de aproximar um dos princípios da redução de danos que visa garantir acesso, interessa-nos avançar na interface entre as drogas e as questões urbanas. É aí que a redução de danos pode apresentar alternativas interessantes na relação entre as pessoas e a cidade, com ideias inovadoras que podem tornar-se estratégias autoprotetoras dos contextos urbanos (Glaeser, 2020).

Casa Primeiro: a moradia em primeiro lugar

A noção de moradia ou lar remete-nos a intimidade, descanso, espaço de amor, privacidade, aceitação, proteção e pertencimento. Não à toa, habitações tradicionais históricas da cidade de Tombuctu, em Mali, na África Ocidental, configuram o cômodo principal em formato de útero, simbolizando segurança, proteção e cuidado (Ellard, 2016). Na Agenda 21 sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, já se afirmava que "o acesso a habitação segura e saudável é essencial para o bem-estar físico, psicológico, social e econômico das pessoas, devendo ser parte fundamental das atividades nacionais e internacionais".

Essa estratégia de redução de danos consiste em programas de acesso à moradia para as pessoas em situação de rua e/ou que fazem uso de drogas. Ela surgiu em Nova Iorque no início dos anos 1990, com o citado nome *Housing First* ou Casa Primeiro, e rapidamente foi introduzida em outras partes do mundo, como Europa e

Canadá. No Brasil, os programas tradicionais de acesso à moradia vinculados ao cuidado em relação ao uso de drogas impõem ao cidadão beneficiário o imperativo de avançar nas etapas do processo de cuidado, e como conquista final, enfim o acesso à moradia – como um prêmio. Em contraste, nos programas de "moradia em primeiro lugar" o acesso à moradia é a primeira etapa. Sem barganha! Não é preciso estar "bem", "organizado" ou "abstinente" para garantir acesso a um direito básico como o morar. É uma perspectiva que valoriza o desejo e a escolha das pessoas, sem pré-requisitos ou exigência de tratamento psiquiátrico ou sobriedade (Tsemberis; Gulcur; Nakae, 2004).

Estudos apontam que o acesso à moradia sem a carga moral exigente da abstinência não aumentou o padrão de uso de drogas das pessoas, e em contrapartida, diminuiu as probabilidades de abuso de tais substâncias (Padgett et al., 2011, p.230). Outros estudos ressaltam que a garantia de moradia digna diminui o acesso a demais serviços tanto na área da saúde quanto em serviços de acolhimento transitório (que raramente transformam a realidade), serviços especializados para a população em situação de rua e também serviços da justiça criminal (Tsemberis, Gulcur, Nakae, 2004; Padgett et al., 2011; Parsell, Petersen, Culhane, 2017; Gaetz, Scott, Gulliver 2013).

A superficial compreensão de que as pessoas em situação de rua e que fazem uso de drogas "não estão prontas" para sustentar uma moradia definitiva não avança para além de mito popular. Estudo longitudinal por 24 meses com mais de duzentos participantes, realizado por Tsemberis, Gulcur e Nakae (2004, p.654), apontou alta taxa de manutenção da moradia, aproximadamente 80%, atribuindo significativo crédito à possibilidade de a comunidade acolher a diversidade associada a essa população acostumada a ser evitada e/ou invisibilizada (Padgett et al., 2011). A diretriz pautada pela ideia de "estar pronto ou não" é regida por critérios subjetivos que podem culminar em julgamentos morais e preconceituosos, fazendo-se necessária a experimentação cotidiana para considerar cada caso com sua devida singularidade.

Segundo o *Guia Europeu sobre Moradia*,[19] nesse modelo, um dos princípios elementares é que todos, todos os seres humanos, estão sempre "prontos" para uma morada. Isso não é algo a ser conquistado, negociado, mas sim garantido! Trabalham com a ideia de que com a moradia garantida torna-se mais possível enfrentar os demais obstáculos que a vida traz, como as inúmeras dificuldades pela falta de recursos, o preconceito, o uso de drogas e a estigmatização, entre outros. Em relação ao uso de drogas, garantir moradia também é oferecer condições mínimas de participação e sustentação em programas de atenção, cuidado e tratamento, caso sejam esses as necessidades e os desejos das pessoas. O acesso elementar à moradia pode promover mais autonomia, e após adesão ao dispositivo habitacional, pode-se aumentar o interesse pelos cuidados e tratamentos em saúde (Tsemberis; Gulcur; Nakae, 2004). Além disso, modelos convencionais de tratamento por etapas, que costumam dispor de regras mais rígidas, não contemplam a pluralidade das pessoas, gerando frustração e maior índice de abandono (Pleace, 2011).

A perspectiva da redução de riscos e danos como aliada à essas ações legitima a singularidade dos sujeitos, além de colaborar internacionalmente para acabar com "a ideia de que a falta de moradia absoluta generalizada nas cidades é apenas um 'fato da vida'" (Katz et al., 2016 p.6). Deborah Padgett e colaboradores (2011, p.231) enaltecem a necessidade do trabalho em colaboração com as pessoas atendidas, em que as políticas públicas e os provedores dos serviços possam também, assim como o processo dos beneficiários, adotar a "natureza não linear da recuperação e oferecer serviços genuinamente autodirecionados". O dispositivo de moradia em primeiro lugar está intimamente ligado à escolha das pessoas, e por natureza é imbricado às premissas da redução de danos.

Nicholas Pleace traz a ressalva de que esse casamento inevitável pode não ser bem visto por formuladores de políticas e tomadores de

---

19 Ver mais em: https://housingfirsteurope.eu/assets/files/2016/11/Gui%CC%81a-Housing-First-Europa.pdf.

decisão. Em contextos conservadores e moralistas em que as políticas de drogas são embasadas pela proibição, a consequente polarização no debate traz questionamentos sobre os resultados pautados pela redução de danos e a aderência ao dispositivo de pessoas que fazem uso constante de substâncias (Pleace, 2011). Entretanto, para além de entraves dualistas, o autor atesta a importância fundamental da estratégia, e sublinha que "os ganhos que ela pode proporcionar por meio da manutenção e sustentabilidade da habitação precisam estar sempre em mente" (ibidem, p.120, tradução minha).

Como mencionado, programas e pesquisas de moradia em primeiro lugar no exterior apresentam dados consistentes de que o investimento nessa estratégia reduz o custo em outras áreas. Em Seattle, nos Estados Unidos, com a promoção de acesso à saúde e à moradia, o número de pessoas que voltaram a cometer crimes caiu 60%, e elas apresentaram maiores possibilidades de estabilidade financeira a partir de rendimentos legais, sendo isso um importante aliado nas respostas aos desafios sociais de determinados territórios (OSF, 2018). A menor procura e demanda de dispositivos públicos de saúde, o acolhimento assistencial e à justiça diminuem os gastos públicos nos mais diversos departamentos do governo, gerando uma significativa economia de recursos para o Estado (Katz et al., 2016; Parsell et al., 2017; Pleace, 2011).

Estudo australiano de Cameron Parsell e colaboradores (2017), que cruzou fontes etnográficas com dados administrativos (geralmente de difícil acesso), apontou economia de 27% por cada cidadão atendido por serviços de moradia, em contraponto aos possíveis gastos em saúde e justiça sem a provisão de moradia. Para o governo australiano, políticas adequadas para as pessoas em situação de rua são vistas como um "bom investimento do dinheiro público", pois apequenar esse número gera economias de "gastos evitáveis" para todo o governo. É mais caro manter as pessoas na rua, e o investimento em habitação impacta positivamente o orçamento de outras pastas. É benefício financeiro para todos (ibidem). Esse argumento toca, inclusive, governantes que optam deliberadamente por estratégias imediatistas e violentas que não sanam as questões dessas

cidadãs e cidadãos, pois pela economia de capital, torna-se publicamente irresponsável seguir outras direções (ibidem).

São evidentes os benefícios da estratégia, inclusive ao sabidamente ponderar que os ganhos positivos na vida das pessoas têm um significado muito além do valor monetário economizado (Theobald, Farrington, 2014 apud Parsell et al., 2017, p.16). O surgimento da estratégia, inclusive, foi pautado também pelas confluências entre as graves questões humanitárias devido às precárias condições de vida das pessoas e pelas vantagens financeiras. Mas cuidado! Não podemos queimar as estratégias de moradia em primeiro lugar responsabilizando-as para além de seus limites. Não se pode nublar os complexos fatores que facilitam ou dificultam a introdução e o sucesso das estratégias de moradia em primeiro lugar. As estreitas relações do setor público com o mercado imobiliário privado são inegáveis (Pleace, 2011), além de a estratégia ser incapaz de verdadeiramente desafiar o cenário atual e solucionar os problemas sociais em larga escala, assim como de impedir a produção da pobreza e a consequente falta de moradia.

Assim, é preciso cuidado, e segundo Amy Katz e colaboradores (2016, p.6), ao elevar a estratégia a um pedestal salvador corremos o risco de sobrepor o colonialismo, o racismo e outras "injustiças que estruturam a sociedade", e assim "desviar a atenção e o apoio das próprias soluções políticas que podem servir para transformar as condições reais" (ibidem, p.3). Katz utiliza-se de conceitos profundos que expressam as consequências na sociedade canadense. Pelo tamanho da desigualdade, certamente eles se relacionam e possuem pesos mais densos nas sociedades latino-americanas. Novas negociações nas relações sociais são necessárias para que processos legítimos de atenção e cuidado não sejam cooptados por lógicas de mercado capazes de precificar a dignidade humana.

Katz acrescenta a reflexão de que não podemos nos limitar à conformidade do discurso de "poucos recursos", e jamais deixar de lado o peso das decisões políticas e econômicas, além da errônea percepção de que a economia de gastos ou recuperação de custos seja o objetivo principal das políticas públicas. Entretanto, a estratégia

Casa Primeiro tem forte argumento que busca desconstruir a moralidade em torno das pessoas que usam drogas, e assim fornece credibilidade adicional na luta por mudanças nas políticas públicas habitacionais (Parsell et al., 2017). Mas é preciso atenção para que as garras das práticas e discursos de mercado não se sobreponham aos demais valores (Katz et al., 2016). Pleace junta-se ao alerta de Katz e adiciona o perigo de generalizar a condição das pessoas em situação de rua. As estratégias Casa Primeiro são destinadas a um determinado perfil de pessoas em situação crônica de rua, ou seja, pode não ser a opção mais adequada para todas as demandas por moradia que se apresentam. Tal generalização da complexa realidade das vidas nas ruas poderia ocultar essa complexidade e apresentar uma visão "[...] restrita do que é a situação de rua. Enfatizar as características de indivíduos vulneráveis que representam uma minoria de pessoas sem-teto diminui a escala dos sem-teto e o papel dos mercados de trabalho, sistemas de assistência social e acesso limitado a moradias" (Pleace, 2011, p.122).

Atualmente diversos países adotam a estratégia Casa Primeiro, entre eles, Dinamarca, França, Finlândia, Irlanda e Suécia apostam nessa abordagem como estratégia central na lida com pessoas em situação de rua. Apesar das possíveis limitações e ambiguidades que os dispositivos podem oferecer, Pleace (ibidem) faz questão de ressaltar o fator de proteção oferecido pela disponibilidade de abrigo digno. Segundo o autor, a estratégia explicita os

> ganhos significativos na estabilidade da habitação para um grupo de alto custo e alto risco de pessoas em situação de rua muito vulneráveis. A escala dessa conquista deve ser reconhecida. No entanto [...,] serviços de moradia em primeiro lugar não são uma panaceia, nem sempre atendem a todas as necessidades das pessoas a quem se destinam (Lipton et al., 2000; Tsai et al., 2010 apud Pleace, ibidem, p.122).

A apresentação dessas experiências internacionais não visa ser modelo para a realidade latina, mas sim ampliar nossa compreensão

sobre as complexidades, ganhos e desafios enfrentados em outras partes do mundo, e assim traduzi-las ao nosso modo. Retornando para contexto brasileiro, relembro a jovialidade do direito à moradia na Constituição Federal, e isso nos oferece alguns elementos para compreender a resistência da sociedade paulistana quando foi possível experimentar estratégias e programas inovadores de moradia em primeiro lugar no bairro dos Campos Elíseos na Cracolândia, em São Paulo. Entre 2014 e 2017, a cidade de São Paulo contou com essa importante e inovadora estratégia no que tange às políticas de atenção e cuidado às pessoas que fazem uso de drogas. Tivemos o programa municipal De Braços Abertos, que de forma muito breve consistiu em ofertar moradia (sem a exigência de abstinência), trabalho, renda e cursos profissionalizantes. Sim, não era preciso a contrapartida de estar "limpo" das drogas para ser beneficiário do programa. De forma bastante concreta, o programa garantiu o acesso à moradia para pelo menos quinhentos cidadãos da cidade que se encontravam em situações de vulnerabilidade.

Infelizmente, não temos muitas pesquisas e dados sobre essa experiência. Em um contexto que urge continuidade de ações, essa experimentação inovadora fatalmente durou pouco em meio a disputas políticas. Uma das poucas fontes de dados é a pesquisa realizada pela Plataforma Brasileira de Políticas sobre Drogas. Um dos dados significativamente relevantes é que das pessoas entrevistadas, 95% avaliam o programa como positivo ou muito positivo em suas vidas, e o ponto mais positivo é o acesso à moradia (38%). Lembrando que o acesso à moradia sem grandes exigências era um dos princípios do programa, outros dados que chamam a atenção apontam que 88% declararam ter reduzido o uso de drogas, 84% estavam vinculados aos serviços de saúde e 72% participando regularmente da frente de trabalho (Rui, Fiore; Tófoli, 2016).

Além de amplo acervo de evidências dos Estados Unidos sobre as compensações de custo na introdução dos programas de moradia em primeiro lugar, os estudos em outros países como Inglaterra, Austrália e Canadá são apenas embrionários (Parsell et al., 2017). Certamente necessitamos de mais investigações sobre o contexto e

possíveis impactos na realidade paulistana, brasileira e latina. Infelizmente, a experiência de São Paulo ainda é alvo de um apagamento por vaidade política. O objetivo da reflexão a seguir é apresentar indícios de arranjos possíveis em novos modelos de políticas públicas que envolvem a produção do cuidado na cidade e na sociedade. É seguir na perseguição de um urbano salutar, pela garantia de que pessoas sistematicamente marginalizadas possam acessar habitações e modos de cuidado dignos; enfim, acessar a cidade.

A partir da presença na rua e bagagem de aprendizados vindos do próprio território, somados às articulações do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, tornou-se possível apostar que a partir da escuta da realidade das pessoas em situação de rua e/ou que fazem uso de drogas é possível avançar na compreensão de cidadania e garantia de direitos. Os caminhos viáveis surgem do próprio contexto (Aravena et al., 2004), e em contextos de uso de drogas no espaço público convivemos com vidas marcadas pela desigualdade social e diariamente pela violência policial, sob o discurso de "devolver a cidade para a comunidade", como ouvi da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo durante trabalho de campo em São Paulo. Fica a indignação: Não são essas pessoas também parte da comunidade? Não são essas pessoas também cidadãs da cidade?

Assim, a proposta é aproximar a ideia de direito à cidade e direito à moradia das pessoas que se encontram em situação de rua e/ou que fazem uso de drogas. Em evento sobre alternativas de habitação para as pessoas em situação de rua promovido pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Cidade de São Paulo em 2016, em que apresentei as estratégias Casa Primeiro, o urbanista João Whitaker apontou que uma alternativa seria o poder público ser proprietário de certo número de unidades habitacionais para diferentes perfis, amparando diferentes políticas, e assim cada secretaria poderia decidir como criar e estabelecer determinadas políticas vinculadas à habitação. O papel do Estado deveria ser a regulação do mercado, e não se submeter a ele.

O dispositivo que inicialmente no projeto Campos Elíseos Vivo chamamos de "moradias terapêuticas" aponta na direção das

estratégias de Casa Primeiro, moradia em primeiro lugar, garantindo moradia permanente, assim como apoio e acompanhamento quando necessário por equipes técnicas de diferentes áreas, como saúde, assistência social, trabalho e cultura, entre outras. A oferta de moradia é proposta e ação ética para com a comunidade. É o primeiro passo para futuramente pensarmos em outras estratégias e alternativas de cuidado que dialoguem com a realidade local e um passo fundamental no avanço para modos de cuidado em liberdade, que assegurem respeito, dignidade e bem-estar a todas e todos.

O uso de drogas no espaço urbano, principalmente no espaço público, é um dos principais temas em muitas das grandes metrópoles, e considerar essa realidade nas reflexões sobre a cidade torna-se questão indissociável. Para isso, é preciso olharmos para a cidade e repensarmos nossos traços de urbanidade e como as pessoas se relacionam com o espaço urbano. É necessário buscar compreender os processos históricos e suas dinâmicas, para assim responder às reais necessidades de todos os seus cidadãos. O acesso à moradia nos faz pensar uma cidade que acolha as diferenças e que se aproxime da ideia de cuidado integral como direito de toda a população. Torna-se explícita a necessidade de um planejamento urbano mais eficiente que dialogue com políticas de drogas e de cuidado mais dignas e flexíveis que de fato apresentem melhorias para todo o tecido urbano. Não queremos que outra população povoe os Campos Elíseos, a região do Bronx ou a Calle Cúcuta, mas sim que as populações que historicamente são acolhidas por esses espaços vivam e permaneçam ali com mais qualidade.

Para isso, temos o dever de aprender com experiências anteriores como o Projeto Braços Abertos (2013-2016) e assim aprimorá-las no sentido de desenvolvimento. Nesse sentido, torna-se urgente avançar no debate sobre o uso de drogas, sobre as pessoas em situação de rua e os programas Casa Primeiro/moradia em primeiro lugar como estratégia elementar de cuidado importante na interface entre habitação, saúde e planejamento urbano – e que esse contato possa nos atentar para avanços nas políticas intersetoriais e multidisciplinares na construção de uma cidade mais justa e de usufruto pleno e equitativo por todas e todos.

Compondo com diferentes atores da sociedade civil das áreas da saúde, urbanismo, direito e cultura, entre outros, o papel da redução de riscos e danos na coprodução e codesenvolvimento do projeto urbanístico alternativo Campos Elíseos Vivo apresenta significativa relevância. Vale ressaltar a riqueza dessa experiência, que sensivelmente acolheu as diferentes dinâmicas e características do território dos Campos Elíseos em São Paulo e que em um esforço coletivo de resgatar o senso de comunidade reforçou o acesso à moradia como alternativa básica, aproximando-nos das garantias de direitos e cuidado às pessoas que usam drogas. É esta uma das graves lacunas da atuação dos Estados-nação latino-americanos: a real provisão de políticas de habitação de cunho social.

Assim, a redução de danos se afirma mais uma vez como estratégia de acesso e garantia de direitos que surge dentro de debates na área da saúde, mas facilmente se expande junto às organicidades e fluxos que envolvem as pessoas, as drogas e a cidade. Mas como oferecer concretamente essas moradias? Pela viabilidade financeira, inovar é possível e vantajoso, mas no que tange aos desejos e preferências pessoais na oferta de lares, Collin Ellard (2016, p.84, tradução minha) provocativamente questiona: "seremos forçados a ocupar espaços cada vez menores em cidades superlotadas e caras? Teremos que descartar completamente a ideia de ter um espaço doméstico individualizado projetado com atenção às nossas preferências, experiências e psicologia interna?".

A arquiteta mexicana Tatiana Bilbao[20] critica os projetos modernistas que criaram subúrbios a perder de vista, como os de Levittown nas proximidades de Nova Iorque, no início dos anos 1950. A partir daí, modelos como esses proliferaram pelo mundo, inclusive na América Latina, como os extensos conjuntos habitacionais homogêneos e distantes do centro que se espalham pelas extremas periferias de Santiago aos pés das cordilheiras chilenas. A imagem assemelha-se à uma aleatória disposição de caixas (casas ou prédios)

20 Ver mais em: https://tatianabilbao.com/projects/apan-housing-ocoyoacac-minimum-housing.

amontoadas no espaço. Quando muito, pintam de cores coloridas como os casebres de Ciudad Bolívar em Bogotá. Segundo o psicólogo Colin Ellard (2016), essa lógica de moradias iguais em larga escala nas zonas periféricas tendem a provocar privação sensorial, tédio, diminuição da criatividade e sensação de lentidão no tempo. Ou seja, um contundente amortecimento de perspectivas que provoca reações que refletem no corpo, na postura, atividade cerebral e em nossa subjetividade (Han, 2012). Outra adversidade é que esses aglomerados residenciais se encontram distantes dos centros das cidades, e devido à falta de história, personalidade e oportunidades territoriais, muitas pessoas legitimamente não aceitam essa garantia de moradia precarizada e destituída de afeto e memória. Quem ganha com isso? É a total retirada e desconsideração da identidade das pessoas e seus lares. Segundo Tatiana Bilbao (2018), as políticas habitacionais tornaram-se somente números. O desafio é o seguinte: Como expressar a identidade das pessoas nas ferramentas disponíveis para a política habitacional?

Alternativas viáveis e palpáveis ocorreram no México e no Chile. A arquiteta e Tatiana Bilbao e o arquiteto Alejandro Aravena apontam a possibilidade de criar e inovar utilizando os mesmos recursos que dispunham para a introdução de projetos habitacionais sociais em parceria com a comunidade, inclusive aproveitando os elementos geográficos do território para auxiliar na preservação da identidade local. As tipologias das habitações precisam contemplar a diversidade de composições familiares, e para isso, os desenhos e projetos arquitetônicos precisam oferecer espaço, flexibilidade e adaptabilidade. O arquiteto chileno Alejandro Aravena (2014) afirma que a força do desenho é o poder de sintetização, e suas inovações nas propostas de habitação social, que lhe garantiram o prêmio Pritzker de arquitetura em 2016, trazem reflexões intrigantes.

Para Aravena, como os subsídios financeiros são sempre escassos, a tendência é a oferta de moradias pequenas e padronizadas. A alternativa de mudança é agregar a comunidade como aliada na produção e garantia do respeito às diferentes composições familiares e desejos das pessoas. Segundo o arquiteto, o obstáculo dado pelo

limite de recursos fez brotar a possibilidade de que os próprios beneficiários dos projetos sejam "quem transformem com o tempo as soluções habitacionais na direção de uma moradia digna (daí o nome de moradia dinâmica)" (Aravena et al., 2004, p.30, tradução minha). A ideia de moradia dinâmica consiste na viabilidade de constantes mutações no projeto. A alternativa é que o Estado se comprometa a construção de imóveis básicos que assegurem um padrão de qualidade, principalmente estrutural. Inicialmente com pouca metragem construída, os imóveis permitem adaptações futuras e ampliações, e com o tempo, os moradores assumiriam o papel da adaptação e caracterização pessoal de seus lares. Os mesmos custos da produção de cubículos desumanos de sobrevivência permitem a oferta de espaços de moradia que podem ampliados garantindo segurança, luz, ventilação e o respeito às diferenças.

Tanto os projetos de habitação social de Tatiana Bilbao, em San Cristobal e Apan, no México, quanto os de Alejandro Aravena, em Iquique, no Chile, não ultrapassam os US$ 8 mil em cada unidade, aproximadamente R$40 mil. A valorização de diferentes tipologias e a utilização de materiais acessíveis sustentam a afirmação de Bilbao (2018, 9'55"), de que "não podemos deixar outra caixa branca ser vendida como um lar, beleza e qualidade são o que as habitações necessitam hoje".

Enquanto o poder público municipal de São Paulo alega constantemente não possuir verbas disponíveis para habitação sem ser via PPP, assistimos ao desperdício de quase R$100 milhões mal empregados na reforma mal executada do Vale do Anhangabaú no centro de São Paulo, inaugurada em 2020. Assistir a obras públicas de tamanha magnitude em paralelo às condições às quais são submetidas as pessoas em situação de rua e as famílias removidas dos territórios-alvo dos projetos urbanísticos de requalificação é "especialmente grave em nossos dias, em que é cada vez mais evidente em escala global, como o desespero gera violência" (Tizón, 2006, p.64, tradução minha). É esse o tipo de sociedade que estamos reproduzindo. Com o montante financeiro destinado a mais uma reforma do Vale

do Anhangabaú em São Paulo, quantas moradias poderíamos concretizar? (Bonduki, 2020).

A questão da moradia, por configurar-se como acesso e direito básico fundamental à existência e dignidade humana, não deve ter a pretensão de fechar a conta financeiramente nos investimentos públicos. Segundo Aravena, "o recurso mais escasso nas cidades não é dinheiro, mas sim coordenação" (Aravena, 2014). De fato, a falta de diálogo entre as diferentes pastas do poder público e a impossibilidade de pactuação de projetos intersecretariais em comum apresentam-se como grandes obstáculos para a reflexão e práticas em territórios tão complexos como os aqui estudados.

O levantamento do Fórum Mundaréu em 2018 destaca que em um raio de 1 km do epicentro do "fluxo" de uso de crack, existem pelo menos 22 imóveis subutilizados que não cumprem sua função social, principalmente por estar localizados no centro da cidade. Esses lotes e terrenos poderiam garantir a moradia definitiva de centenas de famílias que foram removidas e também a população em situação de rua. O custo de projetos como os de Aravena e Bilbao seriam significativamente inferiores às alternativas da carta de crédito de R$150 mil oferecidas para cada família em São Paulo, além de garantir a permanência das pessoas próximas a suas redes de oportunidades (trabalho, educação, saúde) e afetos na região central. A garantia dessa rede de oportunidades facilita a estabilidade financeira familiar e pessoal, tornando possível a ampliação das moradias, a sustentação da memória e da identidade territorial, a manutenção de práticas de tratamento e cuidado, além de consequentemente valorizar os imóveis como propriedade das pessoas (Aravena et al., 2004).

Para além da moradia e dos dispositivos de Casa Primeiro ou "moradias terapêuticas", cuidar da cidade para que ela cuide de todos envolve outras ideias. O planejamento de todo o bairro é essencial. Tatiana Bilbao (2018) atesta que é o entorno que conta, pois é necessário considerar onde se está, como pode ser projetado e realizado, buscando criar uma "relação intrínseca com o lugar". É bastante significativo pensar em como as edificações e dispositivos que compõem a paisagem urbana são usufruídos pela população. O contraprojeto

Campos Elíseos Vivo apresenta a importância da diversidade da configuração dos imóveis em uma Quadra, e como essas decisões causam impactos na paisagem e nas relações sociais do território. A proposta sustenta que edifícios de moradia com baixas estaturas estimulem a proximidade e o encontro entre as pessoas, ao contrário da sequência uniforme de altas torres da PPP Habitacional que incentivam a individualidade ao dificultar o contato com vizinhos. Além disso, os desenhos das moradias poderiam criar o que Aravena chama de espaços coletivos, que não são nem públicos nem privados, mas um espaço compartilhado no núcleo de uma concentração de residências que possibilita o encontro e a solidariedade entre vizinhos, propiciando a existência de "famílias extensas", que podem ser estratégias relacionais pertinentes em contextos de fragilidade econômica e social (Aravena et al., 2004).

Uma alternativa interessante para a produção de um bairro acolhedor pode incluir cooperativas ou fabriquetas de construção, locais que ofereçam cursos sobre montagens e construções básicas associados a uma oficina capaz de trabalhar matérias-primas como madeira, ferro e demais materiais para favorecer a autoconstrução local. Alternativas como essas experimentadas em Salvador e idealizadas pelo brasileiro Lelé apresentam opções interessantes para relações de troca com o entorno. Mão de obra local qualificada, atrelada a processos de cuidado na autoprodução da cidade podem disparar sensações de identidade e pertencimento para com o bairro. Além disso, iniciativas como essas evitam a demolição total e a consequente expulsão e desintegração comunitária, que, como vimos, são capazes de deixar profundas marcas nas subjetividades de quem as vivencia. Assim, a promoção da autoconstrução alia-se aos princípios urbanísticos de Aravena, ao incluir "[...] alguns elementos inacabados em sua estrutura não básica, para permitir tanto um certo crescimento, quanto sua adaptação a diferentes tipos de famílias e sua posterior personalização, tudo através da autoconstrução" (Tizón, 2006, p.57, tradução minha). O território ganha, a cidade também.

Na composição das quadras, em complementaridade com os demais dispositivos, a realização de espaços públicos e de lazer são

fundamentais, inclusive em diferentes tipologias de espaços públicos, que acolham os diferentes segmentos como adultos maiores, jovens, adolescentes e mulheres. Espaços culturais como os teatros do território dos Campos Elíseos em São Paulo e a associação Cinjudesco de Rafael Uribe Uribe e Potocine em Ciudad Bolívar em Bogotá são exemplos de importantes catalisadores culturais que assumem caráter multifuncional a partir das demandas territoriais (ibidem). Nesse bojo, é válido ampliar o leque de alternativas e incluir espaços de convivência como estratégias de cuidado. A consolidação das experiências do Centro de Convivência É de Lei em São Paulo e da Fundación Procrear em Bogotá traz elementos importantes sobre esses pontos de encontro entre as pessoas. São espaços que provocam o convívio entre a diferença e podem ser importantes na escuta e mediação entre os serviços de saúde e tratamento para o uso de drogas, por exemplo, que podem inclusive compartilhar os mesmos imóveis com serviços de moradia e tratamento. Esses espaços podem atuar como dispositivos acolhedores de crises, evitando assim internações psiquiátricas e medicalizações desnecessárias, mas para isso torna-se fundamental sustentar equipes que atuem a médio-longo prazo nos territórios, e que os projetos desenvolvidos não caiam na descontinuidade partidária dos processos políticos.

Em Vancouver, no Canadá, a rede de atenção às pessoas que usam drogas funciona há mais de vinte anos sob a lógica da redução de riscos e danos. Recordo-me da enfermeira Liz Evans dizer que no cenário da cidade canadense, fazer redução de danos é resgatar um sentido de comunidade, no qual inclusive as pessoas em situação de rua assumem papéis nas relações de troca comunitárias. O psicólogo Colin Ellard (2016) aponta a necessidade da criação de vínculo com o lugar, e para isso, os desafios econômicos e sociais locais precisam dialogar com os desejos de seus habitantes. Dessa forma, em Vancouver, associada aos centros de convivência e serviços de moradias terapêuticas, existe a fomentação de outros dispositivos como cooperativas, oficinas e associações, que promovem a circulação de ideias e produtos produzidos pelas pessoas que usam drogas dentro da própria comunidade. As oficinas devolvem reciprocamente

para a comunidade. O estigma se dilui, e novos contornos são atribuídos às relações comunitárias. As fabriquetas de autoconstrução mencionadas anteriormente associam-se a essas estratégias de cuidado territorial.

Coesão comunitária se conquista por uma rede de confiança estabelecida pelas relações entre as pessoas. Há de se considerar a possibilidade da utilização da atual tecnologia como aliada para promover a organização e a rede de solidariedade entre a vizinhança. Entretanto, é preciso termos cuidado com as possíveis formas de controle que a tecnologia pode imputar aos nossos cotidianos. A tecnologia pode surgir como apoio, jamais como substituto, pois sabemos que o contato olho no olho e o compartilhamento do lugar onde se desenrolam as relações é fundamental, e percebemos isso principalmente no momento que atravessamos o duro isolamento social provocado pela pandemia de Covid-19. Estar nos lugares nos afeta, e é decisivo para nosso sentir, ser e estar no mundo (Ellard, ibidem).

E quando nosso estar no mundo se relaciona com o uso de drogas? Na realidade brasileira o uso de crack fumado é um desafio, e para consolidar a rede de apoio, devemos avançar nas pesquisas e reflexões sobre as propostas de salas/espaços de uso seguro.

Espaços de uso seguro

Como vimos, contextos de uso de drogas no espaço público são atravessados por diversos tipos de violência física e simbólica, além de justificarem e facilitarem a realização de projetos urbanísticos altamente segregadores. A possibilidade de um local com contornos físicos e técnicos de fato pode prover fatores de proteção e cuidado. Somente na Europa existem mais de noventa estabelecimentos de consumo supervisionado, e em Vancouver, no Canadá, dezenas de milhares de mortes por *overdose* foram evitadas desde 2003 (OSF, 2018). Além dos ganhos salutares que evitam mortes e a transmissão de infecções, as salas de uso atuam também na proteção social dos territórios. O consumo em espaços seguros demarca os papéis

de quem vende e quem usa, protegendo as pessoas de dinâmicas por vezes violentas disparadas por conflitos contra o tráfico de drogas.

As salas de consumo surgem no final dos anos 1980 e início dos 1990 como importante estratégia de redução de danos para pessoas que faziam uso de drogas injetáveis nas políticas de enfrentamento à epidemia do HIV e aids (Alloni; Paiva, 2017). Além disso, se apresentaram como equipamentos capazes de prevenir significativamente o número de mortes por *overdose*. Geralmente se ouve sobre a estratégia de salas de uso seguro relacionada ao consumo de drogas injetáveis em ambientes fechados. Contudo, na Europa, metade das salas de uso proporciona locais para uso seguro de drogas fumadas como o crack. A questão do consumo de cocaína fumada nos espaços públicos de cidades latinas abre questões sobre a viabilidade desses dispositivos em nosso continente. Assim, o desafio é pensar na perspectiva de salas de consumo na realidade social latinoamericana, e isso nos exige criatividade e invenção em ideias que considerem as desigualdades e integrem partes do *design* urbano atentas a processos de cuidado. A ideia é conceber alternativas que dialoguem com as especificidades da via de consumo fumada e possam utilizar o ambiente, a natureza e o céu-aberto a seu favor.

O acompanhamento por equipes técnicas de saúde, assistência social, artísticas e demais possibilidades é fundamental no espaço de acolhimento das salas de uso. Esses laços podem criar vínculos capazes de facilitar o desejo, a motivação e o comprometimento com processos de cuidado. Em pesquisa anterior (Calil, 2015), realizei uma discussão sobre como as variáveis contextuais são as maiores produtoras de risco em cenas de consumo de drogas nos espaços públicos como as aqui estudadas. A criminalidade, somada às violências policiais e urbanísticas, é alimentada por políticas de drogas punitivas que colocam as pessoas que fazem uso dessas substâncias, assim como a comunidade a sua volta, sob a mira de múltiplas situações de violência e extrema vulnerabilidade. Os formatos, modelos e locais de realização podem ser diversos; o importante é o envolvimento da comunidade local para uma pertinente leitura do contexto e das ações que poderiam ser ofertadas pelas salas de consumo seguro

(Alloni; Paiva, 2017). Qual seria o modelo adequado para a realidade das cidades latinas?

Ambientes seguros para o uso podem colaborar no resgate da ideia de comunidade, em que os encontros, convívios e interações trazem a possibilidade de reconhecimento e de enfrentar conflitos e dilemas sociais em conjunto. Para isso, o trabalho em rede multissetorial é essencial. Além das perspectivas diretas em relação à proteção da saúde, a partir de um consumo mais seguro das substâncias, proponho que os espaços de uso sejam mais que meros equipamentos sanitários: que sejam locais de encontro e respeito à diferença. Segundo a terapeuta ocupacional Isabela Valent (2019, p.182), dispositivos de encontros como os que proponho "abrem fendas para deixar-se afetar, afetar o outro e cuidar juntos daquilo que é preciso [...] E essa condição é dada ao habitarmos e experimentarmos fazer coisas juntos. Nesse sentido, não é possível certificar de antemão aquilo em que se pode confiar. É preciso abrir-se ao risco para experimentar e construir relações confiáveis".

Esse é o espírito de ideia de comunidade, uma confiança capaz de produzir o cuidado mútuo dentro do próprio território. A questão das drogas nos impõe esse desafio, de arriscar-se a experimentar o encontro e convívio com o diferente e assim desconstruir as muralhas de estigma e preconceito que circundam os espaços públicos que reúnem o consumo de substâncias. Logicamente, todo o raciocínio de espaços de uso seguro perpassa a mudança radical das políticas de drogas. As convenções internacionais sobre drogas permitem esta experimentação pois se enquadram nas perspectivas de ofertas de cuidado às pessoas que usam drogas. No Brasil, o cenário jurídico atual permite uma autorização regulamentar para a introdução de projetos-piloto, que são de extrema importância para apresentar resultados, fomentar o debate público e validar a pertinência do equipamento – afinal será necessário desconstruir a rasa percepção de que essa estratégia é um incentivo para o consumo de drogas, para assim ser possível avançar para mudanças legislativas duradouras (Alloni; Paiva, 2017). Segundo revisão bibliográfica de Alloni e Paiva (ibidem, p.22), nos países que têm o funcionamento das salas

de uso seguro, as principais dificuldades para realização são prioritariamente de caráter legal e político. Segundo os autores,

> diante da persistência das cenas públicas de uso de drogas no Brasil, do perfil de extrema vulnerabilidade dos usuários desses territórios e dos reiterados fracassos das políticas tradicionais voltadas a esse público, entendemos que estão dadas as condições políticas, jurídicas e sociais para que uma iniciativa desse tipo seja implementada em nosso país.

Assim, o caráter proibicionista das políticas de drogas incita variadas tensões nos territórios apresentados, e uma profunda revisão nos moldes de regulamentação é inadiável.

Polícia, drogas, política e comunidade

Como vimos, a violência policial é uma constante crescente em territórios como os aqui apresentados. Em São Paulo e Medellín a polícia permanece presente junto ao cotidiano das cenas públicas de uso de crack/*basuco* nas regiões centrais. Em Bogotá, com a pulverização do Bronx em 2016, acompanhei a polícia abordando pessoas em situação de rua esparsas e turistas desavisados que fumavam maconha nas zonas turísticas já revitalizadas do centro da cidade. Na Colômbia, recentemente o governo de Ivan Duque determinou a proibição do uso de qualquer substância ilícita nos espaços públicos sob punição por meio do pagamento de uma multa. A estratégia pode ser lida como alguma tentativa de doutrinação comportamental, mas gerou significativa polêmica e indignação por parte dos ativistas dos direitos humanos sobre as reais intenções do Estado, ao simplesmente capitalizar o consumo individual, sem de fato alterar significativamente sua oferta ou demanda. Nesse caso, em realidade, com o pagamento da multa ao Estado, ironicamente quanto maior a oferta da substância, maiores as chances de lucros aos cofres públicos via multas. Assim, são urgentes outras políticas de drogas mais

racionais e que de fato dialoguem com a realidade. Esse tipo de mudança certamente impactaria as práticas policiais na temática entre as drogas e os espaços públicos urbanos. A coragem para mudanças consistentes derivaria na revisão das políticas e práticas restritivas que permeiam a maioria das nações latino-americanas.

Gostaria de narrar um episódio que nos auxilia nessa reflexão. Depois da aula que ministrei, intitulada *La construcción de saberes y prácticas relacionadas al consumo de drogas desde la perspectiva de la reducción de daños*, em uma disciplina sobre coprodução do conhecimento do mestrado em Conflicto y Paz na Universidade de Medellín, um dos estudantes se aproximou de mim com ar curioso. Na aula, busquei desconstruir a noção que o senso comum tem sobre as drogas com o objetivo de ampliar e compreender a questão por diversos ângulos, e depois, desenvolvi para a temática da redução de danos e a construção conjunta do cuidado na perspectiva da garantia de direitos. Após a aula, ele se apresentou a mim como oficial da Policía Nacional de Colombia. Entusiasmado, me disse que considerava esse debate sobre a redução de danos muito importante dentro da Academia de Polícia. Convidou-me para ministrar uma aula na Escuela de Policía Carlos E. Restrepo, em Itaguí, ao sul de Medellín. Aceitei o convite, e horas depois experienciei tensa apreensão sobre como seria essa aula. Era uma oportunidade de abrir o diálogo sobre as drogas com as forças da Segurança Pública colombiana.

No dia agendado, 28 de abril de 2019, uma *van* da Policía Nacional colombiana me buscou na estação de metrô de Itaguí para irmos até a Escuela de Policía Carlos Restrepo. No caminho, o oficial que havia me convidado, que cursava o mestrado, explicou-me o terreno aonde eu estava por chegar. Minha apresentação foi para aproximadamente duzentas mulheres, praticamente um terço das 695 de toda a Colômbia que cursavam a formação de um ano para o cargo básico de soldado da polícia. Quatro eram de Quibdó, e todas estavam nos primeiros meses do ano de formação. Padronizadamente uniformizadas, entre os 18 e 20 anos, me pareceram internadas na academia de polícia sem contato com pessoas do sexo oposto para "evitar distrações", segundo explicação do coronel encarregado.

As duas horas e vinte minutos de aula foram surpreendentes. Após mais uma vez a desconstrução inicial sobre a compreensão do senso comum sobre as drogas, em que abordei a história, diferentes usos, sentidos e contextos, perguntei ao grupo de oficiais femininas: Quem aqui usa drogas? Timidamente todas responderam que sim entre risadas e olhares desconcertados para as amigas ao redor. Eu tentava não olhar para o coronel que assistia a aula, e me segurei no interesse das moças para seguir trabalhando temas como redução de danos, projetos urbanísticos, política de drogas, discriminação e violência policial. Ao fim da aula, na fluidez do diálogo, elas estavam interessadas e apresentaram reflexões críticas sobre a realidade colombiana em relação às drogas, inclusive sobre os conflitos sociais que injustamente criminalizam os campesinos pelo cultivo das folhas de coca.

Ao término da aula, uma das meninas se aproximou de mim, Milena. Em tom de voz baixo perguntou-me se eu usava drogas, e antes que eu respondesse, ela antecipou-se e disse que fazia uso de *marijuana* (maconha). Angustiada, disse-me: "*no soy ladrón! tengo mi trabajo y todo*" – e logo acrescentou que a mãe de sua amiga também usava. Nossa breve conversa foi interrompida pela aproximação de demais pessoas, todas oficiais da polícia.

Esse rápido acontecimento diz bastante coisa. Abrir o diálogo sobre as drogas ocasionou uma confissão pessoal em um contexto bastante improvável dentro da academia de polícia. A falácia das políticas de drogas expressada na realidade das oficiais de polícia em formação, assim como nas reflexões sobre as consequências que geram nos conflitos sociais colombianos, coloca em xeque a própria atuação da polícia, e era essa a prática que Milena aspirava iniciar em no máximo um ano – contradições sobre contradições. Mas a oportunidade de abrir esse diálogo aponta para alguns caminhos sobre o papel das forças de segurança em relação ao consumo de substâncias psicoativas e as respectivas políticas de regulação, e consequentemente, na produção do espaço urbano.

Ao me levarem de volta até a estação de metrô, curiosamente fomos acompanhados por galos de briga dentro da van da polícia.

O oficial que dirigia me contava sobre os melhores galos originários de Porto Rico, assim como histórias de apostas vencedoras como meios de ascensão social quase milagrosos de algumas pessoas. Na Colômbia a briga de galo é legalizada. Mais um paradoxo sobre a relativização da moral em diferentes contextos, assim como a falácia das políticas de drogas proibicionistas que direcionam práticas policiais inócuas na perspectiva do controle e violentas na perspectiva do combate, sob perversa justificativa de proteção e bem-estar comunitário.

Os profissionais de segurança pública frequentemente se baseiam no estrito cumprimento da lei, e essa é a mudança necessária apontada, mas a forma como a prática policial é realizada ainda sob moldes restritivos pode também fazer diferença significativa. A Fundação Open Society lançou em julho de 2018 um guia de possíveis práticas policiais na perspectiva da redução de riscos e danos para assim contrapor os modelos punitivos tradicionais. A questão central mais uma vez é a mudança de chave, em que a atuação policial deve sair de uma "lógica que dá ênfase em controlar condutas impróprias e na legalidade, para uma ênfase na solução de problemas e boas práticas" (OSF, 2018, p.22), isto é, deve colocar a preservação da vida e da saúde como prioridade em relação às detenções em massa.

A partir do reconhecimento dos limites da atuação das forças policiais, são necessárias mudanças operacionais na prática policial, considerando a necessidade de os agentes de segurança pública reconhecerem que a comunidade é copartícipe do processo de segurança de qualquer território (OSF, 2018). A atuação e coordenação coletiva da polícia junto às redes de cuidado e de assistência social torna-se fundamental (Debeck et al., 2008), além de trazer legitimidade à polícia como aliada da comunidade, podendo assim ser um agente importante na diminuição do estigma em relação às pessoas que usam drogas (OSF, 2018). Mas para isso é são necessárias mudanças nas estruturas organizacionais da polícia, inclusive em relação às métricas que avaliam a prática policial.

Um interessante caso australiano aponta que em 2007 o governo local passou a avaliar a efetividade das políticas repressivas

em relação ao consumo de drogas devido aos altos custos para sua realização. O processo avaliativo resultou na escuta dos oficiais que trabalhavam na ponta, e assim o poder público local percebeu a importância de considerar múltiplos fatores na prática policial, desde coibir a criminalidade até também melhoria da saúde pública e acesso a serviços (OSF, 2018).

Reestruturações como essas nas práticas policiais determinam as prioridades, e assim os esforços coercitivos direcionam-se somente a crimes mais graves. Com a adoção de abordagens "menos punitivas ao uso de drogas ou à posse de pequenas quantidades, estabelece-se um nível mais elevado de confiança e de cooperação" (OSF, 2018, p.9), evitando gastos desnecessários disparados como respostas ao medo e ao preconceito. Além disso, como vimos, entre os oficiais da segurança pública, também existem pessoas que usam drogas, e a absorção das iniciativas de redução de riscos e danos pela corporação policial protege todos da comunidade, inclusive eles mesmos. Aproximar os agentes da segurança pública da realidade das pessoas que fazem uso de drogas e/ou em situação de rua pode romper algumas camadas de estereótipos. Nesse sentido, uma estratégia interessante de policiamento comunitário acontece em Boston, Estados Unidos, onde o efetivo de agentes é composto prioritariamente por mulheres e minorias étnicas, que assim se solidarizam com aspectos da realidade local (Glaeser, 2020). Cabe a reflexão sobre se essa seria ou não uma solução interessante, pois é inevitável ampliar o debate crítico sobre as posições de poder e autoridade atreladas à papéis de gênero.

Os contextos históricos e políticos são decisivos, e a conexão entre segurança pública e redução de danos, que pude surpreendentemente realizar em Medellín, é rara em contexto latino. Em São Paulo, em 2016, houve também pontual iniciativa da Inspetoria Especial de Redução de Danos da Guarda Civil Metropolitana (GCM) de São Paulo. Segundo Benedito Mariano, ex-coordenador do programa De Braços Abertos e secretário de Segurança Urbana na gestão de Fernando Haddad entre 2013 e 2016, a Inspetoria Especial era composta por duzentos oficiais que foram capacitados na

perspectiva de direitos humanos e acompanhavam a lógica da redução de danos do programa De Braços Abertos. Segundo ele, "após a criação desta inspetoria, não houve uma única situação de conflito entre GCMs e usuários de crack da região" (Mariano, 2020). Ele acrescenta que durante a vigência do programa, as taxas de roubo e furto também diminuíram significativamente no entorno, o que indica que a intervenção foi capaz de prevenir a violência policial e demais crimes no território. Ele destaca também que as ações repressivas e violentas quebram a confiança comunitária e que são iniciativas que minam os esforços de outras políticas públicas como as de saúde e assistência social (ibidem).

Desafortunadamente, essa inspetoria da GCM durou apenas seis meses no final da gestão de Fernando Haddad até o encerramento do projeto no início da gestão de João Dória em 2017. Assim, práticas como essas não podem acontecer à parte de demais áreas da corporação; é necessário um pacote de iniciativas para que aos poucos se transformem as questões estruturais de poder e autoridade dessas instituições. Espaços de formação para o corpo policial podem ter extrema importância para auxiliar na sensibilização dos agentes que atuam na ponta, mas o desafio maior é reestruturar toda a lógica de atuação da organização policial, incluindo obviamente os altos cargos de gestão. Processos formativos isolados podem ser ineficazes sem o respaldo de outras intervenções combinadas entre a comunidade, a polícia, as leis e os dispositivos de cuidado e atenção às pessoas que usam drogas.

Por que não uma legislação territorial sobre as drogas? A flexibilização das políticas de drogas em diferentes escalas pode abrir margem para negociações menos danosas entre o uso de drogas, a criminalidade e o sistema penitenciário. Legislações específicas relacionadas ao consumo de substância associadas a "espaços públicos qualificados para o cuidado desta população" (ibidem) também fazem parte da aposta de Benedito Mariano. Transformações por meio da repressão policial sistemática já se mostraram fracassadas há décadas, e considerar as especificidades de determinado contexto de uso de drogas no espaço público urbano é capaz de evitar conflitos

e prisões pela porta giratória do microtráfico constitutivo dessas dinâmicas territoriais.

Em 2016, Khalid Tinasti e colaboradores publicaram na renomada revista *The Lancet* um breve texto exaltando a força de políticas locais na atenção das necessidades específicas de determinados contextos, inclusive destacando o programa De Braços Abertos de São Paulo entre 2014 e 2016. A criação de políticas territoriais inovadoras na lógica da redução de danos pode tornar-se experiência capaz de transformar as abstratas legislações no nível macro. Segundo os autores,

> as principais cidades do mundo estão concentrando esforços na redução das desigualdades e na integração social das populações marginalizadas. As políticas locais podem atender às necessidades locais, com melhor resiliência para se adaptar às mudanças de prioridades. Além disso, as autoridades locais muitas vezes têm liberdade legal para implementar programas-piloto antes que as legislações nacionais sejam adotadas [...] Portanto, acreditamos que as cidades são as plataformas políticas onde novas políticas de drogas deveriam ser apresentadas. (Tinasti et al., 2016, p.198)

É esse o ponto que precisamos avançar para alternativas como as salas de uso seguro nas comunidades que concentram uso de drogas no espaço público. Os processos legislativos, assim como as normativas de garantia de direitos, são mutáveis ao longo da história e devem considerar seus respectivos contextos culturais. É nessa ousada aposta que devemos apostar no que tange a políticas de drogas, formas de cuidado e produção dos espaços urbanos. As ferramentas de que dispomos atualmente devem ser absorvidas como "síntese do passado e inspiração para o futuro", atualizando-se e adaptando-se aos novos desafios (Bobbio, 1992).

Na Colômbia, a Corporación Acción Técnica Social promove a campanha Coca Regulada, Paz Garantizada, e em parceria com a Universidad Externado de Colômbia realizou em 2018 um estudo prospectivo que aponta caminhos para uma possível regulamentação

do uso recreativo de cocaína na Colômbia até o ano de 2034 (Hoyos; López; Snapp, 2018). O estudo é uma prospecção a partir da construção de políticas públicas antecipatórias para uma possível regulamentação a médio prazo. Após profunda análise, o estudo apresenta 26 fatores de mudança na revisão das políticas de drogas em relação à cocaína, que transitam desde os danos ambientais causados pelo cultivo ilícito de coca até criminalização das pessoas, modelos de comércio, corrupção e tráfico, escuta e coleta de informações qualitativas sobre a realidade das pessoas envolvidas, políticas de cuidado e redução de danos e possíveis cooperações internacionais, entre outras (ibidem).

O objetivo é a revisão das políticas de drogas com mudança de foco, do punitivo para a perspectiva da saúde pública e garantia de direitos. O estudo colocou metas a atingir, que resumidamente destaco: em 2022, promover a abertura do debate sobre o tema, em 2028, avanços na política com a regulação da coca e seus derivados para uso medicinal, científico, industrial e nutricional, para enfim em 2034, obter a regulamentação do uso recreativo, que teria impactos significativos nas forças do tráfico de drogas e nos índices de violência e encarceramento (ibidem). Essa interessante prospecção do cenário futuro de regulamentação do uso recreativo de cocaína em 2034 apresentada pelo estudo aponta pequeno aumento inicial no consumo após a regulamentação, mas que logo se estabilizaria com novos padrões de uso devido à garantia de qualidade da substância vendida legalmente, que estaria ocupando de 30% a 50% do mercado. O estudo aponta que o "comércio justo e seguro" é um dos principais ganhos da regulamentação, pois a partir do momento que extingue a ilegalidade protege as pessoas em diferentes partes da cadeia de cultivo, produção e consumo (ibidem). É um avanço significativo, e certamente o número de vítimas do tráfico seria muito menor que o atual. Novas pesquisas e experiências seriam possíveis na criação de formas de cuidado pautadas pela garantia de direitos.

Vale lembrar que o desafio e o esforço devem ser globais, pois ao permanecer a polarização de países regulamentados e outros não, o tráfico ilegal de drogas rapidamente encontrará pontos de fixação

e produção de outras geografias desiguais. Infelizmente o cenário político nos anos seguintes à publicação do estudo com a eleição do presidente Ivan Duque não facilitaram o debate até 2022, mas o caminho e as perspectivas traçadas pelo estudo seguem válidas como auxílio para mudanças concretas.

Em cenários imaginados com as salas de uso seguro, por exemplo, a atuação das forças de segurança urbana pode também assumir papel de cooperação. Estudos mostram que o apoio da força policial às salas de consumo proporciona maior conhecimento e adesão das pessoas, legitimando a presença desses dispositivos na rede comunitária. Assim, as iniciativas de espaços seguros para consumo podem ser estratégias pertinentes para atenuar a tensão existente entre as iniciativas de saúde e de segurança. Grande parte dos oficiais de segurança urbana que trabalha na ponta apoia os dispositivos de salas de uso seguro (Debeck et al., 2008); afinal, eles exibem frustração com o efeito das excessivas e sucessivas prisões (OSF, 2018). Como disse, o desafio é provocar as mudanças nos setores de chefia e administrativos da polícia, ou ir além e iniciar reflexões sobre a possibilidade da vida em comunidade sem a existência das forças de poder intrínsecas às instituições policiais.

Apontamentos finais

Cocaína, mercado e moral. Cidades, imaginário e interesses financeiros. Política, violência e resistências em contextos urbanos no Brasil e na Colômbia. Busquei neste livro apresentar as complexas imbricações entre o planejamento e a produção do espaço urbano e as consequências das políticas de drogas, em especial a cocaína, em três cidades latino-americanas.

Os sentidos tradicionais do uso da folha de coca foram ressignificados pela avassaladora força da economia da coca-cocaína, que colaborou na consolidação da exploração étnica, racial e de classe e na manutenção dos interesses econômicos coloniais no continente, e desde então, multiplica e perpetua ferozmente a violência em zonas rurais e urbanas. As consequências dessa cadeia nos ambientes urbanos são expressadas em realidades de Bogotá, São Paulo e Medellín, explicitando diversas situações de violações de direitos humanos pautadas pela moral proibicionista em relação às drogas e por arranjos urbanos e políticos alinhados com interesses do capitalismo global neoliberal. As realidades apresentadas reforçam os interesses econômicos e geopolíticos em relação à América Latina, caracterizados e perpetuados por múltiplos atores como resquícios de colonialismo interno e externo. A partir das experiências vividas durante o processo de escrita, coube também neste texto apresentar

algumas alternativas de resistência para a produção de ambientes urbanos mais acolhedores em uma perspectiva de saúde pública e garantia de direitos.

Não tenho a pretensão de anunciar que exista alguma alternativa ou modelo ideal para o planejamento das cidades. Estou ciente das inúmeras intenções e interesses que atravessam o uso do espaço urbano, inclusive muitas vezes favorecendo interesses particulares e pessoais. Tampouco quero pregar a fantasia de uma cidade justa ou perfeita. A proposta é ponderar e conciliar os aspectos que envolvem a realidade de nosso tempo com a produção do espaço urbano. Algumas experiências concretas de cunho comunitário, como as aqui apresentadas, podem ser estratégias importantes de enfrentamento às vulnerabilidades compartilhadas em determinados territórios.

Recentes estudos de diversas áreas do saber (e como vimos inclusive da neurociência) podem nos atualizar sobre como os ambientes urbanos estão funcionando e afetando nossa existência (Ellard, 2016). Essas informações podem propiciar a criação de estratégias e políticas autoprotetoras para evitar a sedimentação de territórios que produzem condições de altíssima vulnerabilidade. Sem totalitarismos, de forma alguma a intenção é prescrever um ideal de urbanidade ditado por descobertas científicas ou práticas exitosas longínquas de outras realidades e estruturas sociais. Apresentei aqui uma denúncia sobre a irresponsabilidade do Estado de cidades latinas na condução da garantia de direitos nos territórios estudados, partindo das trajetórias políticas e sociais de cada território, até as respostas ofertadas atualmente pelo poder público para as complexas questões que afetam as cenas que concentram o uso de drogas nos espaços públicos.

Este texto buscou anunciar a urgência de uma mudança nos paradigmas das políticas de drogas e de produção de nossas cidades, em que o desenho urbano e a introdução de políticas que considerem as múltiplas dimensões do cuidado e da produção de subjetividades passem essencialmente pela escuta da população local de cada território. Afinal, a busca por justiça popular não substitui o papel e o

dever do Estado, mas é ao escutarmos as incertezas das pessoas que temos a possibilidade de menos injustiças (Han, 2012).

O livro busca apresentar uma contranarrativa sobre os processos de produção do espaço urbano atrelados à moralidade associada às drogas, e essa é a importante contribuição que trago para a discussão atual sobre saúde global. A apresentação de outras perspectivas sobre como a temática das drogas vincula-se a interesses econômicos e políticos na realização de projetos urbanísticos é um contraponto concreto ao estigma e à discriminação relacionada às pessoas que fazem uso de drogas e os territórios que as acolhem. Esse é o desafio ético para pensarmos em uma saúde integral.

Escutar, conhecer e criar espaço para que outras narrativas sejam possíveis é descolonizar o saber e evitar a perpetuação de uma produção excludente de conhecimento (Porto, 2019). Que a prática da escuta possa mitigar os silenciamentos das pessoas latino-americanas, que como vimos ao longo do texto, se tornam vítimas e peças de um tabuleiro político-econômico-geográfico. Este texto afirma uma afronta à produção monocultural do saber científico, e por meio dessa contranarrativa produzida pela perspectiva da redução de danos como metodologia de escuta, viso ao reconhecimento das diferenças e da diversidade, assim como da invenção de novas possibilidades de cuidado (Nunes; Louvison, 2020, p.8). As realizações de projetos urbanísticos justificados pela degradação urbana e social associada às drogas nas cidades estudadas se apresentam superficialmente como soluções mágicas de remodelação urbana, mas em realidade, são a perpetuação de violências direcionadas ao diferentes, sejam eles os pobres, os negros, as pessoas que usam drogas etc.

Nesse terreno, a redução de riscos e danos aponta interessantes interfaces possíveis entre o cuidado e a produção dos espaços urbanos. Uma rede de cuidado que opere em uma mesma lógica e que permaneça ao longo do tempo é essencial para mudanças territoriais a médio-longo prazo. Ideias que ampliem e integrem outras formas de subjetivação e outras perspectivas de cuidado para a possibilidade de um desenho urbano cuidador me recordam de uma conversa que tive com uma estudante estrangeira que desenvolveu

trabalho voluntário na Fundación Procrear em Bogotá em 2018. Rose, oriunda da Inglaterra, dizia: "É difícil entender o que estou fazendo como voluntária aqui no Centro de Escucha. Na Europa as coisas são mais concretas, ofertamos encaminhamentos para as questões de saúde, seringas, acesso à moradia, documentação etc. Lá realmente tem muito mais estrutura. É difícil sentir que estamos realmente fazendo algo aqui" (Diário de campo, 12 dez. 2018).

O que muitas vezes pensei e nomeei "jeitinho brasileiro da prática de redução de danos", pautado pela escuta e atenção integradas ao cuidado subjetivo e coletivo das pessoas, talvez possa ser uma força latina. De fato, as práticas pragmáticas e tradicionais de redução de danos focadas na prevenção da transmissão de doenças via distribuição de seringas descartáveis se apresentam insuficientes para os complexos contextos de desigualdade, violência e consumo de cocaína fumada das cidades latinas. Nesses espaços, os riscos muitas vezes configuram-se relacionados a questões ambientais, e o uso de drogas alia-se a outros determinantes sociais e de saúde que são atravessados pelo estigma, exclusão, marginalização, violência e poder em uma trama que se articula coletivamente pela garantia de direitos, diminuição do estigma e promoção da cidadania (Krupanski; Evans, 2020).

Entretanto, a anterior fala de Rose aponta uma questão estrutural importante. É providencial refletirmos sobre o isolamento de serviços e práticas que dialoguem com a perspectiva da redução de riscos e danos em contextos urbanos latinos de uso de drogas. Como disse, são necessárias a criação e a sustentação de uma rede de apoio que apoie uma lógica comum capaz de ofertar práticas mais concretas em nosso continente, e certamente essa construção deve passar pela escuta territorial. É a atenção à subjetividade que permeia o modo latino de pensar a redução de danos. Em atividade de fim de ano de 2018 do Centro de Escucha de la Fundación Procrear, o coordenador Juan Carlos fez uma intervenção no irreverente bingo que organizava com os participantes e a comunidade. Após valorizar o trabalho de todos durante o ano e convocar todos para o cuidado com o espaço, Juan Carlos disse: "Vocês não veem o símbolo *Bogotá*

mejor para todos[1] aqui dentro! Isso é porque a Prefeitura não quis nos apoiar. Então temos nós mesmos que fazer a manutenção e cuidado de nosso espaço" (Diário de campo, 19 dez. 2018).

O isolamento e a atuação na contramão das políticas públicas repressoras de Bogotá é evidente. É preciso alargar nossa leitura e compreensão para novas invenções sobre o fazer e as possibilidades das estratégias de redução de riscos e danos nas cidades. Na perseguição por garantia de direitos e ofertas de cuidado, o foco são as pessoas, mas devemos também pensar em uma redução de riscos e danos para os lugares e para as comunidades, na perspectiva de construir processos de cuidados integrais e duradouros.

Refletir sobre uma cidade que cuida aponta para perspectivas terapêuticas mais amplas que a oferta da construção de hospitais, formação e contratação de pessoal técnico da área da saúde e/ou a produção de novos medicamentos. As cidades e as sociedades latinas somente tocarão as esferas do cuidado quando possuírem maior controle sobre seus próprios destinos. E essa concepção de cidade requer adicionar ao planejamento urbano as perspectivas psicológicas, subjetivas e as relações sociais e de cuidado que se estabelecem no tecido citadino (Tizón, 2006).

Como vimos, o histórico político e econômico do Brasil e da Colômbia nos submete às lógicas de poder que culminam nitidamente em segregação social, violência e exploração de parcelas específicas da população por parte do Estado. Assumir que a força financeira é um dos grandes motores do desenvolvimento do mundo atual globalizado e reconhecer que a garantia de direitos depende tragicamente de leis formuladas por um judiciário que culturalmente é manchado pelas oligarquias dos tempos da colonização não torna o cenário latino favorável. Experiências coletivas e comunitárias nos mostram saídas interessantes em determinados locais; afinal, uma sociedade que pulsa jamais entregará a vida cotidiana à mercê de políticas de drogas e urbanas insensatas. A intenção deste livro foi apresentar reflexões na interface entre as pessoas, as drogas, as cidades e

---

1 *Slogan* da prefeitura de Bogotá em 2018.

o cuidado. Assim, este texto é um pontapé inicial na via de investigações e com sorte poderá fomentar outras pesquisas necessárias nessa perspectiva.

As experiências coletivas apresentadas apontam as potências da criação de pontes, além de disparar novos arranjos e manejos de propostas comunitárias, abrindo margem para novas estratégias e políticas de cuidado (Valent, 2019). Segundo Isabela Valent (ibidem, p.185), "se a escuta prevalece em detrimento da urgência em resolver os problemas, a confiança e a corresponsabilização têm mais chance de acontecer. As ações coletivas que resultam dessa exposição às vulnerabilidades devem caminhar no sentido de apoiar as necessidades encontradas ao invés de proteger supostas fragilidades".

Nesse sentido, a possibilidade de melhorar a qualidade da vida em nossos bairros e cidades procede muito mais de iniciativas locais e comunitárias do que de enfadonhas políticas urbanas estatais (Glaeser, 2020). Recordo-me de uma entrevista com o líder indígena Ailton Krenak em 28 de dezembro de 2020 na rádio CBN, quando foi questionado sobre quais expectativas tinha em relação aos governos durante o momento de pandemia do Covid-19. Krenak disse não ter expectativas em relação aos governos, mas sim em relação às pessoas, aos coletivos e às organizações civis, pois eles, de fato, são capazes de provocar mudanças. Ele insistiu em que a ideia de progresso que sustenta o desenvolvimento capitalista global está em exaustão, e que precisamos abdicar da noção de "desenvolvimento" e entrar na realidade do "envolvimento", na qual não há antagonismo e agressão entre os seres humanos e a natureza. A noção de envolvimento não separa, mas integra, apresentando uma ideia de desenvolvimento não apenas econômico, mas que também considera o envolvimento ecológico e social, pensamento esse que se conecta com o pensar e fazer da redução de danos.

Aproprio-me dessa reflexão de Krenak para pensarmos os ambientes urbanos e nas variáveis que produzem os espaços de vida em nossas cidades. É preciso rever o modo como ocupamos o espaço, e um caminho para isso é o envolvimento entre as pessoas, a história, as dificuldades e as alternativas. Vimos que um caminho para pensar

em políticas de saúde e propostas concretas de transformações significativas na esfera do cuidado nas cidades deve passar pela radical revisão das políticas de drogas, o que consequentemente trará avanços nas políticas urbanas e para a saúde global. Enfatizo, assim, que a necessária mudança na lógica de produção das cidades latinas está reservada exclusivamente por meio da escuta das pessoas e por transformações radicais e estruturais em como nos relacionamos com o diferente. Infelizmente, não parece que podemos contar com os interesses do Estado para a construção dessa perspectiva.

Enquanto escrevia as páginas finais deste livro, após três anos e meio de construção e promoção política junto ao Fórum Aberto Mundaréu da Luz e às pessoas do território dos Campos Elíseos em São Paulo, foi possível assistir a uma mobilização de resistência espontânea por parte de moradoras e moradores das quadras 37 e 38, próximas à Quadra 36. Eles, que passaram todo o ano pandêmico de 2020 sob ameaça do Estado de remoções e demolições das quadras em meio de liminares ora favoráveis, ora desfavoráveis, por iniciativa própria iniciaram movimentos de articulação política pela defesa de seus espaços, direitos e desejos. São essas fagulhas que sustentam a luta política por novas utopias na produção e transformação das nossas cidades.

Referências

ABBOT, A. Stress and the City: Urban Decay. *Nature*, v.490, p.162-4, 2012.

ABELLO VIVES, A. La nieve sobre el mar: una frontera Caribe cruzada por el tráfico de drogas. El caso de Colombia y Nicaragua. *Aguaita*, Observatorio del Caribe Colombiano, v.13-4. p.7-22, 2005.

ABRAHAMYAN EMPSON, L; BAUMANN, P. S.; SÖDERSTRÖM, O.; CODELUPPI Z.; SÖDERSTRÖM, D.; CONUS, P. Urbanicity: the Need for New Avenues to Explore the Link between Urban Living and Psychosis. *Early Intervention in Psychiatry*, v.14, n.4, p.1-12, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1111/eip.12861.

ABREU, A. *Cocaína* – a rota caipira: o narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

ADORNO, R. C. F.; RUI, T.; SILVA, S. L.; MALVASI, P.; VASCONCELLOS, M. P.; GOMES, B. R.; GODOI, T. C. Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. *Revista Saúde & Transformação Social*, Florianópolis, v.4, n.2, p.4-13, 2013.

AGIER, M. *Antropologia da cidade*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

ALENCAR, R. *Por que a guerra às drogas?* Do crack na política ao crack do sujeito. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALENCAR, R. *A fome da alma*: psicanálise, drogas e pulsão na modernidade. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ALLARDYCE, J.; BOYDELL, J. Review: The Wider Social Environment and Schizophrenia. *Schizophr Bull*. v.4, p.592-8, 2006.

ALLONI, R. T. F.; PAIVA, L. G. M. Salas de consumo de drogas: situando o debate no Brasil. *Artigo Estratégico*, Instituto Igarapé, n.28, set. 2017. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/09/20-09-2017-AE-28_Salas-de-consumo.pdf.

ALMANDOZ, A. *Planning Latin American's Capital Cities*. 1850-1950. London: Routledge, 2002.

AMÂNCIO, T. Obra de hospital em SP é paralisada e lança dúvida sobre nova cracolândia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 jun. 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/obra-de-hospital-em--sp-e-paralisada-e-lanca-duvida-sobre-nova-cracolandia.shtml.

AMARANTE JR., O. P. de et al. Glifosato: Propriedades, toxicidade, usos e legislação. Quimica Nova, v. 25, n. 4, p. 589-593, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/66920>.

AMARANTE, P.; TORRE, E. H. G. Loucura e diversidade cultural: inovação e ruptura nas experiências de arte e cultura da Reforma Psiquiátrica e do campo da saúde mental no Brasil. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v.21, n.63, p.763-74, 2017. Disponível em: https://bit.ly/2VlR3rl. Acesso em: 31 jul. 2021.

ARAÚJO, T. *Almanaque das drogas*. São Paulo: Leya, 2012.

ARAVENA, A. *My Architectural Philosophy?* Bring the Community into the Process. TED Conference. Oct. 2014. Disponível em: https://www.ted.com/talks/alejandro_aravena_my_architectural_philosophy_bring_the_community_into_the_process.

ARAVENA, A.; MONTERO, A.; CORTESE, T.; de la CERDA, E.; LACOBELLI, A. Quinta Monroy. *ARQ*, Santiago, v.57, n.30-3, 2004. Disponível em: https://dx.doi.org/10.4067/S0717-69962004005700007.

ARAVENA, F. R. América Latina en un ciclo de baja y con pocas señales esperanzadoras. *Pensamiento Iberoamericano*: nuevos desafíos al pensamiento ibero-americano, Secretaría General Iberoamericana, 3ª época, 2016.

ARROYO, L. *Memória e tempo das igrejas de São Paulo*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

ASSIS, M. de. Pai contra mãe. In: ASSIS, M. de. *Obra completa*. v.2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

AVENDAÑO, A. J. A.; FORERO, F. J. A.; OVIEDO, Y. B. S; TRUJILLO, M. Y. Entre el Cartucho y el Bronx en Bogotá: ¿territorios del miedo o expresiones de injusticia socioespacial? *Cuadernos de Geografía, Revista Colombiana de Geografía*, v.28, n.2, p.442-59, 2019. Disponível em: doi: 10.15446/rcdg.v28n2.73531.

AYRES, J. R. de C. M. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. *Saúde e Sociedade* [online], v.13, n.3, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000300003.

BARBOSA, J. C. T. *O que é Justiça*. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos.)

BECCASSINO, A. *Peñalosa y una ciudad 2600 metros más cerca de las estrellas*. Bogotá: Grijalbo, 2000.

BENAVIDES, D. Z. En julio comenzaría a construirse parque que remplazará al Mónaco. *El Colobiano*. 17 maio 2019. Disponível em: https://www.elcolombiano.com/antioquia/licitacion-para-construir-el-parque-inflexion-que-remplaza-al-edificio-monaco-en-medellin-IC10740558.

BERGMAN, M. *Drogas, narcotráfico y poder en América Latina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

BÉRTOLA, L.; OCAMPO, J. A. *Desarrollo, vaivenes y desigualdad*. Una historia económica de América Latina desde la Independencia. Red de Desarrollo Social de América Latina y el Caribe. Secretaría General Iberoamericana (Segib), 2010.

BILBAO, T. *In Pursuit of Beauty*: Reimagining Affordable Housing. CityLab Detroit Conference. out. 2018. Disponível em: www.bloomberg.com/citylab; https://www.youtube.com/watch?v=KI2YK9tRANw&list=PLwj46yNDLyTUAJVbCjdGnmOStdGxk5nHo&index=2.

BOBBIO, N. *A era dos direitos.* Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2004.

BOGOTÁ (Município). Decreto 880 de 1998 Alcaldía Mayor de Bogotá, D.C. 19 out. 1998. Disponível em: https://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=1627.

BOGOTÁ (Município). Decreto 619 de 2000 Alcaldía Mayor de Bogotá, D.C. 28 jul. 2000. Disponível em: https://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=3769.

BOITEUX, L; PÁDUA J. A desproporcionalidade da Lei de Drogas: os custos humanos e econômicos da atual política de drogas no Brasil. In: CORREA, C. P. (org.) *Justicia desmedida*: proporcionalidad y delitos de drogas en América Latina. Ciudad de Mexico: Fontamara, 2012. p.71-101.

BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil.* São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BONDUKI, N. Reforma do Vale do Anhangabaú é necessária, mas verba poderia ser mais bem distribuída. *Jornal da USP*. 6 ago. 2020. Disponível em: https://jornal.usp.br/radio-usp/reforma-do-vale-do-anhangabau-e-necessaria-mas-verba-poderia-ser-melhor-distribuida/.

BRANDALISE, H. Rodoviária da Luz começa a ser demolida. *Jornal da Tarde* (14.447) S.A. apud *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, p.4A, 13 abr. 2010.

BOWLEY, J. *Robin Hood or Villain*: The Social Constructions of Pablo Escobar. Maine: Honors College, University of Maine, 2013. Disponível em: https://digitalcommons.library.umaine.edu/honors/109.

BRANQUINHO, E. S.; *Campos Elíseos no centro da crise*: a reprodução do espaço no Centro de São Paulo. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001: regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

BYCK, R. *Freud e a cocaína (notas de Anna Freud)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

CABELLO, K. S.; DE LA ROQUE; SOUZA, I. C. F. Uma história em quadrinhos para o ensino e divulgação da hanseníase. *Revista electrónica de enseñanza de las ciências (REEC),* v.9, n.1, p.225-41, 2010.

CALIL, T. G. *Condições do lugar*: relações entre saúde e ambiente para pessoas que usam crack no bairro da Luz, especificamente na região denominada Cracolândia. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CALIL, T. G. Relatos e imagens da Cracolândia: modos de vida e resistência na rua. *Revista Cadernos de Arte e Antropologia*, v.5, n.2, p.91-102, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.4000/cadernosaa.1130.

CALIL, T.G. *Cenas públicas de uso de drogas e a produção do risco em cidades Latino-americanas*: consumo do espaço e efeitos sociais – aproximações entre São Paulo, Bogotá e Medellín. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2021.

CALIL, T. G.; COSTA, R. M.; MARTINS, R. C. R.; RYNGELBLUM, M.; COMUNIDADE, C; MONTANHA, M.; CASTRO, F. G. Em busca da Luz: a encruzilhada entre a fé e as drogas na Cracolândia de São Paulo. *Bis – Boletim do Instituto de Saúde*, v.18, p.69-82, 2017.

CALIL, T. G.; MARTINS, R. C. R.; RYNGELBLUM, M. Prevenção – redução de danos: des-aproximações arriscadas. In: PUPO, J. L.; MACIEL, M. K.; CALIL, T. G. (Orgs.). *Cuidado na rua:* ações de redução de danos em contexto do uso de drogas no centro da cidade de São Paulo. v.1. São Paulo: É de Lei, 2018. p.12-7.

CARDONA, M. et al. Homicidios en Medellín, Colombia, entre 1990 y 2002: actores, móviles y circunstancias. *Cadernos de Saúde Pública*

[online]. v.21, n.3, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000300018.

CARDONA RODAS, Dinámicas biopolíticas en el entramado urbano de la ciudad de Medellín y municipios aledaños entre 1945 y 1951. *Anuario de Antropología Social y Cultural en Uruguay,* v.13, p.91-104, 2015.

CARNEIRO, H. O uso das drogas como impulso humano e a crise do proibicionismo. In: *Drogas e sociedade*: perspectivas para além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, p.23-32, 2017.

CHAVES, A. *Cartucho.* (Filme documentário.) Colômbia, 2017. 55 minutos.

CHINEN, N. *Aprenda e faça arte sequencial*: linguagem HQ: conceitos básicos. São Paulo: Criativo, 2011.

COHEN, V. S. La ostentación traqueta: una lectura literária de la apoteosis social del narcotráfico en Colombia. *Tenso Diagonal*, Montevideo, n.1, abr. 2016.

CORTÉS, E., METAAL, P. Mercados de cocaína fumable en América Latina y el Caribe: llamamiento a favor de una repuesta sostenible en materia de política. *TNI*, 2019. Disponível em: https://www.tni.org/files/publication-downloads/tni-smokablecocaine_eng_web-def.pdf.

COSTA, E. B. Intervenções em centros urbanos no período da globalização. *Revista Cidades-Presidente Prudente*, v.9, n.16, p.86-117, 2012. Disponível em: http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/2374/2118.

COSTA, E. B. Fundamentos de uma emergente patrimonialização global. *Revista Geografia*, Rio Claro, v.39, n.2, p.241-56, maio-ago. 2014.

COWARD, M. Urbicide in Bosnia. In: GRAHAM, S. (Org.). *Cities, war and terrorism*: towards an urban geopolitics. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p.154-171.

CRUZ, N. F. de O., GONÇALVES, R. W. e DELGADO, P. G. G. Retrocesso da Reforma Psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. *Trabalho, Educação e Saúde*. v.18, n.3, 2020.

DALLARI, P. Sociedade civil e a consolidação da democracia na América Latina. Pensamiento iberoamericano: nuevos desafíos al pensamiento ibero-americano. *Revista de la Secretaría General Iberoamericana*, 3. época, 2016.

DANTAS, T. SP tem 290 mil móveis sem moradores. *O Estado de S. Paulo*. 7 dez. 2010. Disponível em: https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sp-tem-290-mil-imoveis-sem-moradores-imp-,650404.

DAY, S. Waiting and the Architecture of Care. In: DAS, V.; HAN, C. (Orgs.). *Living and Dying in the Contemporary World*: A Compendium. Berkeley: University of California Press, 2015.

DE OTO, A.; CATELLI, L. Sobre colonialismo interno y subjetividad, notas para un debate. *Tabula Rasa*, Bogotá, n.28, p.229-55, jun. 2018.

DEBECK, K.; WOOD, E.; ZHANG, R.; TYNDALL, M.; MONTANER, J.; KERR, T. Police and Public Health Partnerships: Evidence from the Evaluation of Vancouver's Supervised Injection Facility. *Substance Abuse Treatment, Prevention, and Policy*, v.3, n.11, 2008.

EISNER, W. *Quadrinhos e arte sequencial*: princípios e práticas do lendário cartunista. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ELLARD, C. *Psicogeografía*: la influencia de los lugares en la mente y en el corazón. 2.ed., Barcelona: Ariel, 2016.

ENCARTADOS con la memoria de Pablo Escobar. *Semana*. 17 abr. 2017. Disponível em: https://www.semana.com/nacion/articulo/que-hacer--con-el-legado-de-pablo-escobar-en-colombia/528828/.

ENVENENADOS por la fiebre del oro. Vídeo documentário. *Revista VICE*, 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BbdK827-_vY.

ESCOHOTADO, A. *História elementar das drogas*. Lisboa: Antígona, 2004.

FAINSTEIN, S. *The Just City.* Ithaca: Cornell University Press, 2011.

FAINSTEIN, S. The Just City. *International Journal of Urban Sciences*, v.18, n.1, 2014.

FARIS, R. L.; DUNHAM H. W. *Mental Disorders in Urban Areas.* Chicago: University of Chicago Press, 1939.

FELLET, J. Roraima exporta 194 kg de ouro à Índia sem ter nenhuma mina operando legalmente. *BBC – G1*. 12 jun. 2019. Disponível em https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/06/12/roraima-exporta-194-kg-de-ouro-a-india-sem-ter-nenhuma-mina-operando-legalmente.ghtml.

FELTRAN, G. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador. v.27, n.72, set-dez, 2014.

FERNANDES, L. *O sítio das drogas*. Aveiro: Notícias, 1998.

FERNANDES, J. L.; PINTO, M. El espacio urbano como dispositivo de control social: territorios psicotrópicos y políticas de la ciudad. *Monografías Humanitas*, Barcelona, v.1, n.5, p.147-62, 2004.

FIDALGO, A.; SUÁREZ, C. J.; VALLEJO, E. Faces da ilegalidade em Bogotá. *Tempo soc.*, São Paulo, v.22, n.2, p.123-42, dez. 2010.

FIGUEIRAS, B. S. C. Metrópoles em crise: vida urbana na América Latina contemporânea e a problemática dos vínculos sociais. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XXII, n.1, p.173-92, 2008.

FORAN, C. How to Design a City for Women – A Fascinating Experiment in "Gender Mainstreaming". *CityLab Article*, 2013. Disponível em: https://

www.bloomberg.com/news/articles/2013-09-16/how-to-design-a-city--for-women.

FRÚGOLI JR., H.; SPAGGIARI, E. Da cracolândia aos noias: percurssos etnográficos no Bairro da Luz. *Pontourbe*, v.6, 2010.

G1 SP. *Vídeo mostra moradores atingidos por muro derrubado na Cracolândia*. 23 maio 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/video--mostra-moradores-atingidos-por-muro-derrubado-na-cracolandia.ghtml.

GAETZ, S.; SCOTT, F.; GULLIVER, T. (Eds.). *Housing First in Canada*: Supporting Communities to End Homelessness. Toronto: Canadian Homelessness Research Network Press, 2013.

GAMA, C. Nem tudo lixo, nem tudo flores: a transformação do bairro colombiano Moravia. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v.67, n.3, p.18-20, set. 2015. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000300008&lng=en&nrm=iso.

GARAT, G. *Paraguay: la tierra escondida*. Examen del mayor productor de *cannabis* de América del Sur. 2016. Disponível em: https://www.tni.org/files/publication-downloads/paraguay_fes_final.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020.

GARCÍA, M. I. Precipitado entierro en Medellín del narcotraficante Escobar. *El País*. 3 dez. 1993. Disponível em: https://elpais.com/diario/1993/12/04/internacional/754959619_850215.html.

GFI (Global Financial Integrity). *Transnational Crime and the Developing World*. 2017. Disponível em: https://www.gfintegrity.org/wp-content/uploads/2017/03/Transnational_Crime-final.pdf.

GFI (Global Financial Integrity). *Flujos financieros ilícitos y Colombia*, 2019. Disponível em: https://secureservercdn.net/45.40.149.159/34n.8bd.myftpupload.com/wp-content/uploads/2019/11/Colombia-2019_Spanish_Web.pdf?time=1588394966.

GLAESER, E. *El triunfo de las ciudades:* cómo nuestra mejor creación nos hace más ricos, más inteligentes, más ecológicos, más sanos y más felices. España: Taurus, 2020.

GNIPPER, P. Há exatos 50 anos, a tripulação da Apollo 8 foi a primeira a partir rumo à Lua. *Canal Tech*, 21 dez. 2019. Disponível em: https://bit.ly/3haik3l. Acesso em: 15 abr. 2021.

GOLDSMITH, H. F.; HOLZER, C. E.; MANDERSCHEID, R. W. Neighborhood Characteristics and Mental Illness. *Eval Program Plann*, v.21 p.211-25, 1998.

GOLEMBIEWSKI, J. A. The Designed Environment and How it Affects Brain Morphology and Mental Health. *Health Environments Research*

& Design Journal, v.9, n.2, p.161-71, 2016. Disponível em: https:// doi.org/10.1177/1937586715609562.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social – um problema político em psicologia. *Psicol. USP*, São Paulo, v.9, n.2, 1998.

GÓNGORA, A.; SUÁREZ, C. J. Por una Bogotá sin mugre: violencia, vida y muerte en la cloaca urbana. *Universitas Humanística*, v.66, n.66, 2008.

GONZÁLEZ, L. C. Consecuencias sociales del cultivo de la coca em comunidades afrocolombianas del Caquetá: análisis de la relación entre economía ilícita, las prácticas campesinas tradicionales y su papel em la seguridade alimentaria. *AGO.USB*, Medellín, v.14, n.1, p.203-21, enero-junio, 2014.

GORELIK, A. A produção da cidade latino-americana. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v.17, n.1, p.111-33, jun. 2005.

GUIZADO, A. C. Colombia: violencia y "narcocultura". In: SAYÁN, D. G. (ed.). *Coca, cocaína y narcotráfico*: laberinto de los Andes. Lima: Comisión Andina de Juristas, 1989. p.191-205.

HAN, Clara. *Life in debt*: times of care and violence in Neoliberal Chile. Berkeley: University of California Press, 2012.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna.* Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HARVEY, D. *Espaços de esperança.* 7.ed. São Paulo: Loyola, 2015.

HARVEY, D; POTTER, C. The Right to the Just City. In: MARCUSE, P. et al. *Searching for the Just City*. London: Routledge, 2009.

HERNÁNDEZ, Y. Demoler el Mónaco: ¿Para re-dignificar a las víctimas o para borrar el pasado mafioso? *El Espectador.* 3 maio 2018. Disponível em: https://www.elespectador.com/noticias/nacional/demoler-el-monaco--para-re-dignificar-a-las-victimas-o-para-borrar-el-pasado-mafioso/.

HERRERA, C. Medellín: amor y odio. *VICE*. 11 out. 2018. Disponível em: https://www.vice.com/es/article/3km4mw/medellin-amor-odio-revista-vice-colombia?utm_source=stylizedembed_vice.com&utm_campaign=j57vbp&site=vice.

HOYOS, A. M.; LÓPEZ, J. Q.; SNAPP, Z. *Pensando en Coca-ina: estudio prospectivo para la regulación de la cocaína en Colombia al año 2034*. Bogotá: Coorporación Acción Técnica y Social y Universidad de Externado de Colombia, Open Society Foundation, 2018. Disponível em: https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=https://cocaregulada.com/wp-content/uploads/2018/05/cocaWEB.pdf&hl=es.

IDIPRON (Instituto Distrital para la Protección de la Niñez y la Juventud). Los habitantes de calle del extinto Cartucho y la creación del Oásis. In: *50 años de calle*. Bogotá: Idipron, 2017. p.168-97.

INGOLD, T. *Being Alive*: Essays on Movement, Knowledge and Description. New York: Routledge, 2011.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAJAMOVICH, G. Grandes proyectos urbanos alternativos o alternativas a los grandes proyectos urbanos: una revisión a partir del concepto de Just City. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía,* v.28 n.2, p.394-407, 2019. Disponível em: DOI: 10.15446/rcdg.v28n2.72090.

JAMES A, D.; AULIK, D.; PLOWMAN, T. Nutritional Value of Coca. *Botanical Museum Leaflets*, Cambridge, Massachusetts, University de Harvard, v.24, n.6, 1975.

JARAMILLO, C. M. Pablo Escobar: Zoomania in the Narco Imperium. The Glorification of the Cocaine Network. *The Design Journal*, v.20, n.1, p.S4697-S4709, 2017. Disponível em: DOI: 10.1080/14606925.2017.1352968.

JORNAL NACIONAL. Receita bate recorde de apreensão de drogas em 2019: mais de 60 toneladas. *G1*. 7 jan. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/-jornal-nacional/noticia/2020/01/07/receita-bate-recorde-de-apreensao-de-drogas-em-2019-mais-de-60-toneladas.ghtml.

JURADO, J. C. Vagos, pobres, mendigos y delincuentes, 1750-1850. In: MELO, J. O. *Historia de Medellín*. Tomo I. Bogotá: Companía Suramericana de Seguros, 1996.

KATZ, A. S.; ZERGER, S.; HWANG, S. W. Housing First, the Conversation: discourse, policy and the limits of the possible. *Critical Public Health*, p.139-47, 2016. Disponível em: doi: 10.1080/09581596.2016.1167838.

KOOLHAAS, R. *Três textos sobre a cidade:* Grandza ou o problemado grande; a cidade genérica; espaço-lixo. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

KOOLHAAS, R.; MAU, B. *S, M, L, XL*. New York: Monacelli Press, 1995.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. Tradução BEATRIZ P. M.; prefácio de EDUARDO V. de C. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSOVAC, A.; ACUTO, M.; JONES, T. L. Acknowledging Urbanization: a Survey of the Role of Cities in UN Frameworks. *Global Policy*, v.11, n.3, p.293-304, maio 2020. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1758-5899.12783.

KRENAK, A. [entrevista]. Qual o mundo nós teremos após a Covid-19? *CBN*. 28 dez. 2020. Disponível em: https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/327192/qual-o-mundo-teremos-apos-covid-19.htm.

KRIEGER, M. G. M. *Urban Conflicts in Medellín and São Paulo:* Devices, Courses of Action and Regimes of Engagement towards the Right to the

City. Tese (Doutorado CDAPG) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, 2020.

KRUPANSKI, M.; EVANS, S. A Right to the City? Harm Reduction as Urban Community Development and Social Inclusion. *Projections*. Practices of Health in Unruly Environments, 2020. Disponível em: https://projections.pubpub.org/pub/49wr5alh/release/1.

KUSCHNIR, K. Ensinando antropólogos a desenhar: uma experiência didática e de pesquisa. *Cadernos de Antropologia e Arte*, v.3, n.2, p.23-46, 2014.

LABATE, B. C.; RODRIGUES, T. (org). *Drogas, política y sociedade en América Latina y el Caribe.* Ciudad de México, D. F.: Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2015.

LARROSA BONDÍA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. n.19, p.20-8, 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003. Acesso em: 1º ago. 2021.

LEDERBOGEN, F.; KIRSCH, P.; HADDAD, L. et al. City Living and Urban Upbringing Affect Neural Social Stress Processing In Humans. *Nature*, n.474, p.498-501, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1038/nature10190.

LEY DEL Comparendo Ambiental: ¿Fin de los recicladores? *UN Periódico*, Bogotá, 12 abr. 2009. Disponível em: http://www.unperiodico.unal.edu.co/dper/article/ley-del-comparendo-ambiental-fin-de-los-recicladores/. Acesso em: 1º ago. 2021.

LLINÁS, P. Esta es la historia (y la polémica) del Mónaco: el edificio de Pablo Escobar que fue demolido hoy en Medellín. *VICE*. 22 fev. 2019. Disponível em: https://www.vice.com/es/article/j57vbp/historia-polemica-del-monaco-edificio-pablo-escobar-demolido-hoy-en-medellin.

LOGDBERG, B.; NILSSON, L. L.; LEVANDER, M. T.; LEVANDER, S. Schizophrenia, Neighbourhood, and Crime. *Acta Psychiatr Scand*. v.110, p.92-7, 2004.

LOTUFO, T. A misteriosa supercoca colombiana. *Superinteressante*, 16 out. 2016. Disponível em: https://bit.ly/3yqi37L/. Acesso em: 29 jul. 2021.

MAGNANI, J.; TORRES, L. (org.). *Quando o campo é a cidade*. Na metrópole – textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, 1996.

MARCUSE, P. Spatial Justice: Derivative But Causal of Social Injustice. Tradução de S. Lehman-Frisch. *Justicespatiale |Spatialjustice*, n.1, set. 2009.

MAREZ, C. El colonialismo de la cocaína: rebeliones indígenas en América del Sur y la historia del psicoanálisis. In: HERRERA, L.; RAMOS, J. (org., ed.). *Droga, cultura y farmacolonialidad*: la alteración narcográfica.

Santiago de Chile: Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Central de Chile, 2018.

MARIANO, B. Cracolândia: política de redução de danos *versus* repressão. *Jornal Estado de S. Paulo,* 21 de setembro, 2020. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/cracolandia--politica-de-reducao-de-danos-versus-repressao/.

MARTINS, M. L. R. São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites da política urbana. *Estudos Avançados,* v.25, n.71, p.59-72, 2011.

MARTINS, R. C. R. *A escuta ético-política na rua.* Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MARX, K. H.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. São Paulo: Rocket, 1999.

MEDELLÍN. El plan de la Alcaldía de Medellín para combatir los narcotours. *El Tiempo*. 20 set. 2018. Disponível em: https://www.eltiempo.com/colombia/medellin/contar-la-historia-del-narcotrafico-del-lado-de-las--victimas-la-estrategia-del-alcalde-medellin-271108.

MELLO, D. PM de SP chega a gastar mais de R$14 mil em munição a cada ação na Cracolândia. *Ponte*. 5 mar. 2018. Disponível em: https://ponte.org/pm-chega-a-gastar-mais-de-r-14-mil-em-municao-a-cada-acao--na-cracolandia/.

MELLO, D.; MOTA, J. PM faz em média uma ação por semana com bombas de gás na Cracolândia. *Ponte*. 16 jan. 2018. Disponível em: https://ponte.org/pm-chega-a-gastar-mais-de-r-14-mil-em-municao-a-cada-acao-na-cracolandia/.

MENDIETA, E. Medellín and Bogotá: the Global Cities of the Other Globalization. Analysis of Urban Trends, Culture, Theory, Policy, Action. *City,* v.15, n.2, p.167-80, 2011. Disponível em: DOI: 10.1080/13604813.2011.568706.

MENDONÇA, M. J. A cidade como espaço de batalha: de Gaza ao Rio de Janeiro. *Geousp – Espaço e Tempo*, v.21, n.3, p.685-702, dez. 2017.

MENDONÇA, M. J. *A cidade como espaço de batalha urbicida.* Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

MENEZES, R. L. V. de Sá. *Crítica do direito à moradia e das políticas habitacionais.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

MORRIS, I., GARZÓN, G. *El Cartucho*. Del barrio Santa Inés al Callejón de la Muerte. Bogotá: Torre Gráfica, Secretaría de Integración Social de Bogotá (SISB), 2010.

NAEF, P. The Commodication of Narco-Violence through Popular Culture and Tourism in Medellin, Colombia. In: LUNDBERG, C.; ZIAKAS, V. (Eds.) *The Routledge Handbook of Popular Culture and Tourism.* London: Rouledge, 2018a.

NAEF, P. "Narco-heritage" and the Touristification of the Drug Lord Pablo Escobar in Medellín, Colombia. *Journal of Anthropological Research*, University of New Mexico, v.74, n.4, out. 11 winter 2018b.

NÃO SOU POLÍTICO, sou empresário, diz candidato João Doria Jr. *Jovem Pan*. 14 set. 2016. Disponível em: https://jovempan.com.br/programas/nao-sou-politico-sou-empresario-diz-candidato-joao-doria-jr.html.

NIÑO, C. Viaje al infierno. *Arcadia*, 2016.

NOTICIAS CARACOL. Sexo, drogas y sicarios: este es el nuevo Bronx en el barrio María Paz. *Noticias Caracol*. 23 ago. 2017. Disponível em https://noticias.caracoltv.com/bogota/sexo-drogas-y-sicarios-este-es-el-nuevo--bronx-en-el-barrio-maria-paz.

NUNES, J. A.; LOUVISON, M. Epistemologias do Sul e descolonização da saúde: por uma ecologia de cuidados na saúde coletiva. *Saúde e sociedade*, v.29, n.3, 2020. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/sausoc/2020.v29n3/e200563/pt/.

OCAMPO, J. A. (ed.) *Gobernanza global y desarrollo*: nuevos desafíos y prioridades de la cooperación internacional. Buenos Aires: Siglo XXI, Cepal, 2015a.

OCAMPO, J. A. América Latina frente a la turbulencia económica mundial. In: BÁRCENA, A.; PRADO, A. *Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas en América Latina y el Caribe a inicios del siglo XXI*. Santiago de Chile: Libros de la CEPAL, n.132 (LC/G.2633-P/Rev.1), 2015b.

ONU (Nações Unidas). *Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.* Genebra: Organização das Nações Unidas, 1966.

OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde). *Sociedades justas*: equidade em saúde e vida com dignidade. Relatório da Comissão da Organização Pan-Americana da Saúde sobre Equidade e Desigualdades em Saúde nas Américas. Washington, D.C: Opas, 2019.

ORNSTEIN, S. W. Arquitetura, urbanismo e psicologia ambiental: uma reflexão sobre dilemas e possibilidades da atuação integrada. *Revista de Psicologia USP*, v.16, p.155-65, 2005.

OSF (Open Society Foundation). *A polícia e a redução de danos*: como a aplicação da lei pode beneficiar a segurança, a saúde e a confiança da população, 2018. Disponível em: https://www.opensocietyfoundations.org/uploads/f21dbaf2-8327-40e3-8bf9-52d7d69e324a/police-harm-reduction-pt-20180720.pdf.

PADGETT, D., K.; STANHOPE, V.; HENWOOD, B., F. et al. Substance Use Outcomes among Homeless Clients with Serious Mental Illness: Comparing Housing First with Treatment First Programs. *Community Mental Health J.*, v.47, p.227-32, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10597-009-9283-7.

PAGNAN, R. Doria diz que 'cracolândia acabou', mas usuários de drogas persistem. *Folha de S. Paulo*. 21 maio 2017. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886039-apos-acao-policial-secretario-de-doria-diz-que-nao-vai-mais-ter-cracolandia.shtml.

PALEY, D. M. *Capitalismo antidrogas*. Una guerra contra el pueblo. México: Sociedad Comunitaria de Estudios Estratégicos, Libertad Bajo Palabra, 2018.

PARSELL, C.; PETERSEN, M.; CULHANE, D. Cost Offsets of Supportive Housing: Evidence for Social Work. *The British Journal of Social Work*, v.47, n.5, p.1-20, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1093/bjsw/bcw115.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes antropológicos*, n.42, p.377-91, 2014.

PINZÓN, H. T. *Colômbia: droga, economia, guerra y paz* (Temas de hoy). Santafé de Bogotá, DC: Planeta Colombiana, 1999. (Colección Grandes Temas.)

PLEACE, N. The Ambiguities, Limits and Risks of Housing First from a European Perspective. *European Journal of Homelessness*, v.5, n.2, p.113-27, 2011.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Informe sobre Desenvolvimento Humano*, 1994.

POBUTSKY, A. B. Peddling Pablo: Escobar's Cultural Renaissance. *Hispania*, Oakland University, v.96, n.4, p.684-99, 2013.

POE, E. A. *Assassinatos na Rua Morgue e outras histórias*. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, P. A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Polis* [online], n.31, 2012. Disponível em: http://journals.openedition.org/polis/3749.

PORTO, M. F. Crise das utopias e as quatro justiças: ecologias, epistemologias e emancipação social para reinventar a saúde coletiva. *Ciencia & Saude Coletiva*, v.24, n.9, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320182412.25292019.

PRÉDIO DEMOLIDO por Dória com gente dentro. *Jornalistas Livres*. 1º jun. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K5hPgq96yGg.

PULGARÍN, G. H. Imagen e ideología en el gobierno de la ciudad. Los casos de Montpellier (Francia) y Pereira (Colombia). *Cuaderno Urbano. Espacio, Cultura, Sociedad,* v.19, n.19, p.73-94, nov. 2015.

RAIKHEL, E.; GARRIOTT, W. *Addiction Trajectories*. Durham: Duke University Press, 2013.

RESTREPO, A. L. Ilusiones defraudadas: auge y caída del comercio legal de coca y cocaína en los países andinos. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, v.45, n.2, p.233-60, 2018.

RIAÑO-ALCALÁ, P. *Jóvenes, memoria y violencia em Medellín*: una antropología del recuerdo y el olvido. Antioquia: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, Editorial Universidad de Antioquia, 2006.

RINCÓN, O. Narco.estética y narco.cultura em Narco.lombia. *Revista Nueva Sociedad*, n.222, jul.-ago. 2009.

RINCÓN, O. Amamos a Pablo, odiamos a los políticos. Las repercusiones de Escobar, el patrón del mal. *Revista Nueva Sociedad*. n.255, jan.fev., 2015. Disponível em: www.nuso.org.

RITTERBUSCH, A. E. EL CILENCIO: We Will Always Be Street. *City*, v.40, n.1-2, p.210-9, 2020. Disponível em: doi: 10.1080/13604813.2020.1739915.

RODAS, H. C.; ARBOLEDA, J. D. C. Heterotopias urbanas: espacios de la exclusión y miradas biopolíticas de Medellín en el siglo XX. *Ciencias Sociales y Educacion,* Medellín, v.5, n.9, enero-junio 2016.

RODRIGUES, T. Apresentação. In: Labrousse, A. *Geopolítica das drogas*. São Paulo: Desatino, 2010.

ROJAS-JARA, C. Los escritos de Freud sobre la cocaína (1884-1887): sujeto, objeto y contexto. *Revista de Psicología*, v.27, n.2, p.1-7, 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5354/0719-0581.2019.52305.

ROLNIK, R. *10 Anos do Estatuto da Cidade*: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo. 2012. Disponível em: http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares*: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, R. Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. *Indisciplinar*, v.5, n.1, p.18-43, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32741.

ROLNIK, R.; CALIL, T. G. Território e proibição – guerras drogas ou guerra aos pretos e pobres? *Projeto: Drogas* – Quanto Custa Proibir? 8 maio 2021. Disponível em: https://bit.ly/3ii32iJ. Acesso em: 29 jul. 2021.

ROSERO, M. J. L. *Parque Tercer Milenio*: una política distrital de renovación urbana que olvidó los principios de la seguridad humana. Monografia (Derechos Humanos y Defensa ante Sistemas Internacionales de Protección) – Universidad Nueva Granada, 2013.

ROY, A. Racial Banishment. In: ANTIPODE EDITORIAL COLLECTIVE (Eds.). *Keywords in Radical Geography*: Antipode at 50. Hoboken: Wiley Blackwell, 2019. p.227-30.

RUI, T. Usos da "Luz" e da "cracolândia": etnografia de práticas espaciais. *Revista Saúde e Sociedade,* v.23, n.1, p.91-104, 2014.

RUI, T; ADORNO, R; CALIL, T; GOMES, B. R; MALVASI, P; LIMA S. S; VASCONCELOS, M. P; *Amarga delícia*: experiências de consumo de crack na região central de São Paulo (BR). *Revista Inter-legere,* Rio Grande do Norte, n.2, p.87-109, 2015.

RUI. T.; FIORE, M.; TÓFOLI, L. F. *Pesquisa preliminar de avaliação do programa De Braços Abertos*. Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD), Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). São Paulo, 2016.

RUIZ, C. Medellín lucha contra el estigma de Pablo Escobar. *El Tiempo*. 3 dez. 2020. Disponível em: https://www.eltiempo.com/colombia/medellin/la-lucha-contra-el-estigma-de-pablo-escobar-el-patron-en-medellin-299526.

SACKS, O. *A ilha dos daltônicos e a ilha das cicadáceas*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SALAMANCA, C.; ASTUDILLO, X.; FEDELE, J. Trayectorias de las (in)justicias espaciales en América Latina: un estudio introductorio. In: BRET, B.; GERVAIS-LAMBONY, P.; HANCOCK, C.; LANDY, F. *Justicia e injusticias espaciales*. Rosario: UNR Editora, 2016, p.11-66.

SALGADO, N. L. Estructura del mercado de la coca-cocaína: el caso colombiano. *Revista Cultura y Droga*, Universidad de Caldas, v.7, n.19, p.285-309, 2012.

SANTIAGO, T. Prefeitura admite não ter percebido moradores em imóvel alvo de demolição na Cracolândia. *G1 SP*. 23 maio 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/prefeitura-admite-nao-ter-percebido-moradores-em-imovel-alvo-de-demolicao-na-cracolandia.ghtml.

SANTONI, M.; TORRES, G. La coca (*erythroxylum coca*). Masticando su historia. *Revista Kallawaya*, La Plata-Salta, Instituto de Investigaciones en Antropología Médica y Nutricional, número especial "La hoja de coca y el coqueo", 2010.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão.* 2.ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Habitação (Sehab). Portaria n.146. 8 jul. 2016. Estabelece diretrizes para constituir os Conselhos Gestores responsáveis pela elaboração, aprovação e implementação dos Planos de Urbanização em áreas de Zeis. Disponível em: encurtador.com.br/aotxV.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Habitação. Ata da 6ª reunião do Conselho Gestor da Quadra 6, Zeis 3, Campos Elíseso. 17 maio 2018a. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/2019_03_21_Ata_Reuniao_Extraordinaria_do_Conselho_Gestor_Quadra_36_Campos_Eliseos_ok.pdf.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Habitação. Ata da 7ª reunião do Conselho Gestor da Quadra 6, Zeis 3, Campos Elíseos. 24 maio 2018b. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/2019_03_21_Ata_Reuniao_Extraordinaria_do_Conselho_Gestor_Quadra_36_Campos_Eliseos_ok.pdf.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Habitação. Ata da reunião extraordinária do Conselho Gestor Zeis 3, Campos Elíseos. 21 mar. 2019a. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/2019_03_21_Ata_Reuniao_Extraordinaria_do_Conselho_Gestor_Quadra_36_Campos_Eliseos_ok.pdf.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Habitação. Ata da reunião extraordinária do Conselho Gestor Zeis 3, Campos Elíseos. 26 jun. 2019b. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/2019_03_21_Ata_Reuniao_Extraordinaria_do_Conselho_Gestor_Quadra_36_Campos_Eliseos_ok.pdf.

SCHWARCZ, L. M. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.391-431, out. 2014.

SCOTT, P. D.; MARSHALL, J. *Cocaine Politics: Drugs, Armies, and the CIA in Central America*. Oakland: University of California Press, 1991.

SEBRAE. Palácio dos Campos Elíseos volta às atividades. *Sebrae SP*. 3 abr. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qFjulrHTkx8&t=1s.

SEMANA. El holandés que estuvo secuestrado en el Bronx. *Semana*. 31 maio 2016. Disponível em: https://www.semana.com/nacion/multimedia/bronx-bogota-asi-secuestraron-los-sayayines-a-un-holandes/475879/.

SHAW, M. New wars of the city: relationship of "urbicide" and "genocide". In: GRAHAM, Stephen (Org.). *Cities, war and terrorism*: towards an urban geopolitics. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p.141-153.

SIMÕES JÚNIOR, J. G.; RIGHI, R. O bairro da Luz: das origens aos tempos atuais. In: DIAFÉRIA, L. *Um século de Luz*. São Paulo: Scipione, 2001, p.139-64.

SODRÉ, M; PAIVA, R. Informação e boato na rede. In: SILVA, G. et al. (Orgs.). *Jornalismo contemporâneo*: figurações, impasses e perspectivas. Salvador/Brasília: Edufba/Compós, p.21-32, 2011.

SOUZA, A; América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. *Revista PRACS*, Macapá, n.4, p.29-39, dez. 2011.

SUÁREZ, C. J. Políticas de renovação urbana no centro histórico de Bogotá, Colômbia. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, v.14, n.2, p.147-68, 2012.

SWYNGEDOUW, E. Post-Democratic Cities: for Whom and for What? In: CONCLUDING SESSION REGIONAL STUDIES ASSOCIATION ANNUAL CONFERENCE PECS, Budapeste, maio 2010. Disponível em: https://romulusstudio.com/variant/events/pubdiscus/Swyngedouw.pdf.

TAUSSIG, M. *Mi museo de la cocaína.* Popayán (Colômbia): Universidad de Cauca, 2013.

TAVOLARI, B. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. *Revista Novos Estudos Cebrap*, v.104, p.93-109, mar. 2016.

TORCATO, C. E. M. *A história das drogas e sua proibição no Brasil*: da Colônia à República. São Paulo, 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

TORCATO, C. E. M. *A história das drogas e sua proibição no Brasil*: da Colônia à República. São Paulo, 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

TOVAR, M.; THOMAS, M. T.; DELGADO, C. E. T.; TORRES, Y. G.; FORERO, G. D. et al. *Destapando la olla*: informe sombra sobre la intervención en el Bronx. Bogotá: 2017.

TIERRA DIGNA; MELO, D. *La minería en Chocó, en Clave de Derechos*. Investigación y propuestas para convertir la crisis socio-ambiental en paz y justicia territorial. Bogotá: Centro de Estudios para la Justicia Social (CEJS) Tierra Digna, 2015.

TINAJERO, G. P. Urbicidio: consecuencias espaciales de la destrucción material de las ciudades. *Revista Reflexiones Marginales*, n.51, 2019. Disponível

em: https://2018.reflexionesmarginales.com/urbicidio-consecuencias-espaciales-de-la-destruccion-material-de-las-ciudades/.

TINASTI, K.; BERTRAND, A.; BENARD, J.; JEAN-FRANÇOIS, D.; YVES, L.; FRANÇOISE, B. Cities Central to HIV Response for People Who Use Drugs. *The Lancet HIV*, p.e197-e199, 3 may 2016.

TIZÓN, J. L. Salud mental, ciudades y urbanismo: 1. Sobre psicosomática y psicodinámica de la vida urbana. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*, v.26, n.1, p.9-29, 2006.

TOKATLIAN, J. G. *Qué hacer con las drogas*: una mirada progresista sobre un tema habitualmente abordado desde el oportunismo político y los intereses creados. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017.

TORAL, A. A. *Imagens em desordem*: a iconografia da Guerra do Paraguai. São Paulo: Humanitas, FFLCH, USP, 2001.

TSEMBERIS, S.; GULCUR, L.; NAKAE, M. Housing First, Consumer Choice, and Harm Reduction for Homeless Individuals with a Dual Diagnosis. Research and Practice. *American Journal of Public Health,* v.94, n.4, p.651-6, 2004.

ULRICH, R. S. Evidence-Based Health-Care Architecture. Medicine and Creativity, *Lancet*, v.368, p.38-9, dez. 2006.

UNODC (United Nations Office of Drugs and Crime). *World Drug Report 2018*. United Nations Publication. (No. E.18.XI.9), 2018.

UNODC (United Nations Office of Drugs and Crime/Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito). *Sistema Integrado de Monitoreo de Cultivos Ilícitos (SIMCI)*. Monitoreo de territorios afectados por cultivos ilícitos 2018. Bogotá: UNODC-SIMCI, 2019a.

UNODC (United Nations Office of Drugs and Crime). *World Drug Report 2019*. United Nations Office on Drugs and Crime. (No. E.19.XI.8), 2019b.

URIARTE, U. M. O que é fazer etnografia para os antropólogos. *Revista PontoUrbe*, v.6, n.11, 2012.

VALENT, I. U. *Criação à deriva*: políticas do cuidado em coletivos incomuns. Tese (Doutorado em Estética e História da Arte) – Universidade de São Paulo, 2019.

VASCONCELOS, D. B. A Geografia das drogas no continente americano: entre o poder hegemônico e a periferia. In: COSTA, W. M. da; VASCONCELOS, D. B. (Org.). *Geografia e geopolítica da América do Sul*: integrações e conflitos. São Paulo: FFLCH/USP, 2019. p. 188-202.

VIAJE AL INFIERNO: como el Bronx, en pleno corazón de Bogotá, se convirtió en el epicentro del crimen, la droga y los peores vejámenes contra al ser humano. *Semana*, n.1779 (informe especial), p.20-7, 5-12 jun. 2016.

YASUI, S. *Rupturas e encontros*: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

ZANGUÑA-GARAY, R. E. *Las transformaciones subjetivas de los y las jóvenes pertenecientes a los procesos formativos comunitarios de la organización social de base Asoveg – Cinjudesco durante el 2000 al 2015 en la localidad 18 Rafael Uribe Uribe.* Maestría (Investigación Social Interdisciplinar) – Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Bogotá, 2017.

Este livro percorre uma série de pontos que se interligam e pendulam entre teorias e narrativas na interface entre o neoliberalismo, as drogas e a produção das cidades na América Latina. Para Hilderman Cardona Rodas, professor da Universidad de Medellín (Colômbia), trata-se de um "excelente trabalho em termos de revisão documental, trabalho de campo e compromisso intersubjetivo do autor em sua argumentação. Um magnífico arcabouço epistemológico para rastrear os cenários públicos de uso de drogas e a produção social de risco nas cidades pesquisadas. Os desenhos enriquecem o conteúdo e a expressão da obra, oferecendo suporte de valor estético às experiências do autor". Segundo Gabriela Marques Di Giulio, professora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), o livro "expõe panoramas robustos sobre os contextos estudados e suas especificidades, com provocações e reflexões sobre a urgência de uma mudança nos paradigmas de produção de nossas cidades, trazendo a dimensão do cuidado, e reforçando a relevância do processo de escuta da população local e de sua participação mais ativa no desenho urbano e na implantação de políticas".

Thiago Godoi Calil é doutor em Saúde Global e Sustentabilidade pela Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP), mestre em Ciências também pela mesma instituição e possui graduação em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase na Psicologia Social, buscando promover a ética do cuidado ao atuar com pessoas em condições de vulnerabilidade social e de desigualdade política e econômica.